

V.04.01

sociologia & antropologia

JANEIRO – JUNHO DE 2014
ISSN 2236-7527

Sociologia & Antropologia destina-se à apresentação, circulação e discussão de pesquisas originais que contribuam para o conhecimento dos processos socioculturais nos contextos brasileiro e mundial. A Revista está aberta à colaboração de especialistas de universidades e instituições de pesquisa, e publicará trabalhos inéditos em português e em inglês. *Sociologia & Antropologia* ambiciona constituir-se em um instrumento de interpelação consistente do debate contemporâneo das ciências sociais e, assim, contribuir para o seu desenvolvimento.

S678

Sociologia & Antropologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – v. 4, n. 1 (junho 2014) – Rio de Janeiro: PPGSA, 2011 – Semestral

ISSN 2236–7527

1. Ciências sociais – Periódicos. 2. Sociologia – Periódicos. 3. Antropologia – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

CDD 300

A REVISTA ESTÁ INDEXADA EM:

CLASE

DOAJ

LATINDEX

PROQUEST

SEER/IBICT

SUMÁRIOS.ORG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Carlos Antônio Levi da Conceição

Vice-Reitor

Antônio José Ledo Alves da Cunha

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor

Marco Aurélio Santana

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

Coordenação

César Gordon

André Botelho

Sociologia & Antropologia.

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia

Largo de São Francisco de Paula, 1, sala 420

20051-070 Rio de Janeiro RJ

t. | fax +55 (21) 2224 8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com

revistappgsa.ifcs.ufrj.br

Publicação semestral

Biannual publication

Solicita-se permuta

Exchange desired

Tiragem desta edição: 500 exemplares

VOLUME 04 NÚMERO 01
JANEIRO–JUNHO DE 2014
SEMESTRAL
ISSN 2236–7527

sociologia & antropologia

CORPO EDITORIAL

Editores

Gláucia Villas Bôas (Editora Responsável)

André Botelho

Elina Pessanha

Comissão Editorial

Elsje Lagrou

José Reginaldo Gonçalves

José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial

Evaristo de Moraes Filho

(Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Brasil)

Alain Quemin

(Universidade de Paris 8, França)

Brasílio Sallum Junior

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Carlo Severi

(École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França)

Charles Pessanha

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Elide Rugai Bastos

(Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil)

Gabriel Cohn

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Gilberto Velho (*in memoriam*)

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Guenther Roth

(Universidade de Columbia, Nova York, Estados Unidos da América)

Helena Sumiko Hirata

(Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França)

Huw Beynon

(Universidade de Cardiff, País de Gales, Reino Unido)

Irllys Barreira

(Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

João de Pina Cabral

(Universidade de Lisboa, Portugal)

José Sergio Leite Lopes

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

José Maurício Domingues

(IESP/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

José Vicente Tavares dos Santos

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)

Leonilde Servolo de Medeiros

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Lília Moritz Schwarcz

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Manuela Carneiro da Cunha

(Universidade de Chicago, Illinois, Estados Unidos da América)

Mariza Peirano

(Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil)

Maurizio Bach

(Universidade de Passau, Baviera, Alemanha)

Michèle Lamont

(Universidade de Harvard, Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos da América)

Patrícia Birman

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Peter Fry

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Philippe Descola

(Collège de France, Paris, França)

Sergio Adorno

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Wanderley Guilherme dos Santos

(Academia Brasileira de Ciências e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Assistente editorial

Maurício Hoelz Veiga Júnior

Secretário

Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho

PRODUÇÃO EDITORIAL

Projeto gráfico, capa e diagramação

a+a design e produção

Glória Afflalo, Fernando Chaves e Helena Varella

Preparação e revisão de textos

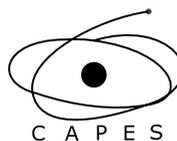
Beth Cobra

© Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / UFRJ

Direitos autorais reservados: a reprodução integral de artigos é permitida apenas com autorização específica; citação parcial será permitida com referência completa à fonte.

Apoio

ppgsa programa de Pós-Graduação em **sociologia&antropologia**



APRESENTAÇÃO

Acolher uma entrevista com David Harvey, o importante geógrafo social contemporâneo, é uma honra para nossa revista *Sociologia & Antropologia*. Na sua recente vinda ao Brasil, antes de realizar uma conferência para cerca de 1.300 pessoas que lotaram o Salão Nobre e o pátio interno do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Harvey falou a Marco Aurélio Santana e Igor Peres sobre sua trajetória acadêmica, da universidade inglesa de Cambridge até a de Chicago, nos Estados Unidos, e sobre sua contribuição teórica, que vem revigorando o marxismo e inspirando a reflexão sobre os novos movimentos sociais no espaço de várias cidades pelo mundo.

Nos artigos que se seguem a esse depoimento, Michael Levien faz, por um lado, uma importante discussão sobre a relação entre desapropriação de terras e capitalismo. Propondo ir além da articulação necessária entre desapropriação e acumulação primitiva, feita por Marx, e dialogando com a noção de “acumulação por desapropriação” de Harvey, Levien apresenta sua própria teoria de “regimes de desapropriação”. Argumenta que esta é mais adequada para dar conta das formas assumidas por esses processos no passado e no presente, bem como de suas mudanças e efeitos sobre o desenvolvimento econômico e a política. Já Ricardo Musse, comenta alguns dos livros de David Harvey, mostrando como o autor atualiza e interpreta a obra de Marx e parte de suas contribuições para alimentar também os inúmeros debates políticos e teóricos de que participa.

Este número da revista contém ainda um artigo de Markus S. Schulz, no qual o autor reflete sobre a relação entre sociologia e debate público, destacando como o esforço preditivo da disciplina encontra-se especialmente desafiado diante do declínio da noção de determinismo e da possibilidade de pensar o futuro como horizonte em aberto, na chave do conflito e da contestação social.

Pierre Teisserenc e Maria José da S. A. Teisserenc discutem, por sua vez, as mudanças ocorridas com o conceito de território, locus da ação pública que, entre as chamadas populações tradicionais, é reivindicado especialmente em termos socioambientais, o que revaloriza seu saber e reforça sua identidade coletiva. Com isso a questão territorial se renova e ganha em perspectiva política.

Em “Florestan Fernandes no espelho de Gino Germani”, de Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson, as trajetórias intelectuais de

Florestan Fernandes e Gino Germani, reconhecidos líderes de projetos acadêmicos no Brasil e na Argentina, são comparadas para além do que nos revela a obra de cada um deles, reconstruindo os contextos que vivenciaram e onde se institucionaliza a sociologia dos dois países.

Lígia Dabul traz um novo olhar sobre uma dimensão nem sempre considerada nas análises sobre a arte, a venda, articulando-a a atributos usuais da identidade dos artistas, como o caráter individualizado, original e desinteressado de sua produção. A partir da observação de uma feira de artesanato em Fortaleza, Ceará, utiliza as categorias *artista/arte e artesão/artesanato* para refletir sobre a variação dos procedimentos e percepções entre os artistas plásticos, em relação às condições de venda e à natureza da recepção de seus produtos.

O texto de Mariana Chaguri já nos conduz pela trilha da literatura, tomando o *Ciclo da cana-de-açúcar*, de José Lins do Rego, e *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (além de alguns artigos e entrevistas), para explorar a produção e circulação das noções de região e regionalismo. A autora procura mostrar, assim, de que modo a tensão entre particular e singular, entre local, regional e nacional, embora diferentemente equacionada pelos dois autores, estrutura as narrativas e produz os nexos de sentido entre forma literária e processo social.

O artigo de Tatiana Siciliano, por sua parte, contrapõe pintura e teatro, no Rio de Janeiro, capital federal, ao final do século XIX. Cenas pintadas da cidade e teatro ligeiro musicado não só divertiam o público heterogêneo, como induziam a um modo especial de ver e apreender o espaço urbano.

Foi na linha da reconstrução do passado que Simoni Lahud Guedes acompanhou um grupo de idosos engajados em projetos gerontológicos e recolheu suas narrativas de história de vida. A partir daí perseguiu os objetivos de destacar a dimensão interpretativa e contextualizada dessas narrativas e contribuir para o debate sobre as relações entre diferentes culturas em sociedades complexas.

Como documento de pesquisa, este número da revista traz a entrevista realizada por Andrea Daher com Nathan Wachtel, recuperando uma experiência de trabalho única e exemplar, que junta o relato dos vivos à letra dos mortos, a antropologia e a história, para demonstrar como os índios (ou “marranos”) retraçam a história de uma América “subterrânea”, mas presente nas manifestações da memória.

Finalmente a resenha elaborada por Matias López sobre o livro *The great gap: Inequality and politics of redistribution in Latin America*, coletânea organizada por Merike Blofield (2011) que oferece uma visão interdisciplinar qualificada para uma das questões centrais para as ciências sociais de todos os tempos: a relação entre desigualdade socioeconômica e democracia política.

Um número que se inicia com a expectativa de mudanças impulsionadas pelos movimentos sociais e termina destacando a questão da democracia, passando pelos desafios abertos ao debate e à ação pública no mundo contemporâneo, é sem dúvida uma boa forma de marcar a progressiva superação, pela sociedade brasileira, dos efeitos do golpe militar que agora completa 50 anos.

VOLUME 04 NÚMERO 01
JANEIRO–JUNHO DE 2014
SEMESTRAL
ISSN 2236–7527

- ARTIGOS**
- 11 O ENIGMA DO ESPAÇO:
UMA ENTREVISTA COM DAVID HARVEY**
Marco Aurélio Santana e Igor Peres
- 21 DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES
DE DESAPROPRIAÇÃO**
Michael Levien
- 55 DAVID HARVEY: PARA ALÉM DE UMA
GEOGRAFIA DO CAPITAL**
Ricardo Musse
- 71 DEBATENDO FUTUROS: TENDÊNCIAS GLOBAIS, VISÕES
ALTERNATIVAS E DISCURSO PÚBLICO**
Markus S. Schulz
- 97 TERRITÓRIO DE AÇÃO LOCAL E DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: EFEITOS DA REIVINDICAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**
Pierre Teisserenc e Maria José da S. A. Teisserenc
- 127 FLORESTAN FERNANDES NO ESPELHO DE GINO GERMANI**
Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson
- 163 ARTES PLÁSTICAS EM FEIRA DE ARTESANATO: VENDA,
CRIAÇÃO E OS OLHOS PARA VER A ARTE**
Lígia Dabul

	185	O NORTE E O SUL: REGIÃO E REGIONALISMO EM MEADOS DO SÉCULO XX	Mariana Miggiolaro Chaguri
	207	PINTURA E TEATRO: A PEDAGOGIA DO OLHAR N' O TRIBOFE DE ARTHUR AZEVEDO	Tatiana Siciliano
	233	VIDAS REVISITADAS: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO DE IDOSOS EM PROGRAMAS GERONTOLÓGICOS	Simoni Lahud Guedes
REGISTROS DE PESQUISA	259	NATHAN WACHTEL: HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA DE UMA AMÉRICA "SUBTERRÂNEA"	Andrea Daher
RESENHA	279	DESIGUALDADE E POLÍTICA	<i>The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America.</i> (2011). Merike Blofield (org.). University Park: The Pennsylvania University Press, 416 p. Matias López

VOLUME 04 NUMBER 01
JANUARY–JUNE 2014
BIENNIAL
ISSN 2236–7527

- ARTICLES**
- 11 THE ENIGMA OF SPACE:
AN INTERVIEW WITH DAVID HARVEY**
Marco Aurélio Santana e Igor Peres
- 21 FROM PRIMITIVE ACCUMULATION TO
REGIMES OF DISPOSSESSION**
Michael Levien
- 55 DAVID HARVEY: BEYOND A GEOGRAPHY OF THE CAPITAL**
Ricardo Musse
- 71 DEBATING FUTURES: GLOBAL TRENDS, ALTERNATIVE
VISIONS, AND PUBLIC DISCOURSE**
Markus S. Schulz
- 97 LOCAL ACTION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
TERRITORY: EFFECTS OF SOCIO-ENVIRONMENTAL
CLAIMS IN SOCIAL SCIENCES**
Pierre Teisserenc e Maria José da S. A. Teisserenc
- 127 FLORESTAN FERNANDES IN GINO GERMANI'S MIRROR**
Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson
- 163 PLASTIC ARTS AT A HANDICRAFTS MARKET: SELLING,
CREATING AND HAVING PROPER EYES TO SEE ART**
Lígia Dabul

	185	THE NORTH AND THE SOUTH: REGION AND REGIONALISM IN THE MIDDLE OF 20TH CENTURY
		Mariana Miggiolaro Chaguri
	207	PAINTING AND THEATRE: <i>TRIBOFE'S</i> PEDAGOGY THROUGH THE GLANCE OF ARTHUR AZEVEDO
		Tatiana Siciliano
	233	LIVES REVISITED: THE RECONSTRUCTION OF THE SENIORS' PAST IN GERONTOLOGICAL PROGRAMS
		Simoni Lahud Guedes
RESEARCH REGISTERS	259	NATHAN WACHTEL: HISTORY AND ANTHROPOLOGY OF A "SUBTERRANEAN" AMERICA
		Andrea Daher
REVIEW	279	INEQUALITY AND POLITICS
		<i>The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America.</i> (2011). Merike Blofield (org.). University Park: The Pennsylvania University Press, 416 p. Matias López

ARTIGOS

ⁱ Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
marcosilvasantana@gmail.com

ⁱⁱ Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Brasil
igorperesperegrino@gmail.com

Marco Aurélio Santanaⁱ
Igor Peresⁱⁱ

O ENIGMA DO ESPAÇO: UMA ENTREVISTA COM DAVID HARVEY

David Harvey está, sem sombra de dúvida, no rol dos intelectuais mais argutos e influentes dos dias atuais. Suas reflexões têm orientado os passos em várias áreas do conhecimento, penetrando tanto na vida acadêmica quanto no mundo social. Qualquer levantamento, ainda que preliminar, sobre sua trajetória indica uma farta produção bibliográfica – já traduzida em diversos idiomas –, bem como uma notável articulação com os movimentos sociais, o que deixa clara sua faceta de intelectual público.

Inglês, de Kent, fez toda a sua formação em Cambridge. Como ele próprio assume, um ponto de inflexão ocorreu em sua vida intelectual com a mudança para os Estados Unidos, em plena efervescência dos anos 1960. Lá, foi fortemente impactado pelos movimentos por direitos civis eclodidos nas cidades americanas. *Distinguished Professor* da Universidade da Cidade de Nova York (CUNY), desde 2001, Harvey teve passagens anteriores por Universidades como Johns Hopkins e Oxford.

Desde cedo se interessou pelos estudos relacionados à problemática espacial, tornando-se geógrafo. Contudo, seus trabalhos têm se notabilizado para além dos círculos mais restritos da geografia, atingindo áreas contíguas de pesquisa, inovando a reflexão sobre o social. Ao conjugar às preocupações acerca do espaço elementos como a política, as relações internacionais, a economia e a filosofia, o autor foi capaz de aglutinar leitores e interessados das mais diversas áreas.

Suas reflexões críticas auxiliam, em muito, o desvelamento de processos e relações, em seus contornos espaciais, trazidos pelas novas formas de acumulação capitalista. Com isso, Harvey é um dos responsáveis diretos pela oxigenação experimentada pelo pensamento marxista nas últimas três décadas. Cerrando fileiras com Fredric Jameson, Erik Ollin Wright, Michael Burawoy e Mike Davis, Harvey forma uma espécie de núcleo, heterogêneo, que recupera de maneira desafiadora e renovada a obra de Karl Marx e seu legado. Recentemente, ele tem se empenhado em popularizar, em alto nível, o pensamento de Marx através da publicização de seus cursos, extremamente disputados, sobre *O capital*. Na linha de retomada de temas clássicos, relevantes para a caracterização de nosso tempo, Harvey empenha-se também, com ênfase no âmbito internacional, em uma tentativa de reconstrução da teoria das crises do sistema capitalista e na análise do que conceitua como *novo imperialismo*.

Em 2012, no Brasil para o lançamento e divulgação de seu livro *O enigma do capital*, Harvey atraiu cerca de 1.300 pessoas ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e, já então, antecipava algumas das questões fulcrais presentes nos movimentos que insurgiriam o país nas manifestações de 2013. Na ocasião, o autor concordou prestimosamente em conceder esta entrevista, pouco antes de falar ao público carioca. Relato de vida, mas também monografia de um tempo – como talvez dissesse Antonio Gramsci –, que os leitores têm agora a oportunidade de conferir.

Marco Aurélio Santana & Igor Peres. Embora o senhor seja um dos responsáveis pela difusão, em nível internacional, do pensamento de Karl Marx, seu contato com a obra do autor se deu tardiamente quando tinha 35 anos. Gostaríamos de saber, durante seus anos de formação em Cambridge, que tipo de literatura lhe foi mais influente.

David Harvey. De início, estive interessado em geografia histórica e, como um geógrafo histórico, eu lia intensamente acerca da história da Humanidade, mas com uma perspectiva arqueológica. Circulavam naquele tempo, e ainda circulam, livros de que me lembro agora e dos quais, talvez, sempre me lembrarei, como *Man makes himself* (1936), de Gordon Childe. A questão é que, desde os primeiros passos de minha formação, eu estava interessado na dinâmica evolucionária das sociedades, em como elas mudam. E, a partir daí, tinha um espectro amplo de leituras em história econômica, particularmente acerca do Mediterrâneo, mesmo antes do aparecimento do livro de Fernand Braudel. Mas, o Mediterrâneo era apenas uma arena na qual ocorria um conjunto de processos evolucionários. Eu me recordo de ler bastante também acerca das relações entre o desenvolvimento do comércio mundial e o da Inglaterra. Além disso, sobre o desenvolvimento de Flandres em relação ao desenvolvimento da Itália. Mesmo naquela época, isso não se tratava de um processo global, mas, de todo modo, se tratava de uma ampliação geográfica nesta direção. Eu acho

que, a partir destas leituras, comecei a alinhar certas ideias sobre a natureza e a dinâmica cambiante de tempo e espaço. Há cerca de cinco anos, voltei-me para algumas daquelas coisas que eu guardava dos tempos de Cambridge, meus primeiros escritos, ainda para meu orientador, e percebi que já eram sobre a natureza da relação tempo e espaço, e pensei: “Deus do céu, desde os meus dezoito anos eu escrevo sobre tais questões. Que coisa!”.

M.A.S. & I.P. Por motivos evidentes, ligados à sua formação, sua reflexão sempre foi geograficamente informada. Mas, tentando pensar de uma forma mais abrangente, e para além dos campos de especialização, qual a importância heurística do espaço para a teoria social e por que é, em sua opinião, tão importante pensá-lo ou lidar teoricamente com ele?

D.H. Bem, primeiro eu diria que sempre achei complicado o fato de que muito da teoria social com a qual lidava apenas tratava o espaço como uma espécie de palco no qual as coisas evoluíam. Mas, me ficou claro, a partir de uma série de estudos por mim realizados que, na verdade, era o palco que se alterava, que estava sendo reconstituído e se transformava perpetuamente. Então, passei a refletir sobre a natureza cambiante das relações espaciais. Isso me pareceu uma maneira diferente de pensar as questões com as quais trabalhava. Pensá-las assim me pareceu melhor. Na teoria social convencional, por exemplo, em Max Weber ou Talcott Parsons, pode-se procurar em vão por qualquer tipo de relatividade e espaço, ou acerca do que ocorre com a dinâmica e a mudança nas relações espaciais ou, ainda, o que se passa quando olhamos a natureza da revolução nos transportes que não pode ser dissociada daquelas preocupações. Minha tese de doutorado, que foi sobre a agricultura no século XIX, mostrou que o desenvolvimento das ferrovias teve um papel significativo neste processo. Não apenas no transporte de *commodities*, mas também nos fluxos de informação. Como um doutorando, o que fiz foi ler os jornais locais de 1815 até 1874. Li cada edição do jornal semanal. O que surgiu dali foi uma clara percepção da transformação da natureza do jornal local. Ele se converte de uma espécie de reprodução do *London Times*, com uma série de anúncios sobre a venda de propriedades, em uma vibrante representação da opinião da sociedade sobre a agricultura local, lutas em torno de legislações sobre o milho, tarifas do açúcar, o papel do governo na agricultura, políticas de taxaço etc. Obviamente, uma forte cultura regional local emergia. Contudo, com o advento das ferrovias, em 1875, os tabloides ingleses tomaram conta do cenário. A comunicação não era mais uma coisa vibrante, restringindo-se, então, a coisas como casamentos locais e noticiário de crimes. Então, havia esta evolução, e o que os jornais estavam fazendo era representar as mudanças nas configurações de tempo, espaço, conhecimento e comunicação, em suas inter-relações. São coisas que sempre achei importantes e que, ao meu juízo, eram lacunares na teoria social.

M.A.S. & I.P. E no caso da tradição marxista podemos apontar esta mesma lacuna? Por quê?

D.H. Sim, eu acho. Em certo sentido porque *O capital* (1867) de Karl Marx, é constituído de uma crítica da economia política clássica; e, na exata medida em que esta não era uma questão levada tão a sério pela economia política clássica, isto foi herdado por Marx. “Capital” é uma abstração teórica, mas uma das coisas que Marx faz é dizer que o capital não tem pátria, que o capital se estabelece por todo o globo. Enfim, não é lá muita coisa. Friedrich Engels, por seu turno, no afamado *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), notadamente quando trata da questão da moradia, contribuiu indicando que a burguesia tinha só um jeito de solucionar este problema: movendo-o, mudando-o de lugar – aliás, foi de onde retirei algumas de minhas questões. De toda forma, eles fazem muito pouco no que se refere às relações espaciais. Eu avalio que a tradição marxista seguiu a mesma trilha até, claro, as formulações de Lênin acerca do imperialismo, quando se torna uma grande questão. A relação entre a formulação de Lênin de que uma parte do mundo estava explorando outra; e a de Marx, de que uma classe explorava outra classe, precisava ser enfrentada. Impressiona como ninguém na tradição marxista discutiu isso frontalmente. Então, nos anos 1970, eu decidi enfrentar tal questão. Muitos marxistas, ainda hoje, não tratam de forma séria a diferenciação geográfica e nem mesmo outras questões com as quais venho trabalhando. Quando comecei a operar com o marxismo havia pouca preocupação acerca da urbanização e com as questões ambientais. Ambas cruciais para meus interesses. Então, de certa maneira, foi uma batalha fazer com que os marxistas assumissem seriamente o ângulo geográfico. De forma jocosa gosto de dizer que foi mais fácil trazer o marxismo para a geografia do que tem sido levar a geografia para o marxismo. Não era um ajuste fácil. Isso me levou a reformular e reconfigurar alguns dos argumentos básicos de Marx num modelo bem mais pé no chão, menos abstrato. Minha agenda foi me apropriar mais dele do que das grandes abstrações, fazendo-as trabalhar num mundo geograficamente diferenciado.

M.A.S. & I.P. Buscando esclarecer os leitores sobre aproximações, distanciamientos, continuidades e rupturas acerca desta temática, como o senhor vê as suas reflexões sobre o espaço comparativamente às de Henry Lefebvre, que tratou de tais questões anteriormente?

D.H. Bem, como sabemos, muitas pessoas falavam sobre a produção do espaço nos anos 1960. Se olharmos retroativamente para a literatura sobre planejamento, teremos autores, como John Friedmann, que tratavam do processo dinâmico de reprodução do espaço, com foco no desenvolvimento e nas relações entre espaço e integração. A teoria do desenvolvimento foi um aspecto muito significativo do planejamento regional. Era uma coisa que já estava lá. Hoje, a história intelectual diz que tudo começou com Lefebvre. Mas, se voltarmos

para trás e falarmos disso de forma distinta, poderemos localizar outras pessoas e influências. Em meu *Social justice and the city* (1973) uso noções de Ernest Cassirer acerca de tempo e espaço, que são muito próximas das de Lefebvre. Eu sempre acho que Lefebvre retirou, sem dar créditos, algumas de suas ideias de Cassirer, porque, muitas vezes, os franceses fazem isso: retiram ideias de outros autores sem dar os devidos créditos. O que eu acho é que Lefebvre tentou integrar estas ideias com um conjunto já estabelecido de questões da tradição marxista, particularmente as contradições rural/urbano, as noções de vida camponesa, ou que estava ocorrendo com ela etc. Então, Lefebvre tentou também politizar a questão da reprodução do espaço. Já era óbvio na literatura sobre planejamento que quem produzia o espaço era o capitalista. Eles produzem um espaço que facilite seu propósito social, que pode ser desenvolvimento econômico, crescimento econômico, podendo ser também maior desigualdade social. O que Lefebvre fez muito bem foi criticar os planejadores do Estado que então produziam o espaço. Ele julgou necessário criticá-los, e acabou por influenciar grupos de geógrafos que estavam então começando a operar dentro de uma perspectiva crítica.

M.A.S. & I.P. O debate sobre a assim chamada pós-modernidade varreu o cenário intelectual internacional entre os anos 1980 e 1990. Em seu bojo ele agregou destacados intelectuais, dentre os quais: Jürgen Habermas, Jean-François Lyotard, Anthony Giddens, Fredric Jameson e Perry Anderson. Em meio às polêmicas, o seu livro *The condition of postmodernity* (1989) foi considerado um divisor de águas. De seu ponto de vista, qual seria a sua contribuição particular a esta discussão?

D.H. Penso que minha contribuição particular foi exatamente me comportar como um marxista vulgar – condição em relação à qual, em verdade, quero me distanciar –, dizendo: se alguma coisa está mudando, quais são as condições econômicas desta mudança? Propunha exatamente uma investigação das origens da mudança cultural. Isso significava, portanto, olhar para a flexibilização do mercado de trabalho e para outras mudanças que estavam ocorrendo na economia naquele momento. Minha outra contribuição foi indicar em que grau a pós-modernidade estava descobrindo o espaço de forma particular, enfatizando demasiadamente diferenças e particularidades, bem como reforçando a impossibilidade de metateorias. Fiquei bastante contrariado com isso porque fui formado em um tipo de geografia que recusava integralmente qualquer metateoria. Aquilo era pura e simplesmente acerca da particularidade. Eu olhava para aquelas pessoas e pensava: “devem estar loucos se querem voltar para um mundo constituído intelectualmente pelo tipo de geografia em que eu fui educado”. Então, busquei integrar as noções de espaço e tempo ao que seria o debate central. A estrutura do livro é simples: pós-modernidade, economia e o nexos espaço e tempo. Ele acabou sendo eficaz, tendo bastante impacto, surpreendentemente

para mim. Achei sinceramente que ninguém fosse lê-lo. Finalmente, ele acabou sendo traduzido em várias línguas e eu fui enormemente citado.

M.A.S. & I.P. Movendo-nos para outro campo de discussão, mas ainda posicionados no interior dos interesses da teoria social, desejamos saber, em sua opinião, qual o lugar e o papel de uma teoria crítica na sociedade contemporânea?

D.H. Creio que esta é uma tradição que necessita desesperadamente ser reavaliada e revitalizada. Penso que uma questão a ser levada em conta seja a existência, hoje, de muitas teorias críticas. Todo acadêmico é, de certa forma, um teórico crítico, porque é geralmente crítico de seus colegas. Uma das coisas interessantes da Escola de Frankfurt era que tinha certa coesão com relação ao que estava tentando fazer. Desde então, a teoria crítica se fragmentou: estudos culturais, estudos raciais, estudos de gênero, estudos de orientação sexual. A teoria crítica misturou-se com política de identidade e, claro, muita coisa relevante e progressista surgiu a partir daí. Mas, o que ocorreu também foi que certa teoria crítica tornou-se antimarxista e antieconomia política. O resultado disso foi que muitos se afastaram da crítica da economia política, dirigindo-se a outros estudos críticos, o que nos deixou despreparados para entender, por exemplo, as crises recentes do capitalismo de 2007 e 2008. Creio que a teoria crítica tem de começar a pensar como enfrentar conjuntamente a construção de um projeto coletivo. Eu gostaria de ver emergir um projeto político mais centrado em torno da teoria crítica, a partir da ideia geral do que significa ser anticapitalista, que não significa necessariamente ser marxista. Contudo, eu diria, dependendo das formas como se persiga este caminho, encontraremos considerável resistência.

M.A.S. & I.P. O senhor tem mantido uma estreita relação com os movimentos sociais, se posicionando, de forma regular e incisiva, em debates públicos pelo mundo. Pensamos, por exemplo, em sua participação no Fórum Social Mundial, realizado no Rio de Janeiro, em 2009, e, mais recentemente, a partir de 2011, em sua intervenção na discussão acerca dos rumos do movimento de contestação que ficou conhecido como *Occupy*. Neste sentido, como o senhor pensa a relação entre intelectuais e movimentos sociais?

D.H. Como acadêmico eu existo em um ponto determinado da produção, que é a produção e reprodução do conhecimento, bem como existem lutas que precisam ser travadas. Tenho tentado explicar às pessoas que a academia não é uma Torre de Marfim na qual nos sentamos. Nós estamos travando batalhas constantemente. Um dos projetos que tenho é manter um espaço aberto no interior da academia, no qual um pensamento crítico, como o de Marx, possa florescer. Isso não é fácil de fazer. É uma luta. Eu não espero que alguém que esteja envolvido na luta por habitação, ou quaisquer tipos de enfrentamento, deixe de fazê-lo, venha e se sente comigo em uma reunião da faculdade para

discutir quem está certo sobre um determinado ponto. A questão que surge é como construir uma aliança entre o que nós estamos fazendo e o que eles estão fazendo, para estarmos juntos sem nunca tentar dizer a eles o que eles têm de fazer. Da mesma forma que não espero que eles me digam o que fazer. Mas, existem muitas possibilidades de aproximação e associação. Nós podemos manter uma relação forte com pessoas vinculadas ao trabalho, aos sem-teto etc. Neste sentido, existem muitas áreas de interseção e aliança, inclusive mobilizando certos recursos disponíveis aos que estão dentro da academia, como a capacidade para empregar certo tempo livre ou promover determinadas atividades. O que faço na City University of New York (CUNY) é dizer para os movimentos sociais: “se precisam de espaço para apresentar ideias, nós arranjaremos aqui”. A administração atual não é tão amigável a este respeito, mas, por um período, eles nos deixaram fazer todo tipo de atividade. Assim, pessoas da comunidade podiam vir até a CUNY e travávamos proveitosos diálogos. Outra área que tem sido importante para mim é a orientação de trabalhos de pós-graduação. Temos alunos que atuam em movimentos sociais ao mesmo tempo em que desenvolvem suas teses. Eles acabam se envolvendo, eventualmente, nos mais variados conflitos, e nós os ajudamos de diversas maneiras. Eles me ensinam muito acerca do que se passa nos movimentos em que atuam. E não apenas os de pós-graduação, os de graduação, algumas vezes, nos colocam questões importantíssimas, as quais, uma hora ou outra, temos de enfrentar. Minha visão foi sempre a de que minha atividade primeira era, obviamente, no interior da universidade e por dentro do sistema acadêmico universitário. Mas sempre achei também que as melhores ideias surgiam da participação, do apoio e do envolvimento com os movimentos sociais. Eles sabem que colocam ótimas questões.

M.A.S. & I.P. O seu livro *Rebel cities* (2012) tem estimulado debates, dentro e fora da academia, acerca da natureza, contornos e perspectivas dos espaços urbanos ao redor do globo. Nele se realça a importância da participação política para a construção do que seriam espaços públicos efetivos, ou seja, espaços comuns. Como o senhor vê o futuro das cidades e o papel dos movimentos sociais nele?

D.H. A cidade capitalista atingiu um ponto que é uma verdadeira abominação. Creio que alguma coisa realmente precisa mudar drasticamente no que respeita à urbanização, estratégias urbanas e mesmo do ponto de vista da dinâmica capitalista, a qual cria oportunidades para que forças de oposição apontem determinados caminhos, em vez de outros. Aqui no Rio de Janeiro, vocês passam por um conjunto de processos que parecem bastante problemáticos com relação às favelas, aos jogos Olímpicos e à Copa do Mundo. Estas intervenções sempre vêm acompanhadas pelas justificativas do Estado de que atua para o desenvolvimento. A questão não é só dizer que se tem direito à cidade. É preciso lutar

por isso. De quem é o direito? Dito sem maiores qualificações, como um *slogan* vazio, parece que é só assumir tal direito. Mas sempre haverá conflito acerca deste direito. O fundamental é que os mais pobres possam influenciar os destinos da cidade tanto quando os mais ricos. Por isso, insisto que temos de olhar o urbano como um fenômeno de classe. O capital financeiro levantando condomínios, escritórios etc. está produzindo a cidade. Se quisermos resistir a esta maneira de produção, então temos de lutar contra este poder. Eu acho que se pode dizer, de certa perspectiva, que não há espaço público na cidade. Ele está inteiramente controlado pelo poder político. O espaço público nunca é não-regulado. Por isso, uma das grandes arenas de contestação é abrir este espaço público para o uso público de fato. É claro que a rua sempre foi um dos grandes espaços abertos para o ativismo político, o que vem sendo crescentemente diminuído. Uma das questões que envolvem os movimentos sociais não é deixar de defender os espaços públicos nas formas em que eles existem, mas, exatamente, criar novos, nos quais eventos públicos possam existir. As lutas sobre o conceito de espaço público e sobre a regulação do espaço público são arenas de conflito e disputa pela vida urbana. A essência da grande vida urbana e da vida cívica, para mim, é a livre articulação de pessoas, nas mais diversas formas, abrindo espaços para as possibilidades de variadas modalidades de encontros. Se isto não ocorre, é crítico para os movimentos liberar tais espaços comuns para a sua participação. Os movimentos podem fornecer uma abertura vital para uma ampla política por espaços comuns. São necessárias alianças, e quanto mais se torna aceitável a liberação dos espaços públicos para todos os propósitos públicos, mais abertas se tornam as possibilidades democráticas para os espaços da cidade, ou das regiões metropolitanas como um todo, no sentido de tornarem-se bens políticos comuns. Mas, existem obstáculos a tais processos que também precisam ser enfrentados, tais como os movimentos filofascistas europeus que ocupam o espaço em nome de uma política de exclusão espacial. Na cidade repousa nosso futuro político de esquerda.

Concedida em 29/02/2012, no Rio de Janeiro | Aprovada em 01/08/2012

Marco Aurélio Santana é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Publicou, entre outros, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (2001), *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* (co-organizado com José Ricardo Ramalho, 2003) e *Bravos companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945-1964)* (2012).

Igor Peres é bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), licenciado pela mesma Universidade e mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), com bolsa do CNPq.

**O ENIGMA DO ESPAÇO:
UMA ENTREVISTA COM DAVID HARVEY**

Resumo

A entrevista foca aspectos da vida intelectual de David Harvey. Reconstituindo seu percurso desde os primeiros anos na Universidade de Cambridge, onde se deu sua formação, passando por diálogos teóricos com nomes como Henry Lefebvre, destaca-se a centralidade do tema do espaço em seus trabalhos, sua proposta de reconstrução de conceitos provenientes do marxismo e o traço público de seu fazer intelectual.

Palavras-chave

David Harvey;
Capitalismo; Espaço;
Teoria social;
Movimentos sociais.

**THE ENIGMA OF SPACE:
AN INTERVIEW WITH DAVID HARVEY**

Abstract

The interview focuses on aspects of the intellectual life of David Harvey. Rebuilding his journey from the early years at Cambridge University, where he graduated, passing by theoretical dialogues with names like Henry Lefebvre, it highlights the centrality of the issue of space in his works, his proposal for reconstruction of concepts from Marxism and the public character of his intellectual practice.

Keywords

David Harvey;
Capitalism; Space;
Social theory;
Social movements.

DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO

Tradução de Markus Hediger

Este ensaio é um resumo de um livro ainda inédito sobre a desapropriação de terras na Índia, cuja finalidade é promover uma teoria da relação entre a desapropriação de terra e o capitalismo. Essa relação tem sido historicamente ignorada pela sociologia e permanece inadequadamente teorizada em estudos empíricos recentes sobre a “tomada de terras”. Os marxistas, por sua vez, sempre tiveram uma teoria sobre a desapropriação, fundamentada na análise de Marx da “acumulação primitiva”. Sustento, porém, que a “acumulação primitiva” é um conceito inadequado e enganoso para compreender as contínuas desapropriações de terras no capitalismo avançado. A reformulação de Harvey do conceito como “acumulação por desapropriação” fornece o ponto de partida necessário, mas é comprometida pelo economicismo e funcionalismo e precisa ser substancialmente reconstruída. Para superar essas lacunas na teoria de Harvey, defenderei o conceito dos “regimes de desapropriação” como uma estrutura mais esclarecedora e politicamente mais efetiva para o estudo comparativo da desapropriação.

A DESAPROPRIAÇÃO NA SOCIOLOGIA

Ainda não existe uma sociologia da desapropriação. Apesar de já ter emergido nas periferias de várias subdisciplinas sociológicas, a questão da relação sociológica específica da desapropriação ainda não conseguiu conquistar um campo

próprio equivalente ao da sociologia do trabalho, por exemplo. Consequentemente, a sociologia não conseguiu antecipar a posição central que a desapropriação de terras ocupa na vida política e econômica de muitos países. Essa omissão caracteriza não só a sociologia do Ocidente, onde a desapropriação tem exercido um papel relativamente limitado na atualidade, mas também a sociologia de países emergentes, onde a desapropriação vem sendo um fenômeno significativo há muitas décadas. As principais abordagens macrossociológicas ao estudo do desenvolvimento negligenciaram em grande escala a desapropriação de terras rurais mediada pelo Estado, que acompanhou os “projetos de desenvolvimento” nacionais (McMichael, 1996) nos meados do século XX.

É, de certa forma, curioso que a desapropriação de dezenas de milhões de pessoas pela modernização capitalista tenha escapado à atenção dos estudiosos da sociologia do desenvolvimento. Malgrado suas diferentes abordagens às condições sob as quais determinados países podem ser modernizados industrialmente e conquistar setores mais avançados do capitalismo global, poucos perceberam a desapropriação que acompanha esses esforços. Essa omissão pode, em parte, refletir a tendência clássica de abordar a economia política como interação abstrata de várias classes com o Estado em relação a salários, preços, subsídios e impostos. Pode refletir, também, o fato de a “fórmula da Trindade” de Marx ignorar o aluguel em prol do binarismo salário-lucro (Lefebvre, 1991; Coronil, 1997). Como Lefebvre observa, a consequência dessas perspectivas é que “o espaço da prática social é imperceptível” (Lefebvre, 1991: 324). Argumentarei, contudo, que há também uma explicação sociológica para a negligência que a desapropriação vem sofrendo na sociologia.

As principais abordagens teóricas ao estudo do desenvolvimento foram formadas durante um período em que, como demonstrarei, a aquisição forçada de terra (na Índia e em muitos outros países em desenvolvimento) serviu a um projeto estatal de desenvolvimento nacional, legitimado significativamente pelo apoio de um público amplo, incluindo estudiosos de diferentes orientações políticas. Projetos para a construção de indústrias pesadas e de infraestrutura pública consumiram uma quantidade significativa de terra, mas essa desapropriação foi justificada como “sacrifício necessário para a nação”. Esse tipo de apelo foi particularmente forte em países que estavam começando a emergir do domínio colonial e tentavam superar o “subdesenvolvimento” e construir economias nacionais autônomas. Mesmo não estando claro se tais justificativas sempre convenceram os desapropriados, sabemos que o grande apoio do público a tais projetos dificultava qualquer tipo de oposição. A ausência de qualquer resistência significativa à aquisição de terras na Índia ou em muitos outros países em desenvolvimento até a década de 1970 e especialmente a década de 1980 (e sua marginalização contínua) ajuda a explicar por que a ciência social ignorou em grande parte o fenômeno da desapropriação de terras para o desenvolvimento não agrícola em regiões rurais. Muitas vezes, são as lutas polí-

ticas que nos sensibilizam para fenômenos sociais e econômicos significativos, e a desapropriação não causou alvoroços. Ao desencorajarem qualquer resistência, os regimes desenvolvimentistas também desviaram a atenção sociológica da desapropriação.

A EMERGÊNCIA DE ESTUDOS SOBRE REASSENTAMENTOS E TOMADAS DE TERRA

Foi apenas nas décadas de 1970 e 1980 – quando movimentos sociais bem organizados surgiram para resistir à desapropriação de terras para a construção de represas e outros projetos de desenvolvimento – que os estudiosos começaram a prestar atenção nesse fenômeno, ainda que à margem da sociologia. Na Índia, ativistas e estudiosos críticos começaram a documentar a luta das pessoas reassentadas por projetos de desenvolvimento, particularmente pelas grandes represas (por exemplo, Fernandes & Thukral, 1989; Thukral, 1992; Fernandes & Paranjpye, 1997; Parasuraman, 1999). Lutas pioneiras como o *Narmada Bachao Andolan* (Movimento “Salve o Narmada”), movimento popular que surgiu em oposição à represa Sardar Sarovar, no Vale de Narmada, colocaram o reassentamento forçado na agenda dos estudiosos e das agências de desenvolvimento internacionais. Projetos como o Sardar Sarovar se tornaram símbolos poderosos da crescente desilusão com os esforços *top-down* da modernização econômica. O Banco Mundial, exposto a críticas generalizadas em virtude de seu financiamento de projetos social e ambientalmente destrutivos, foi forçado a desenvolver estratégias para aquilo que chamou de “reassentamento involuntário”. Contratou sociólogos e antropólogos para desenvolver “diretrizes para o reassentamento e a reabilitação” (ver Cernea, 1999), contribuindo assim para a criação de uma literatura orientada pelas políticas de “reassentamento induzido pelo desenvolvimento”. Sociólogos mais críticos na Índia, membros de uma corrente crescente de uma ecologia política marxista (por exemplo, Peet & Watts, 2004[1996]; Peluso & Watts, 2001), também começaram a desviar seu foco tradicional em “conflitos na fábrica e no campo” e voltá-lo para os “conflitos em torno de florestas e rios” (Baviskar, 1995: 40; ver, também, Guha, 1989). Essa literatura surgiu no encalço das lutas contra os projetos do Estado nehruviano (represas, projetos de mineração, projetos florestais do Estado, indústrias do setor público) e suas contrapartes em outros lugares nas décadas de 1970 e 1980; ela fornece o ponto de referência histórico para a comparação das desapropriações contemporâneas do período neoliberal.

A proliferação das “tomadas de terra” e os protestos contra estas na era neoliberal começou a exigir uma atenção pública e acadêmica mais ampla. De modo um tanto ortogonal em relação aos que vinham estudando a desapropriação há décadas em diferentes países (por exemplo, Baviskar, 1995; Watts, 2004a [1996], 2004b; Hart, 2002; Moore, 2005), surgiu recentemente uma ampla litera-

tura sobre os esforços de investidores privados e até mesmo países soberanos de adquirir áreas imensas de terra, particularmente na África e na América Latina, para plantações agrícolas, inclusive para produção de biocombustíveis. A maioria desses estudos não tenta desenvolver uma teoria da relação entre desapropriação e capitalismo, antes, emprega o termo “tomada de terra” de forma descritiva. No entanto, podemos identificar duas tendências nos estudos mais teóricos. A primeira é a tendência de generalizar excessivamente essa forma específica de desapropriação, sem levar em consideração o contexto social e histórico mais amplo da desapropriação para variados fins econômicos, induzindo assim conclusões equivocadas. Zoomers (2010), por exemplo, argumenta que o atual aumento de tomadas de terra transnacionais faria parte de um fenômeno contemporâneo mais amplo da “estrangeirização do espaço” e cita as zonas econômicas especiais (SEZ) da Índia como exemplo. Sassen (2013) conclui semelhantemente que as tomadas de terra participariam do “desmantelamento do território nacional”. Veremos que as zonas econômicas especiais da Índia são desenvolvidas e financiadas domesticamente. A questão principal, porém, é que, ao desenvolver uma teoria da desapropriação, o foco na origem do capital que a impulsiona serve como distração: o capital representa apenas um dos fatores — e de importância apenas secundária em relação ao tipo de capital — que ajudam a explicar as variações no caráter e nas consequências da desapropriação em diferentes momentos e lugares. A segunda tendência tem sido um foco nas forças econômicas globais que, supostamente, estariam por trás da desapropriação, mas que ignora os meios políticos para a realização da mesma. Em outras palavras: os estudiosos têm dedicado muita atenção às mudanças no capitalismo agrícola global, que parecem ser responsáveis por essas tomadas de terra específicas, mas se interessaram muito pouco pelos meios exatos com que os Estados realizam a desapropriação para esses ou quaisquer outros fins — e como estes se distinguem de práticas estatais anteriores. Enquanto transformações no “regime de alimentação” global podem ajudar a explicar um dos motivos que impulsionam as “tomadas de terra” (McMichael, 2012; 2013), apenas uma teoria de regimes domésticos de desapropriação pode nos ajudar a entender por que e como determinados Estados respondem a esse impulso com a desapropriação forçada de camponeses. Em geral, a literatura crescente sobre a “tomada de terra” não tem vinculado essa nova preocupação com os investimentos agrícolas transnacionais a uma teoria mais ampla da desapropriação de terras.

O primeiro passo na construção de uma teoria mais satisfatória sobre a relação entre capitalismo e a desapropriação de terras consiste em retornar à principal tradição teórica que possuía uma teoria da desapropriação. Os marxistas, juntamente com os sociólogos, certamente têm negligenciado (em teoria e prática) o problema do reassentamento de populações rurais pela indústria capitalista. No entanto, o marxismo possui uma teoria sobre a relação entre

desapropriação e capitalismo. Essa teoria precisa ser substancialmente reconstruída antes que possa ser usada para entender as formas contemporâneas de desapropriação de terras, mas precisamos esclarecer essa herança teórica antes de demonstrar como o conceito de regimes de desapropriação difere dela.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA A DESAPROPRIAÇÃO NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

Existem basicamente duas abordagens marxistas ao estudo da desapropriação, e ambas derivam da teoria da “acumulação” primitiva de Marx. A primeira vertente se apoia na análise de Marx dos cercamentos ingleses, onde desenvolveu seu famoso argumento segundo o qual as origens do capitalismo se encontrariam no “processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção” (Marx, 1977: 875).

Para Marx, esse processo sangrento e violento de expulsar os camponeses da terra gerou as condições para o capitalismo na Inglaterra rural, efetivando as “duas transformações pelas quais os meios sociais de subsistência e produção são transformados em capital; e os produtores imediatos, em trabalhadores assalariados” (Marx, 1977: 875). Ao contrário do “conto de fadas” sobre as origens do capitalismo defendido por Adam Smith, Marx argumentou que as relações sociais capitalistas foram criadas “sob circunstâncias de terrorismo brutal” (Marx, 1977: 895). Senhorios, a coroa e, eventualmente, também o parlamento recorreram à força bruta para cercar terras comuns, retirar as casas e seus donos do latifúndio, privatizar propriedade estatal e eclesiástica e criar um proletariado destituído, que agora estava “livre” para vender sua mão de obra – e que se via obrigado a fazê-lo, pois havia sido “libertado” de qualquer propriedade. Para Marx, o nascimento do capitalismo foi, portanto, muito menos idílico do que Adam Smith alegava; o capital veio ao mundo “com sangue e sujeira pingando de cada poro da cabeça aos pés” (Marx, 1977: 926).

Alguns comentaristas têm observado que a “acumulação primitiva” de Marx representava mais um relato histórico contingente sobre o desenvolvimento capitalista na Inglaterra do que uma teoria elaborada (Balibar, 1979: 279). Esse relato contingente apresenta duas ambiguidades importantes relacionadas aos modos de como conceber a acumulação primitiva. Por um lado, essa seção do *Capital* apresenta uma história de origem sobre como surgiram as condições para o capitalismo. Desse ponto de vista, a acumulação primitiva é definida por sua função no desenvolvimento do capitalismo: representa aqueles processos históricos que inauguram as relações sociais capitalistas. Se extrairmos uma definição teórica desse relato, a “acumulação primitiva” pode ser tudo aquilo que gera essas relações por meio da proletarianização de camponeses e estabelece uma classe capitalista provida de um “estoque” de capital para empregá-los, com ou sem “sangue e sujeira”. No entanto, podemos interpretar

a teoria da acumulação primitiva de Marx também como distinção específica entre os processos (não capitalistas) que possibilitam a emergência de um modo de produção capitalista, no qual “conquista, escravização, roubo, assassinato, ou seja, violência exerceu o maior papel” (Marx, 1977: 874), e um sistema capitalista maduro que, uma vez desenvolvido, dispensa a coerção extraeconômica e confia na “compulsão silenciosa das relações econômicas” (Marx, 1977: 899). Na primeira definição, é a função que distingue a acumulação primitiva da acumulação capitalista – ela gera as condições do capitalismo antes de o capitalismo assumir o poder e recriar internamente suas próprias condições. Na segunda definição, são os meios extraeconômicos da acumulação primitiva que a separam da acumulação capitalista propriamente dita.

Disso surge uma segunda ambiguidade. Quanta ênfase devemos colocar em cada uma das “duas transformações”: da terra em capital e dos camponeses em proletariado? Marx devota menos atenção às forças econômicas que motivaram a aristocracia rural a transformar as terras comuns em pastos para ovelhas do que às suas consequências (involuntárias): a criação de uma classe de trabalhadores assalariados “libertos” de seus meios de produção. Essa ênfase é lógica em vista da concepção de Marx do marxismo e do papel histórico que ele atribui ao proletariado. Se, porém, destacássemos a primeira transformação, não seria a acumulação primitiva um processo contínuo ao passo que o capitalismo crescente – com uma oferta já ampla de trabalhadores assalariados – demandasse cada vez mais terra e recursos naturais? Mesmo que alguns tenham argumentado contra essa visão, é bastante claro que o próprio Marx confinou a acumulação primitiva a um capítulo inicial do desenvolvimento do capitalismo. Marx a chama de “acumulação que não resulta do modo capitalista de produção, antes é seu ponto de partida” (Marx, 1977: 873). A acumulação primitiva cria as pressuposições do capital; uma vez estabelecido, o capitalismo recria suas próprias condições de existência na base do trabalho assalariado. Na medida em que avança, ele o faz de modo serial, enquanto outros países adotam o capitalismo.

Na verdade, o “caso clássico” dos cercamentos ingleses conseguiu ocultar a ambiguidade entre “função e meios” porque nele ambas as definições coincidiam: na visão de Marx, uma força extraeconômica estabelecia as condições do capitalismo. Mas quando os historiadores acataram a análise de Marx da acumulação primitiva na Inglaterra e os cientistas sociais a aplicaram a “transições capitalistas” sob outras condições históricas, essa ambiguidade teve repercussões graves para a coerência teórica da acumulação primitiva.

Em primeiro lugar, surgiu um debate significativo sobre o papel dos cercamentos no desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Maurice Dobb (1947) e Robert Brenner (1976, 1977) defenderam e aprofundaram sua importância. No entanto, seus argumentos foram criticados não só por historiadores ingleses tradicionais, mas também por outros marxistas que rejeitavam a iden-

tificação das origens do capitalismo nas relações da classe agrícola da Inglaterra (Sweezy, 1978; Wallerstein, 1974, 2011 [1989]). A ambiguidade, porém, que surgiu em relação à importância específica dos cercamentos de terras dentro do grupo que, de fato, identificava que as origens do capitalismo na Inglaterra rural do século XVI teve consequências talvez ainda mais sérias. Em teorias subsequentes mais refinadas da posição de Brenner, não foi a desapropriação de terras, mas a redução à “dependência do mercado” que sinalizou a ascensão das relações sociais capitalistas (Brenner, 2001; Wood, 2002). Esse argumento suscita a pergunta se a acumulação primitiva inclui necessariamente a desapropriação de terras.

Essa pergunta surge também na ampla literatura sobre transições para a agricultura capitalista em outras partes do mundo. Décadas de pesquisas sobre a “questão agrária” demonstraram que o cercamento de terra muito difundido constituiu apenas um caminho historicamente específico para o desenvolvimento capitalista (Byres, 1991). Consequentemente, a acumulação primitiva passou a adotar dois sentidos nessa literatura: podia referir-se a qualquer processo que isolava o camponês de seus meios de produção, transformando-o em proletariado e gerando, ao mesmo tempo, uma classe de capitalistas agrários. Muitas vezes, isso não acontecia por meio de um despejo em grande escala, mas por meio de um processo gradual de diferenciação de classes gerada pela agricultura comercial (Lenin, 1967; Kautsky, 1988: 17; Adnan, 1985: 57). Processos econômicos como o endividamento vieram a ser vistos como instrumentos tão eficazes de acumulação primitiva quanto o cercamento extraeconômico de terras (Bhaduri, 1983). Mas a acumulação primitiva podia se referir também ao processo geral de desviar excedentes agrícolas para a industrialização capitalista (Byres, 1991: 11). Nesse sentido, a acumulação primitiva não significava necessariamente o estabelecimento de relações sociais capitalistas na agricultura, mas a transferência de excedentes da agricultura para a indústria. Nesse emprego, a acumulação primitiva representava uma condição necessária para o crescimento econômico em todos os países “atrasados”, inclusive os países socialistas (Preobrazhensky, 1965; Ka & Selden, 1986; Byres, 1991: 11).

Resumindo: a ampla pesquisa sobre as origens do capitalismo e as transições agrárias na Europa e no Hemisfério Sul ampliou as ambiguidades originais no conceito da acumulação primitiva de Marx. Já não está mais claro se a acumulação primitiva se refere à desapropriação de terra através de meios extraeconômicos, a qualquer processo que gere as precondições do capitalismo ou até mesmo a qualquer processo que fornece excedentes para a industrialização. Não pretendo averiguar se os cercamentos de terra foram realmente de importância central para as origens do capitalismo ou para as transições capitalistas subsequentes, tampouco questionarei se esses empregos do conceito da aquisição primitiva são realmente úteis. Podemos também ignorar por ora a dificuldade que tem acompanhado seu emprego empírico, dificuldade esta

que surge do problema de demonstrar onde modos não capitalistas de produção recuam diante de modos capitalistas (Roseberry, 1994: 162; Hall, 2012). O propósito desta discussão é, antes, ilustrar que a lente conceitual da “acumulação primitiva” é inadequada para compreender a relação entre capitalismo e formas contínuas de desapropriação de terras. Isso se deve principalmente ao fato de que as desapropriações atuais não podem ser compreendidas no antigo sentido funcional segundo o qual elas criariam as precondições do capitalismo: elas não inauguram necessariamente relações sociais capitalistas e não representam transições entre modos de produção. Muitas vezes, têm muito pouco a ver com a agricultura ou com uma resolução da “questão agrária”. Muitas vezes, a desapropriação das terras – às vezes, já retidas dentro de relações sociais capitalistas – ocorre em prol de um desenvolvimento não agrícola. Essa desapropriação não reflete uma fase inicial do capitalismo, mas reivindicações capitalistas avançadas de terras e recursos naturais. Assume uma miríade de formas específicas em cada setor – sejam elas represas, estradas, minas, usinas siderúrgicas, zonas econômicas especiais ou projetos de habitação – que em nada se parecem com o padrão “clássico” do cercamento. Precisam ser compreendidas no contexto de uma nova problemática: a questão não é a função da desapropriação de terras na transição para o capitalismo, mas a função da desapropriação de terras no próprio capitalismo. Isso exige, como tentarei demonstrar, uma atenção voltada aos “regimes de desapropriação”, e não aos “modos de produção”. Antes, porém, de desenvolvermos essa estrutura, precisamos contemplar as limitações da segunda abordagem “externalista” à acumulação primitiva.

DESAPROPRIAÇÃO COMO IMPERIALISMO

Além dos cercamentos, o catálogo de Marx de “acumulação primitiva” incluía uma série de outros processos que não diziam respeito primariamente à estrutura agrária doméstica da Inglaterra, mas à sua relação com o resto do mundo:

A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, a escravização e o sepultamento da população indígena nas minas daquele continente, os inícios da conquista e do saqueio da Índia e a conversão da África em uma reserva para a caça comercial a peles negras – tudo isso são coisas que caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os momentos principais da acumulação primitiva (Marx, 1977: 915).

Nessa concepção externa, a acumulação primitiva não se refere ao estabelecimento de relações sociais capitalistas na Inglaterra, mas a um acúmulo inicial de riqueza por meio do saqueio colonial, da escravidão e da conquista genocida. Como já na análise de Marx dos cercamentos domésticos, não está claro se esses processos constituem uma acumulação primitiva pelo fato de cumprirem a função de criar as precondições para o capitalismo (aqui, a

ênfase está mais em repatriar um “estoque” de capital para facilitar o início da acumulação capitalista, e menos em criar um proletariado) ou pelo fato de envolverem meios violentos e extraeconômicos. Em todo caso, as teorias marxistas subsequentes acataram esse lado externo da acumulação primitiva (Luxemburgo, 2003 [1913]). Ao minimizarem a importância dos processos internos da acumulação primitiva, os estudiosos da dependência e dos sistemas mundiais avançaram ainda mais esse foco externo (Sweezy, 1978; Wallerstein, 1974, 2011 [1989]; Arrighi, 1994). Visto que a concepção interna da acumulação primitiva não nos fornece uma teoria praticável sobre a relação entre capitalismo e a contínua desapropriação de terras, essas teorias de imperialismo e saqueio interestatal conseguem oferecer uma alternativa?

Para começar, precisamos entender que as primeiras teorias marxistas sobre o imperialismo representavam tentativas de explicar por que as dinâmicas internas do desenvolvimento capitalista em países “avançados” levaram à exportação de capital, à expansão territorial, à rivalidade interimperialista e à guerra (Hildferding, 1981 [1910]; Bukharin, 1973 [1917]; Lenin, 1929 [1917]). Deram pouca atenção às regiões “coloniais” como objeto dessa competição (Brewer, 1990), e havia diferenças de opinião significativas em relação à sua importância econômica exata (Arrighi, 1978). Mesmo que a necessidade de recursos naturais tenha recebido uma atenção ocasional, os teóricos enfatizaram mais a necessidade de acesso a novos mercados para os monopólios capitalistas nacionais. Visto que é o controle político sobre territórios que permite aos capitalistas nacionais a expansão de seus mercados protegidos, é isso que motiva as teorias marxistas “clássicas” sobre o imperialismo. Rosa Luxemburgo foi a exceção proeminente: sua teoria do imperialismo vinculava as dinâmicas da acumulação capitalista explicitamente à contínua “acumulação primitiva” de terras de sociedades não capitalistas. Baseando-se numa teoria de “subconsumo” – da incapacidade de realizar um valor capitalista excedente dentro do capitalismo em virtude de uma demanda ineficaz –, ela sugeriu que o capitalismo precisava do emprego contínuo de violência contra as sociedades não capitalistas a fim de conseguir acesso a seus mercados e meios de produção:

É uma ilusão esperar que o capitalismo se conforme com os meios de produção que consiga adquirir por meio do comércio de mercadorias. Já nesse ponto, o capital se depara com dificuldades, pois vastas zonas da superfície da terra já se encontram em posse de organizações sociais que não demonstram qualquer desejo pelo comércio de mercadorias ou não podem – em virtude de toda a estrutura social e das formas de propriedade – oferecer para a venda as forças produtivas pelas quais o capital se interesse em primeira linha [...]. Daí a necessidade vital do capital em suas relações com países coloniais de apropriar-se dos mais importantes meios de produção. [...] Violência é a única solução que se apresenta ao capital; a acumulação de capital, vista como processo histórico, emprega a violência como uma arma permanente, não apenas em sua gênese, mas até os dias de hoje (Luxemburgo, 2003 [1913]: 351).

Segundo Luxemburgo, o capitalismo depende, portanto, do emprego contínuo da violência extraeconômica contra um exterior não capitalista, que ele precisa consumir progressivamente como condição de sua existência. O saqueio da Índia, as guerras de ópio e a destruição do pequeno fazendeiro americano são os principais exemplos que Luxemburgo cita para essa acumulação primitiva contínua. Ela acreditava que era apenas uma questão de tempo até que o capitalismo devorasse todo o meio social não capitalista que o sustentava, causando assim uma série crescente de crises e convulsões políticas (Luxemburgo, 2003, [1913]: 447).

Embora sua teoria de “subconsumo” tenha sido muito criticada, e sua representação das sociedades pré-capitalistas dominadas por uma “economia natural”, comprovadamente inadequada, sua conclusão continua válida: os capitalistas percorreriam o planeta em busca de meios de produção baratos e usariam violência contra eles. Luxemburgo foi a primeira a enxertar o relato histórico contingente de Marx sobre a acumulação primitiva em uma teoria da acumulação capitalista, transformando-a de um “pecado original” em um processo continuado. Veremos que isso serviu como inspiração direta para a teoria da “acumulação por desapropriação” de David Harvey, da qual parte a minha própria teoria.

Se os teóricos subsequentes da dependência e de sistemas mundiais passaram a focar com intensidade ainda maior nos vínculos políticos e econômicos exploradores entre países capitalistas avançados e o resto do mundo, o papel que a desapropriação de terras exerce nessas teorias é mais ambíguo do que em Luxemburgo. Por um lado, essa tradição notoriamente minimizou a importância da desapropriação de terras para o desenvolvimento do capitalismo dentro dos países (Wallerstein, 2011 [1989]) e questionou seu vínculo com o desenvolvimento econômico de longo prazo (Arrighi & Pisselli, 1987; Arrighi, 2007; Arrighi, Aschoff & Scully, 2010). Visto que esses teóricos não definem o capitalismo por meio da relação do trabalho assalariado, eles não levam em consideração processos domésticos como os cercamentos ingleses, significativos para a identificação das origens do capitalismo ou até mesmo para a facilitação de acumulação capitalista. Por outro lado, muitos dos seus teóricos alegam que a incorporação ao sistema mundial e sua divisão de trabalho envolve a transformação das relações de propriedade (Wallerstein, 2011 [1989]: 148-179) e catalogaram o saqueio interestatal de recursos como uma dimensão da transferência de riqueza da periferia para o núcleo (Frank, 1979: esp. 10, 23, 146, 160-161; Arrighi, 1994: 54). Permanece difuso o lugar que o saqueio de recursos e a desapropriação física de terras ocupa nessas teorias, principalmente em comparação com outros mecanismos de transferência de excedentes, como, por exemplo, a “troca desigual”. Em todo caso: enquanto a primeira teoria “internalista” da acumulação primitiva focava na função da desapropriação de estabelecer relações sociais capitalistas, a teoria “externalista” focava na

desapropriação como função de absorção num mercado capitalista global e sua divisão de trabalho.

Essa abordagem “externalista” possui várias vantagens. Em primeiro lugar, identifica o saqueio interestatal como eixo histórico significativo da desapropriação. Independentemente de esse saqueio ter sido crucial ou não para o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, ele enfatiza a primeira das “transformações de Marx”; ou seja, ele destaca as forças econômicas por trás das desapropriações de terra, em vez de limitar seu foco à consequência incidental da criação de um proletariado. Isso parece fornecer uma base para entender a acumulação primitiva como processo contínuo (e não apenas como transição para o capitalismo). Em segundo lugar, a teoria “externalista” desvincula o processo da acumulação primitiva da concepção do progresso econômico. As abordagens das teorias de dependência e sistemas mundiais destacavam o fato de que as relações econômicas políticas – ao ligarem o núcleo à periferia, incluindo a acumulação primitiva de recursos – não representava uma fase progressiva no desenvolvimento do capitalismo, como alegavam alguns marxistas (Warren, 1980). Antes, geravam desenvolvimento no núcleo e subdesenvolvimento na periferia. Embora eu não limite minha análise da desapropriação ao saqueio interestatal e não insista na alegação segundo a qual isso resultaria em subdesenvolvimento, insisto sim – juntamente com Arrighi e coautores, mesmo que por razões diferentes – na posição segundo a qual a desapropriação não apresenta um vínculo necessário com o progresso econômico. *A contribuição da desapropriação para o desenvolvimento é, antes, uma variável histórica*; defenderei que ela apresenta variações entre os diferentes regimes de desapropriação.

Mesmo assim, o papel da desapropriação no capitalismo nunca alcançou o nível de uma teoria na análise da dependência ou dos sistemas mundiais, e diversas falhas acometem as proposições existentes. Em primeiro lugar – como argumenta Brenner (1977) –, Frank e Wallerstein não conseguem explicar as transformações nas relações sociais de propriedade de terras, mas supõem que estas resultam das “necessidades” do sistema mundial. Não fornecem nenhuma justificativa para os processos políticos domésticos e da luta de classes necessária para efetuar mudanças de longo alcance nas relações de propriedade. Apesar de argumentar, contra Brenner, que a desapropriação exerce um papel significativo no capitalismo plenamente desenvolvido (e não só em sua origem), desenvolvo meu conceito de desapropriação como um processo contingente profundamente político para o equilíbrio das forças de classes. Em segundo lugar, os teóricos da dependência do sistema mundial veem o saqueio extraeconômico como uma relação externa entre núcleo e periferia. Não analisam a desapropriação como um processo interno contínuo do desenvolvimento capitalista de qualquer país. Como veremos, as desapropriações de terras participam tanto do desenvolvimento capitalista sob condições relativamente autônomas de industrialização (para substituir a importação) quanto do colonialismo ou neolibera-

lismo. As forças políticas econômicas por trás da desapropriação podem partir do capital doméstico ou do capital global. A origem do capital é uma variável na formação de processos de desapropriação, mas não é um fator essencial a uma teoria geral do papel da desapropriação no capitalismo.

Em resumo: a abordagem “externalista” à “acumulação primitiva” identifica corretamente a existência de desapropriações contínuas que resultam de um capitalismo já desenvolvido e separa essas desapropriações de um conceito de progresso. No entanto, limita a desapropriação a uma relação entre países dentro do sistema mundial e negligencia seu papel no desenvolvimento interno do capitalismo de qualquer país específico (seja ele periférico ou não). O mais importante, porém, é que ela não examina os mecanismos políticos subsistentes em determinados Estados, que facilitam a desapropriação de terra por uma variedade de razões econômicas e que transferem a riqueza das classes rurais para outras classes capitalistas – nacionais ou estrangeiras.

Juntas, as abordagens interna e externa à “acumulação primitiva” não conseguem explicar completamente o papel da desapropriação de terra no desenvolvimento capitalista. A posição internalista permanece ambígua em relação ao papel da desapropriação de terra na acumulação primitiva e, além disso, confina a acumulação primitiva ao estabelecimento inicial do capitalismo nos países. A posição externalista identifica de forma descritiva as desapropriações contínuas entre países, mas negligencia seu papel interno; além do mais, permanece ambígua em relação à importância geral da desapropriação na transferência transnacional de riqueza. Ao focarem na pergunta se os impulsos para a desapropriação partem de fontes domésticas ou globais, nenhuma abordagem consegue elucidar as relações políticas que viabilizam a desapropriação, não importa o momento, o lugar ou o propósito. Nenhuma nos fornece um meio de compreender os esforços contínuos dos Estados de desapropriar a terra das populações rurais em prol da indústria, da infraestrutura ou de bens imóveis. A teoria de acumulação por desapropriação, de David Harvey, preenche essa lacuna.

ACUMULAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO

Em *The new imperialism* (2003), Harvey argumenta que a “acumulação por desapropriação” se transformou em modo predominante de acumulação sob o neoliberalismo e que o foco marxista tradicional no trabalho precisa ser complementado por uma atenção maior voltada para as lutas contra a desapropriação de várias formas de riquezas públicas e privadas. Os exemplos de acumulação por desapropriação citados por Harvey incluem a expropriação de terra e recursos naturais de populações camponesas, a conversão de propriedade comunal ou estatal em propriedade privada, a extração de aluguéis de direitos de propriedade intelectual, a privatização de bens sociais coletivos

(como pensões, saúde pública e outros direitos sociais) e as várias predações do capital financeiro. Harvey vê a reemergência da importância desses mecanismos relativos à “reprodução expandida” como reação ao problema do capital superacumulado nas economias centrais do Norte.

Um mérito enorme da teoria da acumulação por desapropriação de Harvey é que ela fornece um termo diferente para as expropriações que ocorrem dentro do capitalismo avançado. A acumulação por desapropriação liberta a noção da acumulação primitiva dos interstícios dos modos de produção, tornando-o um conceito mais versátil capaz de explicar formas bem distintas de desapropriações, que pouco têm em comum com a agricultura e que não inauguram necessariamente relações sociais capitalistas: por exemplo, desapropriações para fábricas, represas, zonas econômicas especiais, destruição de favelas, projetos de mineração, infraestrutura privatizada e projetos de habitação. Mesmo que alguns tenham tratado a acumulação primitiva e a acumulação por desapropriação como sinônimos (Arrighi, Aschoff & Scully, 2010: 411), a acumulação por desapropriação representa um avanço significativo em relação à acumulação primitiva, justamente em virtude de sua capacidade de compreender diversas desapropriações contemporâneas em suas formas específicas aos seus setores e localizações geográficas dispersas e cuja relevância para o capital – pelo menos em seu sentido aproximado – se encontra mais no bem expropriado do que no dono desapropriado (a primeira das transformações de Marx). Não que a mudança terminológica seja necessária para a renovação de seu conceito – outros estudiosos antes e depois de Harvey têm defendido conceitos de uma “acumulação primitiva contínua” que marcam uma ruptura semelhante (Luxemburgo, 2003[1913]; Perelman, 2000; De Angelis, 2001; Hart, 2002; Retort, 2005; De Angelis, 2007; Sanyal, 2007). No entanto, o termo confere uma validade contemporânea ao conceito, deixando claro que ele já não se refere mais à “pré-história” do capital (Marx, 1977: 875) ou a transições agrárias únicas no Hemisfério Sul.

O que, exatamente, define a acumulação por desapropriação? Ao liberar a acumulação primitiva de sua função de gerar relações sociais capitalistas, Harvey redefine o conceito com a ajuda de outra função mais contemporânea, ou seja, a de absorver capital superacumulado na economia global. Ele chega a fornecer uma definição que abarca os diversos processos que descreve. Harvey afirma: “O que a acumulação por desapropriação faz é liberar uma série de recursos (inclusive a mão de obra) a custos muito baixos (às vezes, até a custo zero). Capital superacumulado pode apoderar-se desses recursos e transformá-los imediatamente em uso lucrativo” (Harvey, 2003: 149). Sem a referência a processos que geram as condições do capitalismo, a acumulação por desapropriação indica um conjunto de processos que permitem ao capital global encontrar novos mercados. Numa extensão autoconsciente da análise do imperialismo de Luxemburgo, Harvey tenta localizar a necessidade de desa-

propriações contínuas dentro da lógica contraditória da própria acumulação capitalista. No entanto, enquanto Luxemburgo considerava essa contradição um problema do “subconsumo”, Harvey a vê como problema da superacumulação: a redução de oportunidades para investimentos lucrativos em países capitalistas avançados obrigou o capital excedente a procurar novos mercados. A desapropriação fornece um mercado para esse capital ao trazer ativos não mercadizados, antes até “desmercadizados”, ou subvalorizados para a órbita da acumulação capital.

O que Harvey fez foi, então, tomar os aspectos interno e externo da acumulação primitiva descrita por Marx e argumentar que eles continuam presentes no capitalismo avançado, não pelo fato de gerarem as precondições do capitalismo, mas por serem, eles mesmos, as condições para sua expansão contínua. A acumulação por desapropriação representa uma reunião parcial das abordagens interna e externa, pois inclui processos de cercamento agrário realizados por estados domésticos (para represas, zonas econômicas especiais etc.), arrajando-os numa lógica do capital global, no qual os países do Norte continuam sendo seus agentes principais (permanecendo assim, em última análise, uma teoria de imperialismo). No entanto, mesmo que Harvey atribua a desapropriação a uma função mais nova e mais contemporânea do que Marx, ele preserva intacta a ambiguidade fundamental de Marx: a acumulação por desapropriação é definida pela sua função para o capital ou pelos meios específicos a ela?

Esperaríamos que Harvey especificasse a acumulação por desapropriação como processos que fornecem mercados para o capital através de meios extraeconômicos – como na caracterização de Marx da acumulação primitiva que envolve “conquista, escravização, roubo, assassinato, ou seja, violência” (1977: 874) ou como na afirmação de Luxemburgo, segundo a qual o capitalismo “emprega a violência como arma permanente” (2003 [1913]: 369). A definição da acumulação por desapropriação como acumulação através de meios extraeconômicos (ver Glassman, 2006) abarcaria muitos dos exemplos citados por Harvey: represas, zonas econômicas especiais, destruições de favelas e várias formas de cercamento mediadas pelo Estado, privatizações e transferências de riqueza pública. No entanto, Harvey não só não fornece uma definição clara da acumulação por desapropriação, como também refuta a definição acima, alegando que a acumulação por desapropriação é “primariamente econômica, e não extraeconômica” (Harvey, 2006: 159). Sem essa distinção de meios, porém, não fica claro o que esses processos diferentes têm em comum, nem o que distingue a acumulação por desapropriação de outras “soluções” para o problema da superacumulação ou da reprodução expandida “normal” do capital (ver Brenner, 2006; Levien, 2011; 2012). O limite do conceito é corrompido; e sua utilidade analítica, minada.

A consequência disso é que Harvey subestima o aspecto mais significativo da desapropriação, ou seja, o fato de ela ser um processo profundamente

político pelo qual os detentores dos meios de coerção redistribuem de forma transparente os ativos de uma classe para outra. Apesar de reconhecer que a força estatal pode exercer um papel central na desapropriação (Harvey, 2003: 154), ele abusa do conceito ao incluir nele tantos fenômenos diversos – inclusive o capital financeiro que apresenta um vínculo indireto ou confuso com a força estatal – de maneira que não consegue incorporar o Estado de forma explícita à sua teoria. Em consequência disso, o quadro de referências de Harvey acaba ignorando o aspecto crucial e diferenciador da acumulação por desapropriação quando aplicada à terra: sua dependência fundamental e transparente do poder estatal. Isso impede que ele entenda a política distintiva da desapropriação.

Como processo de redistribuição transparente e coerciva, a desapropriação de terras é um processo político contingente cujo resultado é determinado pela luta de classes e não pelos circuitos do capital (Brenner, 1977; De Angelis, 2007). Não há nada de automático quando o capital (superacumulado ou não) descobre a terra ou qualquer outro ativo como novo mercado; ao interpretar cada instância de desapropriação como resultado dos impulsos globais do capital, Harvey não consegue responder à pergunta por que impulsos em direção à acumulação resultam na desapropriação em determinado contexto. Por que os capitalistas precisam do Estado para que este desapropriar terra para eles? Por que não a adquirem simplesmente no mercado? E por que os Estados fazem isso por eles? A desapropriação requer um Estado que esteja disposto e capaz de usar seu monopólio de meios de violência para expropriar a terra de determinadas classes para o benefício de outras. Veremos que, em parte, a desapropriação surge do desejo dos Estados de ajudar os capitalistas a vencerem os obstáculos no caminho para acumulação, como, por exemplo, mercados de terra rural dominados por pequenos fazendeiros camponeses. Mas, em tempos e lugares diferentes, vemos que os Estados têm sido dispostos e capazes de desapropriar terras para classes (ou frações de classes) diferentes para propósitos econômicos diferentes. Na Índia, o Estado colonial desapropriou terras para ferrovias e para a extração de recursos naturais para o benefício do capital metropolitano; o Estado nehruviano desapropriou terras para a indústria e a infraestrutura do setor público; e o Estado neoliberal desapropria terra para todas as formas de acumulação privada, inclusive bens imóveis. Hoje, a Índia e a China desapropriam terra em grande escala para fins urbano-industriais, enquanto os Estados africanos e latino-americanos tendem a desapropriar terras para plantações agrícolas. O conceito de Harvey oferece um fundamento fraco para compreender essa variação. Embora possa ser verdade, como argumenta, que a quantidade de desapropriações aumente com a instituição de políticas econômicas neoliberais (é o que acontece na Índia), permanece incerto e provavelmente impossível demonstrar que o capital superacumulado no Hemisfério Norte seja a causa disso. Repito: os acumuladores por desapropriação são, muitas vezes, domésticos (como é o caso nas zonas econômicas especiais da Índia).

O que o cientista social precisa explicar – e que Harvey não faz – de forma mais fundamental é por que e como os Estados se reestruturaram para desapropriar terra para fins e classes diferentes em diferentes momentos da história.

Precisamos explicar também como os Estados conseguem ser *bem-sucedidos* na desapropriação das pessoas por qualquer conjunto de fins e quais os fatores responsáveis pela variação nesse sucesso. O aspecto mais significativo da desapropriação de terra é que ela envolve a intervenção direta e transparente do Estado no processo de acumulação. Do ponto de vista político, essa intervenção direta e extraeconômica na acumulação gera um antagonismo imediato entre o Estado e a população a ser desapropriada. Os fazendeiros reconhecem claramente o que está acontecendo quando o Estado tenta despojá-los de sua terra; a desapropriação de terras é universalmente e imediatamente transparente (De Angelis, 2007: 139). Impedidos de se apoiar na mistificação comum à exploração do trabalho no capitalismo, os Estados são normalmente compelidos a justificar essas expropriações de terra tão evidentes por meio de reivindicações ideológicas: de servirem a “um propósito público” ou ao “interesse nacional”; no século passado, eles costumavam fazê-lo por meio da linguagem do “desenvolvimento”. A força de persuasão dessas reivindicações depende consideravelmente da capacidade de alinhar o propósito econômico dessas desapropriações com um conceito amplamente aceito de progresso nacional. Quando as justificativas ideológicas e/ou as compensações materiais provam ser inadequadas e assim suscitam resistências, a capacidade do Estado de desapropriar é decidida pelo equilíbrio doméstico das forças políticas.

Na acumulação por desapropriação, então, o Estado, a política e a ideologia são – como Perry argumenta no contexto de modos pré-capitalistas de produção (1974: 403-404) – aspectos internos e constitutivos da própria acumulação. Essa é a implicação de enorme importância do reconhecimento segundo o qual a coerção extraeconômica, concebida como algo que se ameniza com a transição para o capitalismo, é, na verdade, um aspecto intrínseco e contínuo da acumulação no capitalismo avançado. Isso significa que o caráter e o resultado da desapropriação em momentos e lugares diferentes são formados por fatores políticos, econômicos e ideológicos heterogêneos e nacionalmente específicos que não podem ser deduzidos de circuitos globais do capital. Sua configuração específica em determinado lugar e momento pode ser compreendida como um regime de desapropriação.

REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO

Enquanto o esforço de definir a desapropriação por meio de seu papel funcional no capitalismo torna os conceitos da acumulação primitiva e da acumulação por desapropriação vagos e inutilizáveis, o conceito de “regimes de desapropriação” nos incentiva a começar pela análise dos meios distintos de desa-

propriação. Em vez de começarmos com uma teoria do papel histórico da desapropriação ou com a pergunta se ela é motivada interna ou externamente, sugiro que comecemos com aquilo que caracteriza a desapropriação como processo social em qualquer contexto. A desapropriação é, basicamente, o uso de coerção extraeconômica para expropriar ativos não relacionados ao trabalho de um grupo para o benefício de outro. Quem sofre a desapropriação, quem recebe o ativo desapropriado e como o ativo é usado para a acumulação – tudo isso assume formas diferentes em tempos e espaços diferentes. A identificação dessa variação deveria ser o objeto de pesquisas comparativas. Quando detentores de meios de coerção desapropriam determinados grupos para o benefício de outro grupo de forma consistente para uma gama coerente de propósitos, podemos chamar isso de um “regime de desapropriação”. Visto que, na maioria das circunstâncias, os Estados são os agentes principais da desapropriação e, além disso, apresentam a probabilidade maior de apresentar uma consistência em seus padrões de desapropriação, o conceito dos regimes de desapropriação será útil principalmente para compreender a desapropriação mediada pelo Estado, em oposição à desapropriação realizada por detentores menos centralizados de meios de coerção – máfias, milícias, gangues armadas ou senhorios “com seus pequenos métodos independentes” (Marx, 1977: 885).

Se um regime de produção (ou um regime de fábrica) representa um meio institucionalizado para extrair trabalho extra de trabalhadores (Burawoy, 1985), um regime de desapropriação representa um meio institucionalizado para expropriar ativos de seus donos ou usuários atuais. Ele apresenta dois componentes essenciais: um Estado disposto a desapropriar em nome de um conjunto específico de propósitos econômicos vinculados a interesses de classes específicos e um meio de gerar consentimento a essa desapropriação. Esses dois estão intrinsecamente interligados.

DESAPROPRIAÇÃO E O ESTADO

Em qualquer período determinado, os Estados possuem um conjunto de propósitos econômicos em nome dos quais estão dispostos a desapropriar terra. Quando se trata de desapropriar terra em domínio privado, isso representa em parte uma questão legal referente àquilo que é considerado um “propósito público” sob estatutos de domínio relevantes e leis domésticas (terra comunal é, muitas vezes, desapropriada com pouca resistência legal). No entanto, permanece uma questão primeiramente política, já que, como veremos, os Estados adaptam (e, às vezes, desconsideram) essas leis aos seus propósitos; e também porque Estados podem optar por não desapropriar terra em nome de todos os propósitos que a lei lhe permitiria. Alguns podem achar que se trata de uma “questão irrelevante” partindo da suposição de que os Estados são sempre instrumentos da classe dominante e, por isso, estão sempre dispostos a desapropriar

priar tudo que essa classe desejar. Na verdade, o fundamento de classe de um Estado não transparece em nenhuma outra área com tanta clareza quanto no processo de desapropriar meios de produção de um grupo e de entregá-los a outro. No entanto, ao pressupor que a disposição do Estado de desapropriar resulta automaticamente das “necessidades” do capitalismo suprime uma variação importante. Em primeiro lugar, a maioria dos Estados tem limitado a desapropriação forçada de terra de seus próprios cidadãos para “propósitos públicos”, interpretados estritamente como projetos do Estado (Reynolds, 2010). Enquanto algumas classes inevitavelmente lucram mais do que outras com projetos estatais, é necessário distinguir entre a desapropriação de terra para a infraestrutura pública e a desapropriação de terra em benefício direto do capital privado. Veremos que esta última caracteriza regimes históricos específicos, cuja emergência precisamos explicar. Em segundo lugar, as classes e frações de classes dominantes mudam ao longo de diferentes fases do capitalismo; assim, os tipos de acumulação que elas propõem para a terra desapropriada mudam com elas. Essa variação é importante. A desapropriação de terra para o capital industrial gera resultados (econômica e politicamente) diferentes do que a desapropriação de terra para o capital financeiro. Cada uma terá diferentes consequências subsidiárias para as classes não dominantes, incluindo os desapropriados. A fim de compreender os diferentes regimes de desapropriação, o cientista social precisa examinar as configurações de classes precisas subjacentes à desapropriação em qualquer contexto específico.

O campo de marxistas “externalistas” talvez objete que esse foco em regimes domésticos de desapropriação ignora a natureza global do capitalismo. Evidentemente, as forças econômicas globais moldam os propósitos econômicos em nome dos quais as diferentes classes desejam que o Estado desapropriar a terra. No entanto, essas forças globais interagem com estruturas sociais domésticas para produzir diferentes composições setoriais de crescimento econômico ligadas a diferentes alinhamentos de classe em países e tempos diferentes. Os regimes de desapropriação nos obrigam a começar não com uma explicação econômica política global para todo tipo de desapropriação em todos os lugares, mas com os propósitos econômicos específicos que motivam a desapropriação em tempos e lugares específicos; a partir daí, o sociólogo precisa alcançar níveis mais altos através do processo mais penoso da pesquisa comparativa. Ao passo que a sociologia da desapropriação avança, poderemos dizer mais sobre as transformações sofridas pelo caráter da desapropriação em escala global.

Por fim, devemos sempre manter em mente que os Estados se deparam com limites políticos em sua capacidade de desapropriar terra para os propósitos que escolherem; e os propósitos que escolherem para a desapropriação de terra têm implicações significativas para sua capacidade de executá-la.

CONSENSO E A POLÍTICA DE DESAPROPRIAÇÃO

Todo regime de desapropriação necessita de uma maneira de compelir aqueles que atualmente controlam os desejados meios de desapropriação ou subsistência a desistirem deles. Precisamos começar distinguindo essa relação de poder de outros tipos – principalmente da exploração de trabalho – aos quais os sociólogos têm dedicado uma atenção muito maior. Primeiro, precisamos reconhecer precisamente o que um desapropriador exige do desapropriado e como isso difere daquilo que um capitalista exige do trabalhador. Enquanto a exploração de trabalho exige que o trabalhador trabalhe continuamente para produzir uma mais-valia, a desapropriação exige que o usuário da terra abandone sua terra de uma vez por todas. Então, enquanto um regime de produção depende de um mecanismo para garantir a apropriação duradoura do trabalho do trabalhador (Burawoy, 1979; 1985), um regime de desapropriação depende de um mecanismo para garantir o cercamento único da terra e o afastamento de seus donos/usuários. Visto que a exploração de trabalho confronta o explorado com exigências diferentes daquelas que a desapropriação faz ao desapropriado, sua relação com o poder subjetivo (ou “ideologia”) difere de várias maneiras.

Em primeiro lugar, enquanto a expropriação de mais-valia no processo trabalhista pode ser mistificada, a expropriação de terra é sempre transparente. Enquanto um trabalhador pode não perceber diretamente que sua mais-valia está sendo extraída no processo de trabalho (pois os trabalhos “necessário” e “excedente” se confundem no salário, que aparenta representar a compensação por um dia inteiro de trabalho), nenhum fazendeiro deixa de perceber e entender a desapropriação de sua terra. A inevitável transparência da desapropriação, que resulta da intervenção direta da coerção extraeconômica, torna uma mistificação impossível. Sem o benefício da invisibilidade, o Estado precisa garantir a desapropriação por meio de formas explícitas de persuasão: sejam estas apelos normativos, concessões materiais ou a ameaça de violência.

Em segundo lugar, enquanto os marxistas ocidentais e teóricos críticos têm procurado explicar a reprodução de relações sociais de propriedade, a desapropriação requer uma teoria de poder capaz de explicar a aquiescência a transformações dramáticas das relações de propriedade sociais. A pergunta não é: por que o trabalhador continua trabalhando, reproduzindo assim a não propriedade dos meios de produção? A pergunta é: o que compele alguém a abrir mão de seus meios de produção de todo? Se fazê-lo significa uma ameaça grande e normalmente irreversível ao seu modo de vida tradicional, como o Estado consegue realizar essa desapropriação com outro meio se não a força bruta? Nesse sentido, a produção de aquiescência à desapropriação se parece mais com a tentativa de convencer as pessoas a optarem pelo socialismo – com sua disrupção inevitável de formas de propriedade e seus respectivos estilos de vida existentes – do que manter sua lealdade ao capitalismo. Enquanto o

papel da ideologia na exploração capitalista é garantir uma reprodução social tranquila, o papel da ideologia na desapropriação é possibilitar uma mudança social traumática.

A terceira distinção segue da segunda: enquanto a reprodução de relações sociais capitalistas exige formas contínuas de submissão, a desapropriação exige uma aquiescência de prazo muito curto (mas normalmente com consequências irreversíveis). Como processo singular e discreto – o Estado precisa se apoderar apenas uma vez da terra de um fazendeiro –, a desapropriação não exige (e talvez nem seja capaz de produzir) uma dominação constante. A pergunta do ponto de vista do Estado e do capital não é: como posso criar um sujeito capitalista duradouro? A pergunta é: como consigo retirar o fazendeiro e cercar a sua terra hoje? Muitas vezes, o desapropriador não se interessa mais pelo desapropriado uma vez que conseguiu isolá-lo dos seus meios de produção. Como veremos, isso é o caso principalmente em países de trabalho de mais-valia após um crescimento intenso não baseado em trabalho.

O ponto importante, porém, é que o que motiva a desapropriação de terra é o interesse do capital na terra – e não no trabalho: uma vez apropriada a terra, a transformação de fazendeiros em sujeitos capitalistas mansos é irrelevante.

Em resumo: enquanto as teorias marxistas de ideologia alegavam tratar do problema da ideologia capitalista em geral, na verdade, limitaram-se às exigências ideológicas da exploração capitalista (ou da “reprodução expandida”). Se – como argumentei – a acumulação por desapropriação é um fenômeno significativo, contínuo e profundamente capitalista, precisamos aceitar que todas essas teorias são parciais. Parecem inadequadas – talvez até sofisticadas demais – para o problema da desapropriação.

Devemos, então, contemplar a desapropriação como um problema de consenso. A sociologia do consenso surgiu nos meados do século XX de uma preocupação com a função de organizações de grande escala no Ocidente (ver Bendix, 1947; Etzioni, 1961). Apoiando-se na teoria de dominação de Weber (1978), seu representante mais proeminente definiu o consenso “como relação na qual um agente se comporta de acordo com uma diretiva sustentada pelo poder de outro, e na qual o agente subordinado se orienta pelo poder aplicado” (Etzioni, 1961: 3). Existem três formas principais de poder que podem ser usadas para gerar consenso: coerção, remuneração material e persuasão normativa. Já que a tentativa de gerar consenso por meio da coerção costuma gerar alienação, um consenso mais positivo pode ser induzido por meio de cálculos materiais ou da legitimidade normativa. A pergunta é: sob quais circunstâncias e entre quais grupos as diferentes formas de poder produzem um consenso diferentemente motivado? Enquanto Etzioni fornece uma tipologia estática de consenso (ver Burawoy, 1985: 9), eu uso o termo num sentido mais dinâmico, examinando os meios historicamente específicos disponíveis a diferentes regimes de desapropriação para expulsar as pessoas de suas terras. O consenso pode ter

sido um conceito inadequado para a submissão duradoura exigida pelo processo de trabalho (ao qual foi originalmente aplicado), mas satisfaz as exigências da desapropriação.

O conceito do consenso apresenta duas vantagens no estudo da desapropriação. Em primeiro lugar, ele não depende de um conceito de mistificação, ou seja, da produção de uma “lacuna entre experiência e realidade para todos que participam de um conjunto específico de relações sociais” (Burawoy & Von Holdt, 2012: 179). Mesmo que “consenso” não signifique necessariamente um consentimento racional, ele implica, sim, uma reação explícita a uma ordem explícita, e não uma operação “automática” ou oculta de poder. Isso o torna mais apropriado para o estudo da desapropriação com sua transparência inescapável do que para seu emprego original no estudo do local de trabalho. Em segundo lugar, o consenso à desapropriação não supõe nada mais sobre as subjetividades dos indivíduos além do fato de abandonarem suas terras. Enquanto a exploração exige um consenso duradouro no ponto de produção, a desapropriação exige apenas o consenso em um único momento no ponto de cercamento. Mesmo que os indivíduos que consentem – ou não – com a desapropriação possam ter sido sujeitos a muitas formas de socialização de longo prazo, esses processos são ortogonais à desapropriação, e suas consequências para o consenso só podem ser incidentais. Mesmo que uma submissão arraigada à autoridade estatal possa ser claramente útil, a socialização capitalista no sentido de respeito pela propriedade particular só pode ter um efeito negativo sobre o consenso à desapropriação.

Apesar de dizer pouco sobre a profundidade ou a persistência de seus efeitos, o conceito do consenso permite uma variação nos três modos pelos quais os Estados tentam alcançar o consenso à desapropriação e nas razões subjetivas do consenso. A tipologia de Etzioni do consenso coercivo, normativo e remunerativo corresponde à minha análise dos meios disponíveis aos regimes de desapropriação. Mesmo que nenhum regime de desapropriação possa se apoiar na mistificação, todos eles se apoiam, em alguma medida, no emprego ou na ameaça de coerção. Esse fato destaca a distinção crítica entre desapropriação e exploração. Quando um Estado informa o fazendeiro sobre sua intenção de adquirir sua terra, o possível emprego de força estatal sempre reforça essa intenção (isso nem sempre é o caso quando o capitalista ordena que o trabalhador trabalhe). Em última análise, se o fazendeiro se recusa a abandonar sua terra, a ameaça de coerção se transforma em violência real – o “sangue e fogo” da acumulação primitiva de Marx. Evidentemente, em vista dos custos sociais e políticos do emprego de violência – principalmente em democracias eleitorais – os Estados costumam dar preferência a outros meios para efetuar a desapropriação. Os regimes de desapropriação variam no grau em que precisam apostar no uso de coerção bruta para gerar o consenso, podendo recorrer também a meios normativos e materiais.

Os Estados quase sempre acreditam que seja necessário justificar seu uso de poder coercivo para redistribuir propriedade. Isso não vale apenas para as democracias liberais; apesar de poderem recorrer a uma coerção maior, os governos autoritários normalmente se sentem compelidos a justificar a desapropriação como algo que serve aos interesses públicos ou nacionais. Os primeiros cercamentos na Inglaterra recorreram ao conceito da “melhoria” de Locke (1952[1690]: 37) para justificar suas ações. As formas contemporâneas de desapropriação costumam recorrer à linguagem derivativa do “desenvolvimento”. Um dos fatores principais no sucesso e na estabilidade de um regime de desapropriação é à medida que seus apelos ao interesse público conseguem convencer a pluralidade e os desapropriados. Isso depende fundamentalmente dos propósitos econômicos usados para justificar a desapropriação e seus beneficiários. Tudo indica, por exemplo, que os camponeses ingleses rejeitaram os argumentos morais e jurídicos usados para justificar os cercamentos (Thompson, 1975), que se apoiavam naquilo que E. P. Thompson chama de “a ascendência da força” (1975: 23). No Ocidente, o consenso foi facilitado pelo fato de que os cercamentos em grande escala ocorreram antes da instituição da democracia eleitoral – ou se voltavam contra populações sem direito a voto (Banner, 2005). Mesmo que os governos muitas vezes tenham considerado necessário apelar à eficiência ou à civilização e a adequar a desapropriação às suas leis e à sua autocompreensão (Banner, 2005), a desapropriação ocorreu mais pela aplicação de força do que pela persuasão. O mesmo vale, obviamente, para a desapropriação pelas autoridades coloniais. O papel quase universal da violência nos esforços de “modernizar” as regiões rurais levou Barrington Moore a observar que “não há evidências de que a população tenha desejado uma sociedade industrial; há, porém, uma abundância de evidências de que não a desejavam. A base de todas as formas de industrialização tem sido, até agora, revoluções de cima, a obra de uma minoria inescrupulosa” (1966: 506). No entanto, em muitas nações pós-coloniais emergentes, essa minoria inescrupulosa se viu obrigada a recorrer a uma força normativa maior do que os regimes coloniais e pré-democráticos em seus projetos de “modernizar a nação”. Como veremos, aquilo que chamarei de regime nehruviano de desapropriação na Índia teve um apoio ideológico forte e bastante amplo durante muitas décadas após a conquista de sua independência; o regime neoliberal, porém, é outra história.

A outra base para o consenso é o apelo aos interesses materiais dos desapropriados. Dada a natureza de soma-zero da propriedade de terra, isso não é uma tarefa fácil. Enquanto poucos incentivos foram oferecidos aos camponeses ingleses para abandonarem suas terras comunais – foram expulsos sem compensação e transformados em um proletariado destituído – a maioria das sociedades contemporâneas exige que as pessoas despojadas de sua propriedade privada recebam alguma forma de compensação.

Às vezes, os Estados baseiam essa compensação numa avaliação do “valor de mercado” dessa propriedade (embora a determinação desse valor, na ausência de uma transação voluntária, apresente certas dificuldades) e, em décadas recentes, eles têm, por vezes, incrementado essa compensação por meio de políticas explícitas de “reassentamento e reabilitação”. Isso pode incluir a garantia de um emprego na atividade econômica projetada para sua terra; às vezes, inclui terra irrigada pela represa que inundará sua terra atual. Ambas as possibilidades são historicamente raras, e veremos que o histórico de “compensações” e “reassentamentos e reabilitações” na Índia é abismal. No entanto, o desapropriador quase sempre faz algum tipo de promessa material ao desapropriado, tentando convencê-lo de que ele terá alguma participação no “desenvolvimento” que sua desapropriação torna possível. Ambos os tipos de promessas e a capacidade do Estado de cumprir suas promessas dependem fundamentalmente do tipo específico de acumulação que motiva a desapropriação. Em outras palavras: diferentes regimes de desapropriação são capazes de oferecer diferentes tipos de incentivos materiais para obter o consenso dos camponeses à sua própria desapropriação.

Assim, o consenso à desapropriação é obtido por meio de combinações historicamente específicas de poder coercivo, material e normativo. Isso significa que os regimes de desapropriação são hegemônias? No sentido de Gramsci, “hegemonia” se refere à capacidade de classes dominantes de convencerem classes subordinadas de que o domínio da classe dominante serve a interesses mais universais. Envolve “a combinação de força e consenso”, sendo que este último é construído por meio de persuasão cultural e concessões materiais (Gramsci, 1971: 80, 161, 181; Burawoy, 1979, 1985; Przeworski, 1985).

No entanto, o conceito da hegemonia não se alinha nem social nem temporalmente com a política da desapropriação: a hegemonia se refere a alinhamentos políticos relativamente duradouros entre classes (“blocos históricos”), enquanto a desapropriação é, em qualquer instância específica, um processo de curto prazo que ignora alinhamentos entre classes ou partidos. Quando o Estado desapropria de forma indiscriminada todos os habitantes de uma região geográfica específica, isso afeta classes agrárias múltiplas e contraditórias de diversas alianças políticas desenvolvidas em torno de outros processos sociais mais constantes. Se alguém se submete à desapropriação, isso não sinaliza necessariamente que ele a aprove, muito menos que ele apoie o programa político da fração de classe que se beneficia dela: nada disso é necessário para o consenso. E vale também o contrário: o fato de alguém se opor à desapropriação não significa que ele rejeite aquela forma de desenvolvimento e os interesses de classe que ela representa (seja o capital financeiro para zonas econômicas especiais, o capital industrial para uma usina siderúrgica ou o capital agrário para uma represa). Pode simplesmente não querer ceder sua terra para isso. Apesar de apresentar um aspecto de classes, a política de de-

sapropriação não corresponde claramente a hegemonias estabelecidas e a suas visões de desenvolvimento. Hegemonias e desapropriação são fenômenos sociais ortogonais. O consenso representa um ponto de partida melhor como denominador mínimo comum. A princípio, os regimes de desapropriação não precisam produzir consenso, lealdade política duradoura ou transformações nas subjetividades dos desapropriados; precisam apenas tirá-los de suas terras.

DESAPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO

A acumulação só pode ocorrer após a expulsão do desapropriado de sua terra, realizando (e iluminando) os interesses de classe que motivaram a desapropriação e desencadeando mudanças socioeconômicas que afetam os desapropriados e a sociedade como um todo. A fim de entender a acumulação por desapropriação é, portanto, necessário analisar empiricamente o que realmente acontece na terra desapropriada, os tipos de mudanças econômicas que isso provoca e quem se beneficia dessas mudanças. Enquanto a maioria dos marxistas (por vezes, até Harvey) e os teóricos da modernização alegam que a desapropriação (ou “acumulação primitiva”) foi historicamente progressiva, os efeitos da desapropriação variam muito entre os diferentes regimes de desapropriação. Ser desapropriado para um projeto florestal colonial é bem diferente de ser desapropriado para uma represa do setor público, que também é bem diferente de ser desapropriado para uma zona econômica especial ou um projeto imobiliário da era neoliberal. Esse tipo de acumulação precisa sempre ser medida em relação à “desacumulação” da produção existente na terra que a torna possível. A contribuição de diferentes formas de acumulação por desapropriação para uma transformação ampla da base produtiva de uma sociedade e uma distribuição ampla de seus benefícios – o que poderíamos chamar de desenvolvimento – é, portanto, de uma grandeza bastante variável. As diferentes formas de “desenvolvimento” possibilitadas pela desapropriação em diferentes regimes é, sobretudo, de importância central para compreender a medida de resistência à desapropriação em diferentes contextos históricos.

A desapropriação de produtores diretos não é, portanto, uma fase necessária do desenvolvimento econômico: não é *nem fase nem necessariamente geradora de desenvolvimento*. O conceito de regimes de desapropriação nos convida a contemplar a desapropriação como uma forma contínua de redistribuição coerciva que serve a diferentes propósitos e interesses de classe em diferentes períodos, mas cuja relação com o progresso econômico é sempre uma pergunta aberta.

CONCLUSÃO

Há um reconhecimento crescente de que a maneira como as sociedades expropriam o trabalho não é o único fato relevante na tentativa de compreender

estruturas sociopolíticas e de demarcar seus eixos de conflito de classes. A maneira como as sociedades expropriam terra e recursos naturais e a maneira como produzem espaço para qualquer configuração político-econômica são igualmente centrais; na verdade, contêm um potencial político explosivo em muitas partes do Hemisfério Sul atual. Incentivados por uma proliferação de movimentos e levantes contra várias formas de desapropriação e cercamento, os estudiosos estão agora se perguntando se a “acumulação primitiva”, identificada por Marx com a aurora da era capitalista, não seria, na verdade, um de seus aspectos contínuos e constitutivos (Perelman, 2000; De Angelis, 2001; Hart, 2002; RETORT, 2005; Arrighi, 2007; De Angelis, 2007; Sanyal, 2007; Sassen, 2010). A formulação de Harvey (2003, 2005) da “acumulação por desapropriação” fornece uma etiqueta útil e menos anacrônica para diversas formas de desapropriações contemporâneas de terra que resultam de capitalismo maduros (em vez de gerar uma transição para estes). No entanto, com a aceleração sem precedente da escala de desapropriação e da pesquisa sobre esta, surge também a necessidade de trazer clareza para a confusão teórica em torno desses termos e de desenvolver uma estrutura mais conducente à pesquisa comparativa. Sugeri que uma teoria dos regimes de desapropriação poderia fornecer um ponto de partida melhor para uma *sociologia da desapropriação*.

O conceito de regimes de desapropriação pretende responder às teorias economicistas de desapropriação destacando a natureza política irreduzível da desapropriação como processo. Sugere que o ponto de partida para compreender as desapropriações não é sua *função* no capitalismo, mas os *meios* distintos de produzir várias formas de perda de propriedade em contextos diferentes. Incentiva um distanciamento das abstrações globais referentes à “lógica do capital” em direção ao estudo concreto de relações específicas de desapropriação entre pessoas em contextos diferentes. Em última análise, a desapropriação é um processo por meio do qual os detentores de meios de coerção obrigam os detentores de meios de produção ou subsistência (comunal ou privada) a cedê-los a terceiros. O estudo da desapropriação deve começar aqui, no ponto do cercamento. Partindo daqui, é possível examinar os propósitos econômicos e interesses de classe variáveis que motivam a desapropriação em diferentes momentos e lugares; como eles determinam a capacidade do Estado de produzir consenso à desapropriação; o tipo de acumulação que isso facilita; e as consequências de tudo isso para os desapropriados. Visto que a desapropriação é uma relação política de redistribuição fundamentada em diferentes configurações de classes e executada por Estados com seus meios específicos de gerar consenso (incluindo os idiomas específicos de justificação), devemos esperar uma heterogeneidade incrível. *A inseparabilidade da política da acumulação garante essa heterogeneidade*. Então, ao mesmo tempo em que começa com os aspectos genéricos que definem a desapropriação como processo social em qualquer contexto, os regimes de desapropriação preservam a flexibilidade para

captar sua heterogeneidade ao longo do tempo em diferentes espaços. A comparação de regimes de desapropriação é mais satisfatória do ponto de vista analítico do que a redução de todas as formas de desapropriação à lógica global do capital, e é também mais motivador em termos políticos; pode ajudar a gerar previsões sobre a fraqueza ou durabilidade relativa de regimes diferentes e a identificar os pontos em que a política de desapropriação pode vir a interromper a “acumulação por desapropriação”.

Recebido em 06/01/2014 | Aprovado em 20/03/2014

Michael Levien é Ph.D em Sociologia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e professor do Departamento de Sociologia na Johns Hopkins University, Baltimore. Suas áreas de interesse são sociologia, sociologia política, economia política agrária e teoria sociológica, com foco na Índia. É autor de “The politics of dispossession: Theorizing India’s ‘land wars’” (2013) e “Regimes of dispossession: From steel towns to Special Economic Zones” (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adnan, Shapan. (1985). Classical and contemporary approaches to agrarian capitalism. *Economic and Political Weekly*, 20/30, p. 53-64.
- Anderson, Perry. (1974). *Lineages of the Absolutist State*. Londres: New Left Books.
- Arrighi, Giovanni. (2007). *Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century*. Londres: Verso.
- Arrighi, Giovanni. (1994). *The long twentieth century*. Londres: Verso.
- Arrighi, Giovanni. (1978). *The geometry of imperialism: The limits of Hobson's paradigm*. Londres: New Left Books.
- Arrighi, Giovanni; Aschoff, Nicole & Scully, Ben. (2010). Accumulation by dispossession and its limits: The Southern Africa paradigm revisited. *Studies in Comparative International Development*, 45, p. 410-438.
- Arrighi, Giovanni & Piselli, Fortunata. (1987). Capitalist development in hostile environments: Feuds, class struggles, and migrations in a peripheral region of Southern Italy. *Review*, 10/4, p. 649-751.
- Balibar, Etienne. (1979). Elements for a theory of transition. In: Althusser, Louis & Balibar, Etienne (orgs.). *Reading Capital*. Londres: Verso, p. 273-308.
- Banner, Stuart. (2005). *How the Indians lost their land: Law and power on the frontier*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Baviskar, Amita. (1995). *In the belly of the river: Tribal conflicts over development in the Narmada Valley*. Oxford: Oxford University Press.
- Bhaduri, Amit. (1983). *The economic structure of backward agriculture*. Londres: Academic Press.
- Byres, Terence J. (1991). The agrarian question and differing forms of capitalist agrarian transition: An essay with reference to Asia. In: Breman, Jan & Mundle, Sudipto (orgs.). *Rural transformation in Asia*. Nova Deli: Oxford University Press, pp. 3-76.
- Brenner, Robert. (2006). What is, and what is not, imperialism? *Historical Materialism*, 14/4, p. 79-105.

Brenner, Robert. (2001). The low countries in the transition to capitalism. *Journal of Agrarian Change*, 1/2, p. 169-241.

Brenner, Robert. (1977). The origins of capitalist development: A critique of neo-Smithian marxism. *New Left Review*, 104, p. 25-92.

Brenner, Robert. (1976). Agrarian class structure and economic development in preindustrial Europe. *Past and Present*, 70, p. 30-75.

Brewer, Anthony. (1990). *Marxist theories of imperialism*. Londres: Routledge.

Bukharin, Nikolai. (1973[1917]). *Imperialism and world economy*. Nova York: Monthly Review Press.

Burawoy, Michael. (1985). *The politics of production: Factory regimes under capitalism and socialism*. Londres: Verso.

Burawoy, Michael. (1979). *Manufacturing consent: Changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: University of Chicago Press.

Burawoy, Michael & Holdt, Karl von. (2012). *Conversations with Bourdieu: The Johannesburg moment*. Joanesburgo: Wits University Press.

Cernea, Michael. (1999). *The economics of involuntary resettlement: Questions and challenges*. Washington, D.C.: World Bank.

Coronil, Fernando. (1997). *The magical state: Nature, money, and modernity in Venezuela*. Chicago: The University of Chicago Press.

De Angelis, Massimo. (2007). *The beginning of history: Value struggles and global capital*. Londres: Pluto Press.

De Angelis, Massimo. (2001). Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's enclosures. *The Commoner*, 2, p. 1-22.

Dobb, Maurice. (1947). *Studies in the development of capitalism*. Nova York: International Publishers.

Etzioni, Amitai. (1961). *A comparative analysis of complex organizations*. Londres: The Free Press.

Fernandes, Walter & Paranjpye, Vijay (orgs.). (1997). *Rehabilitation policy and law in India: A right to livelihood*. Nova Deli: Indian Social Institute.

Fernandes, Walter & Thukral, Enakshi Ganguly (orgs.). (1989). *Development, displacement, and rehabilitation: Issues for a national debate*. Nova Deli: Indian Social Institute.

Frank, Andre Gunder. (1979). *Dependent accumulation and underdevelopment*. Nova York: Monthly Review Press.

Glassman, Jim. (2006). Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by extra-economic means. *Progress in Human Geography*, 30/5, p. 608-625.

Gramsci, Antonio. (1971). *Prison notebooks*. Nova York: International Publishers.

Guha, Ramachandra. (1989). *The unquiet woods: Ecological change and peasant resistance in the Himalaya*. Nova Deli: Oxford University Press.

Hall, Derek. (2012). Rethinking primitive accumulation: Theoretical tensions and rural Southeast Asian complexities. *Antipode*, 44/4, p. 1188-2008.

Hart, Gillian. (2002). *Disabling globalization: Places of power in post-apartheid South Africa*. Berkeley: University of California Press.

Harvey, David. (2006). Comment on commentaries. *Historical Materialism*, 14/4, p. 157-166.

Harvey, David. (2003). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Heller, Patrick. (1999). *The labor of development: Workers and the transformation of capitalism in Kerala, India*. Ithaca: Cornell University Press.

Hilferding, Rudolf. (1981[1910]). *Finance capital: A study of the latest phase of capitalist development*. Londres: Routledge.

Hobson, John A. (1965). *Imperialism, a study*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Ka, Chih-ming & Selden, Mark. (1986). Original accumulation, equity and late industrialization: the cases of socialist China and capitalist Taiwan. *World Development*, 14/10, p. 1293-1310.

Kautsky, Karl. (1988). *The agrarian question*. Londres: Zwan Publications.

Lefebvre, Henri. (1991). *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishers.

Lenin, Vladimir I. (1967). *The development of capitalism in Russia*. Moscou: Progress Publishers.

Lenin, Vladimir I. (1939[1917]). *Imperialism: The highest stage of capitalism*. Nova York: International Publishers.

Levien, Michael. (2012). The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. *Journal of Peasant Studies*, 39/3-4, p. 933-969.

Levien, Michael. (2011). Special Economic Zones and accumulation by dispossession in India, *Journal of Agrarian Change*, 11/4, p. 454-483.

Linebaugh, Peter. (2008). *The Magna Carta Manifesto: Liberties and commons for all*. Berkeley: University of California Press.

Locke, John. (1952[1690]). *The second treatise of government*. Indianapolis: The Library of Liberal Arts.

Luxemburgo, Rosa. (2003[1913]). *The accumulation of capital*. Londres: Routledge.

Marx, Karl. (1977). *O capital*. Volume I. Nova York: Vintage.

Marx, Karl. (1973). *Grundrisse*. Londres: Penguin.

McMichael, Philip. (2013). Land grabbing as security mercantilism in international relations. *Globalizations*, 10/1, p. 47-64.

McMichael, Philip. (2012). The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, 39/3-4, p. 681-701.

McMichael, Philip. (1996). *Development and social change: A global perspective*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.

Moore, Donald S. (2005). *Suffering for territory: Race, place, and power in Zimbabwe*. Durham: Duke University Press.

Moore, Barrington. (1966). *Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press.

Parasuraman, S. (1999). *The development dilemma: Displacement in India*. Nova York: St. Martin's Press.

Peet, Richard & Watts, Michael (orgs.). (2004 [1996]). *Liberation ecologies: Environment, development, social movements*. Londres: Routledge.

Peluso, Nancy Lee & Watts, Michael (orgs.). (2001). *Violent environments*. Ithaca: Cornell University Press.

Perelman, Michael. (2000). *The invention of capitalism: Classical political economy and the secret history of primitive accumulation*. Durham: Duke University Press.

Preobrazhensky, Evgeny. (1965). *The new economics*. Oxford: Clarendon Press.

Przeworski, Adam. (1985). *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Roseberry, William. (1994). *Anthropologies and histories: Essays in culture, history, and political economy*. New Brunswick: Rutgers University Press.

RETORT. (2005). *Afflicted powers: Capital and spectacle in a new age of war*. Londres: Verso.

Reynolds, Susan. (2010). *Before eminent domain: Toward a history of expropriation of land for the common good*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Sanyal, Kalyan. (2007). *Rethinking capitalist development: Primitive accumulation, governmentality, and post-colonial capitalism*. Nova Deli: Routledge.

Sassen, Saskia. (2013). Land grabs today: Feeding the disassembling of national territory. *Globalizations*, 10/1, p. 25-46.

Sassen, Saskia. (2010). A savage sorting of winners and losers: Contemporary versions of primitive accumulation. *Globalizations*, 7/1, p. 23-50.

Sundar, Nandini. (2007). *Subalterns and sovereigns: An anthropological history of Bastar, 1954-2006*. Nova Deli: Oxford University Press.

Thompson, E. P. (1975). *Whigs and hunters: The origin of the Black Act*. Nova York: Pantheon.

Thukral, Enakshi Ganguly (org.). (1992). *Big dams, displaced people*. Nova Deli: Sage Publications.

Wallerstein, Immanuel. (2011[1989]). *The modern world system III: The second era of great expansion of the capitalist world economy, 1730s-1840s*. Berkeley: University of California Press.

Wallerstein, Immanuel. (1974). The rise and demise of the world capitalist system: Concepts for comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History*, 16/4, p. 387-415.

Warren, Bill. (1980). *Imperialism: Pioneer of capitalism*. Londres: New Left Books.

Watts, Michael. (2004a [1996]). Violent environments: Petroleum conflict and the political ecology of rule in the Niger Delta, Nigeria. In: Peet, Richard & Watts, Michael (orgs.). *Liberation ecologies: Environment, development, social movements*. Londres: Routledge, p. 273-298.

Watts, Michael. (2004b). Antinomies of community: Some thoughts on geography, resources and empire. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 29/2, p. 195-216.

Weber, Max. (1978). The types of legitimate domination. In: Roth, Guenther & Wittich, Claus (orgs.). *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, p. 212-301.

Wood, Ellen Meiksins. (2002). *The origin of capitalism: A longer view*. Londres: Verso.

Zoomers, Anneleis. (2010). Globalisation and the foreignisation of space: Seven processes driving the current global land grab. *The Journal of Peasant Studies*, 37/2, p. 429-447.

DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA AOS REGIMES DE DESAPROPRIAÇÃO

Palavras-chave

Teoria sociológica;
Regimes de
desapropriação;
Acumulação de capital;
Marxismo.

Resumo

Este trabalho defende uma teoria da relação entre desapropriação de terras e capitalismo, que chamo de “regimes de desapropriação”. Essa teoria fornece um meio de entender as formas sociais e históricas específicas assumidas pela desapropriação, suas mudanças ao longo do tempo e como essas mudanças afetam o “desenvolvimento” econômico e a política. “Regimes de desapropriação” preenche uma lacuna na sociologia do desenvolvimento e reconstrói a teoria de Marx da “acumulação primitiva” e a teoria da “acumulação por desapropriação”, de Harvey, com a finalidade de providenciar um quadro teórico mais adequado para compreender as desapropriações de terra no passado e no presente.

FROM PRIMITIVE ACCUMULATION TO REGIMES OF DISPOSSESSION

Abstract

Keywords
Sociological theory;
Regimes of dispossession;
Capital accumulation;
Marxism.

The present work advances a theory of the relationship between land dispossession and capitalism, a theory I call “regimes of dispossession”. This theory provides a way of understanding the socially and historically specific forms dispossession takes, how it changes over time, and how these changes effect economic “development” and politics. “Regimes of dispossession” fills an absence in development sociology, and reconstructs Marx’s theory of “primitive accumulation” and Harvey’s “accumulation by dispossession” to provide a more adequate framework for understand land dispossessions, past and present.

DAVID HARVEY: PARA ALÉM DE UMA GEOGRAFIA DO CAPITAL

O objetivo inicial de David Harvey, preservado e expandido ao longo de sua trajetória e de sua vasta obra, consistia basicamente em tentar entender a urbanização no capitalismo. Nessa direção, dedicou-se, nos anos 1960 e nos primórdios dos anos 1970, a estudar os desenvolvimentos históricos das principais cidades da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos, percurso sintetizado parcialmente no livro *A justiça social e a cidade* (1973).

Harvey atribuiu as carências dessa primeira versão a uma compreensão insuficiente da teoria marxiana. Para sanar esse déficit procurou se posicionar no debate, então aceso por conta de argumentações marcadamente contraditórias sobre o sentido da interpretação e a necessária atualização da obra de Marx. Concentrou seus esforços – numa época em que ainda ressoavam as polêmicas em torno do significado dos textos de juventude de Marx – nos livros e manuscritos posteriores a 1850, um conjunto que Roman Rosdolsky denominou de “crítica da economia política”.

Em *Os limites do capital*, publicado em 1982, Harvey buscou não se afastar muito de seu interesse original. Avaliava que esse aparente desvio consistia apenas numa propedêutica indispensável à abordagem marxista do processo urbano. Tanto assim que, na Introdução descreve o livro como “um tratado sobre a teoria marxiana em geral, prestando atenção na circulação do capital nas áreas construídas e na produção das configurações espaciais” (Harvey, 2013: 36).

De modo geral, o livro procura integrar os aspectos financeiro (temporal) e geográfico (global e espacial) sob uma teoria do sentido do movimento de acumulação do capital. Não prescinde, no entanto, de um exame acurado do papel ali desempenhado pela intervenção do Estado, concebendo esta, de certo modo, como um “momento vital na dialética e na dinâmica contraditória da acumulação do capital” (Harvey, 2013: 21).

As questões suscitadas em suas pesquisas acerca da dinâmica urbana, desdobradas na investigação dos procedimentos do mercado imobiliário e dos desenvolvimentos geográficos desiguais demandaram o esclarecimento do papel desempenhado, no interior da teoria marxiana, por fatores como capital fixo, finanças, crédito, gastos públicos etc. Desse modo, a motivação prévia de buscar fundamentos para uma explicação mais adequada da circulação do capital no mundo urbano, do modo como a renda se relaciona com os processos básicos de produção e distribuição, em suma, dos mecanismos que determinam a configuração espacial característica do capitalismo, desembocou numa reconstituição da “crítica da economia política”.

Nesse afã, *Os limites do capital* se constituiu como uma exposição eminentemente teórica. Harvey não deixa de ressaltar, no entanto, que o livro prescinde das dimensões históricas, geográficas e políticas da obra de Marx tão somente por conta do recorte do objeto.

No decorrer do tempo, aquilo que a princípio parecia menos, revelou-se mais. O demorado mergulho no “deserto de gelo da abstração” estabeleceu um reservatório que possibilitou a Harvey, desde então, intervir com pertinácia em diversos debates políticos e teóricos.¹ Municiado como poucos, propôs reflexões instigantes nas sucessivas pautas desencadeadas pelas profundas modificações históricas do capitalismo nos últimos quarenta anos. Emergiram assim uma série de indagações que ele procurou, na sequência, resolver, moldando inflexões inesperadas por meio das quais, sem abandonar o solo original, sua obra ultrapassou a condição de mera geografia do capital.

Os passos de Harvey reiteram um procedimento recorrente na linhagem do marxismo. Os autores dessa vertente, desde Friedrich Engels, conduziram a tarefa de atualização do materialismo histórico, exigência inerente a um movimento que se concebe como eminentemente histórico, combinando o diagnóstico do presente histórico com uma revisitação da obra de Marx – revisão que resultou, nos casos bem-sucedidos, tanto numa interpretação original da teoria marxiana como na ampliação do escopo da doutrina.²

A ordem dos fatores é indiferente. Embora Harvey tenha começado com uma apresentação da teoria marxiana, ele próprio reconhece que sua preocupação primordial consistia em buscar respostas para os desafios impostos ao marxismo pela crise econômica que eclodiu, com uma intensidade inaudita desde 1929, nos primeiros anos da década de 1970.

A utilização desse arsenal, certamente, foi um dos elementos que possibilitaram que a participação de Harvey na querela sobre o pós-modernismo lhe rendesse um reconhecimento público quase imediato, alçando-o ao panteão dos grandes teóricos do marxismo contemporâneo.

A CONTROVÉRSIA SOBRE O PÓS-MODERNISMO

Ao longo dos anos 1980 a discussão acerca da pertinência do conceito de pós-modernidade passou de tópico marginal à pauta essencial do debate marxista. Essa mudança só se tornou possível, no entanto, com a superação de um paradigma. Costumeiramente, as descrições de época ensejadas pela linhagem marxista combinavam análises dos ritmos da dinâmica econômica e da conjuntura política com certa dose de “filosofia da história”. A polêmica sobre a pós-modernidade, no entanto, desde seus primórdios, se caracterizou por associar a configuração do presente histórico com a discussão de tendências estéticas e culturais.

Um dos primeiros marxistas a tratar a questão da pós-modernidade nesses termos foi Jürgen Habermas, numa série de intervenções – cujo marco inicial foi o discurso por ocasião do recebimento do prêmio Theodor Adorno, em Frankfurt, em setembro de 1980 – que adquiriram ressonância mundial. O artigo, denominado “Modernidade versus pós-modernidade”, ressalta tanto a dimensão sociológica como a estética.

O neoconservadorismo norte-americano, que tem em Daniel Bell um de seus expoentes, segundo Habermas, não pode ser compreendido adequadamente quando se desconsidera que se trata, sobretudo, de um antimodernismo cultural, uma espécie de esquizofrenia que louva o progresso econômico, mas rejeita suas consequências no campo da cultura e do comportamento. O fulcro do artigo, no entanto, consiste na apresentação de sua posição acerca da discussão estética então vigente, abordando temas como a autonomia da arte, o legado das vanguardas e o declínio do modernismo.

Habermas retomou e desenvolveu essa análise de forma breve no opúsculo *A nova intransparência*, e de maneira mais extensa no livro *O discurso filosófico da modernidade*, ambos de 1985. Sua defesa do projeto moderno como um conjunto de potencialidades ainda não efetivadas, como algo inacabado, viga mestra de seu combate simultâneo ao antimoderno e ao pós-modernismo, não deixa de configurar, no entanto, um desvio em relação à avaliação prevalecente no marxismo. Inspirados no *Manifesto comunista*, os principais nomes dessa linhagem procuraram destacar o caráter contraditório do capitalismo – a combinação de aspectos positivos, como a urbanização e a industrialização, com traços negativos: a exploração, a reificação etc. Por meio dessa “dialética da modernidade”, o marxismo se colocou simultaneamente como crítico e defensor da sociedade moderna.

Na tentativa de delimitar a configuração histórica de seu tempo, Habermas mira simultaneamente três âmbitos distintos: o neoconservadorismo anglo-saxão; François Lyotard e o pós-estruturalismo francês; e o debate estético nas artes plásticas e na arquitetura. Ao restringir o debate sobre o pós-modernismo a esses aspectos, Habermas evita arriscar uma explicação dos processos econômicos e sociais que promoveram a mudança cultural – indagação que ele próprio reclama não ter sido atendida por Daniel Bell. Atrelado à apreciação da modernidade como um projeto inacabado, Habermas se exime, portanto, da tarefa de delinear uma teoria histórica do capitalismo.

Mediada em grande parte pelos textos de Jürgen Habermas, a continuação desse debate transformou a cultura numa espécie de campo de prova da consistência do conceito de pós-modernismo. O enfoque estritamente sociológico, predominante na querela acerca da possível emergência de uma sociedade pós-industrial, cedeu lugar a uma controvérsia estética que – como mostrou Perry Anderson em *As origens da pós-modernidade* – já emergira desde a primeira metade do século XX.

Fredric Jameson foi um dos primeiros, entre os marxistas, a discordar da rejeição, capitaneada por Habermas, do conceito de pós-modernismo. Ele começou a escrever sobre o assunto em 1982, mas sua posição só adquiriu ressonância com a publicação, em 1984, na *New Left Review*, do artigo “A lógica cultural do capitalismo tardio”, que veio a se tornar o primeiro capítulo de seu livro *Pós-modernismo* (1991).

Esse artigo compreende o termo pós-modernismo como a designação de um signo cultural próprio de um novo estágio da história do capitalismo. Com esse movimento, Jameson instaurou uma inflexão de esquerda num conceito e numa discussão cujas origens remetiam à manutenção da ordem existente.³ O uso do termo lhe afigura como irrecusável não só pelas contingências intelectuais norte-americanas, mas, principalmente, por considerá-lo como a descrição mais adequada de uma situação em que a modernização, totalmente implantada, não se defronta mais com obstáculos (leiam-se natureza e formas sociais pré-capitalistas) a serem superados. Pós-modernismo, segundo Jameson, nomeia, discrepando da tese de uma “modernização incompleta”, uma terceira etapa, o capitalismo multinacional, sucessor do capitalismo monopolista (a fase do imperialismo) e do primeiro capitalismo de mercado.

Assim, a transformação cultural é concebida como signo e sintoma de uma metamorfose no interior do próprio modo de produção capitalista. Além de recortar esses três momentos da história do capitalismo, Jameson se propõe a identificar os principais aspectos da terceira fase do capitalismo, em especial a dimensão cultural.⁴ Para estabelecer a topografia desse mundo no qual a própria palavra modernização é prescindível, já que nele tudo é, por definição, “moderno”, Jameson adota como régua e compasso a determinação da lógica específica da cultura “pós-moderna”.

Seu primeiro passo consiste na delimitação dos traços recorrentes na produção, mas também nas teorias explicativas, do pós-modernismo, no período que se estende desde a institucionalização acadêmica do modernismo, em meados dos anos 1960, até os anos 1990. Salienta, em especial, a canibalização aleatória de estilos do passado, a predominância estilística de pastiches (distintos das paródias valorizadas pelo modernismo); a criação de um hiperespaço muito além da capacidade humana de se localizar, seja pela percepção ou mesmo pela cognição, no meio circundante; a transferência da ênfase no objeto pela primazia da representação; a lógica espacial do simulacro etc.

O pós-modernismo, segundo Jameson, produziu uma alteração profunda das experiências da vida cotidiana, afetando substancialmente a percepção e a vivência psíquica dos indivíduos. Modificações que derivam não apenas do esmaecimento do sentido histórico, com a substituição do predomínio da categoria tempo pela noção de espaço, mas, sobretudo, da transmutação, no bojo do processo de reificação das coisas em imagens.

O estabelecimento de conexões, a descoberta de afinidades entre fenômenos e esferas aparentemente distintas e autônomas – um anátema para as teorias da modernidade assentadas em Max Weber –, legitima-se, no pós-modernismo jamesoniano, pela dissolução explosiva da autonomia da esfera cultural, descrita por ele como uma prodigiosa expansão da cultura até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas individuais e à estrutura da psiquê – deve ser melhor descrito como um fenômeno cultural.

O êxito de Jameson em tornar a discussão sobre a pós-modernidade aceitável e até mesmo decisiva no interior do marxismo deriva, em parte, do alcance de dois procedimentos que ele manejou com maestria. Primeiro, Jameson forneceu um quadro teórico – ao mesmo tempo abrangente e refinado – da estética pós-moderna, valendo-se de sua familiaridade com a teoria estética do marxismo ocidental, objeto de seu livro *Marxismo e forma*. Além disso, atribuiu à “cultura” pós-moderna uma delimitação mais ampla. Determinou-a, na trilha aberta por Raymond Williams, como uma “sensibilidade” ou “sentimento”, isto é, como um conjunto de práticas, motivações da ação e de atribuição de sentido ao mundo e à existência.

Assim, Jameson não só marcou de forma nítida a ruptura entre a estética da modernidade e a da pós-modernidade (ancorada na primazia da imagem sobre os objetos, sustentada pela disseminação da televisão e do computador pessoal), mas também estabeleceu a cultura como terreno comum, o que tornou possível o confronto e a comparação entre as diversas teorias da modernidade. Na sua argumentação em favor da ruptura entre nossa época e o passado imediato, ressalta tópicos como a transmutação da reificação – o fetiche não deriva mais apenas da autonomia ilusória das coisas, mas, principalmente, das imagens; a mudança na estrutura da subjetividade – a individualidade não se cons-

titui mais por meio de uma relação temporal que incorpora passado, presente e futuro, mas encontra-se submersa numa “presentificação” em que o tempo é substituído por relações espaciais; e a hegemonia a-histórica do aqui e agora.

O calcanhar de Aquiles da exposição de Jameson sobre o pós-modernismo localiza-se em sua tentativa de explicar essa mudança histórica a partir de uma teoria apresentada por Ernest Mandel em 1972.⁵ Não só pelo fato de *O capitalismo tardio* ter sido escrito antes do desabrochar pleno das teorias e das práticas que moldaram a cultura pós-moderna, mas também porque o próprio Mandel data a eclosão dessa terceira fase do capitalismo em 1945.⁶

Com a publicação, em 1989, de *Condição pós-moderna*, David Harvey se tornou uma das vozes mais influentes nesse debate. Seu livro associa a mudança nas práticas culturais, subjacentes ao termo pós-modernismo, com alterações político-econômicas que teriam se iniciado no final da década de 1960, tornando-se mais visíveis a partir de 1973.

Harvey se mostra bastante ciente da conexão necessária entre teoria sociológica e estética, como fica evidente na passagem seguinte, quase uma carta programa:

Há muito a aprender com a teoria estética sobre o modo como diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos de mudança social. Inversamente, há muito a aprender com a teoria social acerca do fluxo e da mudança com os quais a teoria estética tem de se haver. Contrastando essas duas correntes de pensamento, talvez possamos melhor compreender os modos pelos quais a mudança político-econômica contribui para as práticas culturais (Harvey, 1992: 192).

Dito em termos mais específicos, Harvey relaciona as novas experiências frente ao tempo e ao espaço (o engendramento de uma nova sensibilidade ou o sentimento qualificado como “pós-moderno”) com a emergência de modalidades diferentes, mais flexíveis, de acumulação do capital, o início de um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo”. Isso não significa, no entanto, que ele endosse a tese do surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial, ao contrário.

Um dos pontos fortes de *Condição pós-moderna* assenta-se na atenção que dedica à experiência urbana nas grandes cidades – um tópico essencial das teorias sobre a modernidade. Harvey identifica no pós-modernismo uma alteração profunda das experiências da vida cotidiana, que afetam substancialmente a própria percepção e a vivência psíquica dos indivíduos. Ele, de certo modo, atualiza as considerações dos principais teóricos da modernidade, em especial de Charles Baudelaire e Georg Simmel, nas quais se ressalta o processo de abstração patente nos novos estilos de vida, na experiência do choque, na atitude de reserva, na disseminação da relação monetária etc. Para Harvey, o pós-modernismo não significa apenas uma mudança no estatuto da produção cultural, sinaliza também uma modificação no próprio modo de vida com a generalização de novas práticas, experiências e formas de vida.

Condição pós-moderna mescla a teoria marxista das crises econômicas, esmiuçadas por Harvey em *Os limites do capital*, com a teoria histórica da “escola da regulação”. Em seu esforço para compreender a crise da década de 1970, ele testou as principais explicações prevalentes no interior da linhagem marxista, identificando problemas em cada uma delas.

Harvey considera que a tese do “esmagamento do lucro” – aquela que “encara que a organização da força de trabalho e a escassez de mão de obra reduzem a taxa de acumulação até o ponto de crise da classe capitalista e, por extensão do sistema capitalista como um todo” (Harvey, 2013: 28) – explica parcialmente a situação, mas não consegue fornecer respostas convincentes para alguns dos pontos decisivos da crise.

Ele rejeita também a tese de que a crise seria provocada por “subconsumo” ou, numa terminologia não-marxista, por deficiências na demanda efetiva. Essa teoria, apresentada inicialmente por Rosa Luxemburgo, defendida e desenvolvida por adeptos do marxismo keynesiano, também lhe pareceu incapaz de explicar os fenômenos específicos da crise dos anos 1970.

Por fim, Harvey discorda da teoria da “queda tendencial da taxa de lucro”, que consistiria num resultado não previsto pelos capitalistas em seu denodo para introduzir na indústria inovações tecnológicas e reduzir a força de trabalho. Afirma que, “o próprio Marx anexou tantas advertências, condicionalidades e circunstâncias mitigadoras a essa teoria que é difícil sustentá-la como uma teoria geral da crise” (Harvey, 2013: 28).

A teoria delineada por Harvey procura, no entanto, incorporar dimensões dessas três correntes. Em sua busca de uma explicação mais abrangente considera que as crises econômicas do capitalismo derivam, em última instância, de sua tendência congênita à superacumulação de capitais. Nas palavras de Harvey: “as crises surgem quando as quantidades sempre crescentes de mais-valia que os capitalistas produzem não podem ser absorvidas lucrativamente” (Harvey, 2013: 28).

Para explicar o pós-modernismo, Harvey recorre ainda ao arsenal teórico da “escola da regulação”, em particular, à sua famosa distinção entre “regime de acumulação” e o “modo de regulação” social e política que lhe é associado.⁷ Nesse diapasão, Harvey identifica no pós-modernismo uma ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista prevalente desde 1945. A partir da recessão de 1973, a forma de acumulação predominante, o fordismo, foi minada pela crescente competição internacional e pela combinação de baixas taxas de lucros corporativos e de um processo inflacionário em aceleração. A soma desses fatores desencadeou uma crise de superacumulação.

A resposta da classe capitalista e dos governos dos países centrais a essa situação desdobrou um novo regime de acumulação. Nesse regime, denominado “flexível” por Harvey, o capital retomou sua margem de manobra e seu controle sobre o mercado de trabalho. Sua principal estratégia foi a “precariza-

ção” das relações trabalhistas, com o estabelecimento de contratos temporários e a incorporação de força de trabalho imigrante.

Contribuíram para tanto outros fatores como a transposição – em busca de custos reduzidos – de unidades fabris para outros países ou regiões. A produção de mercadorias também foi revolucionada por processos *just in time*, pela prioridade dada aos lotes de encomendas etc. A principal transformação, no entanto, ocorreu nos mercados financeiros com a desregulamentação das transações em moedas (câmbio), crédito e investimentos. Esse novo regime de acumulação forneceu o solo para a cultura pós-moderna, para uma nova sensibilidade moldada pela desmaterialização do dinheiro, pelo teor efêmero da referência monetária, pela instabilidade econômica.

Uma generalização, sustentada por Harvey, consiste na tese segundo a qual as dimensões do espaço e do tempo estão sujeitas à persistente pressão da circulação e da acumulação do capital, “culminando (em especial durante as crises de superacumulação) em surtos desconcertantes e destruidores de compressão do tempo-espaço” (Harvey, 1992: 293).

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 1960 e intensificada ao longo da década de 1970 comprovaria, de certo modo, essa tese:

A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito de fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas (Harvey, 1992: 293).

Apesar de seus inegáveis avanços, *Condição pós-moderna* ainda se encontra, em larga medida, presa aos esquemas conceituais forjados por Jürgen Habermas e Fredric Jameson. Mesmo a maior novidade do livro – a percepção de que se trata de uma mudança estrutural (ou de fase) do capitalismo – foi apreendida por intermédio de um diálogo com a obra de Jameson.

A reconstituição do período anterior, conceitualizado como “fordismo” – retomando o termo criado por Antonio Gramsci e as formulações da escola francesa da regulação – possibilitou a Harvey, no entanto, expor, sob o rótulo de “acumulação flexível”, uma teoria própria sobre a crise e o pós-modernismo. Nela, descreve transformações decisivas no mercado de trabalho, nas formas e métodos de organização da produção e, sobretudo, na esfera financeira, no mercado de capitais e crédito.

Entretanto, apesar do esforço de Harvey para determinar com mais precisão do que Habermas e Jameson as causas econômicas, políticas e sociais da mudança cultural, só em sua obra posterior ele logrou desenvolver de forma plena e consistente uma teoria da acumulação capitalista. A partir dela, a distinção entre modernidade e pós-modernidade apresenta-se como não mais que a emergência de uma nova fase, ainda aberta, da história do capitalismo.

O DEBATE SOBRE O IMPERIALISMO

Pouco mais de uma década após a publicação de *Condição pós-moderna*, em 2003, Harvey reformula seu diagnóstico do presente histórico. Procura entender, então, a nova ordem engendrada pela reação do Estado norte-americano aos atentados de 11 de setembro de 2001, em especial as invasões sucessivas do Afeganistão e do Iraque.

Esses desdobramentos causaram perplexidade geral. Afinal, a disposição de ocupar tais países não estaria na contramão de uma política cuja hegemonia se firmara ao longo do século XX graças ao discurso e à prática em favor da autonomia nacional? Além disso, como entender a legitimidade obtida pelo governo Bush – uma singular coalizão de militaristas, neoconservadores e cristãos fundamentalistas, acusada de fraude eleitoral –, confirmada com sua escolha para exercer um segundo mandato?

As mudanças na ação externa e no cenário interno suscitaram a onda de explicações que colocou na boca de liberais e conservadores um termo que a esquerda utiliza há muito para caracterizar o Estado norte-americano: imperialismo. A ocupação neocolonial de territórios, seu denodo em determinar os rumos do capitalismo, o estado de guerra permanente (41% dos gastos do governo são destinados a atividades militares) e até mesmo o revezamento de poucas famílias no comando da nação, tudo isso apontava para o ressurgimento de um poder imperial.

Essa inusitada convergência disseminou e banalizou ao extremo a palavra “imperialismo”. Quando se debruçou sobre o tema, David Harvey, para qualificar o debate, procurou restabelecer as determinações conceituais e históricas da teoria marxista do imperialismo. Mas, paradoxalmente, a atualidade de *O novo imperialismo* reporta-se menos às análises de conjuntura – em geral brilhantes e muitas vezes proféticas –, do que ao arcabouço teórico que o livro desenvolve.

Ao contrário do que se crê, a discussão sobre o imperialismo não é episódica no *corpus* marxista, resquício da “era dos impérios” e do leninismo. Quando bem dimensionada, ocupa um lugar central na compreensão teórica e histórica do capitalismo. Se Marx, por um lado, caracteriza a dinâmica desse modo de produção como o desdobramento da acumulação de capitais (numa lógica estritamente econômica), por outro lado, em um capítulo crucial de *O capital* (“A assim chamada acumulação primitiva”) mapeia, uma a uma, as práticas extraeconômicas que favorecem a acumulação capitalista.

O debate polarizou-se entre os que consideram a “acumulação primitiva” como mera etapa necessária à emergência do capitalismo, e os que a situam como momento estrutural de seu dinamismo histórico. A questão, no fundo, remete às relações entre economia e política, um dos muitos pontos que Marx apenas esboçou e não teve tempo de desenvolver em sua obra.

Harvey é partidário decidido da segunda alternativa. *O novo imperialismo* busca mostrar que o processo de “acumulação interminável de capital”, que con-

figura histórica e geograficamente o capitalismo, combina, de forma contraditória, a lógica econômica, os processos moleculares de acumulação e as estratégias políticas, diplomáticas e militares – que denomina “acumulação por espoliação”, renomeando o arsenal de práticas que Marx chamava de acumulação primitiva.

A predecessora mais ilustre dessa posição foi Rosa Luxemburgo. Harvey compartilha com ela a tese de que a acumulação capitalista não prescinde de alguma espécie de ambiente externo. Discorda, no entanto, que esse “outro” seja sempre uma forma de produção pré-capitalista. O próprio capitalismo, em sua geografia e história, pode produzir esse “exterior”, como no caso do desemprego em massa que amplia o exército industrial de reserva.

Ele tampouco concorda que a teoria de Rosa Luxemburgo segundo a qual a sucessão de crises que perpassa o capitalismo seria explicável pelo “subconsumo”. Para Harvey, as crises advêm da dificuldade em absorver de forma lucrativa os excedentes de capital e são, portanto, “crises de sobreacumulação”. Sua resolução acarreta tanto a desvalorização de ativos e a destruição de regiões como configura uma nova paisagem espaço-temporal para acomodar a perpétua acumulação de capital e, sua companheira inseparável, a acumulação interminável de poder.

Harvey também não despreza os ensinamentos de Lênin sobre o imperialismo, em especial a denúncia da assimetria entre Estados no interior de um sistema global de acumulação de capital. Mas em vez de descrever o imperialismo como uma fase “derradeira” do capitalismo prefere vê-lo, na fórmula de Hannah Arendt, como “o primeiro estágio do domínio político da burguesia”. A partir dessa premissa reconstitui, com alguns deslocamentos decisivos, a hipótese de uma sucessão de Estados hegemônicos desenvolvida por Giovanni Arrighi em *O longo século XX*.

Entre 1870 e 1945 imperialismos rivais assentados no nacionalismo e no racismo conduziram as nações europeias a uma série de crises e guerras. Esse processo resultou na incontestável hegemonia norte-americana após 1945. Esta se firma dissimulando seu domínio sob a capa de um universalismo abstrato: a defesa das classes proprietárias de todo o mundo em sua luta contra o comunismo. A partir de 1973, o modelo de acumulação altera-se completamente com a guinada política que visa restaurar e reconstituir o poder da classe capitalista, a “contrarrevolução neoliberal”, consubstancializada com a criação de um sistema monetário desmaterializado.

Nesses três períodos convivem, com pesos diferenciados, a acumulação molecular de capital e a acumulação por espoliação. Esta última vigorou no período 1870-1945 e voltou a prevalecer a partir de 1973, após o interregno dos “trinta anos dourados”. A face imperialista do capitalismo torna-se ostensiva nos momentos em que predomina o acúmulo por espoliação, mas nunca deixa de atuar, sobretudo porque também deriva, de forma complexa, da reprodução expandida do capital.

Essa teoria possibilitou a David Harvey – em *O novo imperialismo* e nos seus livros seguintes, em especial, em *O neoliberalismo: história e implicações* e em *O enigma do capital e as crises do capitalismo* – explicar de forma convincente os principais fenômenos político-econômicos dos últimos 35 anos, apresentando a financeirização, a globalização e a política neoliberal como estratégias da “acumulação por espoliação”.

O predomínio atual da “acumulação por espoliação” manifesta-se na vida política por meio da cisão dos movimentos antiglobalização, divididos entre a esquerda socialista – cuja ênfase na reprodução ampliada coloca como central a luta anticapitalista –, e os novos movimentos sociais que tendem a assumir formas difusas, fragmentárias e avessas ao controle do aparelho de Estado, posto que lutam prioritariamente contra as múltiplas formas de espoliação.

Recebido em 13/01/2014 | Aprovado em 28/03/2014

Ricardo Musse é mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Filosofia e livre-docente em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de Sociologia da USP, suas pesquisas versam sobre teoria sociológica e sociologia histórica do marxismo. Organizou os livros *Capítulos do marxismo ocidental* (1998) e *Émile Durkheim: Fato social e divisão do trabalho* (2007).

NOTAS

- 1 A expressão “deserto de gelo da abstração” é de Walter Benjamin, como lembra Adorno no *Prefácio da Dialética negativa* (Adorno, 2009: 7).
- 2 Sobre o papel de Engels na determinação dos procedimentos típicos da tradição marxista, ver Musse (2000).
- 3 Como mostrou com propriedade Perry Anderson em *As origens da pós-modernidade*.
- 4 Jameson segue a tripartição, detalhada apenas no que tange aos fatores econômicos, de Ernest Mandel em *O capitalismo tardio*.
- 5 Debilidade apontada já em 1991 por Mike Davis (Davis, 1993) e retomada por Perry Anderson em *As origens da pós-modernidade*.
- 6 Jameson procurou, nos escritos posteriores ao livro *Pós-modernismo*, corrigir essa incoerência, caracterizando esse terceiro período da história do capitalismo como o da hegemonia norte-americana – retomando a periodização de Giovanni Arrighi em *O longo século XX*, mas também promovendo uma espécie de simbiose entre as teorias de Mandel e de Arrighi.
- 7 Para uma apresentação desses conceitos, ver Harvey (1992: 117).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, Theodor. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Anderson, Perry. (1999). *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arendt, Hannah. (1989) *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arrighi, Giovanni. (1996). *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Ed. Unesp.
- Baudelaire, Charles. (2010). *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bell, Daniel (1980). *O fim da ideologia*. Brasília: Ed. UnB.
- Bell, Daniel. (1977). *O advento da sociedade industrial*. São Paulo: Cultrix.

Davis, Mike. (1993). O renascimento urbano e o espírito do pós-modernismo. In: Kaplan, Ann E. (org.). *O mal-estar no pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 106-116.

Gramsci, Antonio. (2008). *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra.

Habermas, Jürgen. (2000). *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Habermas, Jürgen. (1987). Arquitetura moderna e pós-moderna. *Novos Estudos Cebrap*, 18, p. 115-124.

Habermas, Jürgen. (1987). A nova intransparência. *Novos Estudos Cebrap*, 18, p. 103-114.

Habermas, Jürgen. (1983). Modernidade versus pós-modernidade. *Arte em Revista*, 7, p. 86-91.

Harvey, David. (2013). *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo.

Harvey, David. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Harvey, David. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.

Harvey, David. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.

Harvey, David. (1992). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Harvey, David. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.

Jameson, Fredric. (2006). *A virada cultural: Reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Jameson, Fredric. (1996). *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.

Jameson, Fredric. (1985). *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec.

Lênin, Vladimir I. (2008). *O imperialismo. Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro.

Luxemburgo, Rosa. (1976). *A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mandel, Ernest. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural.

Marx, Karl. (2013). *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl. (2010). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Hedra.

Musse, Ricardo. (2000). O primeiro marxista. In: Boito, Armando & Toledo, Caio Navarro et al. (orgs.). *A obra teórica de Marx*. São Paulo: Xamã/Ed. Unicamp, p. 81-89.

Rosdolsky, Roman. (2001). *Genêse e estrutura de O capital*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Simmel, Georg. (2013). As grandes cidades e a vida do espírito. In: Botelho, André (org.) *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, p. 311-329.

Wood, Ellen Meiksins (org.). (1999). *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

DAVID HARVEY: PARA ALÉM DE UMA GEOGRAFIA DO CAPITAL

Palavras-chave

David Harvey;
Pós-modernismo;
Imperialismo;
Marxismo contemporâneo;
Teoria marxista.

Resumo

Em *Os limites do capital*, David Harvey atualiza e interpreta a obra de Karl Marx por meio de uma espécie de reconstituição da “crítica da economia política”. Suas intervenções em diversos debates políticos e teóricos posteriores foram muitas vezes muniadas por esse trabalho. Sua participação na querela sobre o pós-modernismo, dialogando com Jürgen Habermas e Fredric Jameson, rendeu-lhe um reconhecimento público que não cessou de crescer desde então. Pouco mais de uma década após a publicação de *Condição pós-moderna*, Harvey reformulou seu diagnóstico do presente histórico. Em *O novo imperialismo* debruça-se sobre a nova ordem engendrada pela reação do Estado norte-americano aos atentados de 11 de setembro de 2001. Para qualificar o debate, procurou reestabelecer as determinações conceituais e históricas da teoria marxista do imperialismo.

DAVID HARVEY: BEYOND A GEOGRAPHY OF THE CAPITAL

Keywords

David Harvey;
Post-modernity;
Imperialism;
Contemporary Marxism;
Marxist theory.

Abstract

In *Limits to capital*, David Harvey updates and interprets the work of Karl Marx through a type of reconstitution of the criticism of political economy. His later interventions in a series of political and theoretical debates were often fed by this work. His participation in the dispute about the post-modernity in conversation with Jürgen Habermas and Fredric Jameson gave him growing public acknowledgment since then. About a decade after his publication of *The condition of post-modernity*, Harvey reshaped his diagnose of the historical present. In *The new imperialism*, he focuses on the new order postulated by the North-American State's reaction to the attacks of September 11th of 2001. To qualify the debate, he made an effort to reestablish the conceptual and the historical determinations of the Marxist theory of the Imperialism.

DEBATENDO FUTUROS: TENDÊNCIAS GLOBAIS, VISÕES ALTERNATIVAS E DISCURSO PÚBLICO

Tradução de Alexandre Pinheiro Ramos

Existem, provavelmente, tantas definições de pesquisas sobre futuros como de sociologia. Diferentes escolas sociológicas buscaram definir o objeto da sociologia como sendo o comportamento social, ordem social, mudança social ou alguma combinação destes. Virou moda abrir mão de definições ou lançar mão da definição operacional de que sociologia é o que os sociólogos fazem. Afora o que quer que os sociólogos façam, a sociologia pode ser entendida – esse é o aspecto que desejo sustentar aqui – como uma reflexão coletiva sobre as condições de nossa existência social e as possibilidades de mudanças futuras. Um observador pode descrever a sociologia como um espaço no qual ela pensa sobre si mesma, seu passado, presente e futuro.

Provavelmente, é incontestável a afirmação de que o estudo sociológico do passado ou do presente é muito menos controverso que o estudo do futuro. Encontrei vários sociólogos para os quais fazer uma sociologia do futuro seria algo inerentemente enganoso, fútil e, ou ideológico, ou tolo, visto que não podemos conhecer o futuro. Devo, então, apresentar algumas explicações sobre os significados sociológicos de “futuro” e os objetos das pesquisas sociológicas sobre futuros.

Muitas das reflexões nos séculos passados sobre o futuro partiram do princípio de que o mesmo estaria predestinado, predeterminado ou pelo menos progredindo em certa direção que o faria previsível. Antigos documentos históricos apontam para os importantes papéis desempenhados por oráculos e

profecias em culturas espalhadas pelo globo. A sociologia como disciplina surgiu em uma conjuntura da história ocidental na qual crenças em alguns telos futuros deram espaço à busca positivista de leis sociais, o conhecimento do que se pensava ser o instrumental para gerir, administrar ou libertar a sociedade. A importância do período de formação da sociologia faz com que seja pertinente levar em consideração, pelo menos de forma breve, os trabalhos de alguns de seus fundadores nas influentes tradições britânica, francesa e alemã.

Auguste Comte trouxe à tona o conceito de “sociologia” em um esforço para estabelecê-la como uma “ciência positiva” que iria superar visões de mundo supersticiosas e indicaria à sociedade um caminho baseado na ordem para um futuro melhor (1957 [1848]). Embora Comte seguisse a ideia de seu professor, Henri Saint-Simon, de estudar, da mesma forma positivista, a sociedade como uma natureza, ele rejeitou duramente a utopia socialista de Saint-Simon. Como os contrarrevolucionários franceses católicos Louis de Bonald e Joseph de Maistre, Comte abominava a agitação revolucionária e a anarquia, mas diferentemente deles, pensava que a tecnologia e a ciência modernas não permitiriam nenhum retorno a uma ordem medieval. Comte, assim, imaginou uma reconciliação entre “ordem e progresso”, uma ideia que acabou por se destacar como lema na bandeira nacional brasileira. Acreditava que a “estabilidade social” e a “dinâmica social” obedeciam a leis imutáveis de um processo evolucionário que poderia ser descoberto. Ele sustentava que a história era governada pela “Lei dos Três Estados”, de acordo com a qual a sociedade encontrar-se-ia em um processo de crescente esclarecimento a partir do estado “teológico” para o “metafísico” e, então, para o “positivo” (1957 [1848]; 1855 [1830-42]). Comte encarava este processo como sendo “natural”: “Nós estamos sempre nos tornando mais inteligentes, mais ativos e mais amáveis” (1968 [1853]: 60). Ele antevia a sociologia fornecendo o conhecimento sobre as leis sociais que ajudariam as elites esclarecidas a liderar a sociedade na direção de um futuro melhor. Comte elaborou em diversos volumes uma visão altamente detalhada do futuro, repleta de minuciosos pormenores. Tornando-se cada vez mais anti-intelectual, ele chegou ao ponto de propor uma biblioteca definitiva de cem livros que, acreditava, eram os únicos cuja leitura deveria ser encorajada para que não houvesse distrações de meditações mais importantes. Outros planos incluíam uma grande quantidade de feriados públicos em homenagem ao positivismo, o projeto para templos positivistas com determinado número de sacerdotes e párocos que seriam liderados pelo próprio Comte como sumo sacerdote ou pontífice. A despeito de sua retórica positivista, Comte não fez praticamente nenhuma pesquisa empírica. Ele pensava em “deduzir” as leis da estabilidade social e da dinâmica social “a partir das leis da natureza humana” (1968 [1852]: 344-345), as quais ele acreditava conhecer por suas próprias experiências. As crescentes especulações sem fundamento de Comte contribuíram para que se desconsiderasse não somente sua produção tardia, como também seus primei-

ros trabalhos, mesmo que estes tenham sido influentes no sentido de criar formas para estudar a sociedade.

O mais importante fundador da sociologia no Reino Unido foi, provavelmente, Herbert Spencer. Influenciado de modos diferentes por Adam Smith, Charles Darwin e Auguste Comte, Spencer é mais conhecido por sua abordagem evolucionista da sociologia e defensor da competição. Tal qual Smith, Spencer defendia um mercado livre do controle do Estado, exceto quando se tratasse da fiscalização da propriedade e de contratos. Spencer achava-se bastante satisfeito com o *status quo* social e pensava que o Estado deveria intervir minimamente na vida dos indivíduos, apenas para a proteção destes, permitindo, porém, uma competição irrestrita. Há uma tensão na obra de Spencer entre seu individualismo metodológico, seu uso recorrente de metáforas orgânicas e sua ideia de que as diferentes partes da sociedade possuem funções *vis-à-vis* uma a outra e ao sistema mais amplo.

Utilizando termos comteanos com intenções normativas, Spencer definiu a “estabilidade social” como o estudo do “equilíbrio de uma sociedade perfeita”, enquanto a “dinâmica social” tratava “de forças pelas quais a sociedade avança em direção à perfeição” (1851: 409). A teoria evolucionista de Spencer difere daquela de Comte em vários pontos. Spencer rejeitava a Lei dos Três Estados, assim como seu foco no desenvolvimento espiritual. Apoiado em abrangentes comparações históricas, Spencer estava cênscio de que a história não seguiria qualquer caminho unilinear. Ele postulava amplas tendências, mas também visualizava a possibilidade constante de reveses ou retrocessos. Diferentemente de Comte, Spencer não afirmava que as “leis” da história poderiam ser reduzidas a algumas poucas e bem delimitadas proposições simétricas. Crucial para ele era a observação de que o aumento da população iria proporcionar uma crescente diferenciação estrutural. O aumento em tamanho e a diferenciação estrutural que verificava caminhavam lado a lado com a transição da sociedade militar para a sociedade industrial. Embora as conquistas militares houvessem contribuído para formar grandes aglomerados sociais, o surgimento da indústria, que necessitava da cooperação e dos laços morais de uma forte sociedade civil, cessaria sua utilidade. Spencer não considerava estas tendências como inevitáveis, mas reconhecia a contínua recorrência de conflitos.

Inspirado pela ideia de “seleção natural” de Charles Darwin (1859), Spencer cunhou a noção de “sobrevivência do mais forte” (1864), a qual Darwin popularizou mais tarde, quando a acrescentou à sua teoria da evolução das espécies (1869). Spencer considerava os indivíduos como a unidade básica da sociedade, vendo-os passar por um processo de seleção natural que não deveria ser perturbado. Ele acreditava que a natureza por si mesma livrar-se-ia dos “imbecis e preguiçosos”, fornecendo, então, com o passar do tempo, populações com um número maior de indivíduos aptos (1864: cap. XIV). Sua forte oposição, de corte normativo, à assistência social, dada fosse pelo Estado ou pela carida-

de, enraizava-se na crença de que isto acabaria somente por interferir no processo de seleção natural, o qual criaria uma sociedade cada vez mais refinada. “Ajudar os maus a se multiplicar”, argumentava, “é, decerto, o mesmo que maliciosamente conceder a nossos descendentes uma multidão de inimigos” (1864: cap. XIV).

Émile Durkheim, o mais influente herói fundador da sociologia na França, partilhava com Comte hipóteses de evolução social, uma preocupação com a moralidade e a ideia de que o conhecimento sociológico poderia ser utilizado para “gerir” ou administrar a sociedade (1984 [1893]). Diferentemente de Spencer, Durkheim possuía uma visão menos otimista do presente. Acima de tudo, ele preocupava-se com a crise de moralidade que se encontrava na raiz de todos os males modernos. Ainda que clamasse pelo estudo dos “fatos sociais”, ele não compartilhava do positivismo ingênuo de Comte (1982 [1895]). E embora altamente comprometido com a investigação empírica, Durkheim não via a ciência como algo absoluto, mas a considerava como uma religião secular, parte de uma visão de mundo contemporânea que também poderia mudar, assim como a cultura mudava.

Ele considerava “o pensamento científico somente [como] uma forma mais aperfeiçoada de pensamento religioso” (1965 [1912]: 431). O objetivo de Durkheim era reconciliar o positivismo com a moralidade em seu projeto de “ciência da moralidade” (1965 [1912]). Embora costumasse escrever como se possuísse uma visão unilinear da história, não acreditava em determinismo histórico. Para ele, nem as mudanças na moral, nem as mudanças na sociedade possuíam necessariamente uma direção. Considerava a moral como sendo formada, transformada e mantida por razões de “ordem experimental” (1984 [1893]: xxvi). Como Tocqueville (1990 [1835-40]), passou a considerar o individualismo como o culto central da sociedade moderna, como uma religião moderna.

Durkheim observou em seu primeiro estudo sobre *A divisão do trabalho social* (1984 [1893]) que os costumes tradicionais e os laços sociais estavam se afrouxando, porém verificou, em seu subsequente estudo diacrônico e sincrônico das taxas de suicídio em diferentes países desenvolvidos do Ocidente, que uma nova moral adequada a uma sociedade crescentemente diferenciada ainda não havia surgido (1966 [1897]). Durkheim diagnosticou a diferenciação social como sendo a tendência dominante de seu tempo.

Causou-lhe uma grande preocupação ver a solidariedade social mudando de “mecânica” para “orgânica” sem a emergência de uma adequada moral unificante que pudesse ligar indivíduos diferentes do modo como postulava. Neste sentido, seus estudos sobre moral e instituições estavam direcionados para a identificação dos mecanismos pelos quais os costumes individuais eram moldados de modo que tanto a moral como as instituições poderiam ser reconfiguradas (1965 [1912]; 1990). Embora estando altamente comprometido com a investigação da integração normativa, sua abordagem sofre com a relativa ne-

gligência de fenômenos tais como interesses, poder, dominação ou o impacto do processo de acumulação de capital sobre a sociedade.

Ainda que Durkheim não tenha conseguido investigar de forma mais sistemática a injustiça econômica e o autoritarismo, ele defendia uma sociedade integrada com uma moral universal (1965 [1912]: 493). Seu estudo sobre *As formas elementares da vida religiosa* levaram-no a ver na “vida coletiva”, especialmente em momentos de “efervescência coletiva”, o nascimento de ideais que poderiam criar ou recriar a sociedade (1965 [1912]).

Diferente de Durkheim, Karl Marx via no capitalismo o problema da época, a causa da alienação e do sofrimento das classes excluídas e exploradas (1978 [1844]; 1978 [1848]; 1978 [1857-1858]). Contudo, Marx via com otimismo o futuro. Os antagonismos inerentes ao capitalismo, dizia ele, seriam resolvidos por uma revolução proletária que criaria uma ordem social universalmente livre erigida sobre os desenvolvidos meios de produção. Sendo tanto um cientista como uma ativista sem fazer uma estrita separação entre estes papéis, todo o seu trabalho era guiado por um compromisso ético por justiça social e liberdade. Ainda assim, suas obras também refletem tensões em como conceitualizar o futuro. Enquanto Hegel, junto com outros filósofos idealistas e o Comte tardio, concebera a história como um processo de aprendizagem em direção a um esclarecimento cada vez maior, Marx pensou em colocá-lo de cabeça para baixo com uma virada materialista, porém manteve o método dialético de Hegel e os princípios básicos de sua filosofia da história (1978 [1843], 1978 [1845-1846]). Marx estudou com atenção os escritos do moralista e economista político escocês Adam Smith (2003 [1776]), no entanto rejeitou sua assunção fundamental de que a “mão invisível” do mercado seria uma força positiva (1867).

Marx, junto com seu colaborador, Engels, sugeriu no *Manifesto comunista* (1978 [1848]) que as leis da história apontariam para um triunfo necessário do proletariado oprimido sobre a burguesia. Rejeitando o socialismo utópico de Henri de Saint-Simon, Charles Fourier e outros, Marx pouco elaborou como seria uma futura sociedade comunista além da ideia de que poria fim à alienação juntamente com a exploração e o Estado, promovendo liberdade para todos. De acordo com seu modelo de que as ideias eram reflexo das infraestruturas, Marx acreditava que o momento para visões mais concretas ainda não chegara, o que só aconteceria em uma etapa histórica mais adiantada. Marx pensava, como Hegel, que o presente continha a semente para o futuro a partir da qual ele iria dialeticamente desdobrar-se. Se tal semente poderia desenvolver-se em uma direção predeterminada ou com um amplo leque de possibilidade, fica em aberto para diferentes interpretações. A afirmação sobre o caráter inevitável do socialismo nos escritos ativistas de Marx poderia ser vista como mera retórica para encorajar a luta contra a opressão. Em seus escritos históricos mais empíricos, ele indicava claramente que inexistiam automatismos históricos, havendo bastante espaço para ações contingentes (1978 [1852]; 1978 [1871]).

Marx argumentava, em sua décima-primeira tese sobre Feuerbach, que “os filósofos, até o momento, limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o objetivo agora é transformá-lo” (1978 [1845]). Criticava a filosofia idealista por unicamente pensar o mundo de forma contemplativa, sem reconhecer seu papel no mundo ou buscar orientá-la para a mudança. Marx, como um ativista, acreditava no poder da ação criativa, mas ele também reconhecia que estruturas mais amplas e o peso do passado cerceavam sua influência. Em um comentário famoso, notou que “os homens fazem a história, mas não fazem como a desejam” (1978 [1852]).

Sobretudo em seus escritos político-ativistas, Marx abraçou um determinismo histórico um tanto esquemático (1978 [1848]; ver 1978 [1859]; 1978 [1867]). A mudança social surgia como o resultado necessário da lógica interna do processo de acumulação de capital. Contradições sociais polarizar-se-iam ao ponto de que seria inevitável uma sublevação da classe até então excluída e a superação da antiga ordem. Há uma tensão entre o modelo de determinismo histórico e os escritos históricos de base empírica de Marx (1978 [1852]; 1978 [1871]), ainda que estes possam ser lidos de ambas as formas: como carentes de determinismo e como um esforço para provar como as ações resultam de interesses determinadas por posições de classe.

Ao elaborar estudos históricos de grande amplitude sustentados por sistemáticas comparações diacrônicas e sincrônicas, Max Weber desenvolveu um complexo modelo de mudança social. Ele levava em conta uma pluralidade de percursos históricos, cada um resultado de uma multiplicidade de fatores atuantes (1923; 1978; 1991 [1905]). Uma das forças de transformação que enfatizou em sua *Ética Protestante* (1991 [1905]) são as ideias religiosas – uma afirmação que teóricos materialistas atacaram com bastante fervor. Weber, no entanto, não pretendia substituir o materialismo com um idealismo que ele considerava igualmente unilateral. Antes, buscava apresentar processos históricos como uma inter-relação de forças, ideais e materiais, de ações e instituições. Contudo, afora sua teoria sobre o carisma, um fenômeno um tanto incomum, Weber não conseguiu fornecer um tratamento mais sistemático das ações que produzem mudanças sociais (1958; 1978; Joas, 1992).

Tal qual Marx, Weber reconhecia na inversão da relação entre meios e fins uma causa para a profunda alienação. No entanto, para ele, diferentemente de Marx, o capitalismo era quase universal, reservando a noção de “capitalismo racional” para sua forma mais moderna (1923). Liberto do determinismo histórico como um fiador metafísico, mas ainda assim desprovido de um modelo para a ação racional capaz de produzir normas, Weber tornou-se um tanto pessimista sobre o futuro. Ele via a racionalização como a ameaça que, em última análise, asfíxiaria a ação criativa livre e responsável. Em sua visão, a cultura ocidental produziria “especialistas sem espírito, sensualistas sem coação” (1991 [1905]: 182); a racionalidade ocidental tornar-se-ia a “jaula de fer-

ro” – na famosa tradução de Talcott Parsons (1991 [1905]) da expressão “*stahlhartes Gehäuse*”, “rija crosta de aço” – que confinaria a conduta individual.

Ainda que Weber defendesse uma separação estrita entre os compromissos científico e político, isto não o impediu de reconhecer que valores informavam a escolha das questões perseguidas pela pesquisa acadêmica, ou de abraçar os valores do nacionalismo liberal em seu papel como político e intelectual público (1991 [1904]; 1991 [1917]). Temendo uma burocratização ainda mais asfixiante, Weber defendia em seu tempo uma democracia plebiscitária com liderança, a qual, esperava, permitiria que líderes capazes de equilibrar princípios e a realidade moldassem os futuros de maneira criativa (1958: 129; Mommsen, 1963).

A despeito das diferenças fundamentais em seus aparatos teóricos e hipóteses, assim como nos diagnósticos específicos de seu tempo e expectativas futuras, os mais proeminentes pais fundadores da sociologia partilhavam uma forte orientação para o futuro e uma disposição audaciosa para o engajamento em questões normativas sobre futuros preferíveis. Enquanto a sociologia desenvolvia-se em uma disciplina acadêmica com seus próprios departamentos em universidades pelo mundo, ela não apenas expurgou os excessos especulativos de seu período de formação, como também deixou de lado evidentes engajamentos normativos, e com isto, a explícita orientação para o futuro. Ainda assim, o colapso das suposições deterministas abre novas possibilidades para o ressurgimento de uma sociologia de corte crítico voltada para o futuro.

A crença em um futuro em aberto é a marca distintiva de nossa consciência sobre o tempo. Como argumentou o historiador Reinhart Koselleck (1989), na modernidade o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” dissociam-se cada vez mais. Esta contingência fundamental abre o horizonte do possível para a criação social e política – o que é, poderia ter sido diferente. A realidade existente poderia ter sido moldada de outra forma por meio de ações humanas não-determinadas, de maneiras mais ou menos reflexivas, assim como de modos mais ou menos cooperativos ou conflitantes. Esta consciência acerca da contingência reflete-se na sociologia pela ênfase crescente na “agência humana” (Emirbayer & Mische, 1998) e na “criatividade da ação” (Joas, 1992).

Como o futuro pode ser sociologicamente estudado quando ele é visto agora como inerentemente contingente e imprevisível? Segue, aqui, uma definição geral que pode servir como um ponto de partida: a pesquisa sobre futuros pode ser compreendida como uma parte da sociologia cujo foco recai sobre a dinâmica da imaginação e criação do futuro, tendências atuais, cenários possíveis e prováveis e suas implicações sociais. Pode-se distinguir quatro grandes abordagens nos estudos sobre futuros: (1) *previsões* específicas, tais como projeções de tendências demográficas atuais ou as chamadas Entrevistas Delphi com especialistas sobre suas expectativas acerca de desenvolvimento e pesquisa (seus pioneiros foram Gordon & Helmer, 1964; para uma aplicação

mais recente ver, por exemplo, Beck, Glotz & Vogelsang, 2000); (2) *construção de cenários ou simulações* de futuros alternativos que parecem possíveis ou prováveis (para um trabalho pioneiro, consultar Meadows et al., 1972; para exemplos mais recentes, Schulz, 1999; 2001b); (3) *estudos de imaginação social e criação de futuro*, isto é, pesquisas empíricas sobre as imagens do futuro formuladas no passado ou no presente (ver Masini, 1983; Bell, 1997a; Slaughter, 2002; Wright, 2010), bem como acerca dos processos pelos quais tais visões são construídas e podem ou não ter eficácia (ver Mannheim, 1936; Beilharz, 2009; Castoriadis, 1991; Melucci, 1996; Wright, 2010); e (4) *pesquisa normativa ou normativo-analítica* sobre futuros desejáveis (Bell, 1997b), incluindo pesquisas sobre a relação entre valores e futuros (ver Bachika & Schulz, 2011). A distinção ideal-típica entre estas abordagens pode servir como ilustração do alcance das pesquisas sociológicas sobre o futuro. É claro que estas abordagens não precisam ficar isoladas uma das outras, podendo dialogar entre si, e em trabalhos empíricos, muitos projetos utilizam-se de mais de uma abordagem.

PESQUISA SOBRE FUTUROS E DEBATE PÚBLICO: PARA ALÉM DO POSITIVISMO EXPERTOCRÁTICO

Como a pesquisa sociológica sobre o futuro relaciona-se ou pode se relacionar com o debate público? A partir da bastante debatida terminologia de Michael Burawoy (2005), argumento que estudos utilizando uma daquelas quatro abordagens podem ser direcionados a públicos “acadêmicos” ou “extra-acadêmicos” e conduzidos de forma “instrumental” ou “reflexiva”, isto é, eles podem ser realizados tanto como sociologias “profissional” ou “política”, como sociologias “crítica” ou “pública” – nos termos de Burawoy. Decerto tem ocorrido uma grande afinidade entre previsões e política, assim como entre estudos do imaginário e análises críticas. No entanto, a despeito destas afinidades, o debate público pode se valer destas quatro abordagens. Previsões específicas podem servir ao público como advertências sobre o que pode acontecer caso nenhuma contramedida seja adotada. A construção de cenários é acrescentada a visões específicas e extrapolações de caminhos alternativos. Estudos do imaginário trazem noções de poder e podem se relacionar a atores sociais subalternos com projetos contra-hegemônicos. E pesquisas sobre valores podem contribuir para esclarecer as escolhas valorativas que geralmente estão apenas implícitas em futuros alternativos.

Historicamente, a relação entre pesquisa sobre futuros e o público parece ter se desenvolvido de modos e em fases distintas. Os estudos convencionais de futuros frequentemente orientavam-se para uma elite política e seus *think-tanks* – de modo mais visível na década de 1950, e menos hoje em dia. Agências governamentais, instituições e fundações aliadas a partidos políticos e empresas de negócios foram aquelas que mais comumente solicitavam e pagavam por estudos específicos de futuros. Não é, então, de surpreender que uma grande parte dos estu-

dos de futuros estava direcionada às elites políticas e empresariais. Em casos nos quais eles eram encomendados por empresas de negócios, os resultados permaneciam geralmente em sigilo ou o acesso a eles era restrito pela cobrança de altas taxas. Bastante comum era a tônica de alguns estudos feitos por contrato e de estudos preparados em ambientes acadêmicos os quais deveriam fornecer opiniões de “*experts*” e “*fatos*” sobre o futuro de modo que os responsáveis pelas decisões, ou as assim chamadas “*autoridades competentes*”, pudessem fazer e guiar suas decisões. De fato, estes membros da elite são atores poderosos e relevantes, de modo que a capacidade de se dirigir a eles proporciona considerável influência. Ainda assim, esta visão elitista repousa sobre uma noção restrita de democracia, semelhante àquela defendida por Schumpeter (1975 [1950]) e outros, na qual os sujeitos elegem seus governantes de tempos em tempos sem ter mais nada a que fazer. Esta visão elitista acha-se equivocada em, pelo menos, dois aspectos: empírico e normativo. Ela negligencia as iniciativas dos cidadãos comuns, movimentos sociais e redes subalternas – atores comuns detentores de menor prestígio formal e poder institucional, mas ainda assim com posições morais, voz criativa e potencial de impacto.

A relação entre a pesquisa sobre futuros e o público modificou-se durante seus anos de expansão no fim da década de 1960. Surgiu uma torrente de livros populares sobre o futuro do então longínquo ano 2000, incluindo aqueles de Daniel Bell (1968), Robert Jungk & Johan Galtung (1969), Herman Kahn & Anthony Wiener (1967). Muitas das publicações mais populares baseavam seu otimismo no progresso tecnológico e geralmente tinham como foco os benefícios advindos das tecnologias da era espacial e os bens de consumo em massa (visão geral em Bell, 1997a). Este otimismo reforçava-se pelas experiências da vida cotidiana. Avanços tecnológicos tais como o pouso da nave Apollo e os primeiros passos do homem na Lua foram transmitidos pela televisão para uma audiência mundial. Tecnologia produzida em massa, incluindo automóveis e uma plethora de equipamentos domésticos, tornou-se acessível a um maior número de pessoas nos países mais ricos. Esperava-se que a Revolução Verde alimentaria o Terceiro Mundo e acreditava-se que a tecnologia seria distribuída a toda a população mundial.

Contudo, este otimismo tecnológico logo cederia espaço a uma visão mais pessimista. Uma série de fatores heterogêneos levou a tal mudança. A crise do petróleo, em princípios da década de 1970, levou a uma recessão mundial. As consequências desta interrupção abrupta do crescimento foram sentidas não somente por motoristas, mas também por consumidores ao redor do mundo. Os Estados de bem-estar social do Primeiro Mundo conheceram uma crise de legitimidade. O compromisso histórico entre capital e trabalho foi posto à prova quando o crescimento do bolo da redistribuição de riquezas diminuiu ou mesmo recuou (Offe, 1987). O Relatório do Clube de Roma feito por Dennis Meadows e seus colaboradores (Meadows et al., 1972) trazia uma incisiva ad-

vertência sobre os *Limites do crescimento* e tornou-se famoso ao tocar os primeiros acordes de preocupação. Movimentos ambientalistas começaram a surgir em um número cada vez maior de países industrializados, criticando o abuso dos recursos naturais do Planeta. Outros críticos chamaram a atenção para o espectro da Terceira Guerra Mundial. Os crescentes arsenais de armas nucleares multiplicaram sua capacidade destrutiva. A tecnologia passou a ser vista como uma ameaça iminente pelo movimento pela paz na Guerra Fria. O Terceiro Mundo desenvolveu a Teoria da Dependência (Amin, 1977; Cardoso & Faletto, 1979; Frank, 1967), a qual argumentava que as teorias da modernização e as suposições redistributivas do desenvolvimento eram ingênuas e que o Terceiro Mundo se encontrava em um sistema desigual que não permitia quaisquer melhorias por razões sistêmicas. Esta situação levou ao que foi chamado por Jürgen Habermas (1985) de “esgotamento das energias utópicas” e ao enfraquecimento do *boom* dos estudos orientados para o futuro.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a pesquisa acadêmica sobre futuros travou intensas batalhas para adquirir respeitabilidade profissional e deu grandes passos no refinamento de seu instrumental metodológico e na expansão de seu alcance substancial. Grande parte dos créditos vão para o trabalho de Wendell Bell (1997a e b), Elise & Kenneth Boulding (1995) e Jan Nederveen Pieterse (2000). Ainda assim, enquanto a sociologia respondia às pressões institucionais com um recrudescimento positivista, esforços em geral para um engajamento no futuro continuavam diminuindo. Doutrinas econômicas neoliberais passaram a dominar o debate público e político sobre o futuro desde a era Reagan-Thatcher e, sobretudo, depois do fim da Guerra Fria. As investidas atuais por uma sociologia pública nas associações Americana e Internacional de Sociologia podem fornecer uma abertura para a sociologia se impor e para alimentar e inspirar o discurso sobre o futuro.

Este amplo esboço histórico pode, agora, servir como um pano de fundo para uma reflexão mais detalhada sobre a relação entre a atual pesquisa de futuros e debates públicos, explorando exemplos específicos com abordagens diferentes.

PREVISÕES E CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS: O IMPACTO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

O primeiro exemplo é um projeto de pesquisa interdisciplinar sobre a mudança climática, chamado de KLIMU. Este projeto de larga escala foi bancado por diferentes agências dos governos federal e estadual alemães com foco no impacto a longo prazo sobre o Estuário Weser, na região costeira do noroeste alemão (ver Schuchardt & Schirmer, 2005). Dezenas de pesquisadores de disciplinas como climatologia, oceanografia, ciências do solo, agricultura, negócios, economia e sociologia trabalharam juntos e desenvolveram um modelo econométrico re-

gional para gerar previsões específicas até os anos de 2020 e 2050. Três cenários específicos incluíam (1) uma simples extrapolação de tendências atuais; (2) um abandono das tendências atuais e das contramedidas, iniciando em 2020; e (3) um direcionamento mais ativo com contramedidas tomadas imediatamente. Como o único sociólogo do projeto, desenvolvi um conjunto de indicadores de mudança social que nós, então, operacionalizamos e integramos ao modelo econométrico (Schulz, 1999; 2001b). O modelo permitiu comparações entre os custos para abandonar áreas propensas a inundação e para a construção de grandes diques, assim como o que os contribuintes poderiam poupar caso o efeito estufa, com suas mudanças climáticas resultantes, fosse evitado. Uma exibição pública do problema dos custos foi, em princípio, pensada, mas ela não recebeu os fundos necessários. Este projeto piloto focalizava a região costeira alemã, mas permitia comparações com outras regiões, incluindo aquelas com maior propensão a serem afetadas mais fortemente por mudanças climáticas.

O combate às causas da mudança climática necessita da cooperação global dos governos nacionais. Ainda assim, os governos dos países mais industrializados ou em processo de rápida industrialização mostram-se um tanto relutantes sobre isto, visto que as consequências não são imediatamente identificáveis no período de uma legislatura. Para que os governos se mostrem mais dispostos a negociar tratados que busquem mitigar as mudanças climáticas, é preciso que haja uma pressão popular que só poderá surgir a partir de debates voltados para futuros a longo prazo.

O público geral na Alemanha e em grande parte da Europa Ocidental acha-se bastante convencido de que o efeito estufa leva ao aquecimento global, ao aumento do nível do mar e a mudanças de padrões climáticos. O movimento ambientalista é particularmente forte na Alemanha. Desde meados da década de 1980, o Partido Verde passou a formar coalizões com o governo estadual e federal. Companhias que desenvolvem e produzem tecnologias para o uso de energia renovável foram subsidiadas e tornaram-se, com o tempo, uma força econômica.

Esta é uma situação bem diferente dos EUA, de longe o maior poluidor *per capita*, onde a administração Bush negou e impediu que cientistas de suas próprias agências falassem sobre o problema (Revkin, 2004; Shulman, 2006). Poderosos *lobbies* do petróleo e carvão impediram a maioria das medidas que eram defendidas por um movimento ambientalista relativamente fraco. A opinião pública tem mudando apenas recentemente, sobretudo graças à amplamente divulgada campanha multimídia de Al Gore. Utilizando sua visibilidade nacional de ex-vice-presidente e candidato à presidência, Gore saiu em uma extensa turnê de palestras, escreveu um livro popular (Gore, 2006) e fez um filme ainda mais popular (*Uma verdade inconveniente*, dirigido por Davis Guggenheim, 2006).

O Prêmio Nobel de 2007, dividido com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), foi, assim, um reconhecimento a Gore,

o que veio, além disto, a reforçar a sua causa. Tem-se, aqui, uma situação na qual há um consenso esmagador entre os cientistas sobre um perigoso cenário futuro, mas em que o conhecimento sobre o mesmo somente adentrou o debate público por meio do esforço conjunto de uma bem orquestrada campanha midiática com jeito de celebridade.

Comparando as situações na Alemanha e nos EUA, pode-se argumentar que forças políticas e econômicas podem facilitar ou impedir o fluxo de informação da academia, e se elas impedirem o debate público, *é preciso, então, jogar conforme as regras da mídia como sua guardiã*. O conhecimento disponível só adquire eficiência quando ele adentra discursos mais amplos.

FUTUROS ALTERNATIVOS: IMAGINAÇÃO, MOVIMENTOS E VOZES SUBALTERNAS

Enquanto o primeiro conjunto de exemplos enfatizou o papel dos pesquisadores como provedores de conhecimento e definidores de agendas, o próximo deverá sublinhar o contrário: pesquisadores no papel de ouvintes. A epistemologia materialista há muito argumenta que o conhecimento encontra-se enraizado nas condições materiais concretas de vida. A teoria marxista de classes diz que a experiência vinculada a posições sociais específicas permite percepções que podem estar vedadas a outras. Sociólogos que se voltam para o futuro reconhecem a habilidade dos movimentos em criar conhecimento crítico, visões e projetos. Orlando Fals Borda (1987) desenvolveu a “pesquisa participante ativa” como um método para “romper com o monopólio” do conhecimento dominante. Alain Touraine (1981) caracterizou os movimentos sociais como os “olhos” e “vozes” da sociedade. Alberto Melucci (1996) chamou-os de “profetas” no sentido de que eles anunciam o que ainda está por vir, apontam os problemas e formulam visões sobre o futuro. Grupos de pesquisadores colaboraram nestas abordagens com ativistas e públicos dissonantes no diagnóstico das condições do presente e na discussão de objetivos, estratégias e táticas para engendrar mudanças. Um exemplo clássico de tal “intervenção sociológica” foi o engajamento do grupo de Touraine com o movimento polonês Solidariedade na década de 1980 (ver Touraine et al., 1983).

Outros exemplos recentes podem ser encontrados no famoso caso do movimento zapatista. Os zapatistas levantaram armas na região sudeste do estado mexicano de Chiapas em 1994 no dia em que o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) entrou em vigor. Os camponeses indígenas insurgentes protestaram contra o NAFTA e exigiram reforma agrária, direitos para os indígenas e participação democrática. Cientistas sociais estiveram envolvidos de várias formas e assumindo papéis variados. Em nível nacional, um grande número de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, historiadores e economistas mexicanos aproximou-se dos zapatistas por meio de conversas

sobre reformas nacionais, atuou ativamente como conselheiros dos rebeldes durante os complicados processos de negociação com o governo federal mexicano, e serviram de comentaristas nos principais jornais do país. Da mesma forma, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos de outros países foram para o México para estudar as dimensões local e nacional do conflito, assim como a expansão transnacional do movimento; acadêmicos ativistas como Yvon LeBot, na França, Ulrich Brand, na Alemanha, e David Holloway, na Inglaterra, levaram a sério o projeto zapatista e tomaram-no como fonte de inspiração para suas análises sobre a globalização. O porta-voz zapatista, subcomandante Marcos, estudara sociologia e estudos de mídia. Sua dissertação de mestrado e artigos posteriores mostram a influência de pensadores críticos como Paulo Freire, Antonio Gramsci, Louis Althusser e Michel Foucault. De certo modo, a sociologia pública tornou-se prática.

A inicialmente pequena insurgência no Sul Global inspirou uma rede transnacional. Os zapatistas reuniram-se em Encontros Intercontinentais de ativistas de base e intelectuais e convocaram uma rede “Contra o Neoliberalismo e a Favor da Humanidade”. Os camponeses maias que se revoltaram não eram pessoas “atrasadas”, mas o catalisador de um desafio à forma dominante de globalização. Apanhando a deixa dos zapatistas, uma nova geração de ativistas começou a protestar contra o modelo neoliberal de globalização e suas instituições mais visíveis, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o G8 durante seus encontros em Praga, Seattle, Washington e Genebra. A pesquisa sobre os zapatistas mostra como um ator subalterno supostamente “fraco” pode desafiar um regime nacional consolidado e um modo de globalização hegemônico. A luta dos zapatistas por dignidade contribuiu para a abertura de espaços para dissensos e para a imaginação de futuros alternativos (Schulz, 1998; 2007a). Por outro lado, suas limitações são evidentes, sobretudo quando se considera quão facilmente a “Guerra ao Terror” pós-11 de setembro colocou de lado a atenção internacional a este movimento.

VALORES E FUTUROS DESEJÁVEIS

Pesquisas normativas e normativo-analíticas sobre futuros ocupam-se com as implicações sociais de futuros prospectivos. Em qual direção queremos desenvolver nosso mundo? Quais cenários são desejáveis? Como as preferências podem ser justificadas? Ao tratar destas perguntas, a recente pesquisa sobre futuros direcionou boa parte de sua atenção para a questão dos valores (Bell, 1997b; Bachika & Schulz, 2011). Enquanto sociólogos demonstraram que as queixas recorrentes sobre um declínio dos valores morais não passaria de um mito (ver, por exemplo, Boudon, 2002), ainda existe uma grande discordância sobre como conceitualizar a relação entre valores diferentes e visões de futuros. Di-

zendo de forma mais enfática: estará a humanidade condenada a uma disputa de valores, ou valores comuns poderiam servir como guia para um futuro mais pacífico e harmonioso?

Samuel Huntington (1996) ganhou bastante notoriedade com sua visão do futuro marcado por valores irreconciliáveis e por um inevitável “choque de civilizações”. Huntington foi corretamente criticado por seu evidente viés etnocêntrico e por negligenciar as mudanças e relações históricas (ver, por exemplo, Casanova, 2011: 258-263). Ainda assim, a maneira recorrente de descrever, na esfera pública, estes choques culturais como “inevitáveis” pode fazer disto uma profecia que se autorrealiza. Guerreiros culturais promovem incisivas distinções entre “amigos” e “inimigos” e utilizam o medo do outro para cavar trincheiras cada vez mais profundas.

Uma posição contrária a valores universais como base para o futuro foi fortemente defendida por Wendell Bell (1997b). Bell chamou a atenção para vários estudos sociológicos e antropológicos que elaboraram conjuntos de valores comuns e, num segundo momento, construídos a partir do método filológico da “implicação epistêmica” de Keekok Lee (1985) como formas de avaliar objetivamente declarações sobre valores. Este não é momento para entrar em detalhes sobre estas questões, mas pelo menos dois problemas devem ser levantados. Em primeiro lugar, os esforços para definir conjuntos de valores universais básicos são afetados por contra-argumentos empíricos ou por acusações de que eles impedem o escrutínio empírico por meio de excessivas abstrações e a inclusão de conceitos que possuem significados, se não concorrentes, conflitantes para diferentes atores. Por exemplo, a proibição de matar aproxima-se de ser algo universal, mas inúmeras exceções controversas tais como relacionadas a guerra, autodefesa, pena capital, honra, nascituros, animais e suicídio mostram que seu exato significado desdobra-se em contextos específicos. Valores relacionados à lealdade como patriotismo podem ser encontrados em toda parte, sendo importantes para a coesão do grupo; mas eles excluem outros e possuem, assim, significados opostos. Em segundo lugar, não está claro se o método de Lee pode ser utilizado por qualquer um que não partilhe da mesma episteme. As suposições racionalistas desta abordagem levaram pesquisadores como Reimon Bachika (2011) a procurar por valores comuns sob camadas de simbolismo. De modo semelhante, o teólogo Hans Küng (1999) propôs o projeto de uma ética global mediante o diálogo ecumênico. Contudo, as mesmas questões que foram direcionadas contra Bell aparecem novamente, isto é, se valores comuns podem ser definitivamente identificados e se pessoas não identificadas com preceitos ecumênicos estariam propensas a tomar parte neste projeto. De forma mais contundente, José Casanova (2011: 253-58) argumentou que o projeto cosmopolita de um futuro comum baseado nos modernos valores ocidentais acha-se teórica e empiricamente equivocado em suas suposições sobre padrões universais de desenvolvimento e secularização, e engana-se por

seu subjacente expansionismo ocidental. Casanova adverte que exigências hegemônicas para que se copie os padrões ocidentais, tais como pressionar o Islã a se tornar uma religião “privada”, podem resultar apenas em mais respostas violentas. Se a noção cada vez mais popular de “modernidades múltiplas” de Shmuel Eisenstadt (2002) é capaz de fornecer um meio para superar este dilema ou se é preciso ir além de todo o discurso de modernidade, isto é algo a ser debatido. Uma visão ampla da democracia global precisa reconhecer a diversidade cultural e manter flexíveis os procedimentos para o diálogo.

O trabalho filosófico de Wolfgang Ivers (1996) sobre a “razão transversal” pode fornecer, aqui, uma ferramenta conceitual útil notadamente porque ele centra a razão na relação e na comunicação, ficando livre de essencialismos. Uma noção transversal da razão precisa de diálogo contínuo; valores não são reificados, mas discutidos em situações e relações específicas. A noção de diálogo pode contribuir para evitar o dogmatismo de valores. Preferências por valores e visões do futuro não podem ser presumidos, mas sim acordados em diálogos públicos.

CRIANDO PÚBLICOS

Permanece a questão sobre quais são os espaços para os públicos entabularem diálogos de base não apenas em níveis local e nacional, mas também transnacional e global (ver Dewey, 1927; Habermas, 1992 [1962]; Calhoun, 1992; Cohen & Arato, 1992; Emirbayer & Sheller, 1999 sobre a ideia de esfera pública). Se a esperança por harmonia e paz mundial já foi projetada sobre os trilhos de trem, rádio e televisão quando estas ainda eram invenções recentes, as tecnologias de mídia relacionadas à Internet deram margem ao ressurgimento destas esperanças. As novas tecnologias de mídia não só aceleram a globalização dos mercados e produção, mas também fornecem novos ambientes para debates globais.

A ideia de “aldeia global” de Marshall McLuhan (1964), originalmente cunhada no contexto das primeiras mídias eletrônicas de massas, conhece um renascimento. Artigos e livros acadêmicos anunciam a emergência da “sociedade civil global” e celebram a Internet como um meio para reconciliação global. Contudo, estas grandes esperanças por diálogos equitativos globais já estão perdendo espaço para ceticismos crescentes e medos distópicos vis-à-vis uma comercialização intensa, acesso desigual, esvaziamento dos patrimônios culturais e novos mecanismos de segurança.

Embora uma parte substancial das atuais pesquisas sobre futuros seja direcionada para as novas mídias, seu desenvolvimento tecnológico é, geralmente, visto como um progresso levado adiante por especialistas sem muito espaço para escolhas valorativas ou debate político. A intenção normativa de uma abordagem diferente é indicar os interesses nos desenvolvimentos atuais e desmascarar as escolhas valorativas que se fazem presentes na moldagem

social das novas tecnologias de mídia antes que elas se cristalizem (Schulz, 2001a; 2002; 2007b; 2009). A criação daquilo que Robert Latham & Saskia Sassen (2005) chamam de novas “formações digitais” não apenas envolvem problemas tecnológicos *stricto sensu*, mas, em alguma medida, uma mistura de questões técnicas e legais. E estas são inerentemente políticas. Elas incluem perguntas sobre como distribuir acesso e conhecimento especializado, como proteger a privacidade e como prevenir governos ou corporações “*big brother*” de se apropriarem de bens comunicativos.

A formação de públicos é o resultado de embates mais ou menos contenciosos e, como tal, em constante mudança. De um lado, interesses corporativos encontram-se, normalmente, mais equipados com recursos e com maior acesso aos responsáveis pelas leis e aos negociadores de tratados internacionais. Por outro lado, os usuários das novas mídias e as iniciativas da sociedade civil podem ampliar sua influência por meio da imaginação criativa e dos esforços para fazer com que decisões imbuídas de valores até então implícitos sejam levadas ao debate político.

Pesquisas sobre futuros que tratam de trajetórias alternativas no desenvolvimento de novas paisagens midiáticas globais podem indicar os interesses e as escolhas valorativas disponíveis. Esta é uma tarefa de pesquisa bastante importante justamente porque trata das precondições para um futuro diálogo global. Uma sociedade mundial democrática não pode ser construída sem as condições democráticas para uma comunicação global.

CONCLUSÃO

A relação entre as pesquisas sociológicas sobre futuros e debate público é complexa, modificando-se ao longo do tempo e com divergências entre contextos nacionais e substantivos. Sem almejar à elaboração de um sumário destas relações, é possível chegar a algumas conclusões parciais a partir do que foi exposto anteriormente que servirão como pontos de partida para outras discussões. A pesquisa sobre futuros não apenas leva ao debate público um conhecimento que é direcionado para o futuro; ela também intervém de modo a modificar agendas políticas ao apontar para futuros alternativos e os interesses de cenários competitivos. Além disto, a intervenção sobre um público já existente não é o bastante, havendo, também, a necessidade de se trabalhar para que se constituam novos públicos. A ideia de uma esfera pública universal aberta possui sua força normativa, mas considerada empiricamente, os públicos têm limites, algumas vezes visíveis, outras vezes invisíveis. Dentre as principais suposições de uma pesquisa sobre futuros criticamente engajada, acha-se o enraizamento do conhecimento, dos valores e da imaginação na experiência social vivida. Este é o motivo por que se deve ouvir não apenas os atores que compõe as elites, mas também os de base, os marginalizados e oprimidos. Con-

tinua sendo uma tarefa crucial criar públicos nos quais as aspirações, sonhos e esperanças dos excluídos não sejam mais descartadas.

A relação da sociologia com o debate público pode se beneficiar de uma perspectiva voltada para o futuro que não se abstém de atacar os grandes desafios do presente. O futuro não está apenas acontecendo, ele é feito e existem escolhas. Investigações sobre a construção social de futuros podem fazer a sociologia ser mais relevante. A pesquisa sobre futuros investiga tendências atuais para futuros possíveis e prováveis e, ao avaliar suas implicações sociais, contribuem para identificar aqueles que são desejáveis. Há muito ela abandonou suposições teleológicas ou deterministas, abraçando a ideia de contingência histórica, de um futuro aberto e da influência da agência humana. Ela é capaz de suprir os debates públicos com informações importantes acerca de tendências atuais, advertências sobre perigos iminentes e contribuir para a inclusão nas agendas de questões até então negligenciadas.

A pesquisa sobre futuros não existe em um vazio social. Interesses econômicos e políticos moldam-na por meio de dinheiro e poder, e através de financiamentos e decisões administrativas. Futuros são vendidos e revendidos várias vezes nos hipertrofiados mercados derivativos antes mesmo de o público ter a chance de, ao menos, refletir sobre suas implicações. A comoditização dos futuros produz recorrentes crises financeiras e econômicas que acarretam descontentamentos, mas uma sociologia que não trata do futuro é incapaz de fazer o público engajar-se em debates sobre outras alternativas. Como quaisquer pessoas, os pesquisadores de futuros têm responsabilidades para com os interesses daqueles que se utilizarão de seu trabalho, estejam suas questões enquadradas por interesses hegemônicos ou contribuam para revelar escolhas políticas valorativas que são apropriadas para a construção de um futuro mais inclusivo e democrático.

Recebido em 06/03/2013 | Aprovado em 16/10/2013

Markus S. Schulz é professor de Sociologia na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign e presidente do International Sociological Association Research Committee on Futures Research (ISA-RC07). É coautor da série de livros de seis volumes *Internet und Politik in Lateinamerika* (2004) e coeditor da *Values and culture* (2011).

NOTAS

- 1 Nos EUA, pesquisas sobre futuros são feitas em departamentos de pesquisa corporativa e por *think-tanks* políticos. Não há praticamente nenhuma área de concentração em pesquisas sobre futuros nos programas de sociologia do país. A Associação Americana de Sociologia (ASA) nem mesmo possui uma seção de futurologia como, por exemplo, a Associação Internacional de Sociologia (ISA), na qual é um de seus comitês mais antigos. No entanto, a escolha audaciosa da ASA em convocar seu Encontro Anual de 2012 sob o lema de “Utopias Reais” fornece uma nova abertura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bachika, Reimon. (2011). Symbolism and values: Rationality and irrationality of culture. In: *Values and culture: The social shaping of the future*. *Current Sociology*, 59/2, p. 200-213 (número especial organizado por Reimon Bachika & Markus S. Schulz).
- Bachika, Reimon & Schulz, Markus S. (orgs.). (2011). *Values and culture: The social shaping of the future*. *Current Sociology*, 59/2 (número especial).
- Beck, Klaus; Glotz, Peter & Vogelsang, Gregor. (2000). *Die Zukunft des Internet: Internationale Delphi-Befragung zur Entwicklung der Online-Kommunikation*. Konstanz: UVK Medien
- Beilharz, Peter. (2009). *Socialism and modernity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bell, Daniel. (1968). *Toward the year 2000*. Boston, MA: Houghton Mifflin Company.
- Bell, Wendell. (1997a). *Foundations of future studies: Human science for a new era*. (Vol. 1: *History, purposes, and knowledge*). New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Bell, Wendell. (1997b). *Foundations of future studies: Human science for a new era*. (Vol. 2: *Values, objectivity, and the good society*). New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Boudon, Raymond. (2002). *Déclin de la morale? Déclin des valeurs?* Paris: PUF.
- Boulding, Elise & Boulding, Kenneth E. (1995). *The future: Images and processes*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Burawoy, Michael. (2005). For public sociology (2004 ASA Presidential Address). *American Sociological Review*, 70/1, p. 4-28.

Calhoun, Craig (org.). (1992). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press.

Cardoso, Fernando Henrique & Faletto, Enzo. (1979). *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.

Casanova, José. (2011). Cosmopolitanism, the Clash of Civilizations, and multiple modernities. In: *Values and culture: The social shaping of the future*. *Current Sociology*, 59/2, p. 252-267 (número especial organizado por Reimon Bachika & Markus S. Schulz).

Castoriadis, Cornelius. (1991). *Philosophy, power, autonomy: Essays in political philosophy*. Oxford: Oxford University Press.

Cohen, Jean & Arato, Andrew. (1992). *Civil society and political theory*. Cambridge, MA: MIT Press.

Comte, Auguste. (1968 [1852]). *System of positive polity*. Vol. 2. Nova York: Burt Franklin.

Comte, Auguste. (1968 [1853]). *System of positive polity*. Vol. 3. Nova York: Burt Franklin.

Comte, Auguste. (1957 [1848]). *A general view of positivism*. Nova York: Speller.

Comte, Auguste. (1855 [1830-1842]). *The positive philosophy of Auguste Comte*. Tradução de Harriet Martineau. Nova York: Blanchard.

Dewey, John. (1927). *The public and its problems*. Nova York: Holt.

Darwin, Charles. (1869). *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. 5a ed. Londres: John Murray.

Darwin, Charles. (1859). *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. Primeira edição. Londres: John Murray.

Durkheim, Émile. (1990). *On morality and society: Selected writings*. Edição e Introdução de Robert N. Bellah. Chicago: The University of Chicago Press.

Durkheim, Émile. (1984 [1893]). *The division of labour in society*. Nova York: The Free Press.

Durkheim, Émile. (1982 [1895]). *Rules for the sociological method*. Nova York: The Free Press.

- Durkheim, Émile. (1966 [1897]). *Suicide: A study in sociology*. Nova York: The Free Press.
- Durkheim, Émile. (1965 [1912]). *The elementary forms of the religious life*. Nova York: The Free Press.
- Eisenstadt, Shmuel N. (org.). (2002). *Multiple modernities*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Emirbayer, Mustafa & Sheller, Mimi. (1999). Publics in history. *Theory and Society*, 28/1, p. 145-197.
- Emirbayer, Mustafa & Mische, Ann. (1998). What is agency? *American Journal of Sociology*, 103, p. 962-1023.
- Fals Borda, Orlando. (1987). The application of participatory action-research in Latin America. *International Sociology*, 2/4, p. 329-347.
- Frank, Andre Gunder. (1967). *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova York: Monthly Review Press.
- Gordon, Theodore. J. & Helmer, Olaf. (1964). *Report on a long range forecasting study*. Santa Monica, CA: Rand, Report n° R-2982.
- Gore, Al. (2006). *An inconvenient truth: The planetary emergency of global warming and what we can do about it*. Emmaus, PA: Rodale Press.
- Habermas, Jürgen. (1992 [1962]). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Habermas, Jürgen. (1985). Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien. In: *Die Neue Unübersichtlichkeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 141-163.
- Huntington, Samuel P. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Nova York: Simon & Schuster.
- Joas, Hans. (1992). *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Jungk, Robert & Galtung, Johan (orgs.). (1969). *Mankind 2000*. Londres: Allen and Unwin.
- Kahn, Hermann & Wiener, Anthony. (1967). *The year 2000: A framework for speculation on the next thirty-three years*. Nova York: Macmillan.
- Koselleck, Reinhart. (1989). *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Küng, Hans. (1999). A global ethic in world politics: The middle way between “real politics” and “ideal politics”. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 13/1, p. 30-37.

Latham, Robert & Sassen, Saskia. (2005). Digital formations: Constructing an object of study. In: *Digital formations: IT and new architectures in the global realm*. Princeton: Princeton University Press, p. 1-34.

Mannheim, Karl. (1936). *Ideology and utopia: An introduction to the sociology of knowledge*. Nova York: Harcourt, Brace.

Marx, Karl. (1978 [1871]). *Class struggles in France, 1848-1850*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1867]). *Capital*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1859]). *A contribution to the critique of political economy*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1857-1858]). *The Grundrisse*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1852]). *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1845/1846]). *The German ideology*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1845]). *Theses on Feuerbach*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1844]). *Economical and philosophical manuscripts of 1844*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1844]). *The holy family*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1843]). *Contribution to the Critique of Hegel's philosophy of right*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl. (1978 [1843]). *On the Jewish question*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Marx, Karl & Engels, Friedrich. (1978 [1848]). *Manifesto of the Communist Party*. In: Tucker, Robert C. (org.). *The Marx-Engels reader*. 2a ed. Nova York: W. W. Norton.

Masini, Eleonora (org.). (1983). *Visions of desirable societies*. Oxford: Pergamon.

McLuhan, Marshall. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. Nova York: Signet.

Meadows, Donella H.; Meadows, Dennis L.; Randers, Jørgen & Behrens III, William W. (1972). *The limits to growth: A report for the Club of Rome's Project on the predicament of mankind*. Nova York: Universe Books.

Melucci, Alberto. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mommsen, Wolfgang J. (1963). Zum Begriff der "plebisziären Führerdemokratie" bei Max Weber. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 15, p. 295-323.

Nederveen Pieterse, Jan (org.). (2000). *Global futures: Shaping globalization*. Londres: Zed Books.

Offe, Claus. (1987). The utopia of the zero-option: Modernity and modernization as normative political criteria. *Praxis International*, 7/1, p. 1-24.

Revkin, Andrew C. (2004). Bush vs. the Laureates: How science became a partisan issue. *New York Times*, 14 de outubro.

Schuchardt, Bastian & Schirmer, Michael (orgs.). (2005). *Klimawandel und Küste: Die Zukunft der Unterweserregion*. Berlin: Springer.

Schulz, Markus S. (2011). The values of global futures. *Current Sociology*, 59/2, p. 268-273.

Schulz, Markus S. (2009). Structured modes of interplay and the modeling of digital futures. In: Denis, Ann & Kalekin-Fishman, Devorah (orgs.). *The ISA handbook of contemporary sociology*. Londres: Sage/ISA, p. 291-304.

Schulz, Markus S. (2007a). The role of the internet in transnational mobilization: A case study of the Zapatista movement, 1994-2005. *World Society Studies*, 2007/1, p. 129-156.

Schulz, Markus S. (2007b). Novas mídias, mobilização transnacional e as reestruturas das esferas públicas. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, 7/2, p. 108-128.

Schulz, Markus S. (2002). Mexiko zwischen *Demokratisierung und Liberalisierung: Internet und Politik in Lateinamerika*, Vol. 4. Frankfurt am Main: Vervuert.

Schulz, Markus S. (2001a). Democracia y cambio de los medios en América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, 10/18, p. 9-28.

Schulz, Markus S. (2001b). Der langfristige soziale Wandel und seine Interpretation in ökonomische Langfristprognosen. *Bremer Diskussionspapiere zur ökonomischen Klimafolgenforschung*, 8, p. 1-55.

Schulz, Markus S. (1999). Internationale Zukunftsstudien zur langfristigen sozialen Entwicklung. *Bremer Diskussionspapiere zur ökonomischen Klimafolgenforschung*, 6, p. 1-35.

Schulz, Markus S. (1998). Collective action across borders: Opportunity structures, network capacities, and communicative praxis in the age of advanced globalization. *Sociological Perspectives*, 41/3, p. 587-616.

Schumpeter, Joseph A. (1975 [1950]). *Capitalism, socialism, and democracy*. Nova York: Harper.

Shulman, Seth. (2006). *Undermining science: Suppression and distortion in the Bush administration*. Berkeley: University of California Press.

Slaughter, Richard A. (2002). Where now for futures studies? *Futures*, 34/3-4, p. 229-234.

Smith, Adam. (2003 [1776]). *The wealth of nations*. Nova York: Bantam.

Spencer, Herbert. (1874). *The study of sociology*. Londres: H.S. King.

Spencer, Herbert. (1864). *Principles of biology*. Londres: Williams and Norgate.

Spencer, Herbert. (1851). *Social statics, or, the conditions essential to human happiness specified, and the first of them developed*. Londres: John Chapman.

Tocqueville, Alexis de. (1990 [1835-1840]). *Democracy in America*. Nova York: Vintage.

Touraine, Alain. (1981). *The voice and the eye: An analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

Touraine, Alain; Dubet, François; Wieviorka, Michel & Strzelecki, Jan. (1983). *Solidarity: The analysis of a social movement: Poland, 1980-1981*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Weber, Max. (1991 [1917]). Der Sinn der “Wertfreiheit” der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften. In: *Schriften zur Wissenschaftslehre*. Stuttgart: Reclam, p. 176-236.

Weber, Max. (1991 [1905]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Tradução de Talcott Parsons, Introdução de Anthony Giddens. Londres: HarperCollins.

Weber, Max. (1991 [1904]). Die “Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: *Schriften zur Wissenschaftslehre*. Stuttgart: Reclam, p. 21-101.

Weber, Max. (1978). *Economy and society. An outline of interpretative sociology*. Editado por Guenther Roth e Claus Wittich. Berkeley: University of California Press.

Weber, Max. (1958). *From Max Weber. Essays in sociology*. Tradução, edição e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Nova York: Oxford University Press.

Weber, Max. (1923). *Wirtschaftsgeschichte: Abriss der universalen Sozial – und Wirtschaftsgeschichte*. Berlim: Duncker & Humblot.

Welsch, Wolfgang. (1996). *Vernunft: Die zeitgenössische Vernunftkritik und das Konzept der transversalen Vernunft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Wright, Erik Olin. (2010). *Envisioning real utopias*. Nova York: Verso.

DEBATENDO FUTUROS: TENDÊNCIAS GLOBAIS, VISÕES ALTERNATIVAS E DISCURSO PÚBLICO

Palavras-chave

Futuro;
História da sociologia;
Imaginação; Público;
Teoria sociológica.

Resumo

Este artigo explora a difícil relação entre uma sociologia voltada para o futuro e o debate público no momento em que suposições implícitas e operacionalizações explícitas sobre o futuro mudam da noção de determinismo para a de contingência e conflito. Os problemas não são apenas teóricos, mas também práticos, visto que as escolhas metodológicas prévias moldam a relação da sociologia com o debate público e sua capacidade de enfrentar os desafios que surgem nos dias de hoje. Desde seu surgimento, a sociologia esteve voltada para reflexões coletivas acerca não apenas das condições sociais passadas ou presentes, mas também das possibilidades de mudança. Transformações nas constelações epistemológicas, institucionais e sociais moldaram a expansão, o desaparecimento e o ressurgimento de orientações para o futuro. Distanciando-se da prática da previsão, a pesquisa sociológica sobre futuros concentra-se na dinâmica da imaginação e criação de futuros, tendências atuais, cenários prováveis e possíveis e suas implicações sociais.

DEBATING FUTURES: GLOBAL TRENDS, ALTERNATIVE VISIONS, AND PUBLIC DISCOURSE

Keywords

Future;
History of sociology;
Imagination; Public;
Sociological theory.

Abstract

This paper explores the uneasy relationship between forward-oriented sociology and public debate as implicit assumptions and explicit operationalizations of the future shift from determinism to contingency and contention. The stakes are not merely theoretical but also practical because methodological pre-decisions shape sociology's relation to public debate and its abilities to tackling the emergent challenges of our time. Sociology was geared since its inception toward collective reflection of not only present or past conditions of social existence but also of potentials for change. Shifting epistemological, institutional, and social constellations shaped the expansion, evasion, and re-emergence of future orientations. Distancing itself from the business of prediction, sociological futures research is focused on the dynamics of imagining and making futures, current trends, likely and possible scenarios, and their social implications.

¹ Université de Paris 13 Villetaneuse, França
pierre-teisserenc@wanadoo.fr

¹¹ Departamento de Sociologia, Universidade Federal
do Pará (UFPA), Brasil
mjaq@uol.com.br

Pierre Teisserenc¹
Maria José da S. A. Teisserenc¹¹

TERRITÓRIO DE AÇÃO LOCAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EFEITOS DA REIVINDICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Quer se trate da América Latina – do Brasil mais especificamente –, quer se trate da França, no seio da Europa, o que nos interessa nesses dois contextos é a tendência crescente da produção da ação pública tomando como referência o território, uma referência indicada como sendo mais adequada à gestão de problemas públicos, estes ao mesmo tempo resultantes dos efeitos da globalização e das exigências ambientais. Nos dois contextos, levar em consideração o território faz-se acompanhar de “*inovações institucionais*” consistindo seja em transferências de competências entre Estado central e as coletividades territoriais (descentralização e desconcentração), seja na criação de novos municípios na sequência dos povoamentos dos territórios da Amazônia brasileira sob efeito das políticas de ordenamento e de desenvolvimento, particularmente, a política de colonização do espaço amazônico associada à agricultura familiar, a de exploração de matéria-prima, ou a de produção de energia por usinas hidrelétricas. Mais recentemente, noutra perspectiva, sob efeito da política ambiental, de criação de áreas protegidas na Amazônia brasileira e por dispositivos similares, na França. A título indicativo, no contexto francês, “em menos de dez anos são pelo menos cinco leis que elaboram um desenho institucional inovador” (Hoffner, 2006: 27). No contexto brasileiro, no mesmo período, verificaram-se dinâmicas importantes em termos de reordenamento territorial baseado em princípios ambientais e de direitos sociais específicos. De acordo com o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em 2007, na estrutura fundiária deste que é o

segundo maior, entre os seis estados da Amazônia brasileira, reunindo 143 municípios em uma superfície de 124 milhões de hectares, constava 49,53% sob proteção, seja Terra Indígena ou Unidade de Conservação. No caso do Estado do Amazonas, o maior em superfície, a área sob regime de proteção, que ainda é um pouco mais ampliada, sobretudo nas modalidades Unidade de Conservação e Terras Indígenas, está também em situação comparável à do Pará. Importa, além disso, atentar para os 60% que representam a Amazônia em relação ao território nacional.

Portanto, nas duas situações citadas evidencia-se a referência do território informando ações públicas que levam à produção de novos territórios; de territórios que se definem em função de sua capacidade de responder aos efeitos da globalização e dos desafios ambientais; de territórios que nós temos qualificado como “territórios em recomposição” (Teisserenc, 2011a), na medida em que eles não correspondem geralmente aos territórios de administração local tradicional – comunas, na França; municípios, no Brasil –, de territórios cuja definição de perímetros é objeto dos debates que acompanham sua constituição.

O que as análises desses territórios em recomposição têm mostrado são emergências explicadas não somente em razão de uma vontade de satisfazer as transformações no modo de produção da ação pública em cada um dos contextos estudados, mas também pelo fato de os responsáveis locais se darem meios, criarem condições para enfrentar problemas gerados pela globalização e pelos desafios ambientais. Meios estes consistindo geralmente em mobilização de atores locais para o entendimento e para a organização de ações e projetos de caráter coletivo, o que corresponde ao que está sendo aqui entendido por “desenvolvimento local” (Teisserenc, 2002; Arocéna, 1986; Greffe, 2002).

Na medida em que a dinâmica local resultante desta mobilização se manifesta em uma capacidade dos atores em se engajarem em ações coletivas, e essas ações são fruto de trabalho comum, iniciadas, decididas e pilotadas localmente, consideramos que esse território em recomposição pôde ser igualmente compreendido como “território de ação local” (Teisserenc, 2009). E cada ação, constituída de condutas próprias a cada território, tira proveito dos instrumentos e dos recursos disponibilizados pelas autoridades públicas, locais e nacionais. Seu sucesso depende, portanto, do modo como outras escalas de gestão territorial – estadual e federal, no caso do Brasil, departamental e regional, no caso da França – se investem nessas ações.

Além disso, quanto mais o território aparece como o resultado das transformações do modo de produção da ação pública, mais verificam-se inovações institucionais. Exemplo disso são os EPCI, ou os sindicatos de “pays”, na França e, no Brasil, algumas vezes pela criação de municípios que dispõem de instituições habituais de poder local. Mas, pode ser também pela criação de Unidades de Conservação e, dentro disso, a criação do Conselho Deliberativo.

Apesar das inovações institucionais encontradas, os estudos conduzidos sobre territórios em recomposição mostram que sua legitimidade é frágil e que por isso eles devem provar sua eficiência desenvolvendo uma capacidade de resposta original aos desafios da globalização e do desenvolvimento sustentável. Uma tal capacidade se manifesta habitualmente em dinâmicas locais de desenvolvimento – o “desenvolvimento local” – assentadas em espaços de interdependência de atores heterogêneos preocupados em obter autonomia suficiente para engajamentos coletivos em ações que possam atingir a todos os aspectos da vida local; a diversidade dessas ações e seu caráter geralmente inovador testemunham o interesse dos atores locais por seu território de pertencimento e a vontade de buscar novos modos de gestão, até mesmo modelos de desenvolvimento de acordo com os princípios da sustentabilidade. Nessas condições, o território da ação local se impõe ao mesmo tempo como “território de desenvolvimento sustentável”.

Pela importância alcançada com a mobilização dos atores locais em ações de caráter coletivo, tal território se apresenta sobretudo como um espaço propício aos debates e a confrontações entre esses atores, como oportunidade de dar visibilidade e de tratar dos interesses conflitantes. Os debates e ações que têm lugar nesses territórios são aproveitados pelos atores para experimentar novas práticas e para facilitar o desenvolvimento de aprendizagens coletivas que lhes permitem assumir independência graças ao engajamento numa diversidade de ações iniciadas (Gaudin, 1997). Assim se explica por que o território de ação local torna-se então “o lugar de definição dos problemas públicos”, o lugar de sua solução (Duran & Thoenig, 1996: 582), ao mesmo tempo em que é, de maneira mais geral, “o lugar de inscrição das consequências de toda ação pública” (Duran, 1999: 50). Assim, ele tende a se impor como sendo “simultaneamente o quadro de ação, seu sentido e sua organização” (Offner, 2006: 33), proporcionando, portanto, ao conjunto dos atores engajados, aprendizagens coletivas que contribuem para o sucesso das ações. Por parte das autoridades públicas nacionais, esta concepção do território, que a elas se impõe pouco a pouco, consiste em considerar que esta não representa mais um problema e sim uma solução (Offner, 2006: 32).

Anteriormente (Teisserenc, 2009), encontrou-se ocasião de mostrar que, para satisfazer as condições anunciadas em contexto marcado pelos desafios da globalização e pelas exigências ambientais, esse território de ação local do desenvolvimento sustentável confronta-se com quatro desafios: um desafio de inovação quanto à maneira de identificar os problemas, de aproveitar as oportunidades e de conceber as ações; o desafio de ser capaz de assumir o caráter experimental de certas ações e dos percursos para realizá-las; o de criar condições favoráveis à condução de aprendizagens coletivas que necessitam do sucesso de tais ações, sobretudo as de caráter experimental; e, enfim, o desafio de fazer esse trabalho coletivo na perspectiva da busca de renovação da demo-

cracia local e de suas práticas, particularmente as participativas, e da deliberação sobre o que está em jogo.

Mais recentemente, a relação entre ambientalização, territorialização, conflitos e movimentos sociais foi discutida (Teisserenc, 2010b) abordando-se o território pelo reconhecimento da importância dos conflitos ambientais – leitura que não dissimula a questão social. Percebeu-se que a presença desses conflitos cria uma situação que pode beneficiar a compreensão da maneira pela qual o território da ação local se torna progressivamente o território onde se pretende o desenvolvimento sustentável.

Agora a reflexão dirige-se às articulações entre o território da ação local e o território do desenvolvimento sustentável a partir de duas questões. Uma, o território como objeto de reivindicações socioambientais. Outra, o território como questão acadêmica, no que concerne, sobretudo, à sua definição como categoria de análise, o que diz respeito, portanto, ao conjunto das Ciências Sociais, para mostrar que essas duas perspectivas sobre o território, que se justificam pelas exigências, e assim pela valorização do desenvolvimento sustentável, tornam-se cada vez mais interdependentes, na medida em que, uma e outra, se deparam com a exigência do reconhecimento de “saberes locais” e evidenciam, assim, a dimensão política dos respectivos desafios.

O TERRITÓRIO COMO OBJETO DE REIVINDICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Precisemos, antes de tudo, como se apresentam essas reivindicações socioambientais. Na introdução do livro intitulado *O desenvolvimento e os conflitos ambientais* (Zhouri & Laschefski, 2010), Andréa Zhouri propõe uma classificação dos conflitos socioambientais em três categorias correspondentes a reivindicações específicas. São elas: conflitos de redistribuição, relativos a desigualdades no acesso aos recursos; conflitos espaciais, que põem em causa a solidariedade entre os espaços desiguais e entre as gerações; e conflitos socioambientais, que afetam o direito ao uso da terra e de seus recursos e que geralmente está vinculado à reivindicação de um território. É esta última categoria de conflitos que chama a nossa atenção, pois diz respeito especialmente ao modo como os desafios ambientais questionam o território e fazem daquele o objeto de suas reivindicações.

Como lembrado, mostrou-se (Teisserenc, 2010b) que os conflitos sociais, e o movimento social em geral, de certo modo foram tocados pelo fenômeno da ambientalização, o que afetou, sobretudo, a natureza dos conflitos, suas finalidades, sua justificação e, ao mesmo tempo, a composição do movimento social. Descreveu-se também naquela oportunidade como esta ambientalização foi acompanhada de um processo de territorialização, haja vista a tendência dos poderes públicos nacionais em transferir competências e recursos em nível local, o que se verifica no caso das políticas de descentralização e de descon-

centração, e também no caso dos meios disponibilizados aos territórios redefinidos enquanto Unidades de Conservação de Uso Sustentável, particularmente a Reserva Extrativista, da qual se espera capacidade de atingir os objetivos – os do desenvolvimento sustentável – que justificaram sua criação. Igualmente, a territorialização diz respeito à definição de espaços para o tratamento de certos problemas reconhecidos como prioritários.

No contexto da Amazônia brasileira, esta territorialização de ação pública favoreceu a reivindicação do território pelas chamadas populações tradicionais, nas quais se inserem também grupos sociais como quilombolas e indígenas, reivindicação esta que constitui um ponto de convergência para problemas enfrentados por esses grupos em suas experiências de vida, seja quanto à questão do direito à terra e ao uso dos recursos naturais, do estatuto como sujeito de direitos específicos, da cidadania, da cultura e da identidade.

Três constatações, então, para prosseguir nesta reflexão. A primeira é que certos conflitos socioambientais se apresentam como desenvolvimentos de conflitos anteriores. A segunda é que a ambientalização dos conflitos tanto se dá pela diversificação dos objetos de conflito quanto por suas causas. A terceira é que esta diversificação se acompanha, em certos casos, de uma renovação de conflitos anteriores e de uma legitimação das reivindicações neles gestadas.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS TERRITORIAIS

Uma primeira observação sobre o contexto amazônico. Inúmeros conflitos socioambientais territoriais estão ligados a conflitos antigos, não solucionados, e que sob o efeito da ambientalização da sociedade (Leff, 2006) são reatualizados e por vezes intensificados. Tal ambientalização, segundo José Sérgio Leite Lopes (2006), designa um processo histórico, gerando novos fenômenos relacionados à construção de uma “nova questão social” no sentido que Robert Castel (1998) já havia colocado, e quatro décadas antes Karl Polanyi (2000) referiu como uma nova etapa na “grande transformação” do capitalismo na busca incessante pelo controle de seu desenvolvimento e transformação. Este processo se manifestaria especialmente pelas mudanças no Estado e na sociedade em geral.

Processo que também se manifestaria na forma com que os conflitos sociais se revestem, pois, opondo atores locais, mudam a sua linguagem e as suas retóricas. E mudam também os conflitos quando se institucionalizam. O caso das Resex é emblemático. A criação dessas Unidades de Conservação se acompanha de uma forma de oficialização, de publicização de conflitos sociais locais, de conflitos que não esperavam a criação de uma Resex para existir e se manifestar. Com a sua criação, que responde em parte às reivindicações de segmentos das chamadas populações tradicionais, é dada uma visibilidade forte ao conflito (Teisserenc, 2010b) e se inicia uma institucionalização através

da formação de um conselho deliberativo. Este conselho recebe como missão maior organizar e gerir o território da Reserva utilizando os instrumentos e recursos à sua disposição. Constitui, também, missão do conselho buscar compromissos para produzir respostas globais aos problemas de diferentes comunidades que ocupam a Reserva considerando a legitimidade conferida ao modo de vida, à aptidão, aos *savoir-faire* das comunidades, percebidas como capazes de conceber um modo alternativo de gestão dos recursos adequado às exigências ambientais.

A ambientalização traz também como consequência a diversificação das causas e dos objetos dos conflitos territoriais, correndo o risco de suscitar dissidências novas no seio do movimento social e pulverizá-lo. Esta diversificação e esta heterogeneização das causas e dos objetos dos conflitos se manifestam de diferentes maneiras. Dentro das comunidades se apresentam os conflitos de gênero e de identidade, como é o caso das mulheres e dos homossexuais; entre as gerações, trata-se muitas vezes do lugar dos jovens e de sua implicação nos movimentos sociais; no seio de uma mesma classe social são os conflitos inerentes a diferentes categorias de trabalhadores – agricultores, pescadores, coletores e extrativistas etc.; há também os conflitos entre os residentes permanentes do território e os que ali permanecem por temporadas, evidenciando e pondo em questão diferentes tipos de ocupação e de uso dos espaços e dos lugares, quer se trate de atividades de caça, de pesca, de lazer ligado à água buscado pelas populações urbanas como diversão.

Esta diversificação e heterogeneização das causas e dos objetos dos conflitos territoriais abalam fortemente o movimento social, sua unidade, sua coesão, sua permanência e sua pertinência. Sobretudo quando do lado do poder local assiste-se a transformações suscetíveis de criar uma situação favorável à busca de compromissos entre o movimento social e o poder local. Na Reserva Extrativista “Verde para sempre”, situada no município de Porto de Moz, no Estado do Pará, foi o caso. Em 2008 as eleições municipais resultaram em uma nova composição do poder local a partir de alianças de um tipo novo. Um representante de uma família local importante, no poder desde que o município foi criado, aliou-se a um segmento do movimento, colocando em risco, de um lado, a aliança entre as famílias detentoras do poder, de outro, a articulação do movimento social.

Andréa Zhouri & Raquel Oliveira manifestam um otimismo, talvez excessivo, na direção das teses de Enrique Leff (2006) ao tratar de tais transformações. As autoras se dizem convencidas da capacidade do movimento social em conservar sua unidade apesar da diversidade e heterogeneidade dos objetos e causas dos conflitos envolvendo diferentes categorias de grupos mobilizados, pois “O campo ambiental como o desejo pela construção duma unidade totalizante assentada sobre a convergência de setores sociais e suas respectivas vozes, antes dispersas, parece continuamente interrogado pela persistência da

polifonia e pelo caráter irredutível, nada residual, das assimetrias de poder que acompanham a disseminação dessas vozes presentes na diversidade das lutas que emergem nos lugares” (Zhourri & Oliveira, 2010: 440-441). Em tal contexto, face à constatação de uma diversidade irredutível, o risco que chama a atenção das autoras é, sem dúvida, como evocamos antes, o da divisão do movimento. E há também o risco de o movimento radicalizar na direção de um essencialismo ambiental, que pode trazer como consequência “tentativas de despolitização desses processos”. Tal despolitização ressoa na “modernização ecológica” que vem se apresentando como “ecologia capitalista”, característica da sociedade pós-moderna.

A ambientalização, igualmente, por consequência, tem facilitado a emergência de novas reivindicações seja a partir de novos objetos, seja a partir da reatualização dos conflitos anteriores. Aqui nos limitaremos à apresentação de dois exemplos significativos de reivindicações antigas reatualizadas no contexto da ambientalização dos conflitos, conquistando uma nova legitimidade e perspectiva de resolução desses conflitos a exigir abordagens interdependentes. Trata-se da reivindicação do território e do reconhecimento dos saberes nativos.

O TERRITÓRIO REIVINDICADO

O contexto no qual grupos residentes tradicionais reivindicam o território é o de inúmeras lutas pela apropriação – em certos casos, reapropriação – dos recursos do meio local em reação a uma tentativa de apropriação global desse meio pelas forças do capitalismo. Esta apropriação, manifesta em uma transformação dos territórios de vida desses grupos em territórios “abstratos” (Zhourri & Laschefski, 2010) sob a influência da globalização com o objetivo único de explorar com mais eficácia seus recursos, se concretiza pela desflorestação para o desenvolvimento industrial de monocultura e de pecuária extensiva.

A esse tipo de apropriação respondem as comunidades engajando-se em lutas que compõem o movimento social. Estas lutas se apresentam sob a forma de uma defesa dos lugares de vida das comunidades, de sua memória, de seu enraizamento econômico, social e cultural, e se apoiam em uma organização coletiva que se inspira nos princípios de autogestão. São lutas geralmente para reivindicar um “território social” definido como um espaço de pertencimento pelos grupos e comunidades que assumem a reivindicação, e que é ao mesmo tempo um espaço de mobilização onde se afirma a legitimidade de cada comunidade se proteger, se desenvolver, se fazer reconhecer.

Essas lutas se nutrem continuamente de uma apreensão coletiva dos problemas enfrentados por cada comunidade no seio do território; elas se beneficiam da emergência de novas identidades que resultam do trabalho de elaboração de um modo de produção alternativo em reação à estratégia das classes dirigentes de denegrir as reivindicações das comunidades afirmando

virem elas de indivíduos atomizados e isolados desenvolvendo a tendência do “encarceramento do nativo”. E a denunciar em nome de uma crítica pós-moderna a recusa dessas comunidades à mudança, à mobilidade e à inovação (Zhourri & Oliveira, 2010: 455).

A experiência de comunidades que têm enfrentado deslocamentos forçados por ocasião da construção de barragens mostra que suas lutas nessas circunstâncias têm permitido a afirmação de uma nova concepção do território e de uma nova relação das comunidades com o seu território, o que contraria a ideia de que esse território e a relação que as comunidades mantêm com o mesmo não remetem de modo algum a uma forma renovada e modernizada de uma situação colonial anterior. O território reivindicado é, antes de tudo, constituído da realidade presente, é um território concreto e físico que inspira novos projetos coletivos iniciados pelas comunidades. Eis a razão pela qual esse território reivindicado não constitui uma “descontinuidade cultural” (Zhourri & Oliveira, 2010: 457), o que é sempre o caso quando se dispõe de um território novo a título de compensação. Recusar esta “descontinuidade cultural” significa compreender que perdendo seu território de referência e de ocupação as comunidades perdem sua territorialidade (Saquet, 2007), e que tal perda teria por consequência quase inevitável o insucesso de seus projetos coletivos, reolocando em causa a comunidade enquanto tal. O território reivindicado, portanto, é material e imaterial ao mesmo tempo. Não se limitando a aspectos materiais e físicos, no território se encontra a dimensão e o valor simbólicos das instituições, dos eventos, das práticas que compõem a vida das comunidades que vivem do e para o território.

A descontinuidade cultural recusada por parte das comunidades e as lutas que essa atitude implica conforta a mobilização dessas comunidades, e através delas o movimento social, em um contexto de ambientalização, confere sentido e legitimidade a essas lutas. A reivindicação coletiva das comunidades acompanha-se de uma vontade de criar condições de uma capacidade de ação coletiva autônoma, um tipo de autodeterminação que permite a escolha e o controle efetivo da execução de um futuro comum. O território reivindicado aparece assim, pelo lado dessas comunidades, como o espaço de referências para a construção de sua identidade cultural ao mesmo em tempo que se impõe como o meio privilegiado de controlar seu destino coletivo.

A QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DOS SABERES NATIVOS

No contexto geral da ambientalização dos conflitos locais, à reivindicação do território junta-se a manifestação de uma vontade de reconhecimento de saberes nativos dos grupos tradicionais. Nas Reservas Extrativistas esta reivindicação é bastante significativa. Exemplificando, as qualidades desses saberes são normalmente referidos para justificar a criação das Reservas, consi-

derando a aptidão desses grupos tradicionais para explorar e gerir de maneira sustentável a biodiversidade do território que lhes é atribuído. Levando em conta a extensão do assunto, aqui nos limitaremos a discutir a tese apresentada por Carlos Walter Porto Gonçalves no artigo intitulado “A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas”. Para o autor, “a globalização, a mundialização, indicam a constituição contraditória de novas territorialidades e de novas comunidades de destino”. Trata-se de uma etapa importante em um percurso que desenha diferentes perspectivas entre “as mudanças, a ruptura, a incerteza e as oportunidades” (Porto Gonçalves, 2010: 387).

Quando tratamos da questão do reconhecimento dos saberes locais em um contexto de ambientalização (Teisserenc, 2011), procuramos mostrar ligações entre a reatualização do debate sobre o reconhecimento desses saberes e sobre a reivindicação concomitante do território na medida em que se impõe como espaço que permite a esses saberes demonstrarem sua pertinência pela capacidade das comunidades em conceber um modo de produção alternativo. Daí resulta uma situação nova que, de acordo com Porto Gonçalves, permite compreender como a ambientalização oportuniza aos grupos tradicionais pôr em causa o “processo de civilização na sua globalidade”. E, ao lado disso, a ambientalização favorece um reconhecimento dos saberes nativos com uma legitimidade mais importante que antes, dado o contexto cada vez mais amplo de incertezas que pesam sobre o futuro da humanidade, ocasião, portanto, de colocar em perspectiva as tradições pelos benefícios que podem trazer os “conhecimentos dos índios, dos ribeirinhos, dos caboclos, dos pescadores, das mulheres da floresta” para as biotecnologias (Porto Gonçalves, 2010: 396) etc. Até como fazendo parte da pós-modernidade, esses saberes têm sido referidos.

Além disso, o debate com o processo de civilização tira proveito das aquisições da experiência de Chico Mendes, que teve a inteligência de integrar em sua estratégia a contribuição do meio acadêmico permitindo ao movimento social beneficiar-se da legitimidade desse meio na elaboração conjunta de “alternativas” sensíveis à diversidade sociocultural dos territórios amazônicos e à diversidade dos modos de vida e modos de produção das populações desses territórios. Assim, conduziu-se a experiência de Chico Mendes, na qual se originaram as Reservas Extrativistas, a uma grande legitimidade.

Nesse clima favorável, o interesse novo sobre os saberes nativos permite analisar as características e, em particular, constatar que, diferentemente dos saberes acadêmicos, se trata de conhecimentos coletivos integrados ao patrimônio das comunidades, indissociáveis de suas práticas e de sua organização coletiva. Nesse sentido, enquanto patrimônio das comunidades, inseparáveis de suas vidas e seu modo de organização, esses saberes se relacionam com a concepção da vida compartilhada por essas comunidades, com a maneira como as comunidades assumem os limites da vida – a morte – e com a ritualização daí resultante. Assim também para os limites do corpo, que encontram

no ritual e nas práticas de transe uma maneira de acessar uma compreensão renovada do corpo e de ultrapassar certos limites. Enquanto patrimônio das comunidades, esses conhecimentos possuem igualmente vinculações com a realidade do território, o que Porto Gonçalves evoca com firmeza surpreendente. Nesta evocação é ressaltada a importância de um espaço de *convivência entre a natureza e os homens*, uma *convivência não contra a natureza* como é geralmente o caso, *mas com a natureza* (Porto Gonçalves, 2007: 399 e 408). Em absoluto, nada a opor ao autor quando este considera esta convivência entre a natureza e os homens no seio de uma comunidade como tema de um debate sobre os limites da vida e do corpo, já referido, como também os limites da humanidade e do planeta. Um debate expresso habitualmente na forma de ritual.

Igualmente, estamos de acordo com Porto Gonçalves, quando reconhece que o debate sobre os limites do homem e da humanidade expressa a dimensão política da questão ambiental. Justamente, “E aqui começa a política, arte por meio da qual os homens vivem juntos em liberdade” (Porto Gonçalves, 2007: 408), o que contribui para uma renovação da política no sentido apresentado por Edgar Morin, que através do conceito de “antropolítica” afirma que “o viver, o nascer, o morrer fazem doravante parte do campo político” e que, portanto “a política é levada a assumir o destino e o futuro do homem, assim como o da planeta” (Morin, 1999: 182-183).

Assim, no contexto geral da ambientalização do movimento e dos conflitos sociais, à reivindicação do território pelos grupos tradicionais integra-se a vontade de reconhecimento dos saberes nativos; vontade que em tal contexto encontra apoios, novas razões de ser e nova legitimidade, uma vez que em parte a referência a esses saberes compõe as justificativas da escolha, por exemplo, da criação de uma Reserva Extrativista. Esta constitui um quadro adequado, dentro do possível, à satisfação de suas reivindicações de um território e para se debater legitimamente o reconhecimento dos seus *savoir-faire* ambientais. Uma resposta às expectativas das comunidades construída em um processo lento e complexo, oportunidade para essas comunidades manifestarem sua capacidade de gerir o território, satisfazendo as exigências do desenvolvimento sustentável, dando testemunho da eficácia de seus saberes na matéria. Esta resposta se elabora em um contexto de conflito no qual é necessária a regulação, o que põe em causa a dimensão política, em particular a maneira como o Estado federal se implica no acompanhamento de um trabalho indispensável ao sucesso da Reserva e seu reconhecimento pelo poder local.

A complexidade dos desafios ambientais e as exigências contraditórias aí contidas, de um lado, e de outro, a maneira como os saberes nativos levam em conta um novo tipo de relação entre o homem e a natureza, tendo como referência um território considerado como sendo, ao mesmo tempo, o patrimônio das comunidades e o espaço de enraizamento de seus conhecimentos, favorece um debate que convoca o político. Na medida em que esse debate se

desenvolve, faz mudar o modo de produção da ação pública, pois o território é reivindicado pelas comunidades e pelo movimento social.

É um debate da mesma natureza que a partir de agora buscaremos apresentar, em termos de confrontações que opõem, a propósito do território, no campo acadêmico disciplinas das ciências sociais.

O TERRITÓRIO COMO QUESTÃO NOVA NO CAMPO ACADÊMICO

Os debates no campo acadêmico que acompanham a renovação da questão territorial se desenrolam em circunstâncias marcadas, em geral, como já dito na introdução, pelos efeitos da globalização, pela transformação no modo de produção da ação pública e pelas exigências ambientais.

A transformação do modo de produção da ação pública oferece um quadro a esses debates, confere a eles legitimidade e, além disso, produz condições favoráveis à emergência de novos territórios. Na França, por exemplo, a reforma da descentralização dotou os responsáveis locais de poderes e de recursos, permitindo-lhes, sobretudo em cooperação com os representantes políticos dos territórios vizinhos, promoverem dinâmicas de desenvolvimento territorial que conferem ao novo território resultante da cooperação uma legitimidade cada vez menos contestada. Do mesmo modo, na Amazônia brasileira, a criação de Reservas Extrativistas contribui para a emergência de novos territórios que oferecem oportunidades reais ao conjunto dos atores locais e a seus parceiros de reconsiderar o desenvolvimento de seu território.

PARADOXOS DO MOVIMENTO DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

Esse novo quadro resultante da transformação dos modos de produção da ação pública está posto nos dois contextos, no momento em que paradoxalmente, sob os efeitos conjuntos da globalização, novas formas de divisão do trabalho em nível mundial, no interior de cada país, como também entre os países. Verifica-se também uma aceleração da mobilidade das empresas e dos homens, do desenvolvimento das práticas de lazer e de turismo etc. E assiste-se, nos indivíduos como em certos grupos, a uma perda progressiva do sentimento de pertencimento a um território particular. Esse movimento produz uma reconsideração do território enquanto suporte de identidade para esses indivíduos e esses grupos. De acordo com Rogerio Haesbaert (2007), um fenômeno novo e complexo, ampliado pelos efeitos das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) se apresenta. Este autor qualifica este fenômeno de “des-re-territorialização”, cuja manifestação se dá pela coexistência simultânea de movimentos aparentemente contraditórios, de distanciamentos e afastamentos em relação ao território de pertencimento dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se produz a vontade de integração em territórios escolhidos. Tais territórios

passam por transformações que os fazem territórios emergentes e, de certo modo, em recomposição. Para Haesbaert, esse fenômeno constituiria “um dos mais relevantes na última década” e teria particularmente como consequência “promover uma espécie de diálogo oculto entre a geografia e as demais ciências sociais, preocupadas cada vez mais com a dimensão espacial da sociedade” (Haesbaert, 2007: 43). O caráter “oculto” desse diálogo, aqui observado, seria o resultado de um desconhecimento por parte de outras disciplinas das ciências sociais, do trabalho dos geógrafos sobre a questão do território e, por parte da geografia, de um déficit de reflexão sobre a questão da des-territorialização.

Nas ciências sociais existe um movimento de pensamento sobre as evoluções conhecidas pela questão territorial nos últimos anos, que considera a influência da globalização através do desenvolvimento das NTIC na passagem de uma sociedade “moderna”, de caráter “territorial”, para uma sociedade “pós-moderna”, de caráter “reticular”. A importância alcançada pelo caráter “reticular” da sociedade justificaria falar do “fim dos territórios” (Badie, 1996) na medida em que a passagem de uma sociedade à outra põe em xeque a referência a um território físico e concreto, substituindo-o sob a influência do capitalismo por um território “virtual” e “abstrato” (Zhourri & Laschefski, 2010). Dessa maneira se justificaria a importância atribuída à questão da des-territorialização.

Esta questão diz respeito à maneira como o desenvolvimento das redes em uma sociedade pós-moderna questiona a concepção do território; e, à medida que o território se impõe como testemunha da permanência de uma sociedade, o debate para o qual remete o tratamento desta questão interessa-se pela maneira como esta permanência poderia se materializar em uma sociedade pós-moderna. O objeto do debate retorna interrogando o modo como uma sociedade em rede que se definiu em referência a movimentos e fluxos pode ser compatível com uma sociedade territorial constituída de lugares, localizada, com polos, limites ou fronteiras.

A esta interrogação os geógrafos respondem de três maneiras diferentes: — Para uns o território é incompatível com a ideia de rede e se assistiria, de fato, a uma mutação importante, se não radical, que caracteriza a sociedade pós-moderna, na qual o território não é mais uma referência essencial. Teria sido alcançado o “fim dos territórios”, segundo Bertrand Badie.

— Para outros, as redes se diluem nos territórios que elas contribuem a animar de uma nova maneira. Nesta perspectiva, haveria uma reconstituição dos territórios a pôr em xeque novos modos de apreendê-los através de novos métodos de análise, sem que por isso o território perca seu valor como referência para a sociedade em geral.

— Finalmente, há aqueles para os quais o desenvolvimento das redes não é mais que um epifenômeno a afetar de maneira marginal a constituição e a organização dos territórios.

As análises sobre ações locais informadas na ideia de desenvolvimento sustentável nos territórios (Teisserenc, 2002; Greffe, 1994) autoriza-nos a questionar a primeira e a terceira maneiras de responder, evidenciando que uma quantidade de efeitos de des-territorialização se apresenta em termos de novos mecanismos de des-re-territorialização, confirmando assim a interpretação proposta por Rogério Haesbaert.

Uma primeira forma de des-territorialização resulta de uma concepção do território segundo a qual este constituiria uma referência para as populações na medida em que é o espaço do seu enraizamento econômico, social, cultural e político, e que, por isso, seria caracterizado por uma certa estabilidade e permanência que o desenvolvimento recente dos fluxos e das redes viria a abalar. Historicamente, inúmeros territórios têm sido afetados por migrações de populações e por mutações socioeconômicas ou socioculturais que contribuem para fazer deles espaços de referências ricos em historicidade. É o caso em particular dos territórios da Amazônia brasileira que têm sucessivamente sido afetados pelos desafios da conquista colonial, pelos efeitos da independência política, pelos ciclos econômicos, sobretudo o da borracha a partir do fim do século XIX, e, a partir de meados do século XX, pela política baseada na colonização, reforma agrária e desenvolvimento de uma agricultura familiar, construção da Transamazônica, exploração industrial de recursos minerais e grandes obras de infraestrutura, como as hidrelétricas. Produtos desta história, os territórios amazônicos se apresentam hoje como espaços caracterizados por tensões permanentes entre os efeitos da mobilidade de homens e recursos, e os desafios da localização, entre o movimento e a estabilidade, entre a inovação e a reprodução, e assim por diante.

Tais tensões justificam uma abordagem do território enquanto composição “material/imaterial”; isto é, com uma carga de valor simbólico contida em eventos, rituais, práticas, instituições, que contribuem à organização da vida das populações. Considerar essa imaterialidade permite compreender a maneira como as populações têm conseguido se apropriar de seus territórios para viver, dele e para ele, ao mesmo tempo. Sendo assim, em um contexto marcado por uma convergência de interesses, tanto por parte dos poderes públicos, quanto das populações residentes tradicionais, a reinvestir na questão territorial, por que não considerar, contrariamente a certas ideias preconcebidas, o desenvolvimento de redes, a emergência da relação do cyberspaço com dinâmicas locais? Sob certas condições, a contribuição de tal perspectiva pode ser apresentada em termos de identificação e análise de uma renovação da concepção do território, até mesmo seu enriquecimento, em vez de afirmar sua virtualização e até mesmo seu desaparecimento. Testemunhos de “desenvolvimento local” mostram que seria interessante levar em conta esta perspectiva.

As deslocalizações de empresas constituem um outro fenômeno significativo da des-territorialização que afetam, principalmente há muitos anos, os

países industrializados, mas que também afetam os países emergentes. Esta forma de des-territorialização é consequência direta dos efeitos da globalização devida a uma economia de mercado na qual a intervenção da esfera política é frágil, seja porque esta não se dá os meios, seja porque ela não os tem. Encontra-se aqui o debate clássico entre duas concepções, duas maneiras diferentes de considerar o lugar do político na sociedade, particularmente no que se refere ao papel regulador econômico e social do político. Qualquer que seja o fundo do debate sobre a questão territorial em reatualização, a des-territorialização não põe necessariamente em causa a ideia de território. Às vezes constata-se mesmo o contrário. Cada vez que deslocalizações são vividas pelas populações como um traumatismo dadas as incertezas que tais processos produzem quanto ao futuro, criam-se também condições favoráveis a um novo tipo de mobilização de atores locais que conseguem se organizar coletivamente de modo a antecipar riscos que as deslocalizações colocam ao território. Cada vez que um tal fenômeno se produz, o mesmo confere ao território um papel de destaque na medida em que se passa a prestar atenção aos fenômenos de localização e, portanto, às empresas e aos grupos sociais locais e suas maneiras de reivindicar um território, de se apropriar dele para explorar os recursos (Bourdin, 2000).

Enfim, a des-territorialização pode ser apreendida como o resultado de um amplo processo de homogeneização cultural do planeta conduzido pela globalização, facilitada pelo desenvolvimento das NTIC. Esse movimento se apresenta sob a forma de uma tendência geral à homogeneização e, ao mesmo tempo, pode-se constatar certos efeitos no sentido da fragmentação, da segmentação e da heterogeneização dos grupos sociais, dos interesses por eles defendidos, dos objetos de suas reivindicações etc (Leff, 2006: 456-462). Tais efeitos contraditórios se explicam notadamente pela maneira como os grupos em questão desenvolvem estratégias de apropriação de elementos constitutivos desse movimento geral de homogeneização e se mostram capazes de impedir tal movimento. Em particular, assim pode ser explicado o fenômeno de “etnicização da modernidade” considerado por Marshall Sahlins como uma das características da sociedade pós-moderna (Sahlins, 2007).

A apresentação sob diferentes formas a revestir a des-territorialização vai ao encontro da tese da des-re-territorialização sugerida por Rogério Haesbaert na medida em que cada uma dessas formas produzidas pela des-territorialização, gera, por sua vez efeitos de re-territorialização. Esta ambivalência dos efeitos mostra-se cada vez mais importante de ser considerada, uma vez que os territórios da sociedade pós-moderna crescentemente se caracterizam pela coexistência de categorias de populações que conhecem situações socioeconômicas antagônicas e extremas. No alto da hierarquia social encontram-se indivíduos particularmente privilegiados, beneficiando-se de uma grande mobilidade espacial e, portanto, auferindo vantagens das oportunidades resultantes da des-territorialização. Vantagens, por exemplo, que se apresentam para

essas categorias sociais privilegiadas, enquanto ofertas para ocupar e se apropriar de inúmeros lugares do planeta em detrimento dos interesses desses mesmos lugares. Nutrindo-se dos mitos do cyberspaço, vai-se assim mantendo uma tendência à virtualização da sociedade, produzindo-se aí o “ator-rede” no sentido de Manuel Castells (1998), que é ao mesmo tempo um ator de classe que encontra no uso de novas tecnologias da comunicação um substituto para sua territorialidade e um meio de fazer de sua experiência humana uma referência para uma diversidade de espaços e lugares.

Na parte inferior da referida hierarquia, encontra-se a categoria dos “sem-terra”, privados do acesso legal à terra e a seus usos. Esta categoria reivindica um território apoiando-se em redes sociais, nacionais e internacionais. Uma reivindicação que é, simultaneamente, a de um estatuto social – enquanto indivíduos e enquanto comunidades –, e a de um reconhecimento de determinadas cultura e identidade. E é também uma reivindicação que traz o debate sobre competências e também sobre a territorialidade do grupo que reivindica.

A coexistência sobre os territórios dessas duas situações antagônicas e extremas reforça a importância atribuída à representação de um território sob tensão permanente, convocado a assumir um movimento geral de des-re-territorialização, produto de um duplo processo. Primeiro, a tendência a fazer o espaço desaparecer, sob os efeitos da globalização, das NTIC e das novas formas de mobilidade, enquanto espaço de referência significativa para as populações que o ocupam. Segundo, a recomposição do território a partir de um novo sistema de relações fundado sobre o reconhecimento da diversidade e da heterogeneidade dos grupos sociais que o ocupam, e sobre a influência que exercem as redes sociais implicadas na construção de territórios.

Tal reconhecimento constitui um dos desafios ao qual o território em recomposição deve responder em uma sociedade global marcada por uma amplificação das divisões entre dois mundos: o mundo da grande riqueza fundada sobre a propriedade, à busca de uma segurança levando seus membros a escolher lugares e espaços onde eles desenvolvem uma cultura de “entre soi”, sem intercâmbio com o mundo desta forma de pobreza marcada pela insegurança em todos os aspectos da vida econômica e social e que reivindica seu pertencimento a um território para aí desenvolver um modelo econômico e uma sociabilidade próprios, e para obter reconhecimento social.

Esta divisão da sociedade em classes heterogêneas, visível no seio da sociedade global, se manifesta sobre os territórios pela coexistência entre situações sociais antagônicas e extremas, em um contexto em que, em razão da territorialização da ação pública, o território se impõe como o espaço de referência a partir do qual as divergências e as tensões resultantes desta coexistência constituem-se em objeto de decisões que colocam em xeque a ação dos atores públicos. Mais particularmente, a capacidade de esses atores promoverem formas de regulação localmente mais adaptadas.

A análise desses territórios resultantes em parte das transformações da ação pública interessa evidentemente à ciência política, que os tem como um de seus objetos de investigação privilegiados. No entanto, como territórios em recomposição enfrentam o desafio de inventar novas formas de regulação exigidas pela des-re-territorialização em contexto de coexistência entre classes sociais antagônicas e que, por isso, se esforçam para dispor de autonomia suficiente para lhes permitir desenvolverem-se, sob os imperativos da globalização e das exigências ambientais, tais territórios tornam-se por isso objeto de investigação interessante para a sociologia.

CRÍTICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS À ABORDAGEM DA DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

Entre as críticas formuladas à ideia de des-re-territorialização proposta por Rogério Haesbaert enquanto geógrafo, chama a atenção as de Andréa Zhouri e Klemens Laschefski, em obra recente (Zhouri & Laschefski, 2010: 23-26). Reconhecendo absolutamente a importância do desenvolvimento das NTIC em um mundo econômico globalizado, capitalista e urbano, em especial a influência que esse desenvolvimento exerce sobre a emergência de atores em rede, os autores colocam, antes disso, o não questionamento de uma concepção desmaterializada da vida moderna. Uma concepção na qual o território é um tipo de abstração na medida em que esta realidade é crescentemente distanciada da experiência da vida social e cotidiana das populações. Esse caráter abstrato é reforçado pela atribuição da gestão do território a grandes grupos industriais, performantes, cujo desenvolvimento tende a privilegiar a busca de novos mercados consumidores.

Experiências significativas de políticas de gestão e desenvolvimento operadas por cidades como Barcelona, na Europa, e São João Del Rei, no Brasil (Carneiro, Leite & Tavares, 2010: 422-424) mostram a importância, nesta perspectiva, da busca de “acumulação flexível” e de uma “territorialidade empresarial” para as quais interessam temporalidades diferentes e descontínuas. Por exemplo, aquelas que dizem respeito a operações de gestão urbana com efeitos de médio prazo em termos de desenvolvimento econômico e social, ou ainda os investimentos de caráter cultural e simbólico com efeitos de longo prazo em termos de adesão das populações e de coesão social em relação à localização de atividades futuras por parte de empresários sensíveis às amenidades resultantes da gestão do território em questão e das condições de vida que ele oferece. Tais territórios jogam permanentemente com os efeitos da des-territorialização e os da re-territorialização.

Zhouri & Laschefski observam o surgimento dessas novas temporalidades como fruto de uma política de gestão do território urbano. Uma política acompanhada por um trabalho de divisão do espaço urbano em unidades es-

paciais privatizadas e comercializáveis que pouco a pouco têm seu valor de troca reconhecido como prioridade, em detrimento de seu valor de uso. Como consequência, tem-se um estímulo aos empreendimentos que, não importa os meios, minimiza o conjunto de reivindicações territoriais, particularmente as dos “sem-terra”, para unicamente preservar um uso mercantil. Resulta disso uma ampliação dos riscos de conflitos sociais entre grupos antagônicos. Assim se explica, de acordo com os autores, por parte das populações tradicionais, a aliança tácita dos poderes públicos com o capitalismo mundial que contribui para a desflorestação e o desenvolvimento de monoculturas industriais.

Esta denúncia justificada por Zhouri & Laschefski conduz a crítica dos autores à defesa de Rogério Haesbaert do processo de des-re-territorialização. Em parte ela está fundamentada nas experiências de deslocamentos de populações tradicionais, sobretudo por ocasião de construção de barragens. A crítica foca, portanto, a ideia segundo a qual o duplo processo de des-territorialização/re-territorialização criaria condições de emergência de uma nova territorialização com possibilidades de satisfazer as exigências de reprodução das populações tradicionais. Se esta perspectiva tivesse fundamento, acreditar-se-ia na ideia das *compensações* pelo deslocamento, as quais podem reivindicar as populações como meios para futura territorialização. A isso Zhouri & Laschefski reagem afirmando que as compensações não reparam as perdas materiais e simbólicas dos modos de socialização provocadas pelos deslocamentos, e que, efetivamente pode-se apresentar tais experiências constrangedoras como o resultado de um processo de des-territorialização, o que não significa necessariamente criação de condições de uma nova re-territorialização. Antes pelo contrário, constata-se muito mais novos indutores de mobilidade social pela revenda, por exemplo, das terras obtidas como compensação, revenda, muitas vezes, a grandes proprietários que ampliam seu patrimônio tirando vantagem de políticas fundiárias compensatórias isoladas (Magalhães, 1996).

Mesmo sendo tal debate tão rico e interessante, ele integra um certo número de coisas não-ditas que dizem respeito menos ao seu conteúdo e mais às circunstâncias de seu desenvolvimento. É necessário lembrar que esse debate sobre o território envolvendo diversos interesses e disciplinas das Ciências Sociais é recente. Tais interesses não põem nunca em causa o território como objeto permanente e privilegiado de pesquisas para disciplinas como a geografia, a história ou a antropologia. O debate referido, com os interesses mais recentes advindos da sociologia, da economia e da ciência política, tem enriquecido o objeto *território*, um debate que desafia as relações entre as disciplinas das Ciências Sociais no interior do campo acadêmico.

Parece então essencial ressaltar que o interesse recente do conjunto de disciplinas das Ciências Sociais pela questão territorial não é produto unicamente da evolução da divisão do trabalho no campo acadêmico e da concorrência nele estabelecida. Constitui também respostas dos poderes públicos aos

desafios da globalização e às exigências do desenvolvimento sustentável modificando os modos de produção da ação pública, referidos na introdução deste artigo, e diz respeito também à maneira como as populações são conduzidas por tais respostas mobilizando-se coletivamente pelo desafio constituído pelo futuro de seu território. Negar isto significa limitar o debate a desafios exclusivamente acadêmicos

As respostas dadas pelos poderes públicos nacionais, nos últimos anos, aos desafios da globalização e às exigências do desenvolvimento sustentável têm consistido frequentemente em medidas “tentativa e erro”, objetivando acompanhar dinâmicas de redesenvolvimento dos territórios – as Reservas Extrativistas no Brasil, as chamadas políticas de desenvolvimento local no contexto (Grefe, 1992, 2002; Teisserenc, 2002). Mesmo se diferentes procedimentos de transferências de competências entre o Estado central e as coletividades territoriais – descentralização ou criação de novos municípios – não se apresentem ligados ao objetivo de responder aos desafios da globalização e/ou às exigências do desenvolvimento sustentável, eles facilitam respostas de natureza territorial a tais desafios e exigências.

Portanto, a questão territorial remete a fenômenos diferentes, cujas interdependências não são visíveis, o que aqui se deseja explicitar e compreender. Primeiro, eles estão relacionados à concorrência entre as disciplinas que o debate sobre o território acentua no campo acadêmico. O que não é uma novidade. O campo acadêmico opera com dispositivos próprios a sua regulação, graças às contribuições dos diferentes órgãos de gestão e de arbitragem. Estas contribuições vêm dos sindicatos, associações de vários tipos, das quais dispõem os agentes para defender em particular os interesses de sua disciplina respectiva, contribuições dos congressos, simpósios e colóquios, das revistas, das classificações etc. Essas regulações contribuem para a gestão de cada um dos campos acadêmicos, no Brasil e na França. E elas não são independentes dos desafios da globalização e das exigências do desenvolvimento sustentável que informam em parte o desenvolvimento dessas regulações.

Segundo, esses fenômenos estão relacionados às transformações socioeconômicas e ambientais de um contexto geral do qual o debate acadêmico se nutre. Em meio a tais transformações, o território torna-se o lugar significativo a partir do qual se desdobra a ação pública. Nesta perspectiva, este lugar tende a se tornar uma “categoria de ação”; uma ação local de desenvolvimento sustentável, uma ação complexa, elaborada e conduzida em parceria na qual o território facilita a realização oferecendo um quadro à sua elaboração. Nessa direção, importam não somente as modificações que os poderes públicos levam ao modo de produção da ação pública para responder aos desafios da globalização e às exigências do desenvolvimento sustentável, mas também a maneira como as populações locais fazem ecoar essas mudanças em um contexto de ambientalização dos conflitos locais na reivindicação de um território.

Portanto, faz-se necessário observar que: primeiro, a apreensão de um tal território é não somente uma competência da geografia, da história e da antropologia, mas também da economia, da sociologia e da ciência política. Este se oferece sem dúvida como um objeto de estudo, uma realidade física e social, um contexto carregado de historicidade, mas no qual se encontra ao mesmo tempo, pelo lado da ação e do que ele põe em marcha, um quadro de referências, de instrumentos, de práticas adaptadas, de mudanças, flexibilidades, efeitos induzidos etc. Segundo, esta pluridisciplinaridade na ordem acadêmica se justifica por uma complexificação da apreensão do território que põe em causa sua concepção e contribui para enriquecer sua definição. Terceiro, é necessário não esquecer que o território em questão não é somente um desafio para o campo acadêmico; é, ao mesmo tempo, um objeto de reivindicações para as populações e um desafio para os poderes públicos que o escolhem como lugar de desdobramento da ação pública. Sendo também objeto de reivindicação e desafio para os poderes públicos, o território contribui igualmente para a ampliação da complexidade de sua apreensão, uma apreensão que questiona as relações entre o debate no campo acadêmico e o território como objeto de reivindicações socioeconômicas e ambientais por parte das populações.

A consideração dessas relações pode se limitar a um tratamento próprio a cada domínio de conhecimento. Mas, uma abordagem global implica um trabalho de natureza política. A propósito, a complexificação da apreensão do território, o caráter pluridisciplinar de sua abordagem na esfera acadêmica, ao mesmo tempo em que esta realidade torna-se objeto de reivindicações socioambientais, convoca diretamente o político na medida em que oferece um quadro novo para tratar a questão da reivindicação territorial pelo movimento social propondo, no contexto brasileiro, especialmente a criação de Unidades de Conservação. É para o aspecto político que se volta quando a questão é facilitar as regulações que exigem articular reconhecimento dos saberes tradicionais referido diretamente à reivindicação do território e aos debates sobre esse mesmo território como objeto de um interesse novo no campo acadêmico.

Onde estariam as relações entre o debate sobre o território no campo acadêmico e o território como objeto de reivindicações socioeconômicas e socioambientais? Mais precisamente, o que religaria as duas partes deste artigo? Um trabalho político, talvez.

CONCLUINDO, O DESAFIO POLÍTICO

É chegado o momento de cruzar os dois caminhos até aqui percorridos. O dos debates que acompanham a renovação da ideia de território no campo acadêmico e o do território reivindicado pelo movimento social em um contexto de conflitos socioambientais. E de constatar a convergência significativa existente entre esses dois eixos nos quais repercutem os desafios da globalização e da

ambientalização, como tem repercutido também em respostas dos poderes públicos no Brasil e na França a estes mesmos desafios.

O território como reivindicação socioambiental vem-se apresentando como meio para comunidades engajadas no movimento social construir sua identidade política e assegurar o controle de seu destino coletivo com legitimidade, beneficiando-se do apoio dos novos instrumentos de políticas públicas – as Unidades de Conservação, no Brasil, ou as novas formas de cooperação intercomunal, na França. Simultaneamente, a reivindicação do reconhecimento dos saberes nativos tira proveito de um contexto socioeconômico planetário favorável a um novo olhar sobre o interesse que representa tais conhecimentos, sobre seu caráter coletivo, sobre seus laços particulares ao território etc., permitindo assim uma legitimidade nova ao debate sobre o território. Um debate de caráter político, pois as condições de sua emergência questionam a maneira de apreensão da questão política em nível do território.

No meio acadêmico, constata-se que o debate entre as diversas disciplinas acadêmicas emergiu em referência à intervenção do político em um contexto de globalização e de exigências do desenvolvimento sustentável a convocar uma atitude dialógica entre as disciplinas interessadas em compreender o território. Em sendo assim, uma pluridisciplinaridade coerente, aberta ao intercâmbio, não pode abdicar da abordagem política. E nesse sentido, no interior do campo acadêmico pode-se contar com inúmeros instrumentos, instituições, dispositivos de várias ordens que contribuem para o diálogo entre as disciplinas, embora não se tenha ainda capacidade de mensurar, de considerar o modo como os desafios contextuais relativos aos efeitos socioambientais interferem no debate entre as disciplinas.

Antes dos desafios aos quais remetem à reivindicação do território e do reconhecimento dos saberes nativos pelo movimento social, e dos desafios aos quais remetem o novo debate sobre o território no interior do campo acadêmico, há o desafio de caráter mais geral, que diz respeito ao papel do modo de produção da ação pública em matéria de pesquisa de novos modelos de desenvolvimento para sociedades em crise. Para considerar então as relações entre os debates sobre o território, as reivindicações territoriais e as transformações no modo de produção da ação pública, no âmbito dessas conclusões, propõe-se então algumas pistas de trabalho, um trabalho de natureza política.

Uma primeira pista parte da constatação do território reivindicado como sendo também um território sobre o qual se exerce os efeitos da concorrência entre diversas disciplinas das Ciências Sociais em nome de uma legitimidade adquirida em razão de sua história e de seus objetos. É o caso da geografia, uma vez que o território se impõe cada vez mais como uma das variáveis importantes da produção da ação pública, portanto, algo que concerne à ciência política. No que respeita à reivindicação do território pelo movimento social, que reage a transformações que afetam as relações entre populações e um território,

quaisquer que sejam as formas apresentadas por essas relações, nessa perspectiva conta-se com o interesse da sociologia e da antropologia.

Para explicar essa ligação entre o debate no seio das Ciências Sociais, de um lado, e a reivindicação do território pelo movimento social, de outro, Alfredo Wagner Berno de Almeida admite a existência de “uma forte articulação entre o conhecimento científico – produzido por intelectuais que intervêm na luta política a partir de seus critérios de competência e saber acadêmicos – e os movimentos sociais que não pode mais ser facilmente quebrada” (Berno de Almeida, 2008: 149). E lembra, a propósito, a oportunidade de “pensar numa nova divisão do trabalho político face à questão socioambiental, combinando ciência e disciplinas militantes na acumulação de um capital de conhecimentos” (Berno de Almeida, 2008: 150). Assim, o debate novo, que acolhe a reivindicação territorial em resposta aos efeitos da globalização e às exigências do desenvolvimento sustentável, é reenviado notadamente a um debate no campo político, um debate sobre o lugar do político, mas também sobre o modo como esse debate questiona o trabalho político. Berno de Almeida afirma, a propósito, uma *nova divisão do trabalho político*, o que vai ao encontro da análise de Aubertin & Pinton sobre as Reservas Extrativistas, que são apresentadas como uma “solução alternativa” aos problemas enfrentados pelas populações tradicionais e que competem a uma “experimentação social de caráter utópico” (Aubertin & Pinton, 1997: 277-83) fundada na gestão coletiva do espaço cuja rentabilidade comercial é ilusória, mostrando que seu sucesso não depende só da busca de um compromisso com o poder local, mas necessita da regulação permanente do Estado central.

Assim, seja qual for o viés da apreensão dos problemas postos pelas relações entre o território reivindicado pelo movimento social e o território do debate acadêmico, parece claro que tais relações são de natureza política, pois repousam sobre o compromisso dos poderes públicos para facilitar o sucesso e legitimar os resultados. E, ao mesmo tempo põe em causa o conteúdo da política e o reconhecimento que a ela se atribui. Compreende-se, desde então, porque essas relações são efeitos de uma “nova divisão do trabalho político”.

Uma segunda pista se inspira em Edgar Morin, cujas reflexões ressoam em boa medida nas observações precedentes. Não há espaço aqui para detalhar o modo como ele considera os impasses do mundo pós-moderno e daí propor uma nova maneira de tratar a relação homem e natureza. Para tanto, começa por questionar o desenvolvimento das ciências no campo acadêmico, para demonstrar a importância que deve ser atribuída aos outros saberes, a outras formas de conhecimento, que não somente os científicos. A proposta principal de Morin é a de um novo paradigma, fundamentado na “inclusão recíproca” das relações entre o homem e a natureza, entre micro e macro, entre material e imaterial, entre o de dentro e o de fora, e assim por diante. Trata-se de um paradigma multidimensional, suportado pela dupla capacidade de auto-orga-

nização econômica e social e de autoprodução das populações locais conservando e valorizando a biodiversidade e a sociodiversidade de seu território. Trata-se de um paradigma radical, pois baseado sobre outra relação entre o homem e a natureza, uma relação “unificada”, como sugere Edna Castro (1997: 236), e que, por isso, invoca a política no sentido considerado por Hannah Arendt, como dimensão constituída por “tudo o que é simplesmente necessário à vida em comum dos homens”, pois, “ela trata da comunidade e da reciprocidade entre seres diferentes” (Arendt, 1993: 75 e 31).

Convergingo para a concepção da política em Arendt, Edgar Morin considera que “tudo faz parte da política. Isto significa que a política penetra em tudo, mas também que não se pode reduzir tudo à política e que a política não pode ser dissolvida na totalidade” (Morin, 1997: 71). O conceito de “antropolítica”, um conceito suscetível a responder aos diferentes desafios de que trata este artigo, permite a Edgar Morin demonstrar como o político interfere no uso do novo paradigma, pois “a fórmula complexa da antropolítica não se limita ao ‘pensar global, agir local’, ela se exprime pela junção: ‘pensar global/agir local, pensar local/agir global’” (Morin, 2003: 160).

Entre a proposta de Edgar Morin e a perspectiva de Jürgen Habermas sobre o espaço comunicacional há convergências interessantes, pois, a propósito, este último constata que as deliberações terminam por produzir resultados em termos de “politização do cotidiano”. Convergem também para esta perspectiva Michel Callon, Pierre Lascoumes & Yves Labarthe, quando tratam das confrontações entre atores locais que se desenrolam em “fóruns híbridos” (Callon, Lascoumes & Labarthe, 2001). Estes autores mostram como as deliberações nessas confrontações, para serem alcançadas, exigem progressivamente um reconhecimento, por parte dos representantes políticos eleitos, dos técnicos e dos especialistas em presença, da competência “social” dos representantes da sociedade civil, que contribuem enriquecendo propostas de ação. Estas observações conduzem os autores a ressaltar a importância das “redes sociotécnicas” e da responsabilidade dos representantes políticos eleitos em facilitar o reconhecimento da competência social.

A experiência da implicação dos atores cientistas e técnicos na resolução dos conflitos locais sob a vigilância dos representantes políticos eleitos locais tende a confirmar Alfredo Wagner Berno de Almeida, para quem a resposta em termos de regulações de conflitos exige buscar uma nova “divisão do trabalho político”, que põe em xeque a maneira como diferentes atores se comprometem nas deliberações resultantes da busca de soluções para os problemas colocados por ações e projetos.

Essas duas pistas conferem à política um papel essencial na resposta aos desafios que o território representa em sua tripla acepção – objeto de reivindicação para o movimento social, objeto de debate no campo acadêmico e nova categoria de ação no campo político. Um dos efeitos importantes daí re-

sultantes é que a administração e o desenvolvimento desse novo território, assim como a sua gestão, não podem advir de uma “nova divisão do trabalho político” que convoca “o” político, em sua concepção e suas práticas, e “a” política em seus instrumentos e suas instituições.

Recebido em 03/06/2013 | Aprovado em 12/02/2014

Pierre Teisserenc é doutor em Sociologia pela Université Paris-Descartes, Sorbonne e École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor Emérito desde 2011 da Universidade Paris 13, onde fundou o Centre de Recherches sur l’Action Locale, é professor visitante, desde 2008, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Publicou, entre outros, “Les RESEXs: Un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne” (2010) e *L’action publique dans ses nouveaux territoires en France et au Brésil* (2013).

Maria José da S. A. Teisserenc é doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Publicou, entre outros, “Le socio-environmentalism en question – ONGs et groupes traditionnels dans les Unités de Conservation dans l’Amazonie brésilienne” (2013); e, com Horácio Antunes de Sant’Ana Jr., “Novos arranjos territoriais e ação pública em territórios franceses e na Amazônia brasileira” (2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acselrad, Henri & Bezerra, Gustavo das Neves. (2010). Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: Zhouri, Andréa & Laschefski, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais. Um novo campo de investigação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 34-62.

Arendt, Hannah. (1993). *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Seuil.

Arocéna, José. (1986). *Le développement par l'initiative locale: le cas français*. Paris: l'Harmattan.

Aubertin, Catherine & Pinton, Florence. (1997). O extrativismo entre conservação e movimento. In: Castro, Edna & Pinton, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Editora Cejup, p. p. 263-284.

Badie, Bertrand. (1996). *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget.

Berno de Almeida, Alfredo Wagner. (2008). *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ F.U.A.

Bourdin, Alain. (2000). *La question locale*. Paris: PUF.

Callon, Michel; Lascoumes, Pierre & Labarthe, Yves. (2001). *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, “La couleur des idées”.

Candiotto, Luciano Zanetti Pessoa & Santos, Roseli Alves. (2009). Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: Saquet, Marcos Aurélio & Savério Spósito, Eliseu (orgs.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 315-340.

Carneiro, Eder Jurandir; Leite, Dayse de Souza & Tavares, Denis. (2010). Conflitos ambientais, construção de territórios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da capital brasileira da cultura. In: Zhouri, Andrea & Laschefski, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte : Ed. UFMG, p. 412-438.

Castells, Manuel. (1998). *L'ère de l'information*. Vol. 1. *La société en réseaux*. Paris: Fayard.

Castel, Robert. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.

- Castro, Edna & Pinton, Florence. (1997). *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio Ambiente*. Belém: Editora Cejup.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. (2006). *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Duran, Patrice. (1999). *Penser l'action publique*. Paris: LGDJ. Coleção "Droit e société".
- Duran, Patrice & Thoenig, Jean-Claude. (1996). L'État et la gestion publique territoriale. *Revue Française de Science Politique*, 46/4, agosto, p. 580-623.
- Elias, Norbert. (1973). *La civilisation des mœurs*. Paris: Pocket Agora.
- Faure, Alain. (2002). La question territoriale. Pouvoirs locaux, action publique et politique. *Projet d'habilitation a diriger des recherches (HDR)*, Institut d'Études Politiques de Grenoble.
- Gaudin, Jean-Pierre. (1996). *La négociation des politiques contractuelles*. Paris: l'Harmattan. Coleção "Logiques Politiques".
- Giddens, Anthony. (1994). *Les conséquences de la modernité*. Paris: l'Harmattan.
- Greffe, Xavier. (2002), *Le développement local*. Paris: Editions de l'Aube, Datar.
- Greffe, Xavier. (1992). *Sociétés postindustrielles et redéveloppement*. Paris: Hachette. Coleção "Pluriel-Intervention".
- Haesbaert, Rogerio. (2007). Concepções do território para entender a desterritorialização. In: Santos, Milton & Becker, Bertha Koiffmann (orgs.). *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 43-71.
- Haesbaert, Rogerio. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Leff, Enrique. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lopes, José Sérgio Leite. (2006). Sobre processo de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12/25, jan/jun, p. 31-64.
- Lorrain, Dominique. (1993). *Après la décentralisation: l'action publique flexible*. *Sociologie du Travail*, 3, p. 285-307.

Magalhães, Sônia Barbosa. (2007). *Lamento e dor: uma análise sócio-anropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese de doutorado. PPGCS/Universidade Federal do Pará, co-tutela com Universidade Paris 13.

Medeiros, Rosa Maria. (2009). Território, espaço de identidade. In : Saquet, Marcos Aurélio & Savério Sposito, Eliseu (orgs.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 217-228.

Morin, Edgar. (1997). Por um pensamento ecologizado. In : Castro, Edna & Pinton, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Editora Cejup, p. 53-78.

Morin, Edgar & Kern, Anne-Brigitte. (2003). *Terra-Pátria*. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora Sulina.

Nemery, Jean-Claude & Wachter, Serge (orgs.). (1994). *Gouverner les territoires: la Tour d'Aigues*. Paris: Éditions de l'Aube.

Offner, Jean-Marc. (2006). Les territoires de l'action publique locale: fausse pertinence et jeux d'écart. *Revue Française de Sciences Politiques*, 56, p. 27-47.

Polanyi, Karl. (2000 [1944]). *A grande transformação: as origens da nossa época*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Campus.

Porto Gonçalves, Carlos Walter. (2007). A invenção de novas geografias: A natureza e o homem em novos paradigmas. In: Santos, Milton e Becker, Berta Koiffmann (orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 375-409.

Rocha, Gilberto de Miranda. (2008). Município e território: dividir por quê? As interpretações geográficas sobre a redi-
visão político-administrativa no Brasil. In: Correa, Aureanice de Melo; Oliveira, Marcio Piñon & Coelho, Maria Célia Nunes (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina. Coedição DP&A, Anpege e Faperj, vol. II, p. 225-235.

Sahlins, Marshall. (2007). *Cultura na prática*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Santos, Milton & Becker, Bertha Koiffmann. (2007). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

Saquet, Marcos. (2007). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.

Segrestin, Denis. (1980). Les communautés pertinentes de l'action collective. *Revue Française de Sociologie*, XXI/ 2, p. 172-202.

Teisserenc, Pierre. (2011a). Les défis de la recomposition territoriale du point de vue des sciences sociales. In: Teisserenc, Pierre; Etien, Robert & Chicot Pierre-Yves (orgs.). *La recomposition territoriale: un enjeu pour la Guadeloupe*. Fort-de-France: Publibook et UAG, p. 3-26.

Teisserenc, Pierre. (2011b). Les enjeux institutionnels et politiques de la recomposition territoriale. In: Teisserenc, Pierre; Etien, Robert & Chicot Pierre-Yves (orgs.). *La recomposition territoriale: un enjeu pour la Guadeloupe*. Fort-de-France: Publibook et UAG, p. 77-96.

Teisserenc, Pierre. (2010a). Les RESEXs, un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. Dossiê: Amazônia e paradigmas de desenvolvimento. *Revista Pós Ciências Sociais*, 12, fevereiro, p. 41-68.

Teisserenc, Pierre. (2010b). Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. *Revista Antropolítica*, 29, p. 153-179.

Teisserenc, Pierre. (2010c). Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. *Novos Cadernos NAEA*, 13/2, março, p. 5-26.

Teisserenc, Pierre. (2009). Les territoires de l'action publique. In: Teisserenc, Pierre; Rocha, Gilberto de Miranda & Magalhães, Sônia Barbosa (orgs.). *Território de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: Edufpa, p. 23-64.

Teisserenc, Pierre. (2007). Pour une sociologie de l'action locale. In: Teisserenc, Pierre; Milanez, Nilton & Magalhães, Sônia Barbosa (orgs.). *Le Brésil à l'épreuve de la modernité. Discours, savoir et pouvoir*. Paris: l'Harmattan, Coleção "Logiques Sociales", p. 99-112.

Teisserenc, Pierre. (2002). *Les politiques de développement local*. 2. ed. Paris: Économica. Coleção "Collectivités Territoriales".

Thévenot, Laurent. (2006). *L'action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Editions La Découverte. Textes à l'appui/politique et sociétés.

Touraine, Alain. (1984). *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard.

Zhour, Andrea & Oliveira, Raquel. (2010). Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Zhour, Andrea & Laschefiski, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

**TERRITÓRIO DE AÇÃO LOCAL E DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
EFEITOS DA REIVINDICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Palavras-chave

Território;
Territorialidade;
Ação pública;
Ambientalização;
Saberes nativos.

Resumo

Neste artigo discutem-se as mudanças pelas quais passa o conceito de território tomado como um lugar privilegiado de produção da ação pública. Em um contexto de globalização e de ambientalização dos conflitos, o território se apresenta, por parte das chamadas populações tradicionais, como objeto de reivindicação socioambiental, permitindo-lhes valorizar os saberes nativos, de afirmar uma identidade política e de assegurar com toda legitimidade o controle de seu destino coletivo. Neste mesmo tempo, no campo das Ciências Sociais, a análise do território, tradicionalmente identificada com a história e a geografia torna-se objeto de interesse para a sociologia e a ciência política. Resulta disso uma renovação da questão territorial que encontra fundamento e coerência na visão não somente econômica, social e cultural do território, mas também na perspectiva política.

**LOCAL ACTION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT
TERRITORY: EFFECTS OF SOCIO-ENVIRONMENTAL
CLAIMS IN SOCIAL SCIENCES**

Keywords

Territory;
Territoriality;
Public action;
Environmentalization;
Native knowledge

Abstract

This article discusses the changes in the concept of territory as a privileged environment for the production of public action. In a context of globalization and environmentalization of conflicts, the territory becomes an object of socio-environmental claim for some of the so-called traditional populations, which enables them to value native knowledge, affirm a political identity, and assure with full legitimacy the control of their collective destiny. At the same time, in the field of the social sciences, the analysis of territory traditionally identified with History and Geography becomes an object of interest to Sociology and Political Sciences as well. That has resulted in a renovation of the territorial issue that serves as the basis for not only the economic, social, and cultural vision of the territory, but also for its political perspective.

^I Departamento de Sociologia,
Universidade Nacional de Quilmes, Argentina
ablanco@unq.edu.ar

^{II} Departamento de Sociologia,
Universidade de São Paulo (USP), Brasil
ljackson@usp.br

Alejandro Blanco^I
Luiz Carlos Jackson^{II}

FLORESTAN FERNANDES NO ESPELHO DE GINO GERMANI *

Espelhada na trajetória de Gino Germani (1911-1979), a de Florestan Fernandes (1920-1995) revela aspectos possivelmente não problematizados anteriormente. Este trabalho realiza esse movimento inscrevendo os dois personagens nos contextos de institucionalização da sociologia na Argentina e no Brasil, nos quais lideraram, como se sabe, projetos acadêmicos muito destacados e centrais à legitimação dessa disciplina nos dois países.¹

No contexto latino-americano, a análise comparada dos casos brasileiro e argentino se justifica, em primeiro lugar, porque neles prevaleceram iniciativas voltadas ao desenvolvimento da sociologia concebidas e implantadas nacionalmente, originadas pela inserção do ensino e da pesquisa no interior de instituições universitárias previamente existentes ou em novas universidades e escolas superiores. Sob tais aspectos, os casos do Chile e do México podem ser contrapostos, por razões distintas. No primeiro, o desenvolvimento da disciplina teve seu lastro mais importante em iniciativas transnacionais. O exemplo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) é, a esse respeito, emblemático. A instituição resultou de arranjos internacionais e não de uma iniciativa predominantemente nacional. Uma evidência disso reside no fato de os primeiros três diretores da Escola Latino-Americana de Sociologia (ELAS), primeiro programa de pós-graduação da FLACSO, terem sido estrangeiros.² As iniciativas locais de Eduardo Hamuy, diretor do Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, envolvido com a defesa de uma sociologia moderna

e empírica, não se concretizaram em um programa amplo de pesquisa, nem na institucionalização do ensino da disciplina como um curso autônomo. Talvez uma exceção tenha sido a Escola de Sociologia da Universidade Católica do Chile, dirigida pelo sacerdote jesuíta de origem belga, Roger Vekemans, que, durante a década de 1960, cumpriu um papel central na formação e no treinamento dos sociólogos chilenos. Mas nesse caso, também, foram decisivos os apoios externos, propiciados pela rede de contatos da Igreja Católica, que favoreceu a incorporação dos primeiros professores, todos eles estrangeiros (Brunner, 1985).

No México, apesar do empenho de Lucio Mendieta y Núñez e do espanhol José Medina Echavarría desde o final dos anos de 1930 e do forte apoio estatal a essas iniciativas – destacando-se a importância de instituições públicas como a editora Fondo de Cultura Económica e a *Revista Mexicana de Sociología*, que repercutiram em toda a América Latina –, isso não gerou internamente um processo de institucionalização consistente. A experiência mais ambiciosa, dirigida por Medina Echavarría, o Centro de Estudos Sociais do Colégio do México, fracassou depois de três anos de funcionamento, entre 1943 e 1946 (Morcillo Laiz, 2008; Blanco, 2010). Outra tentativa se deu com a criação de Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), criada em 1951, mas esse empreendimento acabou não gerando uma organização acadêmica empenhada na formação de cientistas sociais, mas, sim, na preparação de postulantes à carreira diplomática (Reyna, 1979; Castañeda, 1990). Seria apenas a partir de 1960 que um impulso mais efetivo teria lugar nesse país, destacando-se as iniciativas de Pablo González Casanova nesse processo (Reyna, 2007).

Em segundo lugar, no Brasil e na Argentina a sociologia institucionalizou-se como disciplina científica no interior da universidade, permitindo uma articulação mais efetiva do ensino e da pesquisa. Tais condições foram propícias ao surgimento de lideranças institucionais e intelectuais, tais como as de Raúl Orgaz, Ricardo Levene, Alfredo Poviña e Gino Germani, na Argentina; Donald Pierson, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes, no Brasil. Em outros termos, o desenvolvimento pioneiro de organizações acadêmicas modernas³ nesses países favoreceu uma orientação predominantemente científica nessa disciplina.

Nos dois casos, em terceiro lugar, uma nova cultura intelectual foi gerada, caracterizada pela exigência da profissionalização, pela valorização do trabalho em equipe, pela imposição de uma linguagem científica (Arruda, 1995), pela defesa do rigor teórico e da fundamentação empírica, pela fixação de critérios comuns de avaliação e pelo desenvolvimento de projetos acadêmicos e de programas coletivos de pesquisa. Finalmente, em ambos, mais precisamente nas cidades de São Paulo e em Buenos Aires, constituíram-se empreendimentos muito próximos ao que se convencionou designar como “escola” (Tiryakian,

1979; Bulmer, 1984), ou seja, um grupo intelectual formado por líder e discípulos – reunidos em torno de ideias, técnicas, programas e disposições normativas –, que pensam sua atividade como uma missão. Tais inovações relacionaram-se, sobretudo, aos nomes de Gino Germani, na Argentina, e de Florestan Fernandes, no Brasil, “lideranças carismáticas” que se impuseram quase ao mesmo tempo, nas décadas de 1950 e 1960. Entender os condicionantes envolvidos na emergência desses dois “chefes de escola”⁴, pontuando semelhanças e diferenças entre tais experiências, é o objetivo central deste trabalho.

GINO GERMANI: ENTRE POLÍTICA E CIÊNCIA

De origem social modesta, Gino Germani foi filho único de um alfaiate e velho militante socialista e de uma descendente de camponeses católicos, criado em um bairro de classe média baixa em Roma. No ano de 1934, quando tinha 23 anos, emigrou para a Argentina depois de ser preso por conta de sua militância antifascista (Germani, 2004). Em Roma havia concluído estudos secundários em contabilidade numa escola técnica, complementados pela graduação incompleta em economia na Universidade de Roma. Já na Argentina, integrou-se em grupos da comunidade antifascista e publicou alguns ensaios sobre o fascismo em periódicos da comunidade italiana desse país. Enquanto trabalhava no Ministério da Agricultura ingressou no curso de filosofia da Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1938, e pouco antes de se graduar, iniciou sua carreira como sociólogo no Instituto de Sociologia da UBA.

Na Argentina, o ensino de sociologia fora instituído precocemente na universidade, no interior dos cursos de filosofia e de direito, primeiramente na Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidade de Buenos Aires (1898) e até 1920, aproximadamente, em todas as universidades do país (Poviña, 1941), nas quais lecionaram reconhecidos membros da elite intelectual argentina, como Ernesto Quesada, Juan Agustín García e Carlos Octavio Bunge. A mais antiga universidade argentina foi criada durante o período colonial, em 1613, na cidade de Córdoba. No Brasil, durante o Império, que seguiu a reforma educacional napoleônica na França, foram criadas faculdades ou escolas superiores isoladas, não integradas em universidades, que apenas surgiriam nos anos de 1930, apesar de iniciativas anteriores frustradas (Cunha, 2007). Na Argentina, no começo do século XX, já havia cinco universidades – Córdoba, 1613; Buenos Aires, 1821; La Plata, 1897; Santa Fé, 1899; Tucumán, 1914 –, embora estas resultassem de iniciativas e concepções educacionais distintas (Prado, 2000). A criação das últimas inscreveu-se numa política educacional abrangente e democratizante (em todos os níveis), ocorrida nas últimas décadas do século XIX, voltada ao estabelecimento de um sistema de educação pública, que diminuiu consideravelmente o analfabetismo e ampliou sensivelmente o acesso ao ensino superior.

O estudo superior nos dois países, durante o século XIX, restringia-se às carreiras tradicionais de direito, medicina e engenharia, orientadas por uma educação de cunho profissionalizante, mas foi no seu interior que as elites intelectuais e políticas foram formadas em ambos os casos. Na Argentina, com a criação da FFyL da UBA, em 1896, a formação universitária ganharia uma vertente menos instrumental. Uma diferença fundamental entre a FFyL e a Faculdade de Direito residia no fato de que, na primeira, a carreira acadêmica passava a ser vista não mais como um apêndice da vida profissional realizada fora da universidade, como ocorria com os professores da segunda, mas como o seu centro. De tal modo, emergiria progressivamente nessa instituição a figura do “intelectual acadêmico” (Coser, 1968). Tais diferenças se ancoravam em recrutamentos sociais distintos: prevaleciam os membros de famílias tradicionais “criollas” nos cursos de direito; os filhos de imigrantes em ascensão nos de filosofia e de letras.

Além das implicações políticas da reforma universitária de 1918 – que levou à democratização dos mecanismos de gestão das universidades e tornou a universidade e os estudantes em protagonistas da vida pública argentina –, dela derivaram mudanças na estrutura e no funcionamento das organizações acadêmicas (Buchbinder, 2005). Foram, assim, reforçadas as condições para o desenvolvimento de carreiras acadêmicas propriamente ditas. O plantel de professores foi renovado, nele ingressando membros das classes médias emergentes, provenientes, sobretudo, de famílias de imigrantes. Nesse contexto, ainda, foram contratados professores estrangeiros para distintas disciplinas – a Argentina e o México se beneficiaram do exílio de professores espanhóis durante o franquismo – como os filólogos Américo Castro e Amado Alonso, o matemático Julio Rei Pastor (os três na UBA) e o filósofo Manuel García Morente (em Tucumán). Finalmente, visando impulsionar a atividade científica, foram criados numerosos institutos de pesquisa na maioria das universidades. Somente na FFyL da UBA, entre 1921 e 1942, surgiram 16 institutos (Buchbinder, 1997).

Dessas inovações derivou um impulso mais efetivo para o desenvolvimento da sociologia argentina, a partir da criação do Instituto de Sociologia da UBA, em 1940, no qual Germani iniciou sua carreira de sociólogo, apoiado diretamente por Ricardo Levene, então diretor do Instituto, que fora seu professor de sociologia e de quem havia se aproximado. Esta relação viabilizou suas primeiras atividades de pesquisa e seus primeiros artigos no *Boletín del Instituto de Sociología* sobre a morfologia da sociedade argentina, nos quais pode mobilizar o conhecimento então atípico em estatística adquirido na Itália, que contrastava com a tradição pouco científica que até então prevalecera na sociologia, voltada em grande parte a uma história tradicional das ideias, centrada no pensamento social argentino.

Nessa primeira etapa de sua carreira, transcorrida aproximadamente na primeira metade da década de 1940, o ítalo-argentino introduziu um novo estilo de trabalho, caracterizado pelo maior embasamento empírico e pelo instru-

mental estatístico mobilizado, o que determinou sua indicação por Levene para dirigir uma das linhas de pesquisa do Instituto, intitulada *Investigaciones sobre la morfología y aspectos estadísticos de la realidad argentina contemporánea*, que recolhia informações sobre a estrutura social argentina, publicadas regularmente no *Boletín*. Também por meio de Levene, Germani participou da comissão encarregada de realizar o IV Censo Nacional, que motivou, igualmente, a publicação de artigos referidos a essa experiência. Finalmente, nesses anos dirigiu uma importante pesquisa empírica sobre a classe média de Buenos Aires, apoiada nos marcos de referência da sociologia de Chicago. Cabe lembrar que tais trabalhos foram acompanhados por reflexões de ordem teórica e metodológica muito inovadoras em relação às que eram então produzidas pelos sociólogos argentinos, e que vieram à tona em conferências e artigos.

Essas primeiras tentativas realizadas no âmbito do Instituto, contudo, não prosperaram imediatamente, em função dos entraves ligados à própria estrutura institucional do mesmo e de sua vinculação direta à Cátedra, que não previa nenhuma possibilidade de remuneração aos pesquisadores. De tal maneira, os passos iniciais de Germani como sociólogo foram dados num terreno desfavorável, se levadas em conta as possibilidades de profissionalização que propiciavam os institutos. O ano de 1945 pode ser tomado como um ponto de inflexão entre esses estudos de iniciação e sua obra madura posterior. O texto que marca essa transição é “Anomia y desintegración social”, que introduziu temas (modernização, industrialização) retomados futuramente e esboçou um novo cânone teórico que iria guiar seus trabalhos individuais e os de seu grupo – como também faria Florestan Fernandes no Brasil, sobretudo em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* –, que recuperava a sociologia clássica francesa de Durkheim, além da norte-americana e dos aportes da psicologia social. No ano seguinte, Germani prestou concurso na universidade para professor adjunto da Cadeira de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA. A derrota ocorreu, provavelmente, em função dos entraves políticos já presentes no início das primeiras duas presidências de Perón (1946-1955). A monografia que escreveu para esse concurso antecipava argumentos que dez anos depois reapareceriam no livro manifesto *La sociología científica. Apuntes para su fundamentación* (1956), orientada pela possibilidade de constituir a sociologia como “ciência empírica da realidade social” (Germani, 1946: 3). Do que vimos até agora, é possível inferir que Germani já tinha em mente, nessa época, o contorno geral de seu projeto intelectual que anos mais tarde ganharia a forma de um programa de pesquisa desenvolvido na universidade pós-peronista.

Durante o peronismo a universidade sofreu intervenção direta. Muitos professores foram afastados (423) e outros se retiraram (823) da universidade (Luna, 1987), implicando uma profunda divisão entre intelectuais e governo. Por outro lado, o ingresso universitário geral foi triplicado, de 51.272, em 1947, para 143.542, em 1955 (Mangone & Warley, 1984), incrementando o acesso amplo dos

setores médios ao ensino superior. Germani, então vinculado ao Instituto de Sociologia, saiu também da universidade, depois de ser acusado de professar ideias comunistas. Nesse quadro, as principais posições do campo acadêmico, especialmente na FFyL, foram ocupadas por professores simpáticos a Perón e provenientes do nacionalismo católico.

Não obstante, durante esse período, a sociologia logrou expandir-se nacionalmente e articulou-se com organismos internacionais em função da militância exercida por Alfredo Poviña, destacando-se a fundação da Associação Latino-Americana de Sociologia (Blanco, 2005). Ao mesmo tempo, constituiu-se um circuito alternativo de legitimação intelectual fora da universidade, articulado ao mercado editorial argentino, que teve, a partir da década de 1930, uma notável expansão. Foi típica, nesse sentido, a atuação de Gino Germani à frente das coleções “Ciência e Sociedad” (Editora Abril) e “Biblioteca de Psicología Social e Sociología” (Paidós), por meio da qual o sociólogo introduziu na Argentina um conjunto de autores e obras afinados com temas e abordagens que desenvolveria posteriormente. As editoras constituíram um espaço decisivo de atuação para os intelectuais excluídos da universidade pelo peronismo (Blanco, 2006).

Em tal direção, uma característica peculiar da estrutura do campo intelectual argentino no período era sua natureza mista, que permitia o trânsito entre as posições oficiais e aquelas inscritas em iniciativas privadas. A manifestação mais típica dessa configuração foi o Colégio Livre de Estudos Superiores. Sua criação ocorreu pouco antes do golpe de 1930 e, durante o peronismo, o colégio agregaria o núcleo da elite intelectual argentina, que convergia na sua oposição (Neiburg, 1998). Nessa instituição, Germani lecionou seus primeiros cursos de sociologia, ganhando prestígio intelectual e tecendo alianças políticas que seriam decisivas à concretização de seu projeto científico entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira da década seguinte. Ainda durante o peronismo, assumiu uma atitude intelectual mais agressiva, enfrentando diretamente sociólogos já estabelecidos, como Alfredo Poviña, Renato Treves, Alberto Baldrich, Francisco Ayala, Raúl Orgaz, Miguel Figueroa Román, entre outros, durante o *Primer Congreso Latinoamericano de Sociología*, organizado pela Associação Latino-Americana de Sociologia, que ratificou a liderança institucional dessa geração de sociólogos, ao mesmo tempo em que a viu ameaçada diante da ascensão de Germani.

Sua participação nos círculos intelectuais de oposição ao regime o favoreceria após a Revolução Libertadora, que derrubou Perón em 1955. Esse evento representou um ponto de viragem na carreira acadêmica de Germani, opondo um primeiro período caracterizado pelo forte investimento na formação intelectual e pelas tentativas de ingressar profissionalmente num sistema universitário então afetado por constantes intervenções políticas, a um segundo, no qual o sociólogo ocupou posição de líder do processo de modernização e de inserção institucional da sociologia argentina. Deve-se notar que os dois perí-

odos podem ser demarcados, também, por seu segundo casamento, aos 43 anos de idade, com Célia Carpi (o casal teria dois filhos), ocorrido em 1954, evento certamente relacionado à estabilização de sua vida profissional.⁵

Nessa nova conjuntura política, Germani conseguiu impor-se de maneira mais efetiva no interior da instituição acadêmica, beneficiado pela reforma pós-peronista que modernizou a estrutura universitária, principalmente na UBA. Uma série de iniciativas, destacando-se a criação do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e a promoção do regime de dedicação exclusiva, conduziu à integração mais efetiva do ensino e da pesquisa. Com o apoio do então reitor, o historiador José Luis Romero, e das lideranças estudantis, Germani assumiu a Cátedra e o Instituto de Sociologia e, em 1957, empenhou-se diretamente na criação do curso de graduação em sociologia. Uma vez consolidadas tais mudanças, que propiciaram a ele uma posição central no campo da sociologia argentina, as polarizações já existentes nos períodos anteriores foram radicalizadas. O sociólogo ítalo-argentino reforçou a defesa da “sociologia científica” contra a chamada “sociologia de cátedra”. Esta vicejava na maioria das universidades do interior do país e era liderada por Poviña (Blanco, 2006). Germani contava, não obstante, com o apoio de um conjunto de empreendimentos intelectuais na América Latina (Blanco, 2007), muito afinados com o seu, dos quais tomou parte ativa. Foi o caso do movimento que deu origem, nos anos de 1950, à criação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS). Embora lograsse impor o seu projeto acadêmico, identificado com o processo de “desperonização” (Neiburg, 1998) da sociedade argentina, as disputas foram intensas porque boa parte das instituições, com exceção da UBA, que estruturavam a sociologia argentina estava controlada por seus adversários no mundo acadêmico. No entanto, os embates propriamente intelectuais foram travados com oponentes que não estavam no interior da universidade. O grupo de Poviña não tinha um programa de pesquisa com o qual pudesse desafiar Germani. Por isso, as interpretações deste último sobre a experiência argentina rivalizaram com a tradição ensaística, embora não frontalmente.⁶

De qualquer modo, a legitimidade de Germani estribou-se no programa de pesquisa que liderou no interior da universidade, voltado ao entendimento do processo de modernização argentino. O primeiro passo dado nessa direção foi a caracterização da estrutura social do país, tema de seu primeiro livro, *Estructura social de la Argentina. Análisis estadístico* (1955), que o consagrou como um dos principais renovadores da cena intelectual do país naquele momento. O segundo ocorreu com suas interpretações sobre a imigração massiva na formação da Argentina moderna e sobre a gênese e o significado social e político do peronismo, reunidas no livro *Política y sociedad en una época de transición* (1962a). Curiosamente, de acordo com confissão tardia de Germani (1978), essa última análise teria se originado de uma encomenda do presidente Pedro Eu-

genio Aramburu, em 1955, meses depois da derrubada de Perón, que o teria consultado sobre a “possibilidade e a forma” de uma campanha de desperonização. Disso resultou o texto “La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo” (1956a),⁷ que seria incorporado ao livro posteriormente. A resposta de Germani, provavelmente, decepcionou o presidente, uma vez que seu diagnóstico constatou a incorporação incontornável da classe trabalhadora à vida política do país.

Germani interpretou o surgimento do peronismo como um fenômeno político e social derivado das grandes transformações em curso no país, sobretudo, desde a década de 1930, impulsionadas pela industrialização incipiente no período e pelas mudanças da estrutura social correspondentes. Quanto a este último ponto, teria sido decisiva a incorporação de um novo contingente de trabalhadores, oriundo de migrações internas, das províncias mais tradicionais para os centros urbanos, principalmente Buenos Aires. O autor comparou o peronismo com os regimes totalitários europeus, questionou as causas possíveis da sua emergência e avaliou seu significado político. Embora todos esses regimes tivessem apoio das massas, no caso argentino a base de sustentação política não seriam as classes médias baixas, como na Alemanha e na Itália, mas sim as classes trabalhadoras urbanas e rurais. Em função disso, na Europa, a ideologia de tais regimes seria contrária às classes trabalhadoras, enquanto na Argentina, favorável a elas. Como teria se dado, entretanto, a vinculação entre as classes trabalhadoras e Perón?

O argumento de Germani associa esse fato ao já mencionado crescimento e transformação da composição social da classe trabalhadora, em função do movimento de migração interna. Em tais condições, apenas uma parcela do operariado urbano (de origem estrangeira) se fazia representar politicamente pelos movimentos tradicionais de esquerda, enquanto o contingente recentemente incorporado, oriundo do interior do país, seria atraído pelo peronismo. A adesão dessas massas a um líder autoritário como Perón se explicaria pela persistência de uma cultura política tradicional, paternalista, própria dos migrantes. Mas isso não teria ocorrido em função de vantagens materiais e imediatistas proporcionadas pelo regime e sim pela incorporação concreta do trabalhador como sujeito político, consciente de seu papel na vida nacional e capaz de afirmar seus direitos em relação aos empregadores. O significado político do peronismo só poderia ser alcançado se levados em conta tais aspectos de seu funcionamento: politicamente regressivo por seu autoritarismo, seria progressista por infundir nos trabalhadores verdadeira consciência de classe, perceptível não apenas na dimensão coletiva, mas também psíquica, e por proporcionar a possibilidade de afirmação da dignidade pessoal no mundo do trabalho.

Política y sociedad en una época de transición incluía, também, uma análise sobre a imigração massiva no Rio da Prata e de seu impacto no processo de modernização do país. Em torno dessa questão central à tradição intelectual

argentina,⁸ Gino Germani e o historiador José Luis Romero (1909-1977) iniciaram uma parceria intelectual que desembocaria num projeto coletivo de grande repercussão, que contou também com a participação de Tulio Halperin Donghi (Romero, Germani & Halperin Donghi, 1958). Germani e Romero haviam se aproximado no Colégio Livre de Estudos Superiores durante o peronismo e seria durante a gestão de Romero como reitor interventor da UBA que a sociologia se institucionalizaria propriamente por meio da criação do curso de graduação em sociologia (1957), no interior do qual o historiador lecionou a disciplina de história social, muito celebrada pelos alunos das primeiras turmas de sociólogos da FFyL. Essa aliança os favorecia por motivos distintos. Não obstante o papel destacado que teve como reitor interino da UBA logo após a queda do peronismo, Romero ocupava um lugar marginal no interior de sua disciplina, cujas principais posições continuavam sendo controladas pelos historiadores ligados à Nova Escola Histórica (Halperin Donghi, 1980; Devoto, 1993; Míguez, 1993).⁹ Por conta disso, a aproximação com a sociologia lhe proporcionaria uma nova fonte de legitimação. Para Germani, a relação com a história implicava um nexos com a tradição e uma ampliação de seus recursos institucionais. Da pesquisa coletiva, resultaram os livros *Argentina, sociedad de masas* (Germani, Graciarena & Halperin Donghi, 1965), e *Los fragmentos del poder* (Halperin Donghi & Di Tella, 1969), evidências do alcance dessa aliança de sociólogos e historiadores, que renovou as duas disciplinas (Blanco, 2013).

Mas as visões de Romero e Germani sobre a imigração eram distintas e isso certamente é compreensível se levadas em conta as biografias de ambos. Foram diferentes, sobretudo, os itinerários intelectuais que percorreram. Romero era filho de imigrantes espanhóis remediados e formou-se na Faculdade de Humanidades da Universidade de La Plata. Seu irmão, Francisco, nascido na Espanha, quinze anos mais velho do que ele, então um dos filósofos mais consagrados da América Latina, foi quem o iniciou no conhecimento da tradição filosófica e sociológica alemã e o introduziu em círculos intelectuais prestigiosos. Romero desfrutou, por exemplo, de um convívio estreito com o importante intelectual dominicano Pedro Henríquez Ureña, que o indicou ao editor da Fondo de Cultura Económica, Daniel Cosío Villegas, que procurava alguém que escrevesse uma história das ideias políticas na Argentina. Dessa encomenda resultou o primeiro livro de Romero sobre a Argentina (ele era até então um medievalista), *Las ideas políticas en Argentina* (1946). Também por seu estilo ensaístico, o historiador aspirava, provavelmente, inscrever-se como um herdeiro da tradição intelectual argentina, em especial daquela representada pelas figuras de Sarmiento e Mitre, além de Martínez Estrada. Germani, ao contrário, era um intelectual quase sem ascendentes no interior da tradição nacional. Romero se aproximava, ainda, do movimento conhecido como “reação espiritualista”, encampado na Argentina pelo filósofo espanhol Ortega y Gasset. De tal maneira, afastava-se de uma perspectiva “científica” na historiografia, en-

carnada na década de 1930 pela Nova Escola Histórica. Defenderia, nos anos de 1950, por meio da revista *Imago Mundi*, uma história cultural, apoiada em autores da filosofia da história alemã do final do século XIX como Rickert, Windelband, Dilthey e Simmel, dos quais Germani se afastava por distinguir as ciências naturais das ciências do “espírito”, dificultando as possibilidades de constituição da sociologia em ciência.

Com a publicação de *Las ideas políticas en Argentina*, o tema da imigração ganhou um lugar que não tinha até então na historiografia e na sociologia, apesar da importância desse fenômeno para o desenvolvimento da vida intelectual e artística do país no século XX. O historiador traçou aí o inventário da maioria dos aspectos que mais tarde fariam parte do projeto coletivo de pesquisa (Romero, Germani & Halperin Donghi, 1958) e que seriam incorporados nos trabalhos individuais de Germani (1962b; 1964). Como dissemos, entretanto, as interpretações que propuseram sobre o fenômeno imigratório foram bem diferentes. Havia concordância em relação aos traços gerais desse processo. A imigração estaria diretamente vinculada ao desenvolvimento econômico, ao crescimento demográfico e à urbanização. Romero, entretanto, tinha uma visão pessimista (apesar de ser ele próprio filho de imigrantes), herdada do clima intelectual iniciado com a reação nacionalista do começo do século XX e apoiada na constatação do caráter marginal dos grupos imigrantes. A partir da mesma caracterização geral, Germani atribuiu um significado distinto ao fenômeno. Ao invés de supor a marginalização política e social do imigrante, defendeu a ideia de que teria ocorrido um processo bem-sucedido de integração social, favorecido pela composição predominantemente masculina dos afluentes (fato que restringiria a possibilidade de ocorrerem casamentos no interior dos próprios grupos), pela interrupção da imigração massiva por volta de 1930 e pelas altas taxas de mobilidade social ascendente.¹⁰

Antes de resumirmos a análise proposta por Germani para o processo de modernização da América Latina, retomemos o itinerário que o conduziu a esse tema e que foi descrito acima. Vimos a importância da análise que realizou sobre a experiência peronista; ela é reveladora, entretanto, da lógica do sistema acadêmico no qual a sociologia estava inscrita e, também, das dificuldades enfrentadas ao longo de sua carreira. O debate público sobre o peronismo e o fato do sociólogo tê-lo constituído exitosamente como tema acadêmico, comprometendo diretamente a sociologia com uma questão política de alcance nacional, é indicativo da imbricação dos campos político e acadêmico, visível também nas etapas prévias de sua carreira que transcorreu fora da universidade, então sob intervenção peronista.¹¹ Germani sequer realizou o doutorado, ganhando reputação intelectual, também, em função do alinhamento político com os intelectuais antiperonistas no CLES. A defesa da sociologia científica que protagonizou, não implicou o alheamento em relação às questões políticas do momento; ao contrário, sintonizou-se com elas.

Contrastado com o itinerário percorrido por Germani, o de Florestan Fernandes cumpriu rigorosamente as etapas de uma formação científica – graduação, mestrado, doutorado, livre-docência e cátedra –, iniciado com temas distanciados das conjunturas políticas imediatas e muito favoráveis à defesa de uma perspectiva científica estrita – folclore e etnologia –, revelando que no Brasil, mais especificamente em São Paulo, as esferas acadêmica e política estavam relativamente separadas. Sua aproximação com os temas candentes da política nacional só ocorreria na década de 1960, depois de consolidada sua posição (e de seu grupo) na universidade. Em suma, as escolhas temáticas de Germani teriam sido condicionadas pelas conjunturas políticas, enquanto as de Florestan pelas orientações científicas que então se impunham nas duas instituições universitárias em que se formou. Sobre essa diferença, vale lembrar que o final do varguismo no Brasil não levou a uma incorporação dos temas políticos pela sociologia paulista (no Rio de Janeiro o debate sociológico se politizou), enquanto todo o debate intelectual argentino posterior ao peronismo, incluindo o da sociologia, foi diretamente pautado pelo tema da “desperonização” da sociedade (Sarlo, 2001; Altamirano, 2001).

Desde o final da década de 1950, em função tanto dos contextos políticos nacionais, como de projetos empreendidos por instituições (acadêmicas ou não) internacionais, os temas do desenvolvimento econômico e da modernização se impuseram como eixos em torno dos quais a sociologia da América Latina se desenvolveu no período (Oliveira, 1995; Villas Boas, 2006). Nesse quadro se inscrevem os trabalhos de Germani que seriam reunidos no livro *Sociología de la modernización* (1969). O conjunto de textos oferece uma análise sistemática e nuançada do processo de transformações sociais, econômicas e políticas transcorridas no século XX, sobretudo na Argentina, mas atento ao que estava em curso nos outros países da América Latina. A expectativa de encadeamento sincrônico das mudanças nesses diversos níveis da realidade (desenvolvimento econômico, democratização, racionalização, secularização do comportamento) é desfeita e o autor busca uma compreensão dos arranjos concretos, como o ocorrido na Argentina, onde teria havido modernização social com desenvolvimento econômico tímido e democratização restrita.

Nessa direção, sua interpretação sobre o peronismo é revista, inserida num quadro mais amplo, que tem como referência as mudanças introduzidas na Argentina desde o final do século XIX, capitaneadas pelas oligarquias dominantes, lastreadas na economia agroexportadora e, decisivamente para o argumento que o autor empreende, no processo de imigração estrangeira e de seu impacto sobre a estrutura e a dinâmica social. Vimos que sua visão a respeito da imigração era otimista e insistia na integração dos contingentes de imigrantes e no incremento da mobilidade social desde o começo do século XX. Para Germani, a sociedade resultante da imigração, caracterizada por altas taxas de mobilidade social, formaria uma classe média numerosa (seu volume

passou de 5%, em 1879, a 14%, em 1895), alterando os padrões tradicionais de estratificação vigentes até então. A “fluidez” da estrutura social (dados os movimentos de ascensão e declínio) a caracterizaria, nos termos do autor, como uma “sociedade aberta”. Tal “fluidez” implicaria um alto grau de heterogeneidade na composição das classes média e trabalhadora, debilitando a solidariedade de classe e exercendo uma influência moderadora sobre as orientações políticas. Por isso mesmo, o radicalismo não expressaria demandas extremas, mas reivindicações contidas de reformas sociais. Como o grau de “fluidez” da estrutura social permaneceria alto depois de 1930 – apesar do declínio econômico que atinge o setor agroexportador nesse período –, incrementado pela migração interna, também massiva, que atendia à necessidade de mão de obra para a industrialização em curso, o peronismo seria (como o radicalismo para as classes médias) resultante de demandas moderadas dos setores novos do operariado.¹² O padrão de modernização da sociedade argentina, portanto, seria determinado pelas altas taxas de mobilidade e pela integração social e política conduzida pelos movimentos “nacionais populares” entendidos, ao mesmo tempo, como sintomas da crise aberta pelos “processos de mobilização” e como respostas aos problemas relativos à integração dos grupos emergentes. Diante de tal interpretação, em relação à crise política que sucedeu ao peronismo e que se prolongaria nas décadas seguintes, Germani constatava o paradoxo de uma estrutura social moderna, mas que não lograva estabilizar um sistema político democrático, entendido como a forma política que deveria corresponder a uma “sociedade aberta” como a argentina.

Resta ainda comentar a atuação institucional de Germani desde o final do peronismo, no contexto da reforma universitária que implicou a criação do curso de graduação em sociologia (1957) e do Departamento de Sociologia (1958). A composição do plantel de professores do Departamento permite entrever as estratégias de recrutamento mobilizadas por ele. De um lado, estavam Carlos Alberto Erro, Norberto Rodríguez Bustamante e Enrique Butelman, provenientes dos círculos intelectuais de oposição ao peronismo, mas que não encarnavam uma perspectiva sociológica moderna. Erro e Bustamante haviam colaborado no jornal *La Nación* e na revista *Sur*. O primeiro era autor de ensaios importantes, publicados nos anos de 1930, sendo o principal deles *Medida del criollismo* (1929); o segundo lecionou no CLES durante os anos do peronismo. Butelman fora um dos criadores da editora Paidós e era um grande amigo de Germani. Esses três professores foram importantes na legitimação inicial do empreendimento, sobretudo, porque estabeleciam uma relação de continuidade com a tradição intelectual. De outro lado, estavam Jorge Graciarena, Torcuato Di Tella, Miguel Murmis e Juan Carlos Marín, um grupo de jovens estudantes, os quatro ligados ao Partido Socialista. Se essa filiação era um fator importante para acomodar a sociologia no interior das forças em disputa no contexto pós-peronista (o que se refletia diretamente na universidade), eles diferenciavam-se dos primeiros por

aproximarem-se mais propriamente do projeto intelectual de Germani, inclinação certamente relacionada com a origem universitária recente dos quatro. Um dos membros importantes do Instituto, entretanto, destoava dos perfis indicados acima. José Luis de Imaz era um intelectual proveniente dos círculos católicos e nacionalistas e sempre foi visto com certa desconfiança por seus colegas.¹³

Devemos enfatizar que a aliança estabelecida por Germani com o movimento estudantil – lembramos que na Argentina, desde a Reforma Universitária de 1918, apesar das interrupções, os estudantes participam diretamente da gestão da universidade –, foi um recurso decisivo para consolidar a nova disciplina. Além dos citados, outros jovens que seriam incorporados ao Departamento haviam participado ativamente, durante os últimos anos do peronismo nas diversas instâncias da política estudantil, especialmente como dirigentes no Centro de Estudantes de Filosofia e Letras, que editava a revista *Centro*. Nesta, aliás, Germani publicou a pesquisa sobre a situação social dos estudantes universitários, que contou com apoio do Centro (Germani, 1956b). Outra característica de sua gestão no Departamento e no Instituto de Sociologia foi a exclusão de todos aqueles que haviam ocupado posições acadêmicas e institucionais na sociologia da UBA durante o peronismo.

Visando a modernização da pesquisa e do ensino, Germani enviou boa parte dos membros do grupo ao exterior, principalmente aos Estados Unidos (o que entendia como um passo importante para se adquirir uma mentalidade propriamente científica), país considerado por ele como o centro da sociologia moderna.¹⁴ Além disso, convidou professores estrangeiros para lecionar no Departamento e participar de pesquisas do Instituto e estabeleceu acordos de colaboração com instituições internacionais. Dando continuidade aos empreendimentos editoriais mencionados, nas editoras Abril e Paidós, mas de maneira mais pragmática, Germani montou um sistema próprio de publicações do Departamento e do Instituto, visando suprir a precariedade da literatura especializada. Como ocorreu em São Paulo, desde a iniciativa precursora de Emilio Willems na revista *Sociologia*, seguida por outras de Donald Pierson, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni (entre outros), vários livros de textos foram organizados e publicados para viabilizar o ensino da sociologia até o final dos anos de 1960. Além disso, foram editados os *Cuadernos*, que publicavam pesquisas do Instituto e obras estrangeiras, e as *Publicaciones Internas*, que veiculavam materiais produzidos internamente.

O curso de graduação tinha uma orientação explícita para a pesquisa, verificada pela existência de duas matérias obrigatórias, uma sobre estatística, outra sobre métodos e técnicas de pesquisa. Os alunos eram obrigados a participar das atividades do Instituto de Sociologia, acumulando ao menos 100 horas de atividade de pesquisa (realizando *surveys*, entrevistas, codificação de dados, elaboração de quadros), que obrigavam os alunos a percorrerem as etapas típicas de uma investigação científica.¹⁵ Para fazer frente a essas exigências,

o Instituto foi convertido num centro de treinamento de pesquisadores e numa organização complexa e fortemente burocratizada.

Aparentemente, em termos comparativos, nenhuma figura concentrou tanto poder nas ciências sociais brasileiras em seu período de fundação. Numa escala menor, já que estava à frente de uma instituição privada e de dimensão reduzida se comparada à UBA ou à USP, Donald Pierson exerceu função similar no interior da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), entre o final dos anos de 1930 e meados da década de 1950. Na USP, em função do sistema de cátedras vigente até o final da década de 1960, os regentes tinham muita autonomia em relação às disciplinas que ministravam e às atividades que exigiam dos professores assistentes e auxiliares, mas o poder detido por eles se restringia, predominantemente, ao interior das Cadeiras que regiam, embora pudessem tentar ultrapassar esse âmbito por meio de disputas diretas ou indiretas com outros catedráticos, como fez Florestan Fernandes.

A interrupção do processo de modernização da sociologia iniciou-se na Argentina com o golpe de Estado de 1966, que implicou um período de intervenções drásticas nas universidades – diferentemente do que ocorreu no Brasil, onde a ditadura militar de 1964 moveu perseguições pontuais, mas também favoreceu a expansão do sistema de ensino superior em geral e das ciências sociais em particular (Ortiz, 1990). O Departamento de Sociologia da Universidade de Buenos Aires foi praticamente desmantelado. Dos 28 professores que o integravam em 1966, restaram 4 em 1967. O Instituto de Sociologia, que contava com 29 membros e desenvolvia 15 projetos de pesquisa, foi fechado (García Bouza & Verón, 1967).

A “sociologia científica” de Germani, que se afastou nesse momento da Argentina, teria seu projeto abortado. A continuidade da pesquisa científica autônoma ocorreu, então, por meio de sua transferência para centros privados de pesquisa (Murmis, 2007; Neiburg, 1998), como ocorrera antes, de certa forma, no âmbito do Colégio Livre de Estudos Superiores, e que havia sido preparada por Germani, através dos vínculos estabelecidos com o Instituto Di Tella. Segundo uma pesquisa realizada nessa época, em torno de 1970 a pesquisa em sociologia era realizada em 11 centros privados, três dos quais pertenciam àquele Instituto (Kratochwill, 1970). Nesse momento, assumiram a docência e os cargos diretivos na universidade professores que defendiam (ou diziam defender) uma “sociologia nacional”, que tinha como oponentes as sociologias “marxista” e “científica”. As figuras emblemáticas desse período das “cátedras nacionais” foram o sacerdote Justino O’Farrel e Gonzalo Cárdenas, que assumiram em 1969 a direção do curso e do Instituto de Sociologia, respectivamente.

CONTRAPONTO

Passemos agora a uma comparação entre as trajetórias de Gino Germani e Florestan Fernandes,¹⁶ lembrando que ambos lideraram processos de legitimação da sociologia e a reivindicaram como ciência aplicada ao entendimento do processo de modernização em curso nos dois países (nas décadas de 1950 e 1960). Foram “intelectuais acadêmicos” (Coser, 1968), envolvidos diretamente nos desafios inerentes aos primórdios da institucionalização universitária dessa disciplina, com a qual se identificaram plenamente e que propiciou a eles, inicialmente destituídos de capital social e cultural, a oportunidade de ascender às posições mais altas e prestigiosas da hierarquia acadêmica. Mas o que os diferenciou de outros líderes que atuaram quase simultaneamente a eles no Brasil e na Argentina (e em outros países da América Latina) foi o fato de ambos terem se constituído e consagrado como “chefes de escola”.

Suas carreiras devem ser compreendidas em função das mudanças ocorridas nos sistemas de produção cultural e acadêmica dos dois países, desde meados do século XX, que permitiram a profissionalização mais efetiva da atividade intelectual graças, principalmente, à constituição de organizações acadêmicas modernas em São Paulo e Buenos Aires. Sobre esse processo, alguns condicionantes gerais devem ser mencionados. O primeiro deles relaciona-se com o crescimento demográfico acelerado ocorrido em tais cidades, a partir do final do século XIX, fator morfológico decisivo à constituição de ambas como metrópoles em meados do século XX. Ambas receberam contingentes elevados de imigrantes europeus,¹⁷ que promoveram a diferenciação de suas estruturas sociais, implicando a emergência de *novas* classes médias urbanas,¹⁸ que favoreceram a renovação e a diversificação das atividades e empreendimentos culturais eruditos e populares e incrementaram a formação mais densa de públicos nos dois casos (Prieto, 1988; Rivera, 1980; Sarlo, 1988; Miceli, 2001), embora mais acentuadamente em Buenos Aires. No caso brasileiro, é patente certo deslocamento do eixo da produção cultural, acentuado no decorrer do século XX, do Rio de Janeiro para São Paulo, processo relacionado com o formidável crescimento econômico ocorrido nesta última e a consequente dinamização de seu mercado cultural. Consolidada a proeminência carioca no âmbito político nacional, com a derrota de São Paulo na Revolução de 1930 (e em 1932), a vida cultural naquela cidade ganhou um impulso notável, tornando-se cada vez mais autônoma e profissionalizada. Isso favoreceu um desenvolvimento sem precedentes em âmbitos aparentemente descolados como o teatro, a literatura, as artes plásticas e as ciências humanas, mas diretamente condicionados pelas transformações mencionadas (Arruda, 2001; Pontes, 2010). No caso de Buenos Aires, esta cidade nunca teve concorrente em seu país, constituindo-se desde a independência como centro econômico, político e cultural. No Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro disputaram o mercado cultural e acadêmico, oscilando

a balança para um lado ou outro, de acordo com os gêneros e períodos em questão.

Os imigrantes e seus descendentes desempenharam em São Paulo e Buenos Aires um papel decisivo na concretização dos projetos de modernização acadêmica (não apenas para a sociologia) e, significativamente, os personagens aqui comparados se enquadram nesse perfil. A diferenciação social (associada a um processo de desenvolvimento econômico acelerado), catalisada pela imigração ocorrida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi um dos condicionantes principais à conversão de projetos educacionais, inicialmente concebidos pelas elites, em modernas empresas acadêmicas afinadas com as demandas de ascensão das novas classes médias (Miceli, 1989).

Sabe-se que em São Paulo o desenvolvimento das ciências sociais foi favorecido pela relativa independência da USP em relação aos poderes políticos, dos quais sofreu interferências apenas esporádicas e indiretas, o que implicou a constituição de vida acadêmica profissionalizada e orientada cientificamente (Miceli, 1989). No Rio de Janeiro, a sociologia associou-se mais diretamente às disputas políticas e ideológicas do período analisado, o que, apesar da atuação destacada de lideranças como Alberto Guerreiro Ramos e Luís de Aguiar Costa Pinto, dificultou o desenvolvimento mais estritamente científico e prolongado dessa disciplina até o final da década de 1960 (Almeida, 1989; Vianna, 1997).¹⁹ Sintomaticamente, nenhum desses dois sociólogos alcançaria a cátedra de sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (Brasil Jr., 2013), onde haviam se formado. Assim, haveria maior proximidade entre essa experiência e a que se deu em Buenos Aires, apesar de que nesta última a imbricação com a política não bloqueou o desenvolvimento de um projeto científico no interior da universidade. Como poderíamos explicar essa outra modalidade, que combina politização do campo acadêmico e desenvolvimento científico na instituição universitária?

Rio de Janeiro e Buenos Aires se aproximavam por serem, então, centros políticos nacionais, o que implicava uma tensão mais pronunciada e constante entre poderes políticos e acadêmicos (diferentemente do que ocorreu em São Paulo, onde essa tensão era mais branda). Entretanto, em Buenos Aires, isso não impediu a implantação de uma “sociologia científica” na universidade, como a de Germani, que, apesar de orientar-se por questões politicamente relevantes – suas análises sobre o peronismo são emblemáticas –, foi sempre ciosa na utilização dos procedimentos científicos. Nessa cidade, a solidez de seu sistema acadêmico (estabelecido desde o século XIX) e a pressão social exercida pela nova classe média urbana a favor da universidade constituíram contrapesos às recorrentes intervenções políticas até meados da década de 1960, a partir de quando as ditaduras militares sucessivas praticamente bloquearam as condições de existência da vida acadêmica na Argentina até a abertura democrática de 1983. No Rio de Janeiro, diferentemente, as intervenções políticas realizadas

durante a era Vargas (e a presença do Estado como promotor direto da vida intelectual) não encontraram resistência equivalente numa instituição universitária recém-criada (1935), nem na sociedade na qual estava inserida, que não contava com uma classe média dinâmica como as de Buenos Aires e São Paulo, o que limitou o desenvolvimento científico da sociologia moderna na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.²⁰

Passemos agora ao ponto central desta comparação. Como explicar o fato de Gino Germani e Florestan Fernandes terem se constituído, quase simultaneamente, como “chefes de escola” entre as décadas de 1950 e 1960? A condição geral e necessária para o surgimento coetâneo dessas “escolas” sociológicas foi a preexistência de organizações acadêmicas modernas nos dois países, o que diferenciou, como vimos anteriormente, os casos brasileiro e argentino em relação a outros latino-americanos, nos quais não se constituíram organizações desse tipo nem “escolas”, até o momento considerado. A tal circunstância associou-se o contexto internacional favorável ao estabelecimento dessa disciplina na América Latina, desde o final da Segunda Guerra Mundial (Blanco, 2007).

As organizações acadêmicas nas quais os dois sociólogos atuaram eram, entretanto, muito distintas, e condicionaram suas trajetórias diferentemente. Já mencionamos o fato de que o sistema educacional argentino construído desde o final do século XIX transformou radicalmente as condições de produção e recepção da atividade intelectual. Sua abrangência e profundidade implicaram a inclusão quase imediata de setores novos da sociedade, sobretudo, filhos da imigração massiva num campo intelectual recente, mas extremamente dinâmico, que se organizou na Argentina, centralizado em Buenos Aires, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. A constituição de um público leitor considerável promoveu a consolidação de um mercado cultural predominantemente privado que permitiu uma profissionalização significativa da atividade intelectual e artística, favorável aos destituídos de nome e fortuna que postulavam ascender e afirmar-se por tais vias. Esse movimento inclusivo não se deu, entretanto, sem tensões. Ao contrário, provocou forte reação xenófoba e classista da elite intelectualizada previamente estabelecida que, sentindo-se ameaçada, moveu-se pela necessidade de contra-atacar tais “invasores” num meio que até então lhe era exclusivo. Tal situação explica, por exemplo, a composição social de suas vanguardas artísticas na década de 1920, claramente polarizadas entre membros de famílias tradicionais, os de Florida, e os descendentes de imigrantes, nucleados no grupo de Boedo.²¹ Explica, também, as disputas que se prolongariam no século XX entre os críticos literários, em sua maioria filhos de imigrantes formados na FFyL e os escritores *criollos*, nucleados na revista *Sur* (Jackson & Blanco, 2011).

Diretamente associada a esse contexto, a FFyL da UBA seria uma das instituições acadêmicas mais diretamente envolvidas na modernização do sistema universitário argentino. Em seu interior, entretanto, a sociologia não fi-

gurou imediatamente como uma disciplina autônoma, nem contou com o suporte de missões estrangeiras. Arelada como vimos a outros cursos, permaneceu relativamente marginalizada até a década de 1950, dependente de iniciativas frágeis e fragmentadas, se comparadas ao que se deu no Brasil desde a década de 1930. A trajetória descontínua e desamparada (ele não teve mestres) de Gino Germani se inscreve nesse processo como uma exceção, uma vez que antes dele quase nada havia que sinalizasse a possibilidade de um arranque como o que empreendeu. No terreno estrito da sociologia, não podemos esquecer, foi um autodidata que se afirmou por estratégias variadas num contexto favorável em geral, pela importância da universidade e pelo dinamismo da cena cultural portenha, mas desfavorável em particular, pela posição marginal que os sociólogos detinham nesses dois âmbitos. O contexto pós-peronista sacudiria esse quadro e lhe propiciaria a possibilidade de atuar como o principal artífice da institucionalização universitária da sociologia na Argentina e, também, como intérprete agudo e privilegiado dos impasses da modernização do país.

Contrastado ao sistema educacional argentino, o que se estruturou timidamente no Brasil desde o Império foi sempre restritivo em todos os níveis e, especialmente, em sua parte superior, nucleada nas carreiras tradicionais e profissionalizantes de direito, engenharia e medicina, ensinadas em escolas superiores isoladas umas das outras (espelhadas, de certa maneira, no modelo francês das *grands écoles*) e voltadas a uma fração mínima da sociedade. As reformas educacionais formuladas na década de 1920 e implementadas no decênio seguinte em São Paulo e no Rio de Janeiro remediaram esse quadro sem alterá-lo em profundidade, se considerada a possibilidade da construção de um sistema universitário nacional e unificado,²² à maneira argentina. A criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), depois Universidade do Brasil, e da USP na década de 1930, restringiram aos dois principais estados do país uma vida universitária incipiente e elitista²³ que, não obstante, favoreceu direta e fortemente o desenvolvimento da sociologia no país. Para ambas foram recrutados professores estrangeiros, decisivos à aclimação prolongada de tradições teóricas e de pesquisa, que seriam encarnadas pelas primeiras gerações de estudantes dessas instituições e, também, da ELSP em São Paulo. A comparação com o caso argentino, onde não houve missões oficiais para o ensino de sociologia, reforça ainda mais a importância do papel desempenhado pelos professores estrangeiros no estabelecimento das bases organizativas e intelectuais dessa disciplina no Brasil (tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro). Explícita, ainda, em relação à trajetória de Florestan, que ela se inscreveu numa experiência compartilhada com outros membros de sua geração, todos diretamente beneficiados pelas oportunidades abertas pela universidade então recém-criada, principalmente pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Diferentemente de Germani, ele contou com a retaguarda poderosa de seus professores e, também, com a integração propiciada pelo

grupo de colegas a que pertencia, apesar dos conflitos mais ou menos pronunciados, derivadas das origens sociais divergentes e das disputas por posições nas quais estavam envolvidos. Ressaltadas as diferenças sociais, vem à tona seu “destino ímpar” (Garcia, 2001); descontadas as mesmas o percebemos antes como um membro destacado de uma geração igualmente destacada, resultante das circunstâncias extremamente favoráveis (e desafiantes) que encontraram nos primeiros anos de funcionamento da Universidade de São Paulo.²⁴

Devemos notar, ainda, que os diferentes padrões de relação entre a esfera acadêmica e a política, vigentes em cada caso, condicionaram as esferas temáticas dos personagens em questão. Os programas liderados por Florestan Fernandes e por Gino Germani na década de 1960 se articularam em torno de uma sociologia da modernização; a primeira centrada na análise dos condicionantes sociais do desenvolvimento econômico capitalista e das respostas políticas dos diferentes agentes envolvidos em tal processo (Fernandes, 1968; 1975); a segunda, focada no estudo das transformações da estrutura social e de seu impacto na ordem política (Germani, 1962a; 1969). Ambos se inscreveram num mesmo contexto geral, o do pós-guerra, em que tais temáticas ganharam importância em toda a América Latina, tanto no campo intelectual como político. Os itinerários que os conduziram a tais problemas foram, entretanto, diferentes. Partindo de temas “frios” como o folclore e as sociedades indígenas, a questão racial marcaria para Florestan a passagem para os temas “quentes”, relacionados ao problema da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, eixo da discussão posterior sobre a formação da sociedade de classes no Brasil. No caso de Germani, as pesquisas sobre a modernização tiveram origem nos debates extremamente politizados sobre a imigração e o peronismo. Florestan moveu-se da ciência à política, Germani trilhou caminho inverso.

A importância que teve a antropologia (o estudo de sociedades indígenas, especificamente) na primeira fase da carreira acadêmica de Florestan é reveladora, ainda, das diferentes configurações disciplinares no interior das quais a sociologia estava inscrita em cada caso. Em São Paulo, tanto os professores da missão francesa na USP, como os norte-americanos na ELSP, em função das tradições disciplinares das quais provinham, favoreceram a institucionalização universitária da sociologia como parte de um conjunto designado como “ciências sociais”, que incluiria também a antropologia e a ciência política. Na Argentina, em função de ter sido introduzida no interior dos cursos de direito, letras ou filosofia, a sociologia evoluiu subordinada aos delineamentos gerais de tais cursos, para depois se constituir como disciplina independente. Entre as relações estabelecidas com outras disciplinas, prevaleceu, como vimos anteriormente, a aproximação estreita com a história.

Semelhantes pela condição de *outsiders* (Miceli, 2012), pelo movimento de ascensão social possibilitado pela adesão total de ambos à vida acadêmica,

as carreiras de Germani e Florestan tiveram, não obstante, feições distintas. A primeira foi descontínua (lembramos que Germani sequer cursou pós-graduação), afetada mais diretamente pelas oscilações da política argentina que atingiram diretamente (em graus diversos) as instituições acadêmicas e pela temporalidade mais distendida e lenta da institucionalização acadêmica da sociologia. A segunda foi contínua, transcorrida normalmente no interior da universidade, blindada em relação à política, na qual essa disciplina havia recebido um impulso extraordinário das missões estrangeiras, embora bloqueada no final dos anos de 1960 pela ditadura militar, estabelecida em 1964.²⁵

A continuidade característica da carreira de Florestan relaciona-se, de modo geral, com a maior estabilidade do sistema político brasileiro e com o padrão de relacionamento menos conflituoso entre intelectuais e Estado vigente nesse país. Como vimos, sobretudo em São Paulo, desde a criação da USP, as esferas política e acadêmica permaneceram distanciadas. Na Argentina, estiveram muito mais entrelaçadas,²⁶ prevalecendo, a partir da reforma universitária de 1918 (que instituiu uma tradição de autonomia acadêmica), uma relação de oposição entre intelectuais e Estado (Sigal, 1991). Esse processo implicou, também, a conversão da universidade em um ator político importante. Por isso mesmo, sofreria seguidas intervenções durante todo o século (1930, 1943, 1946, 1955, 1966, 1976).

Outra diferença entre os sociólogos diz respeito aos graus de abertura e articulação internacional dos projetos desenvolvidos em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Florestan Fernandes, alicerçado na forte tradição uspiana estabelecida pelos professores estrangeiros, foi quem mais resistiu à internacionalização como estratégia para o desenvolvimento da disciplina e, sobretudo, para a capacitação do próprio grupo. Nessa direção, não estimulou os membros de sua equipe a saírem do país para realizar o doutorado, nem participou ativamente das articulações que tiveram lugar na América Latina na segunda metade da década de 1950, visando a criação de organismos regionais como a FLACSO (1957) e o CLAPCS (1957), nas quais Gino Germani teve papel decisivo (Blanco, 2007). Diferentemente de Florestan, Germani enviou quase toda sua equipe ao exterior, como uma tentativa de remediar a ausência de uma tradição nacional. No Brasil, quem participou diretamente de tais empreendimentos foi Costa Pinto, no Rio de Janeiro. Podemos especular que o insulamento do projeto de Florestan teria como lastro a estabilidade do processo de desenvolvimento da sociologia no interior da USP, antes do golpe. Sintomaticamente, o próprio Florestan buscava apoio e articulações externas diante da perseguição movida pela ditadura militar. O investimento que fez Germani (e também Costa Pinto, no Rio de Janeiro) para fortalecer redes internacionais seria um contrapeso à vulnerabilidade institucional das universidades em que estavam inseridos, derivada, sobretudo, de sua implantação em cidades (ambas capitais federais) mais diretamente afetadas pelas oscilações políticas.

Resta ainda discutir comparativamente as relações de Germani e Florestan com as tradições intelectuais nacionais. Ambos se distanciaram dessas tradições incorporando linguagens, esquemas conceituais e metodologias estrangeiras em meio a disputas com os ensaístas, que nas décadas de 1930 e 1940 produziram as interpretações mais consagradas sobre os processos de formação histórica e/ou de construção de identidades das duas sociedades nacionais. Houve, entretanto, diferenças. Florestan combateu mais explicitamente os ensaístas, mas absorveu suas obras, incorporando temas, perspectivas teóricas e interpretações. Germani foi discreto no enfrentamento, mas afastou-se radicalmente das perspectivas defendidas pelos ensaístas (Jackson & Blanco, 2013).²⁷

Finalmente, se a comparação realizada explicita o condicionamento da trajetória incomum de Florestan pelas condições favoráveis com as quais se deparou na Universidade de São Paulo juntamente com seus colegas de geração, revela, também, que a compreensão sociológica de uma carreira como a de Germani exige outras mediações, uma vez que ela se constituiu mais isoladamente – com pouca ou nenhuma retaguarda no âmbito específico de sua atividade –, embora apoiada num sistema social e cultural extremamente dinâmico para transpor com recursos variados (incluindo o autodidatismo) os obstáculos que tinha diante de si.

Recebido em 14/06/2013 | Aprovado em 14/11/2013

Alejandro Blanco é mestre em Sociologia da Cultura pela Universidade Nacional General San Martín e doutor em História pela Universidade de Buenos Aires (UBA), onde também se graduou em Sociologia. Atualmente é professor de Sociologia na Universidade Nacional de Quilmes, membro do Centro de História Intelectual desta universidade e pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET). É autor de *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina* (2006) e de numerosos artigos sobre história intelectual.

Luiz Carlos Jackson é livre-docente e professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), autor de *A tradição esquecida. Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido* (2002) e de artigos em revistas especializadas nacionais e estrangeiras, centrados na história das ciências sociais no Brasil e na América Latina.

NOTAS

- * Agradecemos muito os juízos e sugestões dos pareceristas da revista, que nos permitiram melhorar o argumento aqui desenvolvido. Este texto é o eixo de um trabalho mais abrangente sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil e na Argentina, em vias de publicação como livro.
- 1 Além do texto de Sergio Miceli (2012), que compara as duas trajetórias, remetemos o leitor ao livro recente de Antonio Brasil (2013), que analisa os esquemas analíticos mobilizados pelos dois sociólogos.
 - 2 Foram eles o espanhol José Medina Echavarría, entre 1958 e 1960; o suíço Peter Heintz, entre 1960 e 1965; e o brasileiro Gláucio Ary Dillon Soares, entre 1966 e 1968.
 - 3 Seguindo a Joseph Ben-David (1971), entendemos por “sistema acadêmico moderno” um modo de organização universitária que integra ensino e pesquisa, propiciando a formação de grupos de pesquisadores e promovendo sua profissionalização. Tal configuração teria aparecido inicialmente na Alemanha, durante o século XIX, e alcançaria sua máxima expressão no século XX, nos Estados Unidos.
 - 4 Sublinhamos que apesar das tentativas dos outros líderes mencionados – Raúl Orgaz, Ricardo Levene e Alfredo Poviña, na Argentina; Donald Pierson, Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Costa Pinto e Guerreiro Ramos, no Brasil – e da importância que tiveram na institucionalização da disciplina, apenas Florestan Fernandes e Gino Germani exerceram o papel de “chefe de escola”. Por isso mesmo, nossa comparação concentra-se nos casos de Buenos Aires e São Paulo e nessas duas figuras.
 - 5 Isso significa tanto que os passos anteriores possibilitaram seu casamento como que este lhe propiciou uma base para o arranque profissional posterior.
 - 6 Para uma análise da posição assumida por Germani em relação ao ensaísmo argentino, ver Blanco & Jackson (2013).
 - 7 O texto foi elaborado a partir de um curso que Germani ofereceu no CLES no mesmo ano e publicado na revista dessa instituição, *Cursos y Conferências*.
 - 8 A imigração europeia teve impacto extraordinário na Argentina. Até 1920, o país recebeu a maior proporção de imigrantes europeus no mundo. Segundo o censo de 1914, 30%

da população argentina era imigrante. No Brasil, em 1920, os estrangeiros representavam apenas (aproximadamente) 5% da população. Embora a imigração não tenha sido um fato irrelevante para a discussão pública e o debate intelectual no caso brasileiro, seu interesse esteve subordinado às controvérsias relativas à mudança no regime de trabalho e aos efeitos possíveis em termos do branqueamento de sua população. É sugestivo que os trabalhos mais importantes sobre a questão da imigração até a década de 1970, aproximadamente, tenham sido escritos por estrangeiros, como Samuel Lowrie (1938), Emílio Willems (1940) e Michael Hall (1969). Na Argentina, o tema da imigração esteve, desde o final do século XIX, e durante quase todo século XX, no centro do debate político e intelectual (Avellaneda, 1980; Jitrik, 1980; Onega, 1982).

- 9 O termo se refere a um grupo de pesquisadores da história argentina reunido no Instituto de Investigações Históricas da FFyL da UBA, desde a primeira década do século XX, que impulsionou a institucionalização e a profissionalização dessa disciplina, reivindicando uma orientação mais científica à mesma. Seus membros mais destacados foram: Diego L. Molinari, Ricardo Levene, Enrique Guiñazú, Luis M. Torres, Emilio Ravignani y Rómulo Carbia.
- 10 Para que o leitor brasileiro possa dimensionar melhor a importância da inversão interpretativa proposta por Germani na análise do impacto da imigração massiva – desde o final do século XIX, os imigrantes europeus foram muito estigmatizados pela elite intelectual argentina tradicional – é possível compará-la à que realizou Gilberto Freyre no Brasil nos anos de 1930 (apesar de o brasileiro ter como referência principal o problema da formação e da identidade nacional, e o ítalo-argentino, a questão da modernização), afirmando a positividade do negro e do mestiço em oposição às avaliações anteriores do fenômeno, por meio das quais eram entendidos como obstáculos ao progresso do país. Esta pequena digressão se justifica pela importância que esses temas tiveram nos debates intelectuais travados nos dois países durante quase todo o século XX: a questão racial no Brasil e a da imigração na Argentina.
- 11 O mesmo se pode presumir para a reorientação temática do historiador José Luis Romero, do medievalismo para a histó-

ria argentina, que teria sido influenciada diretamente pela crise política derivada do peronismo e de sua dissolução.

- 12 Nos dois momentos referidos, antes e depois de 1930, as taxas de mobilidade social ascendente e descendente se mantiveram, somadas, ao redor de 70%.
- 13 Cabe citar: “Passei dez anos ao lado de Germani [...] como um membro suspeito [...] eu era um homem do ‘antigo regime’ da faculdade, único sobrevivente de um instituto infeccionado por Dilthey, Freyer e Alfred Weber [...]. Mas tinha, ademais, outras marcas: um espantoso passado peronista e, pior ainda, nacionalista e católico. [...] era a ovelha negra daquele departamento de sociologia e a lição foi de tolerância, brindada por um intolerante” (Imaz, 1977: 128-132).
- 14 Também foram enviados membros do grupo à Europa e ao Chile (FLACSO). Entre os já mencionados, Murmis foi aos Estados Unidos, Graciarena à Inglaterra e Jose Luis de Imaz à França. Outros pesquisadores e professores incorporados posteriormente, como Silvia Sigal (Inglaterra), Eliseo Verón (França) também foram enviados. Em poucos anos, mais de vinte integrantes do Instituto e do Departamento de Sociologia viajaram ao exterior. Um detalhe significativo foi a imposição do exame em inglês para ingressar na graduação em sociologia, exigência feita por Germani.
- 15 O ponto fraco dessa forma organizacional talvez tenha sido a ênfase na graduação e a inexistência de um programa de pós-graduação, como os que se desenvolveram em São Paulo desde os anos de 1940 na ELSP (mestrado) e na FFCL-USP (doutorado).
- 16 Evitamos, neste texto, reconstruir a trajetória de Florestan, já muito conhecida pelo público brasileiro e sobre a qual há vasta bibliografia (ver, sobretudo, D’Incao, 1987; Arruda, 1995; Martinez, 1998; Garcia, 2002; Lahuerta, 2005; Rodrigues, 2010) mobilizando neste item apenas seus traços mais significativos, em função da comparação visada.
- 17 Na América Latina, São Paulo e Buenos Aires foram as cidades que receberam maior número de imigrantes europeus entre o final do século XIX e o começo do século XX. A Argentina recebeu a maior proporção de imigrantes europeus no mundo nesse período. Segundo o censo de 1914, 30% da

população argentina era imigrante. No Brasil, em 1920, os estrangeiros representavam apenas (aproximadamente) 5% da população. Em Buenos Aires, no ano de 1914, do total de quase 1.500.000 habitantes, 49% eram imigrantes. Em São Paulo, em 1920, a população era de 580.000 pessoas e os estrangeiros constituíam 35%. Na cidade do Rio de Janeiro, também em 1920, os imigrantes eram 15% (Fausto & Devoto, 2008; Bernasconi & Truzzi, 2000). Os dados numéricos oferecem uma ideia bastante precisa a respeito da imigração nos dois países: seu impacto na Argentina foi muito mais significativo. Comparadas as magnitudes da imigração nessas cidades, vemos que São Paulo se aproxima de Buenos Aires, enquanto o Rio de Janeiro se distancia.

18 Em contraposição a uma “classe média tradicional”, constituída desde o século XIX (como no caso do Rio de Janeiro), dependente dos setores dominantes tradicionais e proveniente, sobretudo, de seus ramos declinantes. Vinculada ocupacionalmente à burocracia estatal, identificava-se social e politicamente com aqueles mesmos setores dominantes. A “nova classe média” proveio da imigração massiva e se inseriu progressivamente nos setores modernos da economia (Graciarena, 1967; Pinheiro, 1990). Cabe citar uma observação aguda de Roger Bastide a respeito desse processo, diferenciando as experiências paulistana e carioca: [sobre a classe média] “encontramos, sem dúvida, fenômenos análogos no Rio de Janeiro. Mas como o número de estrangeiros ou de filhos de estrangeiros não portugueses é aí menor, o choque de valores é menos dramático: tudo se passa entre brasileiros. Daí uma diferença capital entre a classe média do Rio de Janeiro e a de São Paulo. A presença do governo e de todo o maquinismo administrativo, no Rio de Janeiro, faz com que sua classe média seja principalmente uma classe média de funcionários ou de burocratas. A industrialização mais avançada de São Paulo faz de sua classe média uma classe de pequenos fabricantes e de empregados.” (Bastide, 1971: 155-156).

19 Segundo a interpretação de Lúcia Lippi de Oliveira (1995), diversas pesquisas importantes realizadas no CBPE e no CLAPCS, evidenciariam o desenvolvimento das ciências sociais cariocas na década de 1950, implicando a necessidade de revisar o esquema de interpretação mencionado. Nessa

- mesma direção, Nísia Trindade Lima (1999) e Gláucia Vilas Boas (2006) reforçaram a ideia de que o caso do Rio de Janeiro não deveria ser tomado como um desviante da experiência paulista, mas como uma modalidade específica de institucionalização. Para o nosso argumento, contudo, cabe destacar o enraizamento universitário da sociologia paulista, que teria condicionado diretamente a emergência da escola sociológica liderada por Florestan. Essa circunstância particular justifica a ênfase analítica no caso de São Paulo.
- 20 O que não significa que não houve, nesse período, sociologia científica no Rio de Janeiro, mas sim que o seu desenvolvimento dependeu de centros e institutos independentes, o que, provavelmente, limitou as possibilidades de sociólogos como Guerreiro Ramos e Costa Pinto aglutinarem grupos de pesquisadores, ou seja, de se tornarem “chefes de escola”, como foram Gino Germani e Florestan Fernandes.
- 21 Sobre as vanguardas argentinas, ver texto de Adolfo Prieto (1969), publicado na revista *Tempo Social* (2009). Consultar também Sarlo & Altamirano (1983) e Schwartz (2002).
- 22 Isso só ocorreria durante a ditadura militar (1964-1985).
- 23 Embora os novos cursos criados, sobretudo na FFCL-USP, apresentassem um padrão mais democrático de recrutamento social, a favor de mulheres, filhos de imigrantes e membros da classe média em geral, o sistema universitário brasileiro era elitista porque atingia uma parcela muito pequena da população do país, enquanto na Argentina era muito mais abrangente. A propósito, Gino Germani apresentou dados sugestivos, relativos ao ano de 1950: na Argentina, havia, então, 756 estudantes universitários para cada 100 mil habitantes; no Brasil, eram 117 para cada 100 mil. A Argentina ocupava o terceiro lugar no ranking mundial, enquanto o Brasil estava na 58ª posição (Germani & Sautu, 1965).
- 24 Gostaríamos de aclarar, para evitar mal-entendidos, que não discordamos da interpretação de Sylvia Garcia, nem da importância por ela atribuída à origem social de Florestan para entender sua trajetória, em relação à de seus colegas; mas a comparação com Germani sugere um matiz a ser levado em conta, na medida em que explicita a dívida de Florestan com a experiência privilegiada e compartilhada com seus colegas de geração no interior da universidade, sob a influência direta dos professores estrangeiros.

- 25 Como dito anteriormente, Florestan foi o caso emblemático das perseguições pontuais movidas pela ditadura militar aos professores universitários no Brasil; o outro lado da moeda, não obstante, e diferentemente do que ocorreu na Argentina, residiu na política educacional dos governos militares, que levou à expansão do sistema educacional superior e das ciências sociais especificamente nesse período (1964-1985).
- 26 “O Brasil não é a Argentina. Neste último país, cada ruptura política se traduz numa grande crise das instituições intelectuais – as universidades em primeiro lugar –, na substituição das camadas de intelectuais que presidem a definição das propriedades do campo intelectual e de suas formas de classificação, na desestabilização das representações da política no meio intelectual (Sigal, 1986). Nada disso ocorre no Brasil. As instituições persistem, apesar da repressão política. Os intelectuais continuam a se atribuir uma legitimidade propriamente científica e não é por acaso que privilegiam ainda mais o tema da ‘profissionalização’” (Pécaut, 1990: 262).
- 27 Não devemos deduzir dessa diferença, contudo, que Germani teria ignorado completamente a tradição intelectual argentina, uma vez que sua obra se inscreve na linhagem do melhor ensaísmo político argentino, podendo ser entendida como uma atualização dos questionamentos feitos por Sarmiento, no século XIX, sobre as bases sociais do autoritarismo político que vigia em seu tempo com o rosismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Maria Hermínia Tavares de. (1989). Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, vol. 1, p. 189-216.
- Altamirano, Carlos. (2001). *Bajo el signo de las masas (1943-1973)*. Buenos Aires: Ariel (Biblioteca do Pensamento Argentino, tomo IV).
- Altamirano, Carlos & Sarlo, Beatriz. (1983). *Ensayos argentinos*. Buenos Aires: CEAL.
- Arruda, Maria Arminda do Nascimento. (2001). *Metrópole e cultura*. São Paulo: EDUSC.

Arruda, Maria Armanda do Nascimento. (1995). A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: Míceli, Sergio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2, p. 107-231.

Avellaneda, Andrés. (1980). El naturalismo y E. Cambaceres. In: *Historia de la literatura argentina*. (Vol. 2, Del romanticismo al naturalismo). Buenos Aires: CEAL, p. 145-168.

Bastide, Roger. (1971). *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Ben-David, Joseph. (1971). *The scientific role in society. A comparative study*. New Jersey: Prentice-Hall.

Bernasconi, Alicia & Truzzi, Oswaldo. (2000). Las ciudades y los inmigrantes: Buenos Aires y São Paulo (1880-1930). In: *Brasil-Argentina, a visão do outro*. Buenos Aires: Fundación Centro de Estudios Brasileiros/Funag, p. 205-242.

Blanco, Alejandro. (2013). José Luis Romero y Gino Germani: la inmigración masiva y el proyecto de una comprensión histórico-sociológico de la Argentina moderna. In: Burucúa, José Emilio; Devoto, Fernando & Gorelik, Adrián (orgs.). *José Luis, vida historia, ciudad y cultura*. Buenos Aires: UNSaM, p. 273-291.

Blanco, Alejandro. (2010). José Medina Echavarría y el proyecto de una sociología científica. In: Pereyra, Diego (org.). *El desarrollo de las ciencias sociales. Tradiciones, actores e instituciones en Argentina, Chile, México y América Central*. Série Cuadernos de Ciencias Sociales, 153, p. 17-34.

Blanco, Alejandro. (2007). Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 19/1, p. 89-114.

Blanco, Alejandro. (2006). *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Blanco, Alejandro. (2005). La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos. *Sociologías*, 7/14, p. 22-49.

Blanco, Alejandro & Jackson, Luiz Carlos. (2013). Sociólogos versus ensayistas en Brasil y Argentina. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, XXXI/92, p. 397-436

Blanco, Alejandro & Jackson, Luiz Carlos. (2011). Crítica literária e sociologia no Brasil e na Argentina. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 23/2, p. 13-40.

Brasil Jr., Antonio da Silveira. (2013). *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec.

Brunner, José Joaquín. (1985). *Los orígenes de la sociología profesional en Chile*. Documento de Trabajo n°2 6o, Programa FLACSO-Santiago de Chile.

Buchbinder, Pablo. (2005). *Historia de las universidades argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana.

Buchbinder, Pablo. (1997). *Historia de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: EUDEBA.

Bulmer, Martin. (1984). *The Chicago school of sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Castañeda, Fernando. (1990). La constitución de la sociología en México. In: UNAM (org.), *Desarrollo y organización de las ciencias sociales en México*. México: UNAM, p. 47-61.

Coser, Lewis. (1968). *Hombres de ideas. El punto de vista de un sociólogo*. México: Fondo de Cultura Económica.

Cunha, Luiz Antônio. (2007). *A universidade temporã*. São Paulo: Ed.Unesp.

De Imaz, José Luis. (1977). *Promediando los cuarenta*. Buenos Aires: Sudamericana.

D'Incao, Maria Angela (org.). (1987). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Devoto, Fernando (org.). (1993). *La historiografía argentina en el siglo veinte*. Buenos Aires: CEAL (2 vols.).

Devoto, Fernando & Fausto, Boris. (2004). *Argentina/Brasil 1850-2000. Un ensayo de historia comparada*. Buenos Aires: Sudamericana.

Fernandes, Florestan. (1981). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

Fernandes, Florestan. (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

García, Afrânio. (2006). Circulación internacional y formación de una "escuela de pensamiento" latinoamericana (1945-2000). *Prismas, Revista de Historia Intelectual*, 10, p. 11-35. Anuario del Grupo Prismas, Universidad Nacional de Quilmes.

García, Sylvia. (2002). *Destino ímpar*. São Paulo: Ed. 34.

García Bouza, Jorge & Verón, Eliseo. (1967). Epílogo de una crónica: la situación de la sociología en Argentina. *Revista Latinoamericana de Sociología*, 3/1, p. 91-95.

Germani, Ana. (2004). *Gino Germani. Del antifascismo a la sociología*. Buenos Aires: Taurus.

Germani, Gino. (1978). *Authoritarianism, fascism and national populism*. New Brunswick, NJ: Transaction Books.

Germani, Gino. (1969). *Sociología de la modernización*. Buenos Aires: Paidós.

Germani, Gino. (1964). La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regreso de la inmigración reciente. In: *Trabajos e investigaciones del Instituto de Sociología*, Publicación Interna, 14. Departamento de Sociología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

Germani, Gino. (1962a). *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós.

Germani, Gino. (1962b). La inmigración masiva y su papel en la modernización del país. In: *Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, p. 179-216.

Germani, Gino. (1956a). *La sociología científica. Apuntes para su fundamentación*. México: Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional México.

Germani, Gino. (1956b). Informe preliminar del Instituto de Sociología sobre las encuestas entre estudiantes universitarios. *Centro*, 12, p. 34-46.

Germani, Gino. (1955). *Estructura social de la Argentina. Análisis estadístico*. Buenos Aires: Solar.

Germani, Gino. (1946). *Teoría e investigación en la sociología empírica*. Buenos Aires, inédito.

Germani, Gino, Graciarena Jorge & Halperin Donghi, Tulio (orgs.). (1965). *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: EUDEBA.

Germani, Gino & Sautu, Ruth. (1965). Regularidad y origen social de los estudiantes universitarios. In: *Investigaciones y trabajos del Instituto de Sociología*. Instituto de Sociología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, p. 9-26.

Graciarena, Jorge. (1967). La crisis de las clases medias. In: *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, p. 136-212.

Hall, Michael. (1969). *The origins of mass migration in Brazil, 1871-1914*. Nova York: Columbia University Press.

Halperin Donghi, Tulio. (1986). Un cuarto de siglo de historiografía argentina (1960-1985). *Desarrollo Económico*, 25/100, p. 487-520.

Halperin Donghi, Tulio & Di Tella, Torcuato (orgs.). (1969). *Los fragmentos del poder*. Buenos Aires: Jorge Álvarez.

Jitrik, Noé. (1980). El ciclo de la bolsa. In: *Historia de la literatura argentina*. (Vol. 2, Del romanticismo al naturalismo). Buenos Aires: CEAL, p. 145-168.

Keinert, Fábio Cardoso. (2011). *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado. FFLCH/Universidade de São Paulo.

Kratochwill, Germán. (1970). *El estado de las ciencias sociales en la Argentina*. Documento de Trabajo, 67. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Sociales, Instituto Torcuato Di Tella, p. 2-35.

Lahuerta, Milton. (2005). Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, 28, p. 157-186.

Lima, Nísia Trindade. (1999). *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM.

Lowrie, Samuel. (1938). *Imigração e crescimento da população no estado de São Paulo*. Coleção Estudos Paulistas, 2. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política.

Luna, Félix. (1987). *Perón y su tiempo*. Tomo I: *La Argentina era una fiesta, 1946-1949*. Buenos Aires: Sudamericana.

Mangone, Carlos & Warley, Jorge. (1984). *Universidad y peronismo (1946-1955)*. Buenos Aires: CEAL.

Martinez, Paulo Henrique (org.). (1998). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo.

Miceli, Sérgio. (2012). Los inventores de la sociología “científica” en Brasil y en la Argentina (Florestan Fernandes y Gino Germani)”. In: *Ensayos porteños. Borges, el nacionalismo*

y las vanguardias. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, p. 127-143.

Miceli, Sérgio. (2001). Por uma sociologia das ciências sociais. In: *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, p. 11-28.

Miceli, Sérgio. (1989). Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, vol. 1, p. 91-133.

Míguez, Eduardo. (1993). El paradigma de la historiografía económico-social de la renovación de los años '60 vistos desde los años '90. In: Devoto, Fernando (org.). *La historiografía argentina en el siglo veinte*. Buenos Aires: CEAL, p. 10-29 (2 vols.).

Morcilo Laiz, Álvaro. (2008). Historia de un fracaso: individuos, organizaciones y la sociología weberiana en México (1937-1957). *Sociológica*, 67, p. 149-192.

Murmis, Miguel. (2007). Sociologia, ciência política e antropologia: institucionalização, profissionalização e internacionalização na Argentina. In: Trindade, Helgio (org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANPOCS, p. 21-70.

Neiburg, Federico. (1998). *Los intelectuales y la invención del peronismo*. Buenos Aires: Alianza.

Oliveira, Lúcia Lippi. (1995). As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, vol. 2, p. 233-307.

Onega, Gladys. (1982). *La inmigración en la literatura argentina (1880-1910)*. Buenos Aires: CEAL.

Ortiz, Renato. (1990). Impressões sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 27, p. 163-175.

Pécaut, Daniel. (1990). *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.

Pinheiro, Paulo Sérgio. (1990). Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: Fausto, Boris (org.). *III. O Brasil republicano* (vol. 2, Sociedade e instituições, 1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand, p. 7-37.

Pontes, Heloisa. (2010). *Intérpretes da metrópole*. São Paulo: Edusp.

Poviña, Alfredo. (1941). *Historia de la sociología en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica.

Prado, Maria Ligia Coelho. (2000). *Concepções de universidade e lutas políticas no Brasil e na Argentina dos anos 30. Seminário Brasil-Argentina. A visão do outro*. Brasília: FUNAG, p. 613-639.

Prieto, Adolfo. (2009). Boedo e Florida. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 21/2, p. 289-304.

Prieto, Adolfo. (1988). *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Sudamericana.

Prieto, Adolfo. (1969). Boedo y Florida. *Estudios de literatura argentina*. Buenos Aires: Galerna, p. 29-55.

Reyna, José Luis. (2007). A institucionalização das ciências sociais no México. In: Trindade, Héliog (org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 225-308.

Reyna, José Luis. (1979). La investigación sociológica en México. In: Arguedas, Ledda et al. *Sociología y Ciencia política en México (un balance de veinticinco años)*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 41-62.

Rivera, Jorge. (1980). El auge de la industria cultural. In: *Historia de la literatura argentina*. Buenos Aires: CEAL, vol. 4, p. 577-600.

Romero, José Luis. (1996) [1946]. *Las ideas políticas en Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica.

Rodrigues, Lidiane Soares. (2010). *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec.

Romero, José Luis; Germani, Gino & Halperin Donghi, Tulio. (1958). Proyecto de investigación: el impacto de la inmigración masiva sobre la sociedad y la cultura argentina (2ª revisión). In: *Trabajos de Investigación del Instituto de Sociología. Publicación Interna*, 18, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Sociología, p. 1-15.

Sarlo, Beatriz. (2001). *La batalla de las ideas (1943-1973)*. Buenos Aires: Ariel (Biblioteca del Pensamiento Argentino, vol. 7).

Sarlo, Beatriz. (1988). *Una modernidad periférica*. Buenos Aires: Nueva Visión.

Schwartz, Jorge. (2002). *Las vanguardias latinoamericanas. Textos programáticos y críticos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Sigal, Silvia. (1991). *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Puntosur.

Tiryakian, Edward A. (1979). The significance of schools in the development of sociology. In: Snizek, William E., Fuhrman, Ellsworth R. & Miller, Michael K. (1979). *Contemporary issues in theory and research. A metasociological perspective*. Londres: Greenwood Press, p. 211-233.

Vianna, Luiz Werneck. (1997). A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Villas Boas, Gláucia. (2006). *Mudança provocada: passado e futuro do pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Willems, Emilio. (1940). *Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FLORESTAN FERNANDES NO ESPELHO DE GINO GERMANI

Palavras-chave

Sociologia;
Trajetórias intelectuais;
Projetos acadêmicos;
Institucionalização;
Florestan Fernandes;
Gino Germani.

Resumo

O texto compara as trajetórias intelectuais de Gino Germani (1911-1979) e Florestan Fernandes (1920-1995), revelando aspectos possivelmente não problematizados anteriormente pela bibliografia. Esse movimento é realizado por meio de uma reconstrução dos contextos de institucionalização da sociologia na Argentina e no Brasil, nos quais os personagens lideraram projetos acadêmicos muito ambiciosos e decisivos à legitimação dessa disciplina nos dois países.

FLORESTAN FERNANDES IN GINO GERMANI'S MIRROR

Keywords

Sociology;
Intellectual trajectories;
Academic projects;
Institutionalization;
Florestan Fernandes;
Gino Germani.

Abstract

The article compares the intellectual trajectories of Gino Germani (1911-1979) and Florestan Fernandes (1920-1995) in order to reveal aspects not previously problematized in the literature. This movement is accomplished by a reconstruction of the institutionalization contexts of sociology in Argentina and Brazil, where the characters led very ambitious and decisive academic projects to the discipline legitimization in both countries.

ARTES PLÁSTICAS EM FEIRA DE ARTESANATO: VENDA, CRIAÇÃO E OS OLHOS PARA VER A ARTE*

Este artigo trata de aspecto nem sempre focado da arte – a venda –, refletindo sobre as formas por meio das quais ela se liga a procedimentos criativos e a diversos atributos que costumam compor a identidade de artista, como o caráter original, individualizado e comercialmente desinteressado de sua produção. Analisando situação na qual artistas plásticos trabalham em feira de artesanato de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, as aproximações e os distanciamentos das categorias *artista/arte*, de um lado, das categorias *artesão/artesinato*, de outro, contribuem para a reflexão sobre o significado variável de procedimentos vinculados à venda de seus produtos, as condições nas quais se realiza, e o quanto concorre para a diferenciação dos e entre artistas plásticos. O fato de na operação de venda artistas plásticos aquilatarem o valor artístico de seus trabalhos possibilita verificarmos como avaliam a própria capacidade de os indivíduos que frequentam o espaço da venda reconhecerem a qualidade artística desses trabalhos.

VERDADEIROS ARTESÃOS E VERDADEIROS ARTISTAS

A Feira de Artesanato da Praia de Iracema foi criada em 2009, em boa medida como resultado de um processo de ordenamento, feito pela Prefeitura de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, do importante comércio voltado para o turismo na Avenida Beira Mar,¹ espaço frequentado também para lazer e compras

pelos moradores dos bairros valorizados da região litorânea da cidade. A partir de pressão de moradores, frequentadores e lojistas dessa área da orla, e de feirantes permissionários da Feira de Artesanato da Beira Mar – importante centro de venda de produtos especialmente para turismo que funciona há décadas –, numeroso contingente de *comerciantes* ou *feirantes ilegais*, ou *irregulares*, ou *vendedores ambulantes*, foram impedidos de continuar atuando na área sem o aval da Prefeitura, e amplo recadastramento foi efetuado. Alimentos, refrigerantes, brinquedos “made in China”, e muitos outros produtos, dentre eles pinturas em tela e artesanato, eram vendidos no calçadão da avenida, fora da área de cerca de 200m² ocupada pelos boxes de permissionários da feira. Entre os trabalhadores impedidos de atuar na região estavam *artesãos*, alguns deles *ambulantes*, outros atuando em pontos fixos às vezes ocupados há anos. E, dentre esses artesãos, havia os que participavam de pequenas feiras nas imediações da Feira de Artesanato da Beira Mar e por toda a orla, organizadas por associações de artesãos e pelo Sindicato dos Artesãos Autônomos do Estado do Ceará – Siara.²

Atingindo outros trabalhadores além dos artesãos, no decorrer do confuso e dramático processo que reordenou o comércio voltado para o turismo na avenida Beira Mar³ e que concorreu para a criação da Feira de Artesanato da Praia de Iracema, os artesãos impedidos de continuar atuando na orla foram mencionados das mais diferentes maneiras pela imprensa e pelos diversos atores sociais e agências envolvidos. Com frequência foram englobados pela categoria *comerciantes irregulares* ou *ilegais*, *vendedores ambulantes*, *não permissionários*, quando o eventual caráter ilícito de sua atividade era sublinhado. Algumas vezes foram tratados como *artesãos*, em oposição aos vendedores de mercadorias confeccionadas por terceiros, meros *comerciantes*, em alguns contextos especialmente aos que vendiam produtos industrializados. Finalmente, depois de processo que contou com intensas negociações do Siara, das associações de artesãos envolvidas e da Prefeitura, tratamento e destino diferente aos dos demais trabalhadores foram dados aos *verdadeiros artesãos*, que produziam e vendiam suas mercadorias, *artesanato*, na avenida Beira Mar e eram sócios do Sindicato. Para eles estava sendo organizada aquela feira, a Feira de Artesanato da Praia de Iracema, em terreno de aterro na Praia de Iracema, onde há movimentação de turistas e de moradores da cidade, mas em escala muitíssimo menor que a da região da Beira Mar. E os artesãos não sindicalizados que atuavam na área da Beira Mar, e tantos outros que se interessaram, passaram, então, a ter que providenciar sua sindicalização para que também pudessem participar dessa nova feira.

O processo de sindicalização dos artesãos envolve um conjunto de procedimentos voltados para o disciplinamento da atividade. O Centro de Artesanato do Ceará, o Ceart, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, fornece uma carteira de artesão, mediante pagamen-

to de taxa única e teste que consiste na elaboração, diante de avaliadores, de produtos de uma ou duas *tipologias*⁴ – por exemplo, xilogravura, cerâmica, madeira, vestuário, couro. Trata-se da comprovação de que o candidato é capaz de confeccionar as peças, isto é, de habilidade e da autoria. Uma vez dispondo dessa carteira, o artesão estará isento de determinados impostos e liberado para a venda de seus produtos. E poderá sindicalizar-se, pagando mensalidade ao Siara, ou participar de alguma das tantas associações de artesãos de Fortaleza, tendo com isso, então, acesso a diversas feiras e eventos que organizam em espaços estabelecidos junto à Prefeitura para a venda de seus produtos, e obtendo financiamentos bancários, dentre outras vantagens. Poderá também contar mais facilmente com cursos e assessorias fornecidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – o Sebrae – e outras entidades de apoio, que também organizam eventos, por exemplo em hotéis, onde os artesãos podem vender seus produtos.⁵

Além das contribuições para sindicato e associações, os artesãos costumam ter, nas feiras permanentes, como a da Praia de Iracema, que pagar taxa semanal para os fornecedores das cadeiras e das mesas de plástico onde os seus produtos são expostos para a venda. Na Feira da Praia de Iracema, a disposição dessas mesas e cadeiras formam *alas*, cada uma juntando artesãos e artesanato de uma determinada *tipologia*. Iniciada com cerca de 300 artesãos, participam hoje da feira em torno de 140, organizados em doze alas: “calçados”, “bonecas”, “bolsas”, “crochê”, “lembranças”, “cama, mesa, banho e tapeçaria”, “renda”, “roupas bordadas e pintadas”, “bijuteria”, “alimentos típicos”, “talhas” e “artes plásticas”.⁶

Nessa contabilidade incluem, portanto, os artistas plásticos, que em 2009, no início de funcionamento da feira, eram em torno de 50,⁷ com suas telas apoiadas em toda a extensa amurada que separa a área aterrada do mar. Hoje não chegam a 10 “os que insistiram”, essa diminuição sendo atribuída, pelos artesãos e organizadores da feira, ao vento forte que vinha com água e areia da praia, sujando e derrubando telas, incomodando os próprios artistas e afastando potenciais compradores. Segundo artistas plásticos que lá permanecem, houve primeiro uma “debandada dos atravessadores”, “que não eram os verdadeiros artistas, apenas vendiam as telas”, e que tinham afluído com eles à recém-criada Feira da Praia de Iracema quando foram proibidos – artistas plásticos e atravessadores -, naquela operação de disciplinamento do comércio na orla da cidade, de permanecer vendendo telas ao lado da movimentada Feira da Beira Mar. Mas houve também a desistência de “verdadeiros artistas plásticos” que “quebraram” com a transferência para a não tão movimentada Feira da Praia de Iracema. Alguns desses artistas não vieram da Beira Mar, mas, como diversos artesãos, resolveram também juntar-se à nova feira, providenciando carteira de artesão junto ao Ceart, como todos os que hoje, artesãos ou artistas plásticos, vendem sua produção na Feira da Praia de Iracema.

É relativamente comum a presença de artistas plásticos em feiras de artesanato, onde ocupam em geral áreas específicas e bem situadas, que concorrem para distingui-los dos artesãos, sempre em maior número. Na Feira da Praia de Iracema, não utilizam aquelas mesas e cadeiras, mas expõem ao público boa parte de suas telas e quadros no chão, ou presos em armações e grades de ferro ou ainda apoiadas naquela amurada. Transeuntes talvez não se deem conta da classificação *artistas plásticos*, usada por artesãos e coordenadores da feira,⁸ e que artesãos muitas vezes justificam por conta do suporte diferenciado que os artistas plásticos utilizam: “são artistas plásticos porque pintam quadros, telas”. Na verdade, essas distinções costumam ser um tanto variáveis, e os próprios artistas plásticos acionam numerosos elementos para estabelecê-las, para muito além do suporte que usam na confecção de seus trabalhos.

Se para os artesãos da Feira da Praia de Iracema parece estar naturalizada a presença de artistas plásticos ali, os artistas sempre tomam o local como provisório.⁹ Boa parte enfatiza não ter havido uma política adequada da Prefeitura em relação aos *verdadeiros artistas plásticos* naquelas ações de ordenamento do comércio na orla, acabando por tratá-los como aos atravessadores, impedindo-os, todos, de trabalhar na Beira Mar, ou não se preocupando em transferi-los para local tão movimentado quanto: “Estamos esse tempo todo esperando um lugar melhor. Mas vamos resistindo até quando der. Ajudamos a formar esse local. Era abandonado, não tinha nada”.

Mas há os que associam o caráter provisório de sua permanência na feira à profunda inadequação que pensam haver em um artista plástico trabalhar “como se fosse artesão”: “O que eu faço não tem nada a ver com artesanato. Quer dizer, não tinha. Eu sou uma artista. Aqui eu estou me prostituindo. Sabe aquele trabalho amarelo ali? Já fiz uns trinta iguais”.

REPETIÇÃO E CRIAÇÃO

Diferente da maioria dos artistas plásticos que estão na feira, essa artista a considera necessária pouso depois de uma série de problemas que teve em sua carreira, após anos de permanência em país europeu onde era vista como artista plástica, expunha em galerias e tinha seu trabalho tratado por crítica especializada: “Lá eu criava. Desenvolvia um trabalho, realmente. Aqui eu faço a mesma coisa se alguém pedir. Isso, para mim, é artesanato”. Contrapor arte a artesanato a partir da repetitividade, do não reconhecimento nele das operações criativas da arte, parece ser operação muito frequente entre artistas plásticos. Alguns que vendem seus trabalhos há muitos anos em local da orla de Fortaleza conhecido como Alambrado, e que não foram afetados por aquelas operações de ordenamento da Beira Mar pela Prefeitura, ponderam sobre o quanto é impróprio artistas plásticos venderem seus trabalhos em feira de

artesanato: “Aqui no Alambrado só tem artista plástico, pinturas e esculturas. Arte é arte, artesanato é artesanato. [...] Todo artista plástico é artesão. Mas poucos artesãos são artistas plásticos. A diferença é que o artesão está sempre fazendo a mesma coisa, e o artista sempre está criando”.

A noção de repetição de procedimentos de produção e de padrões estéticos é amplamente acionada em contraste com a ideia de criação, e não raro aparece associada ao artesanato por diferentes artistas, perpassando já a formação escolar de numerosos deles.¹⁰ Ela costuma ser atribuída à vinculação que a pintura e a escultura tiveram historicamente com as chamadas “arts mécaniques”, em oposição às “arts libéraux” (Nathalie-Heinich, 1996), havendo uma correlação importante, como aponta Norbert Elias (1995), entre, de um lado, a “arte de artesão” e a “arte de artista”, livre e insubordinada, e, de outro, os respectivos lugares na estrutura social que artesãos e artistas ocuparam ao longo do tempo. Parte razoável da literatura sociológica acerca da arte também utiliza classificações apoiadas em distinções dessa ordem, ainda quando, como faz Howard Becker (1982), são assinalados trânsitos e continuidades de fato entre arte e artesanato.¹¹ O atributo da criatividade é sempre remetido ao artista, ao artesão sendo referidas principalmente as funções utilitárias de sua produção e o virtuosismo de sua prática.

Para a maioria dos artistas plásticos que trabalha na Feira da Praia de Iracema ao lado de artesãos, a oposição arte/artista x artesanato/artesão parece não operar de maneira tão enfática, afora quando indagamos a respeito: “Na verdade, sou trabalhador da arte, um operário da arte. Mas também sou artista plástico. Sou artesão e artista. Sou os dois”. Marcando sua origem social – que os remeteria a trabalhos braçais não fosse, segundo afirmaram, o dom que teriam insistido em assumir e desenvolver –, e a necessidade de produção para a sobrevivência como condição que em alguma medida os aproximaria dos artesãos, seus depoimentos sublinham o caráter não necessariamente repetitivo de seu trabalho. Reconhecem, por exemplo, copiar em determinadas peças estilo de hoje famoso pintor nordestino que vive em Miami, identificadas facilmente e procuradas por compradores e para cuja confecção mobilizam, inclusive, a ajuda de seus familiares, o que não costuma ocorrer com seu próprio trabalho. Alguns não assinam essas peças, diferenciando-as daquelas que criaram. Mas o que é visto como repetição em suas telas pelos artistas plásticos do Alambrado e mesmo por alguns da própria Feira da Praia de Iracema, consiste, para esses artistas plásticos, em derivações de criações de sua própria autoria: “Esses eu sempre faço desse jeito. E é claro que eu assino. É meu, eu que criei. Eu que trouxe esse estilo. Ninguém tinha feito antes”.

A percepção da produção dos artistas da Praia de Iracema como reprodução de procedimentos, de peças e padrões – o que também a literatura sociológica costuma reconhecer no artesanato – aparece para boa parte desses artistas como acusação descabida, ou engano derivado de incompetência para

se perceber variações no seu trabalho pictórico. Um desses artistas demonstra, analisando diversas das suas telas “estilo postal”, que retrata paisagens litorâneas com coqueiros e jangadas à luz da lua, “muito procurado por turistas e por cearenses mesmo”, variantes que considera fundamentais: “Eu mudo o número de jangadas, a cor, formas. Eu tento uma coisa, tento outra. Veja a diferença. Nunca é a mesma coisa. Se olhar bem, até o tamanho é diferente. Não é cópia. Quem diz que é cópia é porque não sabe ver a diferença, não sabe nada de arte”. E orienta: “Toda vez que você achar que um artista está se repetindo, veja se [...] ele não está repetindo, mas para mudar”.¹²

Dentre os que sublinham o caráter repetitivo da produção desses artistas estão alguns vendedores de telas, os chamados por eles de “atravessadores” que atuam em muitos pontos da cidade, como os regularizados em boxes na Feira da Beira Mar. Esses comerciantes por vezes equiparam a produção das telas que recebem – inclusive dos artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema – a qualquer trabalho mecânico e desqualificado: “O cara pinta dez telas com jangada, tudo igual. Vendeu, girou: traz mais dez. Podia estar vendendo milho, mas aprendeu a pintar tela. Não é arte, é no máximo, no máximo, arte comercial”. A generalização dessa prática de repetição, segundo alguns desses vendedores, atingiria mesmo artistas do Alambrado, ciosos por diferenciar sua produção do artesanato e do trabalho de artistas plásticos como os da Feira da Praia de Iracema: “Fala, fala dos outros, mas repara: se ele vende um quadro, vai lá no dia seguinte e vai ver que aparece pendurado outro igualzinho, a mesma coisa”.

Para um dos artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema, esse tipo de avaliação da sua produção feita pelo “pessoal do Alambrado”,¹³ além de não fazer justiça à qualidade das telas, corresponde ao desconhecimento da impossibilidade de repetição na arte: “Nem que se queira, se copia um trabalho. Vai ser sempre diferente”. Artesãos também, salientando seus próprios limites técnicos, indicam a incapacidade de qualquer artista ou artesão repetir um trabalho: “Quem disser que faz dois trabalhos idênticos, está mentindo. Mesmo quem copia do outro não faz igual. Isso é impossível”. Para uma artesã, tudo é uma questão de interesse de quem observa e avalia os trabalhos: “Se eu venho aqui e quero dizer que artesão faz tudo igual, essas minhas bolsinhas, por exemplo, todas iguais, eu vou ver isso. Mas eu posso ver também as diferenças, só as diferenças, se eu quiser. Cada uma é uma”.

Ao verem sugerido que o trabalho artesanal estaria baseado na cópia, ou que a prática de artistas plásticos que trabalham na Praia de Iracema possuiria um caráter artesanal, e por isso reproduzido, artesãos e artistas da Feira da Praia de Iracema reagem especialmente afirmando essa impossibilidade de repetição. Contudo, noutros contextos, ambos, artistas plásticos e artesãos, enfatizam o quão inventivo é seu trabalho. Demoram-se em detalhes ao indicar suas criações, modelos, texturas, estabelecendo a própria natureza – sobretudo difícil-

dades na manipulação – do material ou da encomenda como deflagrações de inovações no que fazem. Elizabeth Hallam e Tim Ingold (2007) descrevem muitas das dificuldades no reconhecimento, também na arte, de processos de transformação que acompanham procedimentos de improviso, não ditados por intencionalidades explícitas prévias.¹⁴ Atentam para o quanto se distanciam do que tomamos hoje por *criatividade*, normalmente ocorrência projetada e de aparência súbita, contrastiva em relação a práticas e padrões precedentes, e altamente individualizada. Mas, para artistas e artesãos, esses processos criativos adaptados, por assim dizer, àquelas exigências que indicam referências a *tipologias* amplamente reconhecidas,¹⁵ adequados, portanto, a atividades que resultam na venda de seus produtos de modo a garantir sua sobrevivência, não dariam conta de todas as suas experiências artísticas e criativas.

Ao contrário do que costumamos considerar, o ímpeto criativo perpassa a experiência de trabalho desses artesãos e de artistas cuja produção é percebida tão comumente como repetitiva. São numerosos os relatos de situações, deflagradas pelas mais diferentes razões, que os levam à utilização de procedimentos, à produção de peças e à imaginação de resultados os mais inusitados. Uma artesã, por exemplo, contou que acorda às vezes mais cedo para poder confeccionar uma peça que, “do nada”, dispôs-se a inventar: “Eu fico como que agarrada nela”. Fugindo consideravelmente do tipo de artesanato que costuma produzir, ata-se, contudo, à sua feitura, horas e horas na oficina que tem em casa, a ponto de o marido perguntar se não vai “voltar a trabalhar”: “E tenho mesmo que largar tudo e voltar para o meu trabalho, senão, não tenho o que trazer”. Indagada se colocaria à venda a tal peça na feira, nega, contundente, a possibilidade: “não tem nada a ver uma coisa com a outra”.

Tais experiências não compõem o discurso primeiro sobre processos de criação e de invenção que artesãos e artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema apresentam, nem essas peças especialíssimas às quais chegam são trazidas para a feira. Mas não apenas para alguns ocorrem com frequência, como são bastante prazerosas. “Eu chego a pagar a minha diária para fazer esse tipo de trabalho. Por isso é difícil acontecer de ficar nele como eu até queria. E nunca ia trazer para a feira. Iam pensar que eu estou louco. Ia cobrar quatro mil, cinco mil, por um quadro. Ninguém aqui pagaria”,¹⁶ afirma um artista plástico da Feira da Praia de Iracema. E retoma aquela reflexão sobre a inexistência de olhos apropriados dos frequentadores daquele espaço para reconhecer e ponderar o valor de um trabalho com essas características.

A excepcionalidade dessas peças recai, em primeiro lugar, no quanto mobilizam tempo, atenção e interesse de artistas e artesãos que as confeccionam.¹⁷ Reside também no próprio material e nos procedimentos de feitura: “São feitas a óleo. Todas as que eu trago são de tinta acrílica. As que eu faço por fora são a óleo, que demora a secar e tudo. Só isso já traz dificuldades. Tem que esperar secar e tudo”. Além disso, segundo o que artesãos e artistas plásticos

da Feira da Praia de Iracema afirmaram, por meio dessas peças querem dizer algo, há alguma *mensagem* de ordem distinta da que pretendem comunicar por meio dos demais trabalhos que vendem: “Todas as que eu assino têm uma mensagem. Mas nessas eu trago tudo da minha origem. Árvores, os animais de lá, tudo”, explica um artista plástico cujos trabalhos na feira habitualmente tematizam itens por completo diferentes. Se todos os trabalhos artísticos e artesanais possuem uma mensagem, esses trabalhos extraordinários possuíam significado não convencional nem de todo controlado pelo seu produtor, e, por isso, além do espanto que lhes causam, exigiriam outros públicos e espaços de exposição.¹⁸

VENDA E O LUGAR DO ARTISTA

Alguns artistas plásticos, como os que expõem em galerias e centros culturais de Fortaleza, e estudiosos, associam com muita frequência a cópia, a repetição, a padronização que reconhecem no artesanato e na arte encontrada em feiras, à venda, vetor que conduziria a confecção de objetos, em processo contrário ao que daria lugar à arte, voltada para a criação. No limite, há identificação dessas ideias com a também amplamente difundida que propõe que o artesanato seria comercial enquanto a arte seria gratuita, submetida inteiramente à fantasia individualizada do artista, ideia à qual costumamos aderir, nas Ciências Sociais, com a facilidade do reconhecimento da sobrevivência como motor importante, e incondicional, da produção artesanal e artística das classes populares.¹⁹

No Alambrado, um artista plástico pode eventualmente ser assemelhado a artesãos por seus colegas, como a insinuação de que produz “a mesma coisa sempre”, porque venderia com facilidade. De fato, na chamada arte, a produção e a venda costumam ser, idealmente, concebidas como operações separadas, e rigidamente hierarquizadas, o artista devendo isentar-se de preocupações comerciais. E parece consistir em regra o artista plástico estar apartado das situações de apresentação de sua obra, ainda aquelas não comerciais, como exposições em museus, centros culturais e galerias, exceto em algumas circunstâncias, como em certas montagens de exposições que exigem decisões atribuídas a ele e nas ocasiões rituais de *vernissage*.²⁰ Tudo indica, de fato, compor a experiência no campo artístico a incorporação da conveniência e legitimidade do afastamento do artista das situações de venda de seu trabalho. Aquela artista plástica da Feira da Praia de Iracema que demonstrava profundo descontentamento com a repetição de seu trabalho para atender ao gosto e à demanda de clientes, assemelhando-a à prostituição, não participava nunca da operação de venda: “Meu marido vem comigo para a feira para isso. Recebe e dá troco para os clientes. Tudo é com ele. Eu não toco em dinheiro”.

Nas feiras de artesanato, não raro o artesão está presente vendendo²¹ e, em muitas situações, também trabalhando na confecção de seu produto – bol-

sas, enfeites de arame, bijuterias, trabalhos em renda e crochê etc. Uma das coordenadoras da Feira da Praia de Iracema explicou que “artesãos não têm estoque; para terem o que vender, têm, muitas vezes, que fazer aqui”, e me conduziu por muitas mesas para vê-los trabalhando – uma senhora confeccionava bolsa com colega ao lado que aprendia, então, determinado acabamento, um senhor fazia enfeites de arame para turistas que diziam as palavras que queriam ver desenhadas na peça, jovem montava um colar etc. Essa junção de esferas para as artes plásticas tão frequentemente separadas é estimulada na feira: “Elas trazem a almofada, tudo. É para o pessoal saber como faz a renda de bilro”, a coordenadora agrega a informação àquela sobre a falta de estoque. Agências, como o Ceart, e lojas, hotéis e instituições que viabilizam a produção e a venda do artesanato no Ceará também propõem a presença do artesão trabalhando ao lado das peças que vende. Argumentavam que o “turista gosta”, que o “comprador quer ver o artesão trabalhando a peça”, certificar-se de que o processo é artesanal – e não industrial –, “autêntico”.²²

Na Feira da Praia de Iracema é muito comum os artistas plásticos também trabalharem na feitura de suas telas enquanto fazem suas vendas. Atribuem a pintura, em geral em tela, já com armação ou não, disposta no chão, nessas condições inadequadas, à falta de tempo para levar em número suficiente trabalhos já finalizados. Nessas situações em que o artista pinta na feira, contudo, exerce uma atração especial, principalmente sobre crianças, para o acompanhamento de seus procedimentos de manipulação do material e de pintura, e para a observação de suas peças já dispostas para a venda. A utilização do espaço de venda para a produção de suas telas contradiz ideia amplamente difundida junto a artistas plásticos, inclusive alguns do Alambrado, e ao senso comum, de que o artista plástico, além de não dever envolver-se com as situações de comercialização de seu trabalho, muito menos deveria produzi-lo durante a venda. O cliente, por seu turno, não teria então acesso nem ao artista, nem a como o trabalho foi produzido. Haveria, em alguma medida, resguardo em relação às circunstâncias de criação, individualizadas, íntimas, libertas de constrangimentos, nas quais, nelas sim, os artistas estariam verdadeiramente implicados.

O SENTIDO DA VENDA E A HIERARQUIA DE TUDO

A venda, na realidade, tanto para artistas plásticos como para artesãos, é valorizada para além do ganho pecuniário direto que proporciona, isto é, da obtenção de recursos para a sua sobrevivência e para a reposição do material e outros gastos com o trabalho artístico e artesanal. Ela também atesta a aceitação, e por isso o valor, propriamente, da sua produção.

Os diferentes mecanismos de aferição da qualidade artística do trabalho dos artistas plásticos, e dentre eles a venda, estão vinculados às suas distintas

trajetórias. Para os artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema, segundo o que indicaram, a venda constitui o referencial mais importante para a apreciação do valor de seus trabalhos. Já no Alambrado, alguns artistas têm laços mais diretos com o campo artístico, participando de exposições em centros culturais e galerias, no mercado de arte contemporânea, candidatando-se e eventualmente ganhando prêmios, tendo sucesso em seleções que, por exemplo, os levam a ver cópias de seus trabalhos impressas em capas de catálogos telefônicos do estado.

No Ceará, as instâncias de aceitação do artesanato são particularmente numerosas, e dizem respeito, dentre outras, à possibilidade de os artesãos conseguirem “colocar” ou “expor” seus trabalhos em determinadas lojas e feiras, obter financiamento, receber apoio técnico, convites para participar de exposições e feiras organizadas por hotéis, agências do estado ou do governo federal, Sebrae, sindicatos e associações. Artesãos já com reconhecimento público ou mestres da cultura,²³ ainda quando eventualmente prescindem desses mecanismos de aceitação, ou dispõem de fato de outros, por exemplo, que vinculam sua produção à arte – como estudos acadêmicos, abordagem por mídias, aquisição de peças por colecionadores ou instituições de arte, requisição de trabalhos para exposições –, permanecem considerando a venda, e muito diretamente o preço de venda, indicativo fundamental para a avaliação de sua obra e atestado de seu valor. Para um mestre da cultura, seleiro conhecido internacionalmente, consiste na prova mais importante desse valor, e a que o deixa mais feliz.

O estabelecimento do preço, bem como sua manutenção frente a tentativas de regateá-lo por parte de compradores, compõe o valor também artístico das peças vendidas por artesãos e artistas. Matéria de preocupação da coordenação da Feira de Artesanato da Praia de Iracema, a orientação dada aos artesãos é de manterem o preço de suas peças ainda quando os compradores insistem em baixá-lo: “Turista só quer saber do preço baixo. Eu converso muito com eles [artesãos]. Só quem fez é que sabe quanto vale, o trabalho que deu, o tempo que levou, a importância daquele trabalho”. Em que pese a generalizada prática do regateio, e do próprio oferecimento por artesãos de seus trabalhos a preços mais baixos que os inicialmente anunciados – por vezes frente à possibilidade de o comprador levar número maior de peças –, a manutenção dos preços permanece tema bastante tocado por artesãos e artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema quando tratam do valor artístico do que produzem.

Não baixar o preço estipulado para suas peças aparece de fato como operação associada pelos artistas e artesãos ao valor que atribuem a elas. Aqueles trabalhos excepcionais de artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema só poderiam ser vendidos a preço completamente impraticável, e para muito além do tanto de tempo e de material gastos na sua feitura. No Alambrado, muitos artistas, ao demarcarem a diferença de sua situação frente à de artesãos e de artistas que vendem seus trabalhos em feiras de artesanato, afirmaram jamais

negociar o valor do que vendem: “Prefiro não vender. Mas o que eu peço, acabam dando. Não demora tanto e compram”.

O interesse, e assim a aquisição de seus trabalhos pelo preço que estipulam, é vinculado por artesãos e artistas plásticos não apenas ao poder aquisitivo, mas especialmente à capacidade de os indivíduos avaliarem adequadamente o que veem. Essa associação teria a ver com o tipo de público que frequenta as feiras e também a orla da Beira Mar, bastante diversificado e, segundo eles, poucas vezes qualificado, ou “culto”, para quem nem sempre o valor propriamente artístico dos trabalhos é devidamente aquilatado. “Eu não pinto para gringo peão”, dizia um artista plástico do Alamedado. “Meus quadros exigem conhecer arte, ter um mínimo de critério”, completava. Segundo artistas que vendem nesse espaço, a imensa maioria de turistas estrangeiros que visita Fortaleza e se interessa pelos quadros que expõem é formada por “braçais”, que preferem justamente trabalhos que representam jangadas, coqueiros ou “um Lampião”: “Aí o camarada vai botar na parede da sala dele e dizer: ‘Estive lá”.

O fato de “exporem” em feiras de artesanato é apresentado como incômodo para os artistas plásticos que não consideram ser esse um lugar apropriado para a venda de objetos de arte, e, para alguns, mesmo da “arte comercial”, porque voltado para público altamente diversificado e bastante desqualificado, “praticamente rua”: “Quando meu empresário me pediu para vender na rua, começou a não dar certo. Vendia muito, mais que nas galerias, mas desvalorizou. Galeria é galeria. Rua é rua. Desvaloriza. Daí eu voltei para o Brasil”, dizia a artista plástica profundamente insatisfeita por vender seu trabalho em feira de artesanato, explicando por que sua carreira não tinha dado certo depois de período de sucesso em país europeu. Na realidade, a galeria costuma ser aventada por muitos desses artistas plásticos como local ideal, se não para a venda de toda a arte que produzem, ao menos daquela arte que resulta de processos criativos especiais, como os que tratamos anteriormente.

Para alguns artistas plásticos, como vimos, seu envolvimento direto na venda do trabalho parece já indicar tensa necessidade de abrir mão daquele lugar do artista voltado exclusivamente para a criação. Ao lado disso, os espaços para a venda são valorizados ou desvalorizados por eles por meio de diferentes critérios. Algumas avaliações dos espaços dizem respeito às condições de exposição para os passantes, o conforto para os que permanecem horas seguidas vendendo seus produtos, a organização da infraestrutura da feira e higiene, propaganda, visibilidade e acesso para, especialmente, turistas.²⁴ Preferem, por isso, uma feira a outra, gostariam de estar nesta ou naquela. A Feira da Praia de Iracema é avaliada como pouco frequentada, mas mais organizada e “exclusiva” – isto é, sem a presença de ambulantes – que os espaços onde vendiam seus trabalhos na região da Beira Mar.

Suas oficinas, ou seus espaços,²⁵ locais onde produzem boa parte de seus trabalhos, são muitas vezes mencionados como lugares algo superiores à feira

de artesanato, e onde eventualmente seus trabalhos mais interessantes seriam procurados. Artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema com frequência referem-se a galerias como os espaços nos quais poderiam encontrar pessoas dispostas a compreender o significado e capazes de aferir o valor do seu trabalho. Origem social, poder aquisitivo e o local de frequência são associados por esses artistas ao possível interesse e eventual aquisição de seus trabalhos mais especiais, em geral por pessoas das classes abastadas: “Tem pessoas que sabem até se aproximar de uma obra de arte, sabem como chegar nela. Devagar. Em silêncio. Calmos. Os caras aprenderam a procurar, aprenderam a ver. Aqui na feira, tem vezes que nem se interessam por quem fez”. Sobre o acesso às galerias, afirmam nunca terem tido, alguns esperando vivamente a “sorte” de vir a expor seus trabalhos nelas.

Sua origem social, e respectiva necessidade de trabalhar para a sobrevivência, é acionada como fator que os levaria a não ter contato com as galerias: “Não, não conheço o pessoal de galeria. E eu gostaria de fazer uma peça, uma assim totalmente nova, passar outro tempo e fazer outra peça, só fazer essas peças com a minha história. Mas tenho que vender meus trabalhos aqui na feira, a bem dizer, um local humilde. Nesse ponto, é aquilo: nesse ponto eu não sou um artista, nesse ponto eu sou mais um trabalhador. E eu sou um artista”.

A hierarquia dos lugares de exposição é, assim, correlacionada a diferenciações importantes dos expositores, de quem observa e compra, e do próprio valor do que é exposto. A esse respeito, fatos ocorridos durante entrevista para esta pesquisa foram apontados por artista plástico da Feira da Praia de Iracema como comprovação da distância entre o que vive e a situação ideal que presume encontrar em galerias: uma criança comendo pipoca passava o dedo em uma de suas telas enquanto os pais, distraídos, comentavam um outro trabalho exposto; turista agachava-se ao lado de uma enorme tela retratando índia, posava, e seu companheiro fazia foto, sem pedir licença ao artista.

VENDA NOS OLHOS?

Para quem artistas e artesãos que trabalham na Feira da Praia de Iracema produzem consiste em vetor que perpassa não apenas o processo criativo por meio do qual por vezes desatam percursos bastante definidos de elaboração de seus trabalhos. Esse pouso, o da venda, está amarrado a lugares para os quais afluem, ou poderiam afluem, reais ou potenciais compradores, isto é, admiradores de sua arte. Que estes indivíduos interessados existem, embora possam circular por espaços desconhecidos, ou aos quais artesãos e alguns artistas não têm acesso, como galerias, é fato que sustenta boa parte das iniciativas que resultam em uma produção que, como vimos, seus criadores avaliam como completamente inadequada frente à sua rotina de trabalho e ao local onde, e para quem, efetivamente vendem suas peças.

Desintegrada como última operação da arte para muitos que se debruçam sobre a arte contemporânea, ou a arte acessada por especialistas e classes abastadas, a venda opera como dimensão constitutiva da arte produzida por artesãos e artistas plásticos que trabalham em feiras de artesanato. Para muito além da necessária e inexorável repercussão que tem para a sua sobrevivência, e para a própria continuidade de sua produção, é por meio da venda que o valor de seu trabalho pode ser aventado, e com ele a própria oportunidade da comunicação que desejam e presumem instituir no repasse das peças que criam. Se há, ali, e naquele momento, olhos que possam verdadeiramente reconhecer e assim compor o valor do que produzem, isso irá muitas vezes determinar o que fazem e se continuarão a fazê-lo. O fato de essa visão que tanto almejam ser para eles, de alguma maneira, atributo de indivíduos normalmente oriundos de classes privilegiadas, que circulam por lugares nem sempre acessíveis a seus trabalhos, e a eles mesmos, consiste em problema que muitos indicam ainda não saber como resolver.

Parece haver algo inconveniente em imprimir ênfase no aspecto comercial da arte quando nos detemos também em elementos propriamente criativos e nos sentidos atribuídos pelos artistas à sua produção. Com efeito, não é de todo incomum estudar o artesanato e a arte produzida por artistas das classes populares sem que consideremos a venda como momento, operação, dimensão crucial. Ao nos abstrairmos dessa dimensão, analisamos a arte de artesãos e artistas plásticos que vendem seus trabalhos na rua a partir do ponto de vista do artista despreocupado quanto aos aspectos vinculados ao comércio de suas criações. De fato, não raro nos estudos sobre os artesãos e sobre os artistas que trabalham em feiras de artesanato, a venda ou é esquecida ou é desvalorizada como espécie de invasão interesseira que diminuiria o valor verdadeiramente artístico do seu trabalho. Ao contrário do que vimos, em análises desse tipo essa arte poderia então existir independente da sobrevivência de seus produtores e do seu desejo de controlar e expandir o alcance do que querem, com ela, comunicar.

Recebido em 21/05/2013 | Aprovado em 12/10/2013

Lígia Dabul é doutora em Sociologia, com pós-doutorado em Antropologia Social na School of Social Sciences da University of Manchester. Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordena o Nectar – Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e Arte, e está vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Estudos Contemporâneos das Artes da UFF. É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem pesquisas sobre públicos das artes, processos criativos, configurações de práticas e identidades de artista. É autora de “Sociabilité et les sens de l’art” (2014) e, com Rodrigo Barreto, “Fim de linha na arte: pintores retratistas de rua” (2014, no prelo).

NOTAS

- * A pesquisa que deu origem a este artigo contou com o apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Faperj - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço a Peregrina Capelo, a Maria Sylvia Porto Alegre, a Dodora Guimarães e a Ismael Pordeus Jr. pelas indicações preciosas para essa pesquisa, naturalmente eu me responsabilizando por seus resultados. Seguindo acerto feito com artesãos e artistas plásticos entrevistados, evitaremos aqui, em muitos momentos, apresentar dados que permitam sua identificação.
- 1 Um turista receberá sugestões, já em mapas distribuídos no Aeroporto Internacional Pinto Martins pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Ceará, e também no hotel e de moradores da cidade, para conhecer a “Feirinha da Beira Mar”, ou “Feira de Artesanato da Beira Mar”, ou ainda “Polo Artesanal da Beira Mar”, dentre outras designações: “Quem vem a Fortaleza não pode deixar de conhecer esse cartão-postal”, lemos em um mapa, referindo-se a toda área da Avenida Beira Mar. Ver Mapa *No Ceará, você já tem uma companhia para onde for: a alegria*, Secretaria de Turismo do Ceará, s/d.
 - 2 São divergentes as informações a respeito do número e da organização dessas pequenas feiras. Membros de associação de artesãos, do sindicato e outros artesãos entrevistados informaram ora que se tratava de apenas uma associação, ora que eram diversas, ou ainda que somente o sindicato organizava as feiras de artesanato da orla antes da operação de regularização do comércio dessa área da cidade.
 - 3 Dentre os diversos acontecimentos que levaram à nova organização do comércio da área, foram noticiados amplamente a greve de fome de vendedora ambulante, que permaneceu deitada dentro de caixão por dias, e o protesto do presidente da Associação dos Feirantes da Grande Fortaleza. Amarrado a uma cruz, manteve-se durante alguns dias na calçada da avenida Beira Mar manifestando-se contra o impedimento dos comerciantes associados ao seu sindicato e não cadastrados pela Prefeitura de venderem mercadorias na área, e contra o tratamento “privilegiado” concedido aos artesãos, remetidos para a então em formação Feira de Artesanato da Praia de Iracema.

- 4 Amplamente utilizado por artesãos, pesquisadores, comerciantes, agências e diversos atores sociais envolvidos no estudo, produção e distribuição do artesanato do Ceará, o termo *tipologia* corresponde, nas situações tratadas neste estudo, mais a tipo de artesanato que ao sistema usado para classificá-lo. Consistem, então, cada uma das *tipologias*, em categorias que abrangem e diferenciam peças artesanais, embora variando consideravelmente de conteúdo de acordo com o contexto de sua utilização. As *tipologias* podem estar remetidas de diferentes maneiras, por exemplo, a matérias-primas, técnicas, tradições, regiões, medidas e valores, e agregadas ao importante sistema de disciplinamento, produção e circulação do artesanato cearense.
- 5 Artesãos entrevistados fazem críticas a respeito do acesso diferenciado que o Siara e associações de artesãos propiciam para este ou aquele grupo de associados, alguns não sendo informados de diversas oportunidades, por exemplo, de participação em cursos e feiras.
- 6 O número e a composição das alas variaram desde a criação da feira, quando havia nove delas. Também a forma de designá-las tem variado com o tempo. Mesmo hoje, entre participantes, coordenadores e curadores (ver nota 8), há inúmeras maneiras de nomeá-las. “Ala dos quadros”, “ala das telas”, “ala dos artistas”, foram designações da “ala dos artistas plásticos”, forma que, na imprensa, aparecia com mais frequência quando da criação da feira e que ainda hoje é muito utilizada.
- 7 Há versões de artistas plásticos diversos, e de artesãos que participam desde o início da feira, que afirmam terem sido cerca de 100 os artistas plásticos que acorreram para lá.
- 8 A organização da feira inclui *coordenadores*, incumbidos da administração e da relação da feira com o sindicato, e os *curadores* das alas, que controlam a qualidade e a adequação das peças levadas para a venda por artesãos aos critérios estabelecidos pelo sindicato para que sejam admitidas na feira. Durante a pesquisa, tivemos notícias de negociações de artesãos, curadores e sindicato em relação à mudança de algumas características das peças, como elementos de *brilho* em bijuterias, que fugiriam ao padrão *regional*, ou *rústico*, mas que facilitariam muito a aceitação do público e, então, a venda. “As artesãs que trabalham com bi-

- juteria estavam no ponto de desistir de vir. Agora vendem muito mais”, esclarecia uma coordenadora.
- 9 Segundo artistas e artesãos entrevistados, o desejo de sair da feira não tem a ver com a relação que mantêm com os demais artistas e artesãos que lá também “expõem” seu trabalho, de colaboração e amizade, construída em mais de dois anos de convívio. De fato, presenciei diversas demonstrações de confiança e proximidade, por exemplo artistas plásticos utilizando em suas vendas máquina para cartão de crédito de artesanato, participando de conversas e comemorações, na feira, de aniversário de artesãos, e dividindo a merenda com eles.
 - 10 A extensão dessa diferenciação é de fato larga, incluindo ambientes da chamada arte contemporânea. Em curso de *pintura contemporânea* em grande escola de artes visuais do Rio de Janeiro, o professor, um artista plástico, reconhecia ênfase no tratamento de materiais pelos alunos com prática em artesanato, e a relacionava “a uma mecânica manual, à automatização de procedimentos que reproduzem um padrão decorativo, sem que o aluno se preocupe em criar uma linguagem com a pintura” (Dabul, 2001: 125).
 - 11 H. Becker atém-se a duas possibilidades: “In the first case, participants in an art world borrow from or take over a craft world; in the second, a mature art world begins to exhibit some of the characteristic features of craft worlds” (1982: 272).
 - 12 Manoel de Barros (1997: 11), poeta, define esse processo: “Repetir repetir – até ficar diferente./Repetir é um dom do estilo.”
 - 13 Artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema apresentaram avaliações muito distintas dos artistas do Alambrado. Alguns os reverenciam, “os pioneiros”, cuja permanência segura de seu ponto de exposição e venda admiram como forma de resistência àquela ação da Prefeitura que atingiu tantos artistas. Outros os veem como “de salto alto”, dispostos a “mostrar além do que têm”, achando-se superiores a todos os outros artistas que trabalham na orla da cidade.
 - 14 Não consistindo em nosso objeto, podemos, contudo, remarcar o caráter generativo que a improvisação assume na arte, determinando efetivamente possibilidades criativas que se estabelecem e se fixam por algum tempo, e assim

feições mais permanentes dos seus resultados. A esse respeito, ver Robert Faulkner (2006). Noutra modalidade de pesquisa, focada mais diretamente no “work itself” (Becker, 2006), talvez partíssemos justamente da relevância desses processos de adaptação a demandas de clientes e às do material para a constituição da arte.

- 15 Também não podemos nos deter nas operações de manipulação e apresentação, pelos artesãos, de repertório avaliado amplamente – por agências que estimulam a produção e venda de artesanato, como Sebrae e Ceart, de instituições como o sindicato e associações, e atores sociais como estudiosos, compradores e vendedores do artesanato cearense – como *regional*, *autêntico*, *rústico*, *artístico*, *cearense* em suas peças. Diversos pesquisadores, como Machiko Kusahara (1997), indicam experiências dessa natureza como elas próprias, contra o que normalmente concebemos como valor artístico, a *originalidade*, definidoras dos atributos criativos e notáveis de muitos produtos artísticos.
- 16 Mas artistas plásticos também relataram situações de venda, noutros lugares, de trabalhos frutos de devaneio e intensa pesquisa. Esse mesmo artista plástico conta que um rico fazendeiro, por “outros caminhos”, adquiriu por milhares de reais peça que demorou muitíssimo a confeccionar e que nunca expôs, nem exporia, na feira.
- 17 E estamos aqui nos referindo a processo criativo que inclui experiências para além do *insight*, aproximando-se consideravelmente às do *devaneio*, ou *entusiasmo*. A respeito dessa distinção, ver Fernando Muniz (2011).
- 18 Não pudemos avaliar nessa pesquisa as implicações de artesãos e artistas plásticos que trabalham em feiras utilizarem o termo “expor” para referirem-se a “vender” ou “colocar” ou “dispor” suas peças em algum espaço para comercializá-las.
- 19 Ver em H. Becker (1982) o quanto a submissão ao agrado de um contratante ou cliente compõe a categoria *artesanato* e moveria trânsitos da *arte* em sua direção. Ver em Pierre Bourdieu (2007) a proposição do quanto o gosto das classes populares estaria identificado a uma estética da necessidade, enquanto o das classes abastadas estaria justamente correlacionado a uma noção de liberdade em relação às demandas da sobrevivência.

- 20 Ver considerações a respeito de mudanças na chamada arte contemporânea em relação ao contato do artista com seu público em Dabul (2011)
- 21 Na Feira de Artesanato da Praia de Iracema, trata-se de exigência da coordenação que a venda seja feita pelo próprio artesão ou artista plástico.
- 22 Diversos são os registros e análises das determinações e implicações dessa simultaneidade de venda e produção de artesanato. Ver, por exemplo, em Antonio M. C. Novaes (2011), descrição da atuação de artesãos de Juazeiro do Norte, Ceará.
- 23 Trata-se de distinção atribuída, desde 2004, pelo Governo do Estado do Ceará por meio de sua Secretaria de Cultura, a indivíduos e, a partir de 2006, também a grupos e coletividades cuja prática corresponderia a uma *tradição cultural* que mereceria ser valorizada e preservada.
- 24 Artesãos e artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema indicam recente e importante mudança na sua clientela, dada a diminuição do número de turistas europeus e aumento dos brasileiros e, mais que isso, a cada vez mais frequente compra de telas e outras peças por moradores de bairros populares próximos.
- 25 A maioria dos artistas plásticos da Feira da Praia de Iracema refere-se a seu espaço de trabalho fora da feira como *oficina*, tal como os artesãos, ou *espaço*. Muitos avisam que não têm ou não se referem a ele como *ateliê*, como fazem muitos artistas plásticos, como alguns do Alamedra. Indicam também, com frequência, que sua oficina funciona na sua casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, Gilmar de; Guimarães, Dodora & Barreira, Gentil. (2000). *Ceará feito à mão*. Fortaleza: Terra da Luz Editorial.
- Barros, Manoel. (1997). *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record.
- Becker, Howard. (2006). The work itself. In: Becker, Howard S., Faulkner, Robert & Kirshenblatt-Glimblett, Barbara (orgs.). *Art from start to finish. Jazz, painting, writing, and other improvisations*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, p. 21-30.

Becker, Howard. (1982). *Art worlds*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press.

Bourdieu, Pierre. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk.

Dabul, Lígia. (2011). Rápidas passagens e afinidades com a arte contemporânea. *O Público e o Privado*, 17, p. 87-95.

Dabul, Lígia. (2001). *Um percurso da pintura. A produção de identidades de artista*. Niterói: Eduff.

Elias, Norbert. (1995). *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar.

Faulkner, Robert. (2006). Shedding culture. In: Becker, Howard S., Faulkner, Robert & Kirshenblatt-Glimblett, Barbara (orgs.). *Art from start to finish. Jazz, painting, writing, and other improvisations*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, p. 91-117.

Hallam, Elizabeth & Ingold, Tim (orgs.). (2007). Creativity and cultural improvisation: An introduction. In: *Creativity and cultural improvisation*. Oxford/Nova York: Berg, p. 1-24.

Heinich, Nathalie. (1996). *Être artiste. Les transformations du statut des peintres et des sculpteurs*. Paris: Klincksieck.

Kusahara, Machiko. (1997). Sobre a originalidade e a cultura japonesa. In: Domingues, Diana (org.). *A arte no século XXI: A humanização das tecnologias*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 247-256.

Muniz, Fernando. (2011). Apresentação. As teorias do entusiasmo. In: Muniz, Fernando (org.). *As artes do entusiasmo: a inspiração da Grécia Antiga à contemporaneidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 13-18.

Novaes, Antonio Marcelo Cavalcanti. (2011). *O processo de artificação em Juazeiro do Norte. Análise do Centro Cultural Mestre Noza*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará.

Porto Alegre, Maria Sylvia. (1994). *Mãos de mestre: itinerários da arte e da tradição*. São Paulo: Maltese.

Silva, Emanuelle K. R. da. (2011). *Quando a cultura entra na moda: Mercantilização do artesanato e suas repercussões no cotidiano de bordadeiras de Maranguape*. Fortaleza: Ed. UFC.

ARTES PLÁSTICAS EM FEIRA DE ARTESANATO: VENDA, CRIAÇÃO E OS OLHOS PARA VER A ARTE

Palavras-chave

Arte;
Artista plástico;
Venda;
Feira de artesanato;
Criação.

Resumo

Este artigo trata de aspecto nem sempre focado da arte, a venda, refletindo sobre as formas por meio das quais ela se liga a procedimentos criativos e a diversos atributos que costumam compor a identidade de artista, como o caráter original, individualizado e comercialmente desinteressado de sua produção. Analisando situação na qual artistas plásticos trabalham em feira de artesanato de Fortaleza, Estado do Ceará – Brasil, as aproximações e os distanciamentos das categorias *artista/arte*, de um lado, das categorias *artesão/artesanato*, de outro, contribuem para a reflexão sobre o significado variável de procedimentos vinculados à venda de seus produtos, as condições nas quais se realiza, e o quanto concorre para a diferenciação dos e entre artistas plásticos.

PLASTIC ARTS AT A HANDICRAFTS MARKET: SELLING, CREATING AND HAVING PROPER EYES TO SEE ART

Keywords

Art;
Plastic artist;
Sale;
Handicrafts market;
Creation.

Abstract

This paper discusses an aspect that is not always regarded in art – the sale –, pondering on the ways whereby it is linked to creation processes and to several attributes that usually add to artists' identity, such as originality, which is individualised and not interested in commercialising with products. By analysing a situation in which plastic artists work at a handicrafts market in Fortaleza, state of Ceará – Brazil, we discover that the similarities and differences between, on the one hand, the *artist/art* categories and the *craftworker/handicraft* ones, on the other, play a role when pondering on the variable meaning of procedures associated to selling products, the conditions in which it is done and how much it leads to distinguishing plastic artists, not only from other artists but also among them.

O NORTE E O SUL: REGIÃO E REGIONALISMO EM MEADOS DO SÉCULO XX

Debates sobre as variadas correntes literárias visíveis na literatura mobilizam, rotineiramente, críticos, leitores e escritores. Entre os anos de 1930 e 1940, no Brasil, diferentes proposições estéticas, circunstâncias sociais e contingências políticas concorreram para circunscrever região e regionalismo como elementos distintivos chave das práticas literárias em torno do moderno romance brasileiro.

Região e regionalismo tornaram-se, então, temas frequentes e permanentemente atualizados, revelando um esforço de classificação que plasmou uma série de outras visões disjuntivas sobre o romance brasileiro: esquerda e direita; engajamento e “arte pela arte”; social e intimista, oposições que estiveram na base da produção e da circulação de diferentes obras, bem como orientaram o debate sobre a modernização da sociedade brasileira.

Norte e Sul, no entanto, constituíram o binômio que deu a tônica do modo como diferentes romances e autores foram recebidos, lidos e analisados,¹ produzindo um capítulo fértil da crítica literária² que desenhou, por sua vez, uma espécie de mapa da literatura nacional, no qual livros e autores exemplares das literaturas produzidas em diferentes regiões foram sendo fixados.

Mapa que ora era traçado por linhas que buscavam nas regiões indícios da rotinização do modernismo da Semana de Arte Moderna de 1922, ora por tintas que carregavam os tons da independência entre a literatura produzida regionalmente e os movimentos gestados longe dali.³

Sem estabelecer uma relação de causa e efeito entre as transformações desencadeadas a partir da Semana de Arte Moderna e a prosa de ficção produ-

zida no decênio seguinte, este artigo recorta aspectos da produção de José Lins do Rego e Erico Verissimo como ponto de partida para o debate sobre região e regionalismo na produção literária brasileira.

Longe de estarem alheios ao debate, os autores ajudaram a conformá-lo em dois sentidos principais: 1) a recepção crítica que interpretou suas obras a partir de um diálogo tenso, e nem sempre cuidadoso, entre nacionalismo, modernismo e regionalismo e que produziu efeitos distintos: enquanto a obra do paraibano encontraria correspondência exata no chão que figura, a do escritor sulino estaria além da literatura produzida no Rio Grande do Sul e, 2) os comentários e as reflexões dos autores que, permanentemente desafiados a refletir sobre a região e o regionalismo acabaram por sistematizar aspectos importantes do debate sobre o particular e o universal, tanto na constituição da literatura brasileira, quanto para composição de seus romances, notadamente do *Ciclo da cana-de-açúcar* e de *O tempo e o vento*.

Enfatizando o segundo aspecto, a análise percorre o itinerário de duas viagens: a de José Lins ao Rio Grande do Sul em 1940, e a de Erico Verissimo ao Recife, onze anos mais tarde. Ainda que não haja indícios de que os autores tenham se encontrado,⁴ este deslocamento espacial oferece o ponto de partida da análise justamente porque implicou, para os autores, um esforço no sentido de reconstruir o regional a partir de lugares trocados: Erico Verissimo realiza um balanço a partir do Nordeste e José Lins a partir do Rio Grande do Sul.

Frequentemente interpelados sobre seus lugares de origem, ambos sistematizaram argumentos e reflexões que, vistos em conjunto, permitem observar o modo como concorreram para aprofundar um deslocamento explicativo importante: a região passa a se constituir como um tema e um problema também referidos à sociedade, importando nas discussões acerca da formação da nação, não apenas do ponto de vista da arquitetura institucional do Estado, mas especialmente na definição dos processos sociais e históricos definidores da sociedade, de sua cultura e de suas práticas sociais.

Desse modo, o exercício analítico ora proposto busca ponderar as mediações entre literatura e sociedade e, ao fazê-lo, possibilitar que a região e o regionalismo sejam interpretados como temas que ao comportarem, a um só tempo, cultura e política, integram as disputas classificatórias sobre o mundo social, sintetizando ambivalências no processo de modernização da sociedade brasileira expressas nas tensões entre a unidade e a diversidade; a igualdade e a diferença.

DOIS ROTEIROS E UM TEMA

Em 1951, Erico Verissimo partiu rumo ao Nordeste do Brasil para uma série de conferências e conversas com leitores que percorreu cidades como Salvador, Fortaleza e Recife. Na capital pernambucana,⁵ o romancista foi questionado sobre o lugar dos gaúchos no panorama da literatura brasileira, indagação que se converteu em ponto de partida para uma breve comparação entre as literaturas do Norte e do Sul:

A posição dos gaúchos? Não é fácil definir. A literatura do Sul sempre me pareceu menos apaixonada e original que a do Norte. Há mais influência européia e um tom mais acadêmico na prosa dos escritores do Rio Grande do Sul. Moysés Vellinho explica isso dizendo que nós temos de defender permanentemente a língua contra uma possível “invasão castelhana”, daí o nosso apego à forma lusa. Há mais equilíbrio na obra dos gaúchos que na dos nortistas; mas por outro lado há menos originalidade, menos colorido, menos vibração (Verissimo, 1951: 6).

Em 1940, José Lins do Rego passou três meses viajando pelos estados meridionais do Brasil. Em companhia de Gilberto Freyre, passou pelo Paraná, por Santa Catarina e pelo Rio Grande do Sul, onde ambos permaneceram por cerca de um mês realizando uma viagem que, além de Porto Alegre, incluiu também o interior do estado.⁶ Indagado sobre a literatura do Rio Grande do Sul, o romancista observou:

Sempre pensei que o Rio Grande fosse isto que estou verificando de perto: uma grande terra, uma grande gente [...]. Em Paraná, em Santa Catarina, aqui no Rio Grande, o que a gente sente é a presença do Brasil, a unidade brasileira, que se solidifica cada vez mais. A literatura gaúcha de hoje é das mais ricas no Brasil. Os seus romancistas, poetas, ensaístas, novelistas são dos mais lidos e aplaudidos. Pode-se dizer que a literatura gaúcha de hoje é a mais rica de toda a história literária riograndense (Rego, 1940: 10).

As duas declarações dadas a jornais diários podem ser lidas como falas cordiais de viajantes que são inquiridos sobre a produção literária do período e procuram repostas capazes de retribuir a hospitalidade da imprensa e dos leitores. No entanto, para além da cordialidade, os lugares trocados acabam por revelar o esforço comum de traçar um mapa da literatura brasileira a partir de um critério regional que, sem ser particularista, seria capaz de singularizar determinados autores e obras, indicando maneiras diferentes de narrar e, portanto, de ver e classificar o mundo.

Nesse sentido, as declarações apontam para elementos que serão reiterados ao longo de suas carreiras literárias: a atribuição por José Lins de originalidade literária às diferentes produções regionais as quais, em conjunto, conformariam a literatura brasileira, e a desconfiança insistente com a qual Erico Verissimo avaliou e percebeu a produção literária sulina.

Reconhecendo virtudes e defeitos na produção local, Erico Verissimo estabelece correlações entre a formação social do Rio Grande do Sul e sua formalização literária em diferentes romances:

[...] Temos de levar em conta também que no passado fomos um povo de soldados, e o fato de o nosso povoamento ter começado com um quartel é bem sugestivo. Por muitos anos fomos guardas das fronteiras, e nosso território constituiu o campo de batalha do Brasil. A mão violenta que manejava a lança e o laço dificilmente acharia gosto em segurar docemente o pincel ou a pena. [...].

Mas, voltando às letras, haverá mesmo uma literatura tipicamente gaúcha? Vamos ver. Entre 1926 e 1928 tivemos um belo surto literário inspirado pela Semana de Arte Moderna de São Paulo. Deu-nos excelentes poetas, ensaístas e cronistas, mas nenhum romancista da força dum Graciliano Ramos ou dum José Lins do Rego, e certamente nenhum com o colorido e o fundo folclórico dum Jorge Amado. (O velho Simões Lopes parece que está destinado a ficar entre nós com uma eterna e mágica exceção...) Manoelito D'Ornellas, embora trate com tanta paixão de assuntos gaúchos, é um escritor mediterrâneo pelo estilo. Moyses Vellinho, Vianna Moog e Carlos Dante de Moraes podem interessar-se por assuntos regionais, mas na sua formação cultural, na sua disciplina literária são europeus, o que já não acontece, por exemplo, com Gilberto Freyre que apesar de ter feito seu curso universitário nos Estados Unidos é visceralmente pernambucano, e seu estilo e suas idéias têm sempre a mancha da terra do seu solar de Apipucos.

Não estou insinuando que essas coisas todas são boas ou más, certas ou erradas. Estou apenas dizendo como são. Graciliano Ramos, Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Jorge Amado nasceram e passaram a infância nas suas cidades ou vilas do Nordeste, sentindo a força dramática da terra, ouvindo as histórias que o povo conta – lendas, superstições, trovas, abecês de heróis e bandidos, retirantes e “profetas adoidados”; cresceram vendo a seu redor a miséria, a fome, a doença e a dor. Emigraram para o Rio em busca duma vida melhor e lá se fizeram escritores. Psicologicamente, porém, continuaram em sua terra natal, pois sempre escreveram e continuam a escrever sobre os lugares e as gentes, as dores e as assombrações da sua infância.

[...]

(Verissimo, sem título, sem data, grafia original, documento Alev/IMS 01i0062 – sd).⁷

Ao afirmar que os habitantes do Rio Grande do Sul foram por muitos anos “guardas de fronteira” de um território definido como “campo de batalhas do Brasil”, Erico Verissimo recorta a guerra como traço distintivo da formação cultural sulina, base que sustentaria estilos singulares de produção artística e literária. Desse modo, a defesa das fronteiras e, portanto, da soberania, comportaria uma luta pela unidade que em termos culturais formula uma visão de mundo⁸ reativa à diversidade, estilisticamente tal luta orientaria a produção de estilos literários destinados a amparar a nacionalidade, não sendo, portanto, particulares.

Num exercício semelhante, José Lins também procura estabelecer o diálogo entre forma literária e processo social, mas, ao contrário do colega sulino, parte da diferença para encontrar a unidade, argumentando que:

Sempre que indagavam das minhas impressões sobre o Rio Grande, a primeira coisa que vinha ao interrogatório era esta:

- Não acha que tudo aqui é muito diferente do seu Nordeste?

Confesso que não verifiquei tanto a disparidade e que, pelo contrario, muita semelhança foi o que notei, desde as fronteiras até á mais central das cidades gauchas. Tem-se a impressão de que se vai entrar em contacto com um mundo oposto ao nosso e o que se encontra é o brasileiro. Um brasileiro com a sua personalidade característica, com a sua originalidade, mas de uma mesma família. A pinta é a mesma. [...] É fácil generalizar, afirma-se sobre gente e terra. A sociologia vai tomando no Brasil o lugar da poesia. Antigamente, todo brasileiro era um poeta; hoje todo brasileiro é um sociólogo. Basta arrevezar a frase, colocar os pronomes á Euclides da Cunha, e está feita a generalização. O gaúcho vem sendo uma vítima desta exuberância verbal de nossos sociólogos. O que ha de vivo, de original, de verdadeiramente solido na gente do Rio Grande sacrificaram para o efeito de oratória. Fizeram do inhumano uma bomba de retórica. Exageraram o que é típico, para desprezarem o que é humano (Rego, 1940: 4, grafia original).⁹

Se as diferenças são típicas e, portanto, fazem referência ao mundo abstrato das ideias e não à realidade concreta dos homens, José Lins observa que a existência de diferenças entre as partes que compõem o todo está referida às generalizações, ou seja, enquanto as abstrações produzem a diferença, a análise do concreto indicaria que longe de serem diferentes, as regiões estariam relacionadas umas às outras justamente pelas semelhanças observáveis entre os tipos sociais brasileiros.

Se à sociologia apenas caberiam as generalizações, é à literatura e ao folclore que o autor recorre para evidenciar seu ponto de vista. Destacando a originalidade do folclore rio-grandense, bem como o dinamismo de sua literatura, José Lins procura valorizar a cultura popular e as tradições regionais para acentuar a organicidade e a vitalidade das diversas culturas que constituiriam o todo nacional, como consequência:

o Brasil era o mesmo, era a grande unidade que nem meio século de estadualismo pudera corromper. Região contra estadualismo, personalidade contra uniformidade, respeito às tendências mais íntimas do povo contra a tirania de se deformar o que o povo possui de seu, de sua alma (Rego, 1941: 20).

Ao opor personalidade e unidade, José Lins destaca a força da cultura na conformação da diversidade regional e, conseqüentemente, no alinhavo da unidade fruto não dos arranjos institucionais sobre o qual se assentam a divisão entre estados, mas sim dos processos de socialização que deram forma aos costumes e às tradições que, regionais em suas manifestações, dialogam entre si, a despeito da distância.

O PAMPA, O MODERNO E AS DÚVIDAS DE UM ROMANCISTA

Ao longo de sua carreira literária, Erico Verissimo avaliou em entrevistas, artigos e manuscritos o lugar do Rio Grande do Sul em sua obra, tema constantemente retomado e longamente trabalhado pelo escritor.

Um olhar do romancista consagrado sobre seus primeiros romances oferece indícios de como a sobreposição entre moderno, urbano e universal orientou não apenas a construção de suas obras iniciais, mas esteve na base de sua recusa inicial à figuração literária do regional sobreposto, por sua vez, ao tradicional e ao particular:

apesar de neto de campeiros, considero-me um “bicho-urbano”. Passei os primeiros 25 anos de minha vida na cidade onde nasci, Cruz Alta, naqueles tempos um pacato burgo plantado num coxilhão de terra avermelhada. Foi lá que, por volta de 1929, li maravilhado o *Manhattan transfer*, de John dos Passos. Senti então que, se minha vocação era a literatura de ficção, o ambiente natural para minhas personagens só podia ser o de grandes centros urbanos como Nova Iorque, Chicago, Londres, Paris... Quem lê *Caminhos cruzados*, cuja ação se passa na Porto Alegre de 1934, imagina que a plácida capital provinciana, adormecida às margens do Guaíba, naquele primeiro terço do século XX, era uma metrópole tentacular, populosa, agitada, dramática – espécie de versão guasca de Manhattan¹⁰ (Verissimo, 1971: 29, grifo no original).

Aqui, a experiência pessoal não se sobrepõe à experiência como leitor, ponto capaz de, num olhar retrospectivo, ser particularizado como suporte do despertar da vocação literária, indicando que, para além da recuperação dos tempos da infância e da juventude, a construção do Rio Grande do Sul em narrativa obedece a questões colocadas pelo autor (e para ele) ao longo de seu fazer literário:

Meu avô materno, homem do campo, me olhava com um misto de censura e pena. Como podia eu, neto dum antigo carreteiro e tropeiro, dum gaúcho legítimo, renegar as tradições de sua terra e de sua gente? [...] Mas a verdade era que eu detestava a estância com todos os seus aspectos, costumes, cheiros e sugestões. Sim, achava uma certa beleza nos campos dobrados, nos capões, lagoas, sangas – mas a solidão das coxilhas [ilegível] me enchia a alma daquela “vil e apagada tristeza” de que falava Eça de Queiroz.

[...]

Durante os primeiros meses, quando ainda em San Francisco, muitas vezes – geralmente nos dias brumosos em que da minha janela eu via as copas das árvores do Golden Gate Park sacudidas pelo vento frio do pacífico – me vinha o desejo de começar o romance do Rio Grande. Cheguei a esboçar um novo plano que reduzia o livro a proporções mais modestas, limitando-lhe a ação à época entre 1910 e 1940, com rápidos flash backs que levariam o leitor a tempos mais remotos. Mas qual! O desejo assim como vinha de novo, ia embora. Entre meu espírito e o Rio Grande havia agora como que uma espessa cortina de nevoeiro. E eu tinha a vaga intuição de que a hora não havia ainda chegado. O romance, portanto, não perderia por esperar. [...]

Tornei ao Brasil em princípios de outubro de 1945, e em meados do ano seguinte publiquei *A volta do gato preto*. Já a essa altura possuía eu um maço de papeis com notas, dados históricos, sugestões, esboços de personagens – tudo referente ao romance cíclico. Numa tarde de domingo entreguei-me a elaboração do plano: a divisão das épocas, dos capítulos em suma – a estrutura da obra. Em meados de 1947 comecei finalmente a escrever a história. À medida que avançava a narrativa sentia-me como que redescobrimo o Rio Grande, revalorizando a sua História, compreendendo melhor seu povo e seu destino. Com alegria verifiquei que todos aqueles aspectos de nossa vida que antes me pareciam impróprios e até mesmo indignos de expressão artística surgiam com admiráveis qualidades romanescas (Verissimo, sem título, sem data, documento Alev/IMS 01i0115 – sd, grafia original).

Reafirmando seu estranhamento em relação à vida campeira, Erico Verissimo afirma que o Rio Grande do Sul foi sendo construído como tema de seu trabalho ao longo do tempo, ganhando ares de uma descoberta feita a partir do exterior, ou seja, um tema que se percebe aos poucos, à medida que percorria cidades distantes em países estrangeiros.¹¹

Pouco a pouco, ao observar a aceitação de sua trilogia e a consequente afirmação de seu nome como um importante autor de literatura brasileira, o romancista buscou explicitar os motivos que conduziram sua escrita:

A idéia de escrever uma saga do Rio Grande do Sul me veio em 1935. Em 1939 tentei começar a história mas não me senti preparado para tanto. Só comecei a escrever o romance que se chamaria *O TEMPO E O VENTO*, em 1947.

Creio que é o mais importante de todos os meus livros, o mais “sentido” e o mais “legítimo”. De certo modo essa história me reconciliou com meu povo e minha terra, que eu conhecia mal através de livros escolares convencionais, discursos bombásticos e poesias patrioteiras. Foi escrevendo *O Tempo e o Vento* que eu vim a compreender, aceitar e finalmente amar o Rio Grande do Sul.

Não considero essa obra um “romance histórico”, pois nela a minha atenção se concentrar mais nas personagens de ficção. Está claro que existe uma “cortina de fundo” tecida de acontecimentos históricos, mas isso não justifica a classificação de “roman historique”.

Procurei nesse livro evitar excessos regionalistas de linguagem, para que a história e as personagens pudessem ter um sentido, se possível universal.

Em suma: este é o livro pelo qual quero ser julgado... se houver algum julgamento (Verissimo, “O tempo e o vento”, s/d, documento Alev/IMS 01i0117 – sd, grafia original).

Apesar do desconforto com a vida campeira e da desconfiança em relação ao regionalismo como opção para a escrita literária, Erico Verissimo atribui à trilogia *O tempo e o vento* sua reconciliação com uma terra, agora, nomeada como sua.

Para além de questões pessoais, nota-se que o autor relaciona seu pouco conhecimento sobre o Rio Grande do Sul ao recurso a “livros escolares convencionais, discursos bombásticos e poesias patrioteiras”, apontando limitações no modo como o Rio Grande vinha sendo estudado, cantado e construído politicamente.

Desse modo, aponta o esforço de reconstruir o Rio Grande do Sul por meio da escrita de uma narrativa capaz de compreender a formação social e histórica da região a partir de um novo ponto de vista, distante do convencionalismo dos livros escolares, do patriotismo das poesias gauchescas e da *mise-en-scène* dos discursos.

Como consequência, a figuração de temas e problemas regionais na literatura não estaria referida, necessariamente, ao sensível, mas sim à mobilização de novos eixos interpretativos capazes de, a um só tempo, singularizar o Rio Grande do Sul e colocá-lo em diálogo com o universal, ou seja, às eventuais limitações impostas por uma linguagem repleta de particularismos regionais,¹² o romancista opõe a universalidade da história e dos personagens, trabalhados numa longa duração que abarca duzentos anos da genealogia da família Terra-Cambará, sua saga e as idas e vindas da história sulina. Numa síntese, o regional em literatura torna-se referido a um conjunto dinamizado pela universalidade da estrutura narrativa e da composição dos personagens.

A PARTE, O TODO E AS CERTEZAS DE UM ROMANCISTA

A viagem ao Rio Grande do Sul é acionada por José Lins em diferentes ocasiões, sempre com vistas a destacar que a unidade nacional decorre da afirmação da diversidade regional. Um exemplo pode ser encontrado no prefácio que o romancista escreve a *Região e tradição*, livro de Gilberto Freyre:

na nossa viagem ao Rio Grande, 16 annos após o Congresso Regionalista do Recife, as idéias de Gilberto Freyre foram se encontrando com ele na realidade, todas ellas confirmadas no contacto com a gente e a terra que mais cultivaram as suas particularidades e eram, no entanto, tão irmãs dos nordestinos, dos bahianos, dos mineiros, de todo o Brasil. O Rio Grande foi um campo prodigioso para o sociologo confirmar e sentir a força da colonização portuguesa. O que elle sustentara em *Casa-Grande* víamos ali ao nosso contacto. Casas, móveis, jeitos de falar, de andar, de sentir, de comer, de rezar e por tudo isto bem á mostra a marca lusitana, o açoriano de cara comprida de Rio Pardo vivo e bulindo ainda por toda parte (Rego, 1941: 20, grafia original).

Destacando as semelhanças, o romancista não ressalta a uniformidade, ao contrário, “casas, móveis, jeitos de falar, de andar, de sentir, de comer, de rezar” são acionados justamente para reafirmar a diversidade regional alinhavada via colonização portuguesa. Assim, é sobre a diversidade que José Lins assenta a linha mestra do regionalismo:

ser de sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura viva, mais ligada á realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade. Nesse sentido o regionalismo do Congresso do Recife merecia que se propagasse por todo o Brasil, porque é essencialmente revelador e vitalizador do character brasileiro e da personalidade humana. Com um regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira. Porque cultivando o que

cada um tem de mais pessoal, de mais proprio, vamos dando mais vida ao grupo político, formando um povo que não será uma massa uniforme e sem côr (Rego, 1941: 20, grafia original).

Longe de afirmar particularismos regionais, o argumento reconhece o pertencimento à região como capaz de singularizar a pessoa, tornando-a, a um só tempo, de sua casa e da humanidade. Como resultado, seria produzido um regionalismo que, forjado no Recife, dinamizaria e fortaleceria a unidade brasileira, por meio da singularização da cultura.

No entanto, uma das questões centrais para José Lins está em produzir uma literatura fruto da sensibilidade e legítima porque vivida, isto é, “a literatura não como composição, e, sim, como vida ou manancial de vida” (Rego, 1957: 13), formulação estética que encontraria base no regionalismo cuja potência de universalidade daria suporte à arte, pois “não há grande arte que não seja nutrida assim, que não se alimente da terra, como fruto maior de todos” (Rego, 2004: 364).

Desse modo, para o autor, a experiência concreta e a sensibilidade seriam os meios privilegiados para o conhecimento do mundo, “ponto de vista de quem se liga à vida” (Rego, 1981 [1942]: 109), ou seja, experiência e sensibilidade são combinadas com vistas a construir uma memória que ao mobilizar o sensível estabelece a tradição e, ao fazê-lo, circunscreva a região, uma vez que “tradição é escolher bem, é distinguir, é poder vencer o tempo, ser mais do que o tempo” (Rego, 1981 [1942]: 110).

A afirmação do regional, portanto, deve ser qualificada a partir de outro elemento igualmente importante: a tradição. Tradição e região são tomadas, assim, como os mediadores privilegiados para o conhecimento do mundo, justamente por estarem referidos à experiência concreta.

Desse modo, a noção de pertencimento ao local torna-se o ponto de partida para a interpretação do mundo, movimento realizado à luz das experiências acumuladas em viagens pelo país, as quais teriam revelado ao romancista que “o Brasil é o mesmo de Norte a Sul: isto observei em São Paulo, Minas, por toda parte. O brasileiro é o mesmo. Não corremos assim o perigo de formação de pátrias menores, de minorias raciais, de nada disso” (Rego, 2004: 45).

Nota-se que ao mobilizar a cultura como totalidade, o autor esvazia seu sentido político e estabelece, então, seu lugar explicativo na formação da sociedade brasileira: à cultura caberia produzir e amparar pactos de coesão social que ao promoverem o constante reequilíbrio entre local, regional e nacional dão forma à diversidade e constroem a unidade nacional.

REGIÃO, REGIONALISMO E ROMANCE

Em 1951, o jornalista José Tavares de Miranda traçava um longo perfil de José Lins do Rego em sua coluna no jornal *Folha da Manhã*. O romancista era apre-

sentado como “um homem da terra. Este é o maior elogio que podemos fazer-lhes, e, tenho certeza, é o que ele mais prezara”. Ao mesmo tempo em que é um homem da terra,

José Lins do Rego é um Cavalcanti de Albuquerque de quatro costados [...]. Talvez por isso mesmo, ele fale tão mal o francês, ou outro idioma estrangeiro, espantando a si próprio depois de cada palavra pronunciada, posto que seus pés [ilegível] verdadeiramente juntados no chão comum e agreste da paisagem de sua infância, hoje clássica em nossa língua, através da linguagem de seus romances, que são lágrimas, saudades, sonho e sangue da gente brasileira (Miranda, 1951: 7).

Destacando a origem social do autor e a prosa popular de seus narradores, a reportagem ressalta o potencial dos romances para a figuração da “gente brasileira”, destacando que o autor teria os pés fincados no chão de sua infância, isto é, memória e região são destacadas como os elementos que, para além do local, revelam a vitalidade do elemento nacional na narrativa de José Lins.

Um ano depois, Tavares de Miranda dedica sua coluna a Erico Verissimo, destacando o sucesso editorial do autor: “Erico é um cartaz indiscutível. Livro seu é negócio certo para editores, livreiros e também para ele próprio” (Miranda, 1952: 7). Na descrição do jornalista, o romancista era um “homem de província, amando o seu Rio Grande e, lá vivendo como exemplo, mas modestamente” (Miranda, 1952: 7). Por fim, a reportagem destaca uma fala de Erico capaz de corroborar a afirmação de seu pertencimento à província: “– O meu grande pecado é o pouco de Brasil que tenho, talvez devido às contingências geográficas, e à formação eminentemente anglo-saxã” (Miranda, 1952: 7).

Reforçando a ideia de ser um homem de província, Erico logo afasta a possibilidade de ser visto como provinciano, na medida em que aciona sua “formação eminentemente anglo-saxã” como um traço distintivo capaz de nuanciar a distância que guardava da vida intelectual brasileira do período, bem como de singularizar sua produção. Ao mesmo tempo, o pertencimento geográfico ao Rio Grande do Sul aparece como elemento que compõe a explicação do “pouco de Brasil” atribuído a si mesmo, avaliação que, note-se bem, está longe de significar que possuiria “muito de Rio Grande do Sul”.

A articulação entre lugar e experiência percorre parte significativa da recepção crítica de Erico Verissimo e José Lins, construindo as balizas de uma reflexão que, sem ser imposta, torna-se inescapável e ganha contornos originais ao ser reelaborada pelos autores: enquanto para José Lins a singularidade regional é via de acesso ao universal, Erico parece desconfiar desta relação, colocando-a em permanente suspeição.

Uma breve incursão pelos projetos literários mais ambiciosos dos dois autores, o *Ciclo da cana-de-açúcar* e *O tempo e o vento*, torna-se possível perceber que ambos se encontram no esforço de deslocar o regional para o centro de suas criações literárias, assumindo a região como um ponto de vista para a organização da matéria narrada, bem como para a classificação do mundo social.

Se a temática não é inédita, o procedimento da composição literária apresenta inovações importantes, isto é, tanto Erico Verissimo, quanto José Lins não tomam o regional como reminiscências de outros tempos, antes, mobilizam o regional com vistas a estruturar suas narrativas, oferecendo soluções textuais e realizações estéticas que visam incorporar a variedade de respostas locais à modernização.

Acionando o regional para qualificar o contemporâneo, o regionalismo circunscrito nos dois conjuntos de obras busca estabelecer nexos entre forma literária e processo social, tomando a região como parte constitutiva da experiência social, ponto de vista para a problematização do presente e atribuição de sentido ao passado. Assim, nas duas narrativas, a família aparece como eixos em torno dos quais personagens, ações e dilemas gravitam.

Em *O tempo e o vento*, a família é apresentada ao leitor na longa duração histórica, sendo possível reconstruir sua genealogia e, ponto decisivo, notar que os Terra-Cambará se assemelham a quaisquer outras família, tal qual se passaria com a história do Rio Grande do Sul.

Já no *Ciclo da cana-de-açúcar*, a singularidade regional é evidenciada à medida que a família de Carlos de Melo ganha contornos nítidos, assim, ao recortar a família não como uma linhagem, mas como um núcleo familiar fixo no tempo e no espaço, ela se converte no ponto de partida para a estruturação da *visão de mundo* do herói e, conseqüentemente, para a formalização literária de uma experiência social (ver Goldmann, 1959).

Como desdobramento-chave das diferentes maneiras de figurar a família no arranjo entre tradição e região, vê-se que no engenho a legitimidade da posição social do senhor de engenho faz com que o princípio de autoridade não esteja colocando em disputa, ao menos não enquanto o patriarca estiver vivo.

Já na pequena Santa Fé, a autoridade dos Cambará precisou ser permanentemente atualizada por meio de inúmeros conflitos políticos, vez por outra, armados, produzindo um contraponto entre público e privado que conforma a autoridade e o prestígio, pois as lutas, invariavelmente, são travadas entre família, de tal modo que o público atualiza um poder privado.¹³

Para Erico Verissimo, ser regional sem ser típico ou folclórico aparece como um desafio permanente que é equacionado por meio de um novo ponto de vista para a narração da história sulina: uma história regional reconstruída a partir da tensão permanente entre cultura e política, e, portanto, equilibrada numa linha instável entre a singularização do cotidiano campeiro, a prática guerreira e o diálogo com o nacional.

Assim, em *O tempo e o vento* a longa duração, ao invés de cristalizar o lento processo de invenção das tradições sulinas, acaba por colocá-lo em contexto, lançando dúvidas sobre a plasticidade destas tradições. Lendas dos tempos das missões jesuíticas, tradições políticas assentadas em lenços brancos e vermelhos e, finalmente, uma ética guerreira de origem imprecisa são combi-

nadas com vistas a desconstruir as particularidades da história social do Rio Grande do Sul, operando como marcas que singularizam personagens e ações presas ao chão histórico de uma pequena cidade serrana.

Ainda que a narrativa seja construída pelo contraponto constante entre o regional e o nacional, o sincrônico e o diacrônico, a sobreposição desses pares acaba por conduzir a narrativa e seus personagens para a encruzilhada de um presente que interdita o futuro, uma vez que faz coincidir o regional e o nacional, produzindo a necessidade de revisitar o passado.¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto em Pernambuco o debate sobre o regionalismo ganha as páginas dos jornais ainda nos anos de 1920, orientando um esforço de construção de arcabouços teóricos, de práticas políticas e de formas estéticas capazes de dar conta da experiência social da decadência – dos engenhos de cana-de-açúcar, do dinamismo econômico e da importância política de Pernambuco e do conjunto dos estados vizinhos –, no Rio Grande do Sul será em meados dos anos de 1940 que a discussão em torno da região se articula com vistas a promover uma investigação sistemática da história sulina.

Deve-se notar, também, que o reajustamento da política que vinha sendo gestado ao longo dos anos de 1940 e culmina com a queda do Estado Novo em 1945, produz um efeito importante nas obras dos dois autores.¹⁵

Assim, os anos de 1940 evidenciam, para José Lins, os limites do culturalismo formulados anteriormente. O ocaso do Estado Novo acaba por reajustar o pacto federativo e, deste modo, agudizar, ao menos num primeiro momento, a decadência econômica e política do Nordeste. Literariamente, tal movimento aparece figurado em *Fogo morto*, obra na qual a decadência converte-se na mediação por excelência de todas as relações sociais, deixando de ser um dado de cultura circunscrita a alguns personagens para tornar-se elemento estruturante da narrativa, abarcando o conjunto dos personagens que rumam, todos, aos limites da loucura.

Já Erico Verissimo reposiciona o sentido da região, de suas lutas e atores, no pós-Estado Novo por meio da quebra de linearidade da história sulina que passa a ser figurada nos volumes finais de *O tempo e o vento* por meio de uma narrativa que combina diferentes eventos históricos e práticas sociais que, caros àquela formação histórica, tornam-se elementos-chave de uma experiência social empenhada em construir novas balizas para orientar seu diálogo com a nação.

De um lado, o regionalismo nordestino mobilizará a tradição para a construção de uma noção de região capaz de singularizar o patriarca como ator social decisivo do processo histórico, a um só tempo, local, regional e nacional. Literariamente, os acontecimentos são narrados e descritos a partir dos engenhos ou das usinas, de modo que o espaço acaba por conter em si mesmo

também o tempo. Numa síntese, a sobreposição de espaços é acompanhada por temporalidades também superpostas que, a despeito da passagem do tempo, repõem pessoas e coisas numa circularidade que indica um cotidiano fechado em si mesmo e organizado em torno do patriarca.

No extremo Sul, no entanto, a definição da região é apoiada pela noção de soberania, isto é, a articulação entre o local, o regional e o nacional passa pela recuperação das lutas políticas expressas nas inúmeras guerras e batalhas que marcaram o território sulino e, pouco a pouco, orientaram a construção de uma socialização que tem na guerra um de seus mais fortes pilares. Assim, em *O tempo e o vento*, história e política constroem o sentido da narrativa, tecendo um fio frágil que alinhava local, regional e nacional, numa narrativa cujos atores estão no meio do caminho entre o campo e a cidade, o patriarcado rural e a burguesia urbana.

Observa-se, então, que tanto a narrativa do *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto a de *O tempo e o vento* procuram equacionar os arranjos entre local, regional e nacional numa chave pouco referida aos diferentes arranjos políticos e institucionais, e interessada em circunscrever o regional não a partir de tipos psicológicos ou características identitárias, antes, a região ganha historicidade sendo, então, construída como categoria de análise do mundo social.

Isto posto, investigou-se em que medida ideias produzidas localmente circulam por diferentes lugares e, ao dialogarem entre si, orientam a escrita da obra literária. Nos termos deste artigo, tratou-se de perseguir o esforço de diferentes intelectuais para circunscrever a região e o regionalismo, ato de nomear que sustentará um exercício permanente de negociação que, ao incorporar a diferença como constitutiva das experiências sociais gestadas, formula a região como uma categoria e assume o regionalismo como forma literária.

Recebido em 11/06/2013 | Aprovado em 09/01/2014

Mariana Miggiolaro Chaguri é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora do Departamento de Sociologia da mesma instituição. Atua na área de Pensamento Social no Brasil, com pesquisas relacionadas à sociologia da literatura. É autora de *O romancista e o engenheiro: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino* (2009) e *A escrita do lugar: região e modernidade no romance brasileiro* (no prelo).

NOTAS

- 1 A distinção entre romance do Norte e do Sul como matrizes literárias distintas já é enunciada por Franklin Távora no prefácio a *O cabeleira* (1876): “as letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra” (Távora, 1973: 27). Sobre o tema, ver Almeida (1999: 82 e ss.).
- 2 O estudo das mediações entre o particular e o universal está na base de diferentes interpretações sobre a história literária brasileira. Lúcia Miguel Pereira, por exemplo, argumenta que certa fixação pelo particular presente em diferentes períodos da história literária brasileira decorreria de nossa acidentada formação social, capaz de produzir uma cultura intelectual que, vinda da Europa, retardou o amadurecimento do nacional como tema e problema literário: “daí as anomalias da nossa evolução literária, indo do universalismo clássico para o americanismo romântico, deste para o brasileirismo, e descobrindo tarde o regionalismo” (Pereira, 2005:177). Antonio Candido, por sua vez, define a literatura aqui produzida como “eminentemente interessada” (ver Candido, 2006: 19), ou seja, voltada, no intuito dos escritores ou na opinião da crítica, para a construção de uma cultura válida para o país. Em “Literatura e cultura de 1900 a 1945” o tema também é abordado e o autor argumenta que a vida espiritual brasileira seria regida pelo contraponto entre localismo e cosmopolitismo num processo que “tem realmente consistido numa integração progressiva de experiência literária e espiritual, por meio da tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão)” (Candido, 2000: 110). O autor particulariza, então, o modernismo como um marco na “inauguração de um novo momento na dialética do universal, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tomadas a princípio do arsenal daquele” (Candido, 2000:119). Libertando uma série de recalques históricos, sociais e étnicos, o modernismo instauraria uma originalidade própria no trato da dialética do geral e do particular (Candido, 2000:120-122). Em alguns estudos sobre literatura e história literária,

a oposição Norte e Sul é estruturante de algumas análises como, por exemplo, Coutinho (1959). Um balanço sobre o tema na história da literatura brasileira pode ser encontrado em Bueno (2006).

- 3 Ponto controverso da história literária brasileira, alguns estudos ajudaram a delimitar as linhas mestras deste debate, destaque para o trabalho de João Luiz Lafetá que em 1930: *a crítica e o modernismo* argumenta sobre a rotinização da vanguarda modernista. Desdobramentos desta hipótese também são trabalhados por Luís Bueno (2006), cujos argumentos menos do que evidenciar gerações, procura estabelecer diálogos entre períodos distintos.
- 4 Erico Verissimo e José Lins do Rego mantiveram certa correspondência ao longo de suas carreiras profissionais. Algumas das cartas do escritor gaúcho para o colega parai-bano estão depositadas no acervo do primeiro, preservado no Instituto Moreira Salles (IMS) no Rio de Janeiro.
- 5 Em Pernambuco, Erico Verissimo foi recebido pelo governador Agamenon Magalhães numa recepção no Iate Clube do Recife. Realizou, ainda, uma conferência no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife com o tema “Confidências de um romancista”, ocasião em que foi saudado por Olívio Montenegro (ver Erico Verissimo em Pernambuco, *Diário da Noite*, 19/11/1951; Erico Verissimo está no Recife, *Jornal do Comércio*, 20/11/1951).
- 6 As viagens pelo interior do Rio Grande do Sul permitiram ao sociólogo aprofundar o argumento sobre o sentido da colonização portuguesa no Brasil, bem como explorar o tema da diversidade regional a partir de um novo ponto geográfico, o Brasil meridional. Em declaração à reportagem do jornal paulista *Folha da Manhã*, Freyre observa: “- Devo dizer-lhe – observa o publicista – que nessas viagens de estudo que venho fazendo através do nosso paiz, é sempre um prazer para mim verificar os elementos de unidade social do Brasil, ao lado dos de saudável diferenciação regional” (*Folha da Manhã*, 13/01/1940, p. 5). Ainda no ano de 1940, Freyre reornou a Porto Alegre, agora para tomar parte no III Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Apresentou a tese “Sugestões para o estudo do sobrado rio-grandense” no Congresso e, após o encerra-

mento deste, proferiu, na Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, a conferência “Ilha e continente”, editada três anos depois pela Casa do Estudante do Brasil com o título *Continente e ilha*. Já a tese apresentada no congresso foi publicada originalmente nos *Anais do III Congresso sul-rio-grandense de história e geografia*, lançado em 1940 pela Editora Globo e incluído em *Problemas brasileiros de antropologia* (1943). O mesmo artigo reaparece em 1946, no sétimo número da revista *Província de São Pedro*.

- 7 Este documento datilografado e corrigido pelo autor provavelmente se refere ao rascunho de respostas a uma entrevista, cujas perguntas não estão relacionadas. Os documentos manuscritos aqui citados estão depositados no Acervo Literário Erico Verissimo/Instituto Moreira Salles – RJ (Alev/IMS).
- 8 Os argumentos aqui desenvolvidos sobre a produção de uma visão de mundo estão amparados na leitura de *Le Dieu caché*, de Lucien Goldmann, observando que no esforço de apreender o movimento entre o todo e as partes capta-se a totalidade do processo social, o autor observa que a produção de uma visão de mundo, percepção e racionalização do mundo social apenas pode ser apreendida por meio da análise do processo de socialização dos atores que a concretizam (ver Goldmann, 2005: 13-30).
- 9 Originalmente escrito para os *Diários Associados*, o artigo “Notas sobre o Rio Grande” foi reproduzido no *Diário de Notícias* de Porto Alegre e publicado com o mesmo título no livro *O vulcão e a fonte* (1958) e reproduzido em *O cravo de Mozart é eterno* (2004).
- 10 Ainda sobre o tema, observa o romancista: “No começo de minha carreira, o mais difícil de tudo foi assumir esse povo aqui como o meu povo. Falar sobre o açougueiro da esquina, sobre o homem comum de nossa cidade. Isso foi muito difícil, porque seria muito mais tentador, e talvez mais fácil, escrever, sobre Paris ou Estados Unidos” (Verissimo, 1979 [1975]: 8).
- 11 Em 1941, Erico passou três meses nos Estados Unidos, a convite do Department of State no âmbito do Programa de Boa Vizinhança do governo norte-americano sob a presidência de Roosevelt. Durante o período, Erico proferiu conferências em universidades e em entidades como o Rotary Club. As impressões dessa temporada estão em *Gato preto*

em campo de neve (1941). Em 1943, recebe novo convite do Department of State, agora para lecionar na cátedra de Literatura Brasileira na Universidade da Califórnia, transferindo-se para Berkeley com toda a família. No ano seguinte, leciona literatura e história brasileiras no Mills College, em Oakland, Califórnia. Permanece no país até 1946, ano em que lança *A volta do gato preto* (novamente sobre a estadia no exterior). Parte das aulas ministradas no exterior está reunida no livro *Breve história da literatura brasileira*, traduzido para o português em 1995. Em 1953, parte para nova estadia nos Estados Unidos, agora a convite do governo brasileiro, para dirigir o Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, na Secretaria da Organização dos Estados Americanos, substituindo a Alceu Amoroso Lima. Vive em Washington com a família por mais três anos. Durante todo o período em que esteve no exterior, Erico Verissimo trocou intensa correspondência com interlocutores sulinos, mantendo-se atualizado sobre os debates travados localmente, bem como sobre os planos editoriais da Editora do Globo (ver Fundo de Correspondências do Alev/IMS – RJ). Sobre a estadia do escritor nos Estados Unidos, ver Fauri (2006).

- 12 Ao longo dos anos de 1940, a definição da literatura rio-grandense passa pela legitimação do tipo de linguagem empregada pelos autores a qual, mesmo apoiada em vocábulos e expressões regionais, manteria sua fidelidade à matriz lusa do idioma, afastando-se de eventuais castelhanismos. Os problemas envolvidos na definição da linguagem adequada para a produção literária rio-grandense estavam na pauta do dia, de modo que o vocabulário regional e a gramática da língua portuguesa serão os eixos em torno dos quais gravitará a discussão sobre o estilo da literatura sulina (ver Vellinho, 1945; 1946).
- 13 Em balanço sobre a sociologia brasileira, André Botelho aponta que “o baralhamento entre público e privado enquanto ordens sociais e princípios distintos de orientação das condutas como uma marca da cultura política, da sociedade e do Estado formados no Brasil desde a colonização portuguesa constitui uma das construções intelectuais mais tenazes do seu pensamento social” (Botelho, 2007: 49). No que se refere a este estudo, a produção de Gilberto Freyre e

Raymundo Faoro iluminam aspectos importantes das narrativas tanto do *Ciclo da cana-de-açúcar*, quanto de *O tempo e o vento*. A despeito das relações de amizade que ligaram José Lins e Freyre, Erico e Faoro, as obras se encontram justamente na medida em que tentam equacionar, no primeiro caso, o sentido da tradição e o lugar da região na interpretação da formação social brasileira e, no segundo, na ambiguidade entre o público e o privado que dão forma a uma socialização que, assentada no privatismo, organiza a vida pública. Evidentemente, as relações entre as obras são maiores e mais profundas do que esta nota pode explorar; de todo modo, buscá-las detalhadamente implicaria um estudo diverso, na medida em que circunscreveria a narrativa literária a partir dos diálogos possíveis com o texto sociológico.

- 14 Em ensaio dedicado a percorrer as obras de Erico Verissimo, Antonio Candido observa que a busca por uma narrativa dedicada a combinar dois eixos (o sincrônico e o diacrônico) é recorrente nos romances do autor, aparecendo em obras como *Olhai os lírios do campo* e *Caminhos cruzados*. Contudo, ao longo de *O tempo e o vento*, além da projeção de um eixo sobre o outro, de modo a inserir a ação presente na continuidade do tempo histórico, observa-se, também, a combinação entre o coletivo e o individual, “de tal forma que cada personagem é ele próprio, mas também um elo na história da família, enquanto esta, por sua vez, é um elo na história da província” (Candido, 1972: 42) e, pode-se acrescentar, um elo na história nacional.
- 15 Chave que é utilizada não apenas pelos romancistas estudados, mas que aparece, também, em diferentes registros textuais e iniciativas intelectuais como é o caso do jornal pernambucano *A Província*, dirigido por Gilberto Freyre entre 1929 e 1930, e da revista *Província de São Pedro*, mensário de arte e cultura editado pela Editora Globo. Menos do que um debate do tempo, a região aparece como espécie de saída metodológica que permite a sociólogos, historiadores e romancistas, refletir sobre a diversidade de experiências sociais que estão na base da modernidade brasileira a qual, por sua vez, seria apreendida por meio das fraturas sintetizadas na experiência regional que dá forma a diferentes pactos pela coesão social e pela unidade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, José Maurício Gomes de. (1999). *A tradição regionalista no romance brasileiro: (1857-1945)*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks.

Bourdieu, Pierre. (1989). A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 107-132.

Bueno, Luis. (2006). *Uma história do romance de 30*. São Paulo/Campinas: Edusp/Ed. Unicamp.

Candido, Antonio. (2006). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 1750-1880*. 10ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

Candido, Antonio. (2000 [1965]). Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. 8ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, p. 109-137

Candido, Antonio. (1972). Erico Verissimo de 1930 a 1970. In: Chaves, Flávio Loureiro (org.). *O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, p. 40-51.

Chaves, Flávio Loureiro. (2001). *Erico Verissimo o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

Chaves, Flávio Loureiro. (1976). *Erico Verissimo: realismo e sociedade*. Porto Alegre: Globo.

Coutinho, Afrânio (dir.). (1959). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Fauri, Ana Letícia. (2006). *O pensamento político de Erico Verissimo: questões de identidade e ideologia*. Tese de Doutorado. PPGL/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Goldmann, Lucien. (2005). *Le Dieu caché: étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard.

Miranda, José Tavares de. (1952). Nossos escritores. "A literatura brasileira é tumultuosa, desigual". Confessa que o seu grande pecado é o pouco de Brasil que tem – Todavia, é o mais lido os romancistas brasileiros – "Um homem simples". *Folha da Manhã*, São Paulo, 20 jan.

Miranda, José Tavares de. (1951). Nossos escritores. José Lins do Rego: “Não tolero a subliteratura”. Um homem de sua terra e de sua gente. *Folha da Manhã*, São Paulo, 09 set.

Nedel, Letícia Borges. (2007). Saber(-se) local: configurações do regionalismo no campo intelectual. In: Gertz, René (org.). *História geral do Rio Grande do Sul. República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*, Passo Fundo, RS: Méritos, p. 399-426 (vol. 4).

Nedel, Letícia Borges. (2005). *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. PPGHIS/Universidade de Brasília.

Pereira, Lucia Miguel. (2005). Regionalismo e espírito nacional. In: *A leitora e seus personagens*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia.

Pereira, Lucia Miguel. (1988). *História da literatura brasileira: prosa de ficção de 1870 a 1920*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

Rego, José Lins do. (2011 [1942]). *Fogo morto*. 71ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Rego, José Lins do. (2011 [1934]). *Banguê*. 23ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Rego, José Lins do. (2004). *O cravo de Mozart é eterno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Rego, José Lins do. (2002 [1936]). *Usina*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Rego, José Lins do. (2002 [1932]). *Menino de engenho*. 84ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Rego, José Lins do. (2000 [1933]). *Doidinho*. 38ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Rego, José Lins do. (1981 [1942]). Do bom tradicionalismo. In: Junqueira, Ivan (org.). *Dias idos e vividos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 109-111.

Rego, José Lins do. (1957). *Presença do Nordeste na literatura*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação.

Rego, José Lins do. (1952). *Homens, seres e coisas*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação.

Rego, José Lins do. (1941). Notas sobre Gilberto Freyre. In: Freire, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

- Rego, José Lins do. (1940). Notas sobre o Rio Grande. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 12 mar.
- Rego, José Lins do. (1924). Carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo. *Era Nova: Revista Quinzenal Ilustrada*, setembro, s.p.
- Schorske, Carl E. (2000). *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Távora, Franklin. (1973). *O cabeleira*. São Paulo: Editora Três.
- Vellinho, Moysés. (1946). Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, 2/5, jun., p. 5-6.
- Vellinho, Moysés. (1945). Sem título. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, 1/1, jun., p. 5-7.
- Verissimo, Erico. (2004 [1963]). *O arquipélago II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Verissimo, Erico. (2004 [1951]). *O retrato II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Verissimo, Erico. (2004 [1951]). *O retrato I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Verissimo, Erico. (2004 [1949]). *O continente II*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Verissimo, Erico. (2004 [1949]). *O continente I*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Verissimo, Erico. (2003 [1963]). *O arquipélago I*. 2ª ed. São Paulo: Globo.
- Verissimo, Erico. (1979 [1951; 1975]). Erico Verissimo por ele mesmo. *Plural & Singular*, 3, fev.
- Verissimo, Erico. (1973). Seção Tendências e cultura. *Opinião*, Rio de Janeiro, 29 jan-5 fev.
- Verissimo, Erico. (1971). Porto Alegre: Ficção e realidade. *Manchete*, 1020, 6 nov.
- Verissimo, Erico. (1951). Erico Verissimo em Pernambuco. *Diário da Noite*, 19 nov.

O NORTE E O SUL: REGIÃO E REGIONALISMO EM MEADOS DO SÉCULO XX

Resumo

Partindo da premissa de que escritores se encontram no ofício comum da escrita, este artigo recorta o *Ciclo da cana-de-açúcar* de José Lins do Rego *O tempo e o vento* de Erico Verissimo, bem como artigos e entrevistas de seus autores, para investigar a produção e a circulação das ideias de região e regionalismo. Investiga-se, assim, o contexto de produção de ideias com o qual os escritores dialogam, estabelecendo um repertório de temas e problemas que sendo comum a ambos, encontra equacionamentos diversos em cada caso. Procura-se, portanto, evidenciar de que modo a tensão entre particular e singular, entre local, regional e nacional, estrutura as narrativas e produz os nexos de sentido entre forma literária e processo social, produzindo um deslocamento que faz da região o problema enfrentado e não apenas o tema narrado e do regionalismo o elemento que dá forma às narrativas.

Palavras-chave

Regionalismo;
Região;
Literatura e sociedade;
José Lins do Rego;
Erico Verissimo.

THE NORTH AND THE SOUTH: REGION AND REGIONALISM IN THE MIDDLE OF 20TH CENTURY

Abstract

This article profiles *Ciclo da cana-de-açúcar* (*The Sugar-Cane Cycle*) of José Lins do Rego and *O tempo e o vento* (*Time and the wind*) of Erico Verissimo, as well as articles and interviews of their authors to investigate the production and circulation of region and regionalism ideas. Thus, it investigates the ideas production context with which the writers dialogue establishing a repertoire of themes and issues, which although being common to both, find different resolutions in each case. Therefore, it aims to evidence that the tension between local, regional and national organizes the narratives and produces the nexus between literary form and social process, in a movement that makes the region the problem faced and not only the narrated theme, and the regionalism a forming element of the narrative.

Keywords

Regionalism;
Region;
Brazilian literature;
José Lins do Rego;
Erico Verissimo.

PINTURA E TEATRO: A PEDAGOGIA DO OLHAR N'O TRIBOFE DE ARTHUR AZEVEDO

As artes são “matrizes geradoras de práticas sociais” (Pesavento, 1995, 2005) e os artistas, tais como literatos, dramaturgos e pintores, são importantes mediadores da vida social por transitarem por múltiplos planos, traduzirem códigos distintos e, conseqüentemente, operarem transformações simbólicas e reinvenções de linguagens (ver Velho, 2001, 2006; Heinich, 2008). Uma das mediações empreendidas pela arte é o direcionamento do olhar. A forma de “enquadrar” o mundo é sugerida pela pintura, pela literatura, pelo teatro, sem que os leitores, ou espectadores, sequer percebam. Pois, ao esquadrihar cenas, ao engendrar e recortar situações, em busca do envolvimento do público, o artista através de sua arte, estabelece, ainda que inconscientemente, certa “pedagogia do olhar”.

“A maneira de olhar é, no homem, em parte inata, em maior parte aprendida dos outros”, conforme sublinhou Berthold Ötze (1998: 222). A seu ver, mesmo o passeio, atividade de lazer comum no final de semana, é uma “instituição cultural”, por ser fruto de um aprendizado já internalizado: sabe-se como e para onde olhar. Os passeios são imagens recorrentes na literatura do final do século XVIII e no século XIX e, dependendo do roteiro e do ambiente escolhido, podem servir de estímulo à reflexão interior ou às conversas mais intimistas e intelectualizadas, quando a natureza lhe serve de cenário, ou a encontros de socialização, quando a paisagem urbana ganha destaque. Seja elevado à categoria de arte para os espíritos cultivados, conforme a concepção do filósofo alemão Karl Schelle no tratado *A arte de passear* (2001[1802]),

ou tomado como um divertimento, a imagem do passeio é uma “instituição cultural” por configurar um “modo de ver”¹, de movimentar o corpo e pressupor um percurso.

Neste ensaio,² usarei a ideia do passeio como fio condutor de um estilo específico das artes cênicas: o “teatro ligeiro musicado”³ escrito por Arthur Azevedo (1855-1908).⁴ Frequentadas por um público amplo e heterogêneo, que incluía desde as classes populares até membros da elite, não necessariamente intelectualizada, tais peças sugeriam aos espectadores um passeio pela cidade através dos seus quadros. É tomando a visão como um “instrumento de conhecimento” (Aumont, 2004), que procurarei estabelecer o “enquadramento” do olhar, apresentado por Arthur Azevedo na revista de ano *O Tribofe* (1892) ao encenar, logo na abertura da peça, certa pintura da paisagem urbana do Rio de Janeiro, o panorama de Victor Meirelles e Lagerock.⁵

O foco da reflexão se dará na intercessão do gênero revista de ano com a pintura de um panorama urbano exibido na própria cidade, que lhe serviu de modelo. De que modo o uso do panorama do Rio de Janeiro pela peça *O Tribofe* colocava em cena a percepção da vida moderna plasmada a partir da experiência urbana?⁶ A vida nas metrópoles afetou seus habitantes tanto em relação à organização de seus padrões mentais ao ritmo acelerado das interações, às relações impessoais mediadas pela previsibilidade monetária e à preponderância do cálculo racional, conforme mostrou Georg Simmel,⁷ como também fez emergir uma cultura de espetáculos de entretenimento popular, que aguçavam os sentidos, mas, ao mesmo tempo, se ancoravam na vida cotidiana⁸ – como o teatro de revista e os panoramas. Tais formas de divertimentos ajudaram esses públicos a construir seus quadros cognitivos sobre a experiência urbana.

É importante, ainda, sublinhar que esse novo estatuto do olhar, encenado pelo teatro de revista e pelos panoramas, segundo Jonathan Crary (2012), é produto de uma construção histórica, que se radicaliza no início do século XIX, quando aparatos ópticos, saberes científicos e instituições se amalgamam e se reorganizam, rompendo o paradigma visual renascentista e propiciando o surgimento de um novo tipo de observador na Europa do final do século XIX e do século XX, “um observador subjetivo”, totalmente distinto dos séculos anteriores. A reorganização do olhar desse sujeito observador ocorre antes do surgimento da fotografia e do cinematógrafo, por estar relacionada a um novo ordenamento do conhecimento, do discurso e das práticas sociais que viriam a modelar as formas da indústria do entretenimento visual e do espetáculo no século XX. Nas palavras de Crary:

não basta descrever uma relação dialética entre inovações dos artistas e escritores de vanguarda no final do século XIX, de um lado, e o “realismo” e o positivismo correntes da cultura científica e popular, de outro. Ao contrário, é fundamental ver os dois fenômenos como componentes superpostos de uma única superfície social, na qual a modernização da visão tinha começado décadas antes [...]. [O que

interessa é] o modo como os conceitos da visão subjetiva e a produtividade do observador impregnaram não apenas os campos da arte e da literatura, penetrando também nos discursos filosóficos, científicos e tecnológicos. Em vez de enfatizar a separação entre arte e ciência no século XIX, o importante é ver como ambas se integravam em um único campo entrelaçado de saberes e práticas (2012: 14 e 18).

Assim, o sujeito observador do final do século XIX, que será discutido no presente artigo, está circunscrito em um “sistema” de convenções, de constrangimentos, de discursos e de práticas sociais, tecnológicas e institucionais, que estão em contínua transformação, sendo “causa e consequência da modernidade” (Crary, 2012: 18). Apesar das diferenças entre os contextos europeu e brasileiro – principalmente no que tange à produção industrial e suas relações de trabalho – é possível perceber, ainda no Império, a partir do Segundo Reinado, a disseminação de um “bando de ideias novas” nos repertórios científico, literário e filosófico, reconfiguradas, mas não copiadas, da Europa para a situação local (ver Alonso, 2000).

Assim, no Rio de Janeiro recém-republicano, se por um lado, modos de viver tradicionais se misturavam às aspirações e imagens da modernidade, por outro, os entretenimentos, sobretudo as revistas de ano, bastante populares na época, traduziam – assim como os panoramas na Europa, tão bem ilustrados por Benjamin em *Paris, capital do século XIX* (1985) e *Passagens* (2007) – uma fusão entre arte e técnica, que não apenas expressava um “novo sentimento de vida”, mas cujo produto se oferece como imagens-mercadorias prontas para serem consumidas pelos olhares ávidos por novidades do consumidor-observador.

As revistas de ano constituíam um gênero do teatro ligeiro musicado e que, de forma satírica, apresentavam os principais acontecimentos do ano anterior, assemelhados à crônica jornalística,⁹ ou seja, estavam coladas ao cotidiano e envolviam a plateia pelo riso. Constituía-se na maior produção de Arthur Azevedo¹⁰ e, nas palavras do comediógrafo, eram frequentadas por um “público” heterogêneo, composto de “pobres ou, quando muito, [de] remediados, isto é, os que [viviam] de um rendimento certo e tinham que sujeitar a existência a um orçamento implacável”.¹¹ Desse modo, Arthur Azevedo usava o teatro, gênero preferido das camadas populares e camadas médias baixas, para delas se aproximar e conquistá-las. E para isso se valeu de recursos linguísticos como o uso da fala popular¹² para construir seus personagens e da estética mais associada ao popular: a comicidade. Mas, ao mesmo tempo, seu humor não o isentava de um projeto pedagógico, projeto esse que, por se nutrir de elementos que representavam a complexidade da vida urbana, acabava por ser mais uma intenção do que uma realização.¹³

PRIMEIRO ATO DE *O TRIBOFE*: O PANORAMA DO RIO DE JANEIRO

Em 11 de junho de 1892¹⁴ estreava, no Teatro Apolo, na Capital Federal da recém-República, a revista de ano *O Tribofe*, de Arthur Azevedo, peça de teatro satírica que passava em revista os principais acontecimentos do ano anterior. A partir do olhar de uma família vinda do interior do Brasil¹⁵ e de passagem pelo Rio de Janeiro, o espectador rememorava o pretérito recente, o ano de 1891, tendo como cenário a cidade. Vários eventos que marcaram o ano anterior figuraram no decorrer dos quadros da peça: a crise econômico-política, que ficou conhecida como encilhamento,¹⁶ as doenças infectocontagiosas responsáveis pela alta mortalidade na capital, como a febre amarela e a varíola, os jornais de maior circulação e os que apareciam e faliam, os grandes espetáculos teatrais que deram “enchentes” (como eram denominadas as casas cheias no teatro), que se misturavam aos tipos urbanos como apostadores de cavalos, jóqueis, especuladores, cocotes e pessoas comuns, circulando por localizações específicas da cidade, como o hipódromo Derby Club,¹⁷ a Praça XV, o Passeio Público, a Rua do Ouvidor...

As revistas de ano e, sobretudo as escritas por Arthur Azevedo, por sua característica referencial aos últimos acontecimentos, sempre privilegiou a cidade do Rio de Janeiro como cenário e tema.¹⁸ Vale ressaltar a “capitalidade” do Rio de Janeiro¹⁹ que por ser, primeiro, capital do Império e, depois, da República, protagonizava os principais acontecimentos políticos, sociais e culturais que ocorriam e tornava-se o principal eixo das notícias a serem transmitidas para o resto do país. No entanto, em *O Tribofe*, mais do que nas outras revistas do autor, o Rio de Janeiro revelou-se, simultaneamente, como percurso, personagem e cenário. Logo na abertura da peça, a cidade é apresentada como um quadro que fornece o roteiro a ser aprendido, tanto pelo núcleo de personagens visitantes, como pelos habitantes da capital. Não são o compadre e a comadre,²⁰ personagens que convencionalmente conduzem as revistas de ano, a apresentarem o enredo da peça. Aliás, o compadre Tribofe e a comadre Frivolina, só aparecem na 2ª cena do primeiro ato. Quem introduz *O Tribofe* aos espectadores é a pintura da cidade, precisamente o “Panorama do Rio de Janeiro”, pintado por Victor Meirelles e o belga Henri Lagerock, a partir do Morro de Santo Antônio, e que fora exposto, no ano anterior (1891), em uma construção circular específica (a rotunda), localizada na Praça XV de Novembro, ponto central de circulação na cidade. Assim, a pintura servia de moldura para o enredo, de cenário e de referência, por trazer a “*great attraction*”²¹ do público fluminense, no ano anterior.

Ao se abrirem as cortinas, aparece enquadrado no palco o interior da rotunda, quando da inauguração do panorama.²² Em cena, os visitantes e o comendador Victor Meirelles.²³ O quadro pintado pela peça é de intenso movimento: alguns entram, outros saem, há quem aprecie a pintura circular, há quem escreva no álbum de visitantes suas impressões, há quem passe os olhos pelos folhetos explicativos sobre o panorama disponíveis no local. E o panorama é homenageado em canto e verso:

Coro: Oh! Que belo panorama!
 Que trabalho! Que primor!
 Ganhará dinheiro e fama
 O senhor comendador!

Comendador: Venham ver uma obra-prima (...)
 Desde França, está provado
 Que defronte desta tela
 Fica tudo estatelado!
 Oh! Que belo panorama!

Depois da cantoria, eis que se posiciona, no centro do palco, o núcleo fixo da peça: a família de fazendeiros, de São João do Sabará, interior de Minas Gerais, composta por seu Euzébio (o marido e chefe da família), por D. Fortunata (a mulher), Quinota (a filha), Juca (o filho mais novo) e Benvinda (cria da fazenda que viera junto com a família). Os personagens do interior imersos na paisagem urbana localizam e aprendem os bairros, acidentes geográficos e edifícios conhecidos a partir do painel e da interação com os moradores da cidade. Apropriam-se, assim, da cartografia urbana, da mesma forma que a rotunda se integrava ao espaço e oferecia uma visão pictórica aos habitantes da metrópole que por lá passavam.

Euzébio, à família – Óia a ia das Cobra!²⁴

1º visitante – Onde, senhor?

Euzébio, apontando – Ali.

1º visitante – Está enganado. Aquilo é a Fortaleza de Villegaignon.

Quinota, a Dona Fortunata – Olhe, mamãe, aquela rua é que era o quintal da freiras da Ajuda. [...]

Mas o que tal família do interior fazia no Rio de Janeiro? O contexto é cantado em coplas²⁵ logo no início da cena, quando se apresentam ao espectador e ao idealizador do panorama. Vieram à Capital Federal em busca do Seu Gouveia, um janota,²⁶ que quando passou pela fazenda de Seu Euzébio pediu a mão de Quinota e desapareceu, a pretexto de tratar dos papéis do casamento.²⁷ A moça ficou desconsolada e seu Euzébio decidiu, então, passar uma temporada na Capital Federal, com a família, para resolver a situação. Mas, por quais razões tal família adentrou logo na rotunda da Praça XV? A Praça XV era o nome dado, a partir dos ventos republicanos, ao antigo Largo do Paço, famoso nos tempos da Colônia e do Império, cuja edificação principal, o palácio administrativo, abrigara inicialmente a Corte, quando de sua chegada ao Brasil. Era um lugar tradicional, situado na parte central da cidade, de fácil acesso, irrigado por transporte e com fluxo intenso de pedestres, que trazia uma novidade: uma grande estrutura metálica circular, a rotunda, que abrigava a pintura do panorama do Rio de Janeiro. E se tal arquitetura redonda atraía os habitantes da cidade, como não poderia despertar a curiosidade dos visitantes interioranos?

Por suas grandes dimensões,²⁸ por utilizar um jogo de sombra e luz e pela localização do espectador em uma plataforma no centro da rotunda, sugeria uma imersão, conferindo a ilusão de realidade de experimentar uma

“paisagem real”. Também era possível, como sugere Benjamin em *Passagens* (2007: 574), olhar a cidade “real” dentro da casa, pressupondo que “o que se encontrava na casa sem janelas [era] o verdadeiro”, pois, tal experiência visual fornecia um mapa; no caso da peça, um mapa do Rio de Janeiro que reforçava a identificação de seus habitantes e familiarizava os visitantes que pouco ou nada conheciam da Capital Federal. Ótima sugestão de percurso para viajantes explorarem a cidade e também para os moradores perceberem a sua cidade sob nova perspectiva, aquela pintada pelo artista.

Mas, se o mapa fornecido pelo panorama era reconfortante, a cidade do Rio de Janeiro, com uma população acima de 500 mil habitantes,²⁹ não se mostrava tão acolhedora para a família de fazendeiros. Logo de início, os visitantes enfrentaram grande dificuldade para se acomodar: hotéis cheios e pouca oferta de casas para alugar (preços abusivos que sobem continuamente, além da escassez de imóveis). Chegam a dormir em um bonde. Ao passarem pela Praça XV, encontram a rotunda, entram por curiosidade e acreditam que o espaço pode ser feito de pernoite, já que ficava aberto, apenas, durante o dia. No diálogo fictício entre a família e Victor Meirelles:

Euzébio – [...] Não temos casa, meu sinhô! [...] e era justamente por isso que eu desejava falá a vosseoria. [...] Magine que chegemo onte e procuremos cômados em todos os hoté. Nem um quarto desocupado! Quisemos alugá casa. Quá casa, seu compadre! [...] Passemos a noite dentro de um bonde na Rua do Riachulelo, c’as cortina arriada. Cada um de nós tomou conta de um banco.

[...]

Comendador – Mas, afinal que desejam de mim?

Euzébio – Eu le digo. Nós passemos inda agorinha por aqui e vimo este barracão.³⁰

Comendador – Diga “pavilhão”.

Euzébio – Ué! Pavilhão não é bandeira?

Comendador – Se não quiser dizer pavilhão, diga “rotunda”.

Euzébio – Pois bem, passemos por esta rotunda e perguntemo o que era. Nos disse-rum que era o panorama do Ri’ de Janeiro, e que só estava aberto de dia. Então me a lembrei de vi falá a vosseoria pra me alugá durante a noite [...].

[...]

Comendador – O senhor está doido! Aqui não há espaço!...[...] nem ar! O senhor não vê como faz calor aqui? [...] Se querem continuar a conversar, vamos lá para baixo. Aqui já está muito escuro!

[...]

Euzébio – Ora! Estava tão bão este cômado! Deste lado ficava eu e Dona Fortunata.

Dona Fortunata – Não; se eu ficasse era ali do lado da barra, que deve ser mais fresco.

Euzébio – Tá bão... A gente não havia de brigá... Aqui do lado da Tijuca ficava Qui-nota e Benvinda... E Juca ficava ali... [...]

A passagem acima mostra como a família interiorana ia se apropriando da pintura, e da cartografia urbana, ao mesmo tempo em que a arquitetura da rotunda se integrava ao espaço urbano e oferecia uma visão pictórica aos habitantes da metrópole que por lá passavam. Para os moradores do Rio de Janeiro, era como participar de uma viagem na própria cidade, vivenciar uma experi-

ência que aguçava todos os sentidos, embora privilegiasse a visão. O mesmo se dava com os espetáculos do teatro ligeiro musicado, que incluíam números de canto e dança, e provocavam o riso por referirem-se ironicamente aos acontecimentos pretéritos, envolvendo o espectador como parte integrante da obra.

Pintura de paisagem, cidade, panorama e teatro se misturavam em um espetáculo, no qual a arte servia ao entretenimento. O panorama, diga-se de passagem, foi um dos mecanismos de difusão pioneiros do divertimento para as massas, tendo as paisagens e as cidades como temas de destaque (Coelho, 2007: 16; Benjamim, 2007: 569-584). É importante ressaltar que tecnicamente o panorama está inscrito no gênero pintura que, por sinal, pressupõe um intenso trabalho de vários artistas para reproduzir os efeitos de sombra e luz, necessários à ilusão de realidade, e não raro usava a emergente técnica da fotografia como auxiliar neste empreendimento.³¹ As paisagens eram temas recorrentes nos panoramas e, no caso do “Panorama do Rio de Janeiro”, a paisagem urbana se destacou. Vista do alto dos morros e fixada na tela pelos artistas, os casarios eram representados no centro da tela, tendo no fundo a baía de Guanabara. Tendência, aliás, comum às paisagens de vistas das cidades da segunda metade do século XIX, a experiência moderna mudara o eixo do rural para o urbano, assim as telas ressaltavam a dimensão urbana, reduzindo o espaço destinado à natureza (Chiavari, 2000; Lira, 2000).

Mas não apenas a visualidade da paisagem urbana é construída e sugere um mundo a ser visto de certo modo (Lira, 2000); a própria concepção de paisagem, como a reconhecemos, é historicamente localizada.³² Como sublinha Alain Roger, a paisagem não é “uma realidade natural, mas sempre uma criação cultural, que surge nas artes antes de se configurar diante de nossos olhos”.³³ Trata-se de um recorte do espaço, enquadrado na “janela pictórica” (ver Roger, 2000: 35). Ou seja, os elementos visíveis não conformam uma paisagem, ela é uma operação do artista que ao retirar elementos da natureza, os combina em uma forma, cuja matriz identificamos como “paisagem”.³⁴

A PEDAGOGIA DO OLHAR

Mas qual seria a diferença da pintura de paisagem, de uma vista panorâmica, em uma tela e a paisagem pintada em imensos painéis e disposta em forma circular, denominada panorama? O panorama³⁵ – neologismo formado pela junção de dois termos gregos *pan* (todo) e *horama* (visão) – requer um dispositivo, uma arquitetura própria, circular e que possua uma plataforma em que o espectador possa apreciar a totalidade da obra a partir de um ponto fixo. Nasce assim como um espetáculo e antecipa o cinema, sem o seu movimento. “Fabricado como pintura, o panorama é destinado a ser visto como cinema” (Aumont, 2004: 55),³⁶ reconhecendo o espectador como coautor e como partícipe da experiência de ilusionismo.³⁷ Posicionado no centro da rotunda, o espectador era envolvido

pela imagem, sem perceber os artifícios da simulação (Grau, 2007; Pesavento, 2008; Coelho, 2009; França, 2011). Bastante popular na Europa, a partir do final do século XVIII, o sucesso dessa forma de entretenimento se encontra amalgamado à percepção estética do horizonte, cujas raízes partem de alguns dos pressupostos iluministas, como a sedução pelo controle do mundo circundante: da natureza, do tempo, do espaço e dos outros. O mundo é transformado em paisagem a qual o sujeito tem o desejo de observar de modo onipresente e onisciente (Pesavento, 2008). O olhar deixa de ser “ponte” para o mundo (Rouanet, 1988) e passa a ser uma forma de poder, de controle, de construção de saber e de poder, como nos fala Foucault (2002 e 2003). O “panóptico”, como indica Benjamin, é o local onde tudo se vê e de todas as maneiras. É onde o universalismo do século XIX se monumentaliza e se manifesta como “uma obra de arte total” (2007: 573), pois, as artes e até as formas de entretenimento vão direcionar a visão para o que merece ser percebido e admirado, exercendo papel fundamental nessa “pedagogia do olhar”.

E qual seria a relação entre teatro e panorama? O panorama “teatraliza-va” a paisagem urbana e compartilhava com o teatro ligeiro musicado a característica de entretenimento popular, fruto da emergente cultura de massa que se expandia no século XIX e feito para atrair o espectador pagante, o sustentáculo dessa indústria da diversão.³⁸ Teatro ligeiro e panorama não eram apreciados artisticamente, por sua aura, por seu valor de culto, usando a expressão de Benjamin (2010[1936]), mas pela sua capacidade de provocar sensações e seu efeito de realidade. Conforme Vanessa Schwartz (2004), o gosto do público pela realidade e pelos assuntos do cotidiano no último quartil oitocentista se coadunou com o interesse por outros gêneros como a imprensa sensacionalista e os museus de cera, ambos vistos como entretenimentos envolventes. Embora a autora não fale do teatro ligeiro musicado, podemos incluí-lo no mesmo rol, pois sua capacidade de atração se dá por motivos afins.

No entanto, mesmo no lazer havia uma intenção pedagógica. Ao menos em certo tipo de lazer como as revistas de ano de Arthur Azevedo e o panorama de Victor Meirelles. Primeiro, o espaço mais comum de exibição do panorama, as Exposições Universais, já emprestava certa pedagogia civilizacional. Muito em voga na Europa, e posteriormente nos EUA, as Exposições Universais pretendiam, entre outras coisas, promover uma ocupação no tempo livre com fins pedagógicos, divulgar códigos de etiqueta adequados à vida moderna e burguesa e direcionar o olhar para o que merecia ser visto e admirado.³⁹ Como a própria leitura da peça de Arthur Azevedo indica, Victor Meirelles não apenas criava uma paisagem da cidade a partir de seu panorama, mas através do recurso de folhetos explicativos, disponíveis na rotunda, pretendia assegurar-se da compreensão do espectador não apenas sobre a técnica da pintura circular, como também transmitir informações geográficas e históricas sobre a cidade. Se em um primeiro momento, Victor Meirelles, então parceiro de Henri Lange-

rock, pretendia mostrar o “Panorama do Rio de Janeiro” para os europeus,⁴⁰ ao término da sociedade com o pintor belga o artista brasileiro voltou sua atenção para a terra natal, ambicionando ser admirado pelo seu pioneirismo ao trazer o panorama circular para a Capital Federal. A paisagem urbana do Rio de Janeiro seria exibida como um espetáculo para os próprios habitantes que – conforme os folhetos explicativos de Meirelles – do alto da plataforma, no epicentro da rotunda, teriam “a mais completa ilusão”, confundindo o que é natural com o artificial e surpreendendo-se com “uma vista que talvez nunca imaginasse[m] e nem mesmo poderia[m] gozar sem o auxílio da arte”.⁴¹

Contemporaneamente, é difícil imaginar os panoramas oitocentistas, pois eles desapareceram logo início do século XX, ultrapassados pelos *moving panorama* (Coelho, 2007). Quanto ao “Panorama do Rio de Janeiro” de Victor Meirelles, pouco restou. O imenso painel se deteriorou, só sobraram seis estudos que lhe serviram de subsídio e estão guardados no acervo do Museu Nacional de Belas Artes:⁴² Largo do Rocio, Vista sobre a Candelária, Ilhas das Cobras, Morro do Castelo, Entrada da Barra do Rio de Janeiro e Morro do Corcovado e Tijuca. Juntas, estas telas, como podemos ver – nas imagens das figuras 1, 2, 3 e 4 – dão uma ideia do que teria sido de fato o panorama.

E quanto à concepção de lazer, com laivos civilizatórios, de Arthur Azevedo? Em suas revistas de ano, o autor desejava divertir e manter a indústria do teatro,⁴³ sem, no entanto, abrir mão de uma literatura engajada com os preceitos educacionais da elites letradas. Um projeto que se propunha a lapidar as sensibilidades das massas, pressupondo que as camadas populares não apenas fossem portadoras do mesmo “mecanismo de verdade” interna, pelo uso da razão, empreendido pelos intelectuais herdeiros das luzes, como tomando como base a ideia de aperfeiçoamento humano, de “perfectibilidade”⁴⁴ como meta. Assim, procurava inserir valores burgueses, modernos, usando o humor como instrumento pedagógico.

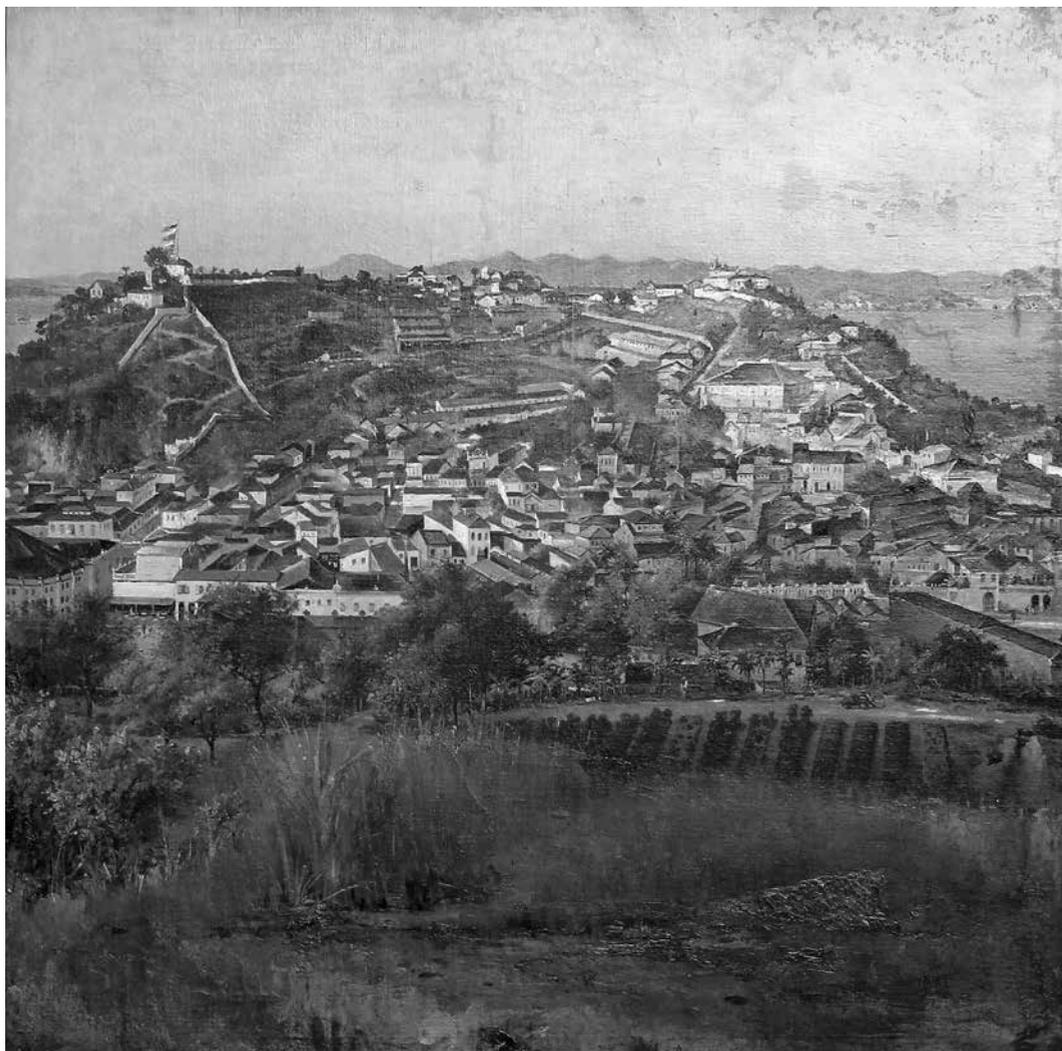
CAI O PANO...

A inserção de uma pintura como ponto de partida para a apreensão do código urbano por uma família vinda do interior na revista de ano *O Tribofe*, não apenas favorece o intercâmbio dos gêneros “artes plásticas” e “teatro”, mas sugere que a cidade possa ser ao mesmo tempo encenada e lida como um quadro.⁴⁵ A visualidade passa a ser, assim, a base do teatro de revista, como também a capacidade de transformar o espectador em partícipe da experiência, através da sensação de descolamento, seja geográfico ou no tempo. É um passeio pela cidade e pelos escaninhos da memória recente, realizado com o espectador parado, mas que se movimenta com a imaginação, a partir do olhar. E o mundo exterior parece caber na janela pictórica do palco, no espaço que se encontra visível ao olho do espectador. Mas, apesar de estar delimitado pelo enquadramento do palco, esse sujeito que olha, em sua poltrona, tem a impressão de

tudo controlar e conhecer. Seu olho se emancipa da função de órgão e passa a ser vivenciado como a medida de todas as coisas. Afinal, usando as palavras de Merleau-Ponty, “Tudo o que vejo por princípio está ao meu alcance e ao alcance do meu olhar, assinalado no mapa do ‘eu posso’. Cada um dos dois mapas é completo. O mundo do visível e o mundo dos meus projetos motores são partes totais do mesmo ser” (1975: 278).

Recebido em 06/02/2013 | Aprovado em 10/09/2013

Tatiana Siciliano é doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É pós-doutora pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ/Capes) e atua nas áreas de antropologia urbana, sociologia da arte e televisão e consumo. É autora de “Metamorfoses guanabarinas: O Rio de Janeiro no raiar do século XX por Arthur Azevedo” (2013) e de “Uma questão de gênero. Os contos ligeiros de Arthur Azevedo” (2012).



I

Figura 1

Estudo para o “Panorama do Rio de Janeiro”
(Morro da Conceição e Igreja da Candelária),
óleo sobre tela, circa 1885. Acervo do Museu
Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.
Foto de Claudio Baptista.



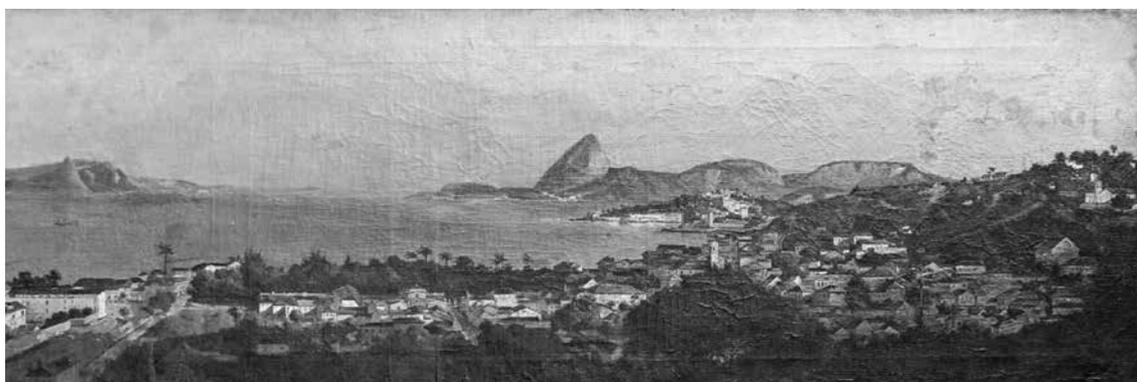
2

Figura 2

Estudo para o "Panorama do Rio de Janeiro" (Morro do Castelo), óleo sobre tela, circa 1885. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Foto de Claudio Baptista.



3



4

Figura 3

Estudo para o “Panorama do Rio de Janeiro” (Morro de Santo Antônio e Largo do Rocio), óleo sobre tela, circa 1885. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Foto de Claudio Baptista.

Figura 4

Estudo para o “Panorama do Rio de Janeiro” (entrada da Barra), óleo sobre tela, circa 1885. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Foto de Claudio Baptista.

NOTAS

- 1 Conforme Berger, “Só vemos aquilo que olhamos. Olhar é um ato de escolha” (1999:10).
- 2 O ensaio, aqui entendido como um estilo que permite a experimentação, a criatividade ao narrar, abriga a multiplicidade de horizontes. É uma forma literária que sugere o passeio, a mobilidade, a maleabilidade, a aventura. Sobre o estilo ensaístico, ver Waizbort (2000: 35-74).
- 3 Pode-se definir o teatro ligeiro musicado como espetáculos cômicos e alegres, oriundos da Europa, que incluíam números de canto e dança, efeitos cênicos e cenas dramáticas. Ver Prado (2008), Marzano (2010), Mencarelli (1999), Faria (2001) e Pavis (2008).
- 4 Embora pouco lembrado contemporaneamente, Arthur Azevedo foi bastante conhecido no campo artístico-intelectual de seu tempo, exercendo múltiplos papéis: contista, cronista e funcionário público. Lutou pela construção do Teatro Municipal, pela consolidação do teatro nacional e foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras (1897).
- 5 “O panorama do Rio de Janeiro” foi pintado a partir de parceria firmada, em 1885, entre Mereilles e o pintor de paisagem, o belga Henri Langerock. O projeto foi concebido para ser uma atração para um grande público, como estava em voga na Europa e pretendia-se exibi-lo nas principais capitais europeias e, depois, nas duas Américas. A pintura foi exposta, no entanto, apenas em Bruxelas (1988) e Paris (1889). Depois disso, veio para o Brasil, em 1891, com a sociedade entre Meirelles e Langerock já desfeita. A ideia do panorama sobre o Rio de Janeiro não era nova. Um panorama circular da cidade já fora anteriormente exposto em Paris, em 1824, executado por Prévost e pintado por Frederic Rommy, a partir de desenhos de Félix Taunay. Mas, no Brasil, era a primeira vez que uma pintura desse gênero era exposta.
- 6 A modernidade aqui entendida como um *constructo* que enfatiza as mudanças subjetivas dos habitantes em relação às rápidas transformações ocorridas nas dimensões econômico-sociais (prevalência do modo de produção capitalista, crescimento das cidades e inovações científico-tecnológica e emergência de uma cultura de massa) e na visão de mun-

- do, que passa a ser enxergado pela lente racionalista. Ver Charney & Schwartz (2004) e Singer (2004).
- 7 Ver Simmel, em *As grandes cidades e a vida do espírito* (2005[1903]), as grandes cidades, como a Berlim de seu tempo, criaram as condições psicológicas e neurológicas, “os fundamentos sensíveis da vida anímica”, de seus habitantes, o *Homo Urbanus*.
 - 8 Sobre a discussão do gosto do público, ao experimentar a vida moderna do século XIX, por gêneros de entretenimento que enfatizassem o cotidiano e despertassem sensações, ver Singer (2004) e Cohen (2004).
 - 9 Sobre a revista de ano no Brasil, ver Ruiz (1988), Veneziano (1991; 1996) e Paiva (1991). Sobre as relações entre acontecimentos no Brasil e as revistas de ano de Arthur Azevedo, ver Sússekind (1986), Mencarelli (1999), Prado (1986; 2008), Faria (2001), Veneziano (1991) e Brandão (2008).
 - 10 Arthur Azevedo escreveu 19 revistas de ano, e, mesmo sem ser o precursor do gênero no Brasil, foi o primeiro a popularizá-lo.
 - 11 Ver “O Theatro”, em *A Notícia*, 24/01/1905. Se empreendermos uma pesquisa mais aprofundada nas páginas sobre teatro dos jornais do final do século XIX, como foi realizado por Carvalho (2009) e Mencarelli (1999), veremos que os espetáculos ligeiros eram frequentados por todas as classes econômicas, inclusive pelas elites.
 - 12 Ao usar as falas das camadas populares como forma de aproximação, Arthur Azevedo incorporou à sua obra elementos da cultura popular, marginalizados pelos escritores da época e só apropriados muito tempo depois, em outro sentido, pelo modernismo. Ver Martins (1988) e Neves (2008).
 - 13 Mesmo que as revistas de ano se propusessem a inventar um Rio de Janeiro, como sublinhou Flora Sússekind (1986), a apropriação dessa mensagem por seus receptores nem sempre estava em conformidade ao “enquadramento” pretendido pelos autores, como mostrou Mencarelli (1999), a partir do estudo sobre a recepção da revista de ano *O bilontra*. O foco desse estudo residirá sobre o material escrito, não a apreensão do mesmo pelos espectadores, enfatizará a intenção pedagógica e não a polifonia provocada pela

obra. Sobre o efeito polifônico na obra de Arthur Azevedo, ver Mencarelli (1999) e Siciliano (2011). Sobre a questão da resignificação das obras literárias, ver Chartier (1991; 2001).

- 14 Ver anúncio e notinha no jornal *O Paiz*, de 16/6/1892.
- 15 A revista de ano *O Tribofe*, décima revista de ano de Arthur Azevedo, inspira a burleta *A Capital Federal* (1897), considerada, pela crítica teatral como a obra-prima do autor. Essa burleta (comédia-opereta de costumes nacionais) perde sua característica referencial, os fatos do ano anterior não mais são elementos do enredo, e ganha densidade no núcleo de personagens, que conta com novos papéis e cenas ampliadas.
- 16 Reforma bancária, empreendida pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa, que promoveu oferta de dinheiro e facilitou a abertura de sociedades anônimas, resultando em especulação financeira.
- 17 O Derby ficava onde hoje está o estádio de futebol Maracanã, no Rio de Janeiro.
- 18 Partilho da análise de Süsskind (1986) de que a sedução da metrópole-capital estava alinhada com o fortalecimento do gênero teatral, revista de ano.
- 19 Sobre essa questão ver Neves (1991) e Pereira (2010).
- 20 O compadre e a comadre, traduções do francês *compère* e *commère*, são fios condutores da revista de ano, aglutinam e dão sentido aos diversos quadros de variedades que compõem a revista e emprestam coerência ao enredo. Ver Veneziano (1991).
- 21 Ver coluna “Sete Dias”, publicada no jornal *O Paiz*, de 11/1/1891, e assinada por JR (iniciais do jornalista João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes). O panorama circular, embora fosse um espetáculo recorrente na Europa por cerca de 100 anos, era a *great attraction* do público fluminense por ser uma novidade no Rio de Janeiro.
- 22 A exposição de um imenso panorama circular da cidade do Rio de Janeiro, pintado por Victor Meirelles e Henri Lagerock, era anunciada em *O Paiz*, de 3/1/1891, na coluna “Artes e artistas”. Os jornais da cidade glosavam diariamente o número de visitantes ao panorama. O empreendimento foi bem-sucedido: cerca de 70 mil pessoas o visi-

taram, somando a frequência diária publicada no *Jornal do Commercio*. Ver, também, *Considera* (2000: 292) e *Coelho* (2007).

- 23 Referência ao título honorífico do pintor Victor Meirelles (1832-1903) – que fora aluno e professor da Academia Imperial de Belas Artes (1862-1890) – por ter recebido duas comendas do Imperador: Ordem do Rosa (em 1872) e Ordem do Cristo (em 1872). Meirelles ficou conhecido, principalmente, pelas telas *Primeira Missa no Brasil* (1860) e a *Batalha dos Guararapes* (1879); ambas se encontram no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.
- 24 Como já foi dito, Arthur Azevedo costumava ressaltar a fala dos tipos caracterizados. Em *O Tribofe*, é marcado o lugar da família, o sotaque da roça e as lacunas da educação formal usuais entre os que viviam na área rural e não tinham o hábito de visitar as grandes cidades. Quinota, no entanto, por ser de outra geração, recebera instrução formal através de professores particulares. A retórica da filha mais velha – de Euzébio e Fortunata – era correta e próxima aos moradores instruídos do Rio de Janeiro. O que a identificava era o sotaque, não os erros de português.
- 25 Composição poética, em quadras, para ser cantada.
- 26 Homem que se veste com luxo.
- 27 Apesar de o Rio e Janeiro – Capital Federal da República – ser encenado no palco, ele é representado de forma ambígua: é uma cidade, ao mesmo tempo, desejada e temida. O Rio era sedutor, com suas múltiplas diversões, mas também traiçoeiro, assim como os seus habitantes típicos. Seu Gouveia era um bom rapaz, mas ao retornar à Capital, em vez de tratar dos papéis para se casar com Quinota, especula financeiramente na Bolsa e envolve-se com uma *cocotte*. Era a cidade armadilha, na qual todos poderiam tornar-se presas fáceis: até o chefe da família e a mulata Benvinda caem em tentação, embora se arrependam no final da peça. Era difícil resistir ao tal “micróbio da pândega”. Pois, como observou Quinota, havia “muita liberdade e pouco escrúpulo”. O enredo abriga um duplo sentido: de um lado, diverte com a comicidade das situações e confere simpatia aos tipos urbanos; de outro, tem uma intenção moralizadora, que alerta para os perigos e as tentações da

vida urbana. Essa passagem também chama a atenção para a observação das cidades grandes, por um olhar de “fora”, de um habitante da cidade pequena, que percebe mais as contradições da cultura local do que os próprios moradores, que já a naturalizaram.

- 28 O painel media 115 metros de comprimento e 14,5 de altura.
- 29 Ver o recenseamento de 1890 – o Distrito Federal, somando as freguesias urbanas e suburbanas, possuía 522.561 habitantes – em Damazio (1996).
- 30 Barracão era como os populares costumam a se referir à rotunda. Ver anedota sobre o panorama em *O Paiz*, 17/1/1891.
- 31 A pintura de “O panorama do Rio de Janeiro” foi composta em partes e auxiliada a partir de estudos a óleo e de fotografias e levou 14 meses para ser pintado. Ver Considera (2000), Coelho (2007; 2009) e Peixoto (1988).
- 32 Ver Dominique Allart (2000). O pintor flamengo Joachim Patinier (1475-1524) é considerado um dos precursores da pintura identificada como paisagem e o primeiro a receber a designação de paisagista por criar um tipo particular de imagem que reúne elementos, tais como terra cultivada, florestas, montanhas, mar. Sobre o nascimento da “paisagem ocidental” ver, também, Roger (2000).
- 33 Ver Alain Roger (2000: 37), tradução minha do francês “*pay-sage n'est jamais une réalité naturelle, mais toujours une création culturelle, et qu'il naît dans les arts avant de féconder nos regards*”.
- 34 Sobre essa questão ver *A filosofia da paisagem*, de Georg Simmel (2009[1913]).
- 35 Técnica da pintura ilusionista patenteada por Robert Barker no final do século XVIII (1797). O panorama proporcionava uma sensação de imersão no espectador, que posicionado em uma plataforma, no ponto central e mais elevado da rotunda, como um mirante, tinha uma visão em 360 graus, bem distinta da apreciação de uma pintura em um quadro tradicional, por não ter moldura, e conferir uma forte sensação de realidade. Ver Grau (2007) e Coelho (2007; 2008).
- 36 Ver Aumont (2000) e Schwartz (2006). Até o início do século XX o panorama convive lado a lado com o cinematógrafo nas exposições e feiras, não concorrendo imediatamente com essa forma de entretenimento.

- 37 Ver Grau (2007). A ideia de representação do real, que provocou a técnica do panorama, não foi concebida por Robert Backer. Ela é um desdobramento da busca das artes visuais pela virtualidade e pela imersão, que remonta ao mundo clássico e se aperfeiçoa, depois, com a fotografia e o cinema, e está presente, inclusive, na contemporaneidade através das mídias digitais e das tecnologias tridimensionais.
- 38 Sobre a emergência do teatro como cultura de massa, ver Charle (2010).
- 39 Sobre exposições universais, ver Neves (1986), Pereira (2010) e Levy (2008).
- 40 Victor Meirelles desejava, sobretudo, mostrar o grau de desenvolvimento urbanístico do Rio de Janeiro, visando atrair a mão de obra imigrante para o Brasil, além de tentar desfazer, aos olhos dos europeus, a imagem de um país selvagem, onde se poderia ser atacado, em plena urbe, por feras ou canibais. Daí valorizar o aspecto civilizacional da cidade, destacando o conjunto de prédios e conferindo à natureza (outrora em destaque) o papel de moldura. Ver Coelho (2007).
- 41 Ver texto do próprio pintor, “O panorama da baía e cidade do Rio de Janeiro: tomado do Morro de Santo Antônio no ano de 1886 por Victor Meirelles. Notícia explicativa.” Retirado de Coelho (2007: 126).
- 42 Victor Meirelles doou em vida, em 1902, todos os seus panoramas ao Estado, que não o conservou devidamente. Além do panorama do Rio de Janeiro, pintou outros dois, o da Entrada da Esquadra legal do porto do Rio de Janeiro (1896) e o do Descobrimento do Brasil (1900), que, contudo, não foram bem-sucedidos. O pintor catarinense morre, em 1903, falido, por ter feito muitas despesas com o empreendimento dos panoramas e sem contar com os proventos de seu cargo de professor da Academia de Belas Artes, pois fora jubilado em 1890, com o advento da República, devido às suas ligações com o Império e disputas com os novos diretores. Ver Considera (2000) e Peixoto (1982).
- 43 Para Arthur Azevedo, se não fossem pelas peças do teatro ligeiro musicado, o teatro nacional acabaria sucumbido pelas operetas francesas. A solução seria fortalecer a in-

dústria de entretenimento brasileira e, em paralelo, lutar pela criação de um espaço de desenvolvimento da arte dramática, sem fins lucrativos, e por isso patrocinado pelo Estado, a exemplo da *Comédie-Française*. Sobre essa questão, ver Siciliano (2011).

- 44 Sobre a discussão das sensibilidades construídas no Ocidente nos séculos XVII e XVIII, Luis Fernando Dias Duarte (2000) desenvolve o conceito de “dispositivo de sensibilidade”, que é análogo ao “dispositivo de sexualidade”, cunhado por Foucault. Neste modelo se articulam três aspectos: a perfectibilidade, a experiência e o fisicalismo.
- 45 Na tradição literária, há inúmeros exemplos que enfatizam o intercâmbio de gêneros. Charles Baudelaire, em “O pintor da vida moderna” (1869), compara o conto de Edgar Allan Poe, “O homem da multidão” aos quadros de Constantine Guys, definindo o texto de Poe como “um quadro de verdade”, por este captar, assim como as pinturas de G. (C. Guys), a poesia do efêmero presente na multidão. Anterior a Poe e Baudelaire, Ernest Hoffmann escreveu “A janela de esquina de meu primo” (1822), cuja leitura assemelha-se a um quadro, devido ao seu estilo visual e sensorial. No conto, um escritor inválido inicia seu primo, que lhe visitava, nas primícias da arte de enxergar e, a partir do diálogo, é possível imaginar a cena relatada – a buliçosa feira na praça central de Berlim, que se desenrola debaixo da janela de esquina do primo acamado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso, Angela. (2002). *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Imperio*. São Paulo: Paz e Terra.

Allart, Dominique. (2000). *Contemplatio mundi. Le paysage cosmique à la Renaissance*. In: Salgueiro, Heliana Angoti (org.). *Paisagem e arte. A invenção da natureza. A evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP. (Trabalhos publicados no I Colóquio Internacional de História da Arte – CBHA/CIHA), p. 65-72.

Araújo, Antonio Martins. (1988). *Arthur Azevedo: A palavra e o riso. Uma introdução aos processos linguísticos de comicidade no teatro de Arthur Azevedo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Perspectiva/Ed. UFRJ.

Aumont, Jacques. (2004). *O olho interminável. Cinema e pintura*. São Paulo: Cosac Naify.

Azevedo, Arthur. (1986). *O Tribofe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa (Organização de Rachel Valença).

Baudelaire, Charles. (1997). *O pintor da vida moderna (1869)*. In: *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Bauer, Leticia. (2009). Cronologia. In: Turazzi, Maria Inez (org.). *Victor Meirelles. Novas leituras*. Florianópolis/ São Paulo: Museu Victor Meirelles/Ibran/Minc, Studio Nobel, p. 163-175.

Benjamin, Walter. (1985). Paris, capital do século XIX. In: *Sociologia*. (Organização de Flávio R. Kothe). São Paulo: Ática, p. 30-43.

Benjamin, Walter. (2010 [1936]). A obra de arte na época de sua reprodutibilidade. In: Lima, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, p. 221-254.

Benjamin, Walter. (2007). *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Berger, John. (1999). *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco.

Brandão, Tânia. (2008). Pum! Ou as surpresas do Sr. Artur Azevedo para o palco do século. In: Levin, Orna & Neves, Larissa (orgs.). *Teatro, literatura e imprensa na virada do século. Homenagem a Artur Azevedo. Remate de Males*, 28/1, p. 9-20.

Carvalho, Danielle Crepaldi. (2009) “Arte” em tempo de “chirinola”: A proposta de renovação teatral de Coelho Netto (1897-1898). Dissertação de mestrado. Programa de Teoria e História Literária/Universidade Estadual de Campinas.

Charle, Christophe. (2012). *A gênese da sociedade do espetáculo. Teatro em Paris, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras.

Charney, Leo & Schwartz, Vanessa R. (orgs.). (2004). Introdução. In: *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 17-29.

Chartier, Roger. (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11/5, p. 173-191.

Chartier, Roger. (2001). *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Armed Ed.

Chiavari, Maria Pace. (2000). A Baía de Guanabara: imagem e realidade. In: Salgueiro, Heliana Angoti (org.). *Paisagem e*

arte. *A invenção da natureza. A evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP (trabalhos publicados no I Colóquio Internacional de História da Arte – CBHA/CIHA), p. 251-258.

Coelho, Mário César. (2009). Victor Meirelles e a empresa de panoramas. In: Turazzi, Maria Inez (org.). *Victor Meirelles. Novas leituras*. Florianópolis/São Paulo: Museu Victor Meirelles/Ibran/Minc, Studio Nobel, p. 114-129.

Coelho, Mário César. (2008). Moldura e horizontalidade na Primeira Missa no Brasil. *Esboços*, 19, p. 117-123.

Coelho, Mário César. (2007). *Os panoramas perdidos de Victor Meireles. Aventuras de um pintor acadêmico nos caminhos da modernidade*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Santa Catarina.

Cohen, Margareth. (2004). A literatura panorâmica e a invenção dos gêneros cotidianos. In: Charney, Leo & Schwartz, Vanessa R. (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 259-288.

Considera, Eliane. (2000). Uma modernidade bem-comportada. O panorama da baía e da cidade do Rio de Janeiro de Victor Meireles e Langerock. In: Salgueiro, Heliana Angoti (org.). *Paisagem e arte. A invenção da natureza. A evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, p. 287-293.

Crary, Jonathan. (2012). *Técnicas do observador. Visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Damazio, Sylvia F. (1996). *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Duarte, Luiz Fernando Dias. (1999). O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: Heilborn, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 21-30.

Faria, João Roberto. (2001). *Ideias teatrais. O século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.

França, Cristina Pierre de. (2011). A imersão no panorama de Victor Meirelles. *Artes e Ensaios*, 23, nov., p. 62-71.

Foucault, Michel. (2003). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.

Foucault, Michel. (2002). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

Grau, Oliver. (2007). *Arte virtual: da ilusão à imersão*. São Paulo: Ed. Unesp/Ed. Senac.

Heinich, Nathalie. (2008). *A Sociologia da arte*. Bauru, SP: EDUSC.

Hoffmann, E. T. A. (2010 [1822]). *A janela de esquina de meu primo*. São Paulo: Cosac Naify.

Lira, Lenice da Silva. (2000). Paisagem: construção da natureza e da cidade na arte pictórica do Rio de Janeiro, no século XIX. In: Salgueiro, Heliana Angoti (org.). *Paisagem e arte. A invenção da natureza. A evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, p. 259-264.

Levy, Ruth. (2008). *Entre palácios e pavilhões. A arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: EBA Publicações.

Marzano, Andrea. (2010). A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro. In: Marzano, Andrea & Melo, Victor Andrade de (orgs.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 97-123.

Mencarelli, Fernando Antonio. (1999). *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Ed. Unicamp.

Menezes, Raimundo de. (1969). *Dicionário literário brasileiro* (5 volumes). São Paulo: Saraiva.

Merleau-Ponty, Maurice. (1975). O olho e o espírito. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, p. 275-301.

Neves, Larissa de Oliveira. (2006). *As comédias de Arthur Azevedo – Em busca da história*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária/Universidade Estadual de Campinas.

Neves, Margarida de Souza. (1991). *Brasil, acertai vossos pontos*. Rio de Janeiro: Mast.

Neves, Margarida de Souza. (1986). *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP, mimeo.

Öelze, Berthold. (1998). A percepção das essências em Simmel. In: Öelze, Berthold & Souza, Jesse (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Universidade de Brasília, p. 225-239.

Paiva, Salvyano Cavalcanti de. (1991). *Viva o rebolado: vida e morte do teatro de revista brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Parente, André. (1999). A arte do observador. *Revista Famecos*, 11, dez., p. 124-128.

Pavis, Patrice. (2008). *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva.

Pereira, Margareth da Silva. (2010). O Rio de Janeiro no século XIX. Cenários, formas e virtudes de uma cidade capital. In: Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas (org.). *Rio de Janeiro: Cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 127-161.

Pereira, Sonia Gomes. (2009). Victor Meirelles e a Academia Imperial de Belas Artes. In: Turazzi, Maria Inez (org.). *Victor Meirelles. Novas leituras*. Florianópolis/São Paulo: Museu Victor Meirelles/Ibran/Minc, Studio Nobel, p. 47-63.

Peixoto, Elza Ramos. (1982). Panoramas. In: Rosa, Ângelo de Proença (org.). *Victor Meirelles de Lima (1832-1903)*. Rio de Janeiro: Pinakothek, p. 103-116.

Pesavento, Sandra Jatahy. (2008). Imagens francesas no Brasil no século XIX: paisagens e panorama. In: Leenhardt, Jacques (org.). *A construção francesa do Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rotchschild, p. 79-158.

Prado, Décio de Almeida. (1986). Do Tribofe à Capital Federal. In: Valença, Rachel (org.). *O Tribofe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 255-281.

Prado, Décio de Almeida. (2008). *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp.

Roger, Alain. (2000). La naissance du paysage em Occident. In: Salgueiro, Helina Angoti (org.). *Paisagem e arte. A invenção da natureza. A evolução do olhar*. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, p. 33-40.

Rouanet, Sergio Paulo. (1988). O olhar iluminista. In: Novaes, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 125-148.

Ruiz, Roberto. (1988). *O teatro de revista no Brasil. Das origens a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: INACEN.

Schelle, Karl Gottlob. (2001[1802]). *A arte de passear*. São Paulo: Martins Fontes.

Schwarz, Vanessa R. (2004). O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim de século. In: Charney, Leo & Schwarz, Vanessa R. (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 337-360.

Siciliano, Tatiana Oliveira. (2011). “O Rio que passa” por Arthur Azevedo: Cotidiano e vida urbana na Capital Federal da alvorada do século XX. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Simmel, Georg. (2009 [1913]). *A filosofia da paisagem*. Portugal: Coavilhã/ Universidade da Beira Interior.

Simmel, Georg. (2005 [1903]). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, 11/2, p. 577-591.

Singer, Ben. (2004). Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: Charney, Leo & Schwartz, Vanessa R. (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, p. 95-123.

Süssekind, Flora. (1986). *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa.

Velho, Gilberto. (2006). Autoria e criação artística. In: Santos, Gilda & Velho, Gilberto (orgs.). *Artifícios & artefactos. Entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 135-142.

Velho, Gilberto. (2001). Biografia, trajetória e mediação. In: Velho, Gilberto & Kuschnir, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 13-28.

Veneziano, Neyde. (1991). *O teatro de revista no Brasil. Dramaturgia e convenções*. Campinas: Ed. Unicamp.

Waizbort, Leopoldo. (2000). Ensaio. In: *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, p. 35-74.

PINTURA E TEATRO: A PEDAGOGIA DO OLHAR N' O TRIBOFE DE ARTHUR AZEVEDO

Resumo

Qual é a relação entre uma peça de teatro e a pintura panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil? O *Tribofe* (1892), revista de ano, escrita por Arthur Azevedo, inseria como ponto de partida o panorama circular do Rio de Janeiro, pintado por Victor Meirelles e o belga Langerock, e exposto, em 1891, na Praça XV de Novembro, dentro de uma arquitetura redonda própria, a rotunda. Logo na primeira cena, o panorama era experimentado por uma família do interior, de passagem pelo Rio do final do século XIX, e sugeria que a urbe pudesse ser lida pelos visitantes e reconhecida por seus habitantes, como um quadro ou um mapa. Teatro ligeiro musicado e panorama constituíam-se em entretenimentos para um público heterogêneo, entretanto, também propunham ao “enquadrar” o olhar dos espectadores para determinado modo de ver a paisagem urbana, certa pedagogia do olhar.

Palavras-chave

Arthur Azevedo;
Cidade do Rio de Janeiro;
Metrópole;
Teatro;
Artes plásticas.

PAINTING AND THEATRE: TRIBOFE'S PEDAGOGY THROUGH THE GLANCE OF ARTHUR AZEVEDO

Abstract

What is the relationship between a play and a panoramic painting of the city, displayed in a rotunda placed in a central point of Brazil's federal capital? The musical theatre *O Tribofe* (1892) by Arthur Azevedo presented in the first scene the circular panorama of Rio de Janeiro city, painted by Meirelles and the Belgian painter Langerock. This panorama was exposed, in 1891, in the XV de Novembro Square, within a particular architecture, called rotunda. Right at the beginning of the play, the panorama was experienced by a family from backwoods of Brazil who were passing through Rio de Janeiro at the end of the nineteenth century, and suggested that the metropolis could be read by visitors and recognized by its inhabitants, such as a picture or a map. Musical theatre and panorama are forms of entertainment for heterogeneous public, however, both also training the eye for a particular way of seeing the urban landscape, in a “pedagogical” way.

Keywords

Arthur Azevedo;
Rio de Janeiro city;
Metropolis;
Theatre;
Fine arts.

VIDAS REVISITADAS: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO DE IDOSOS EM PROGRAMAS GERONTOLÓGICOS*

Repensar o passado, considerando um indivíduo como sujeito, é parte fundamental da construção da dimensão simbólica do processo social, nas sociedades modernas, propiciando referenciais para as formas de estar no mundo. Os eixos identitários do sujeito moderno estão, em grande medida, conectados a uma visão de suas trajetórias. Mas há, como sabemos, modos muito distintos de realizar este movimento de revisitar o passado, reconstruindo-o seletivamente e ordenando-o. Encadeia-se o acontecido e o não-acontecido, dando, retrospectivamente, sentido e direção às trajetórias.¹ Nesse processo de reconstrução, determinados eventos e situações assumem novos significados, enquanto outros são relegados ao esquecimento. Tais operações complexas são emolduradas pelas específicas formas sociais de conceber o tempo e produzem uma memória enquadrada pelas categorias ordenadoras da visão de mundo, iluminando as perspectivas possíveis e estabelecendo uma ampla zona de escuridão.

Processo contínuo, feito e refeito em momentos determinados, em sociedades nas quais a forma hegemônica de construção da pessoa pressupõe a construção de sua especificidade *qua* indivíduo,² situada em termos de seus atributos e nas peculiaridades de sua trajetória, atua, em geral, de modo difuso, dependente de determinadas situações e demandas para se cristalizar como narrativa.

Nas Ciências Sociais provocamos esta reflexão utilizando a técnica de pesquisa amplamente denominada como história de vida, um tipo particular de entrevista centrado na trajetória do sujeito investigado,³ através da qual são

produzidos dados para as mais diversas investigações. Como técnica de pesquisa social, nos anos recentes, sua utilização foi ampliada e suas possibilidades e limitações metodológicas colocadas sob o crivo dos cientistas sociais e historiadores, devido, em parte, à crescente importância assumida pela chamada história oral (ver, por exemplo, Debert, 1986). Sua utilização, contudo, não se restringe aos processos de investigação nas ciências humanas: a produção de histórias de vida é utilizada também como instrumento de intervenção por agências de diversos tipos que se propõem não apenas a repensar o passado, mas a reconstruí-lo dentro de certos parâmetros.

Trato, aqui, do processo de reconstrução do passado de idosos engajados em projetos gerontológicos, utilizando material empírico produzido em pesquisas que coordeno.⁴ Considero fundamental acentuar que, da perspectiva em que me coloco, cada uma das narrativas que chamamos de história de vida constitui-se na produção de um texto que “é, de fato, não a pessoa, mas uma versão do *self* construída por um sujeito” (ver Behar, 1995: 151), mais especificamente dentro de determinados contextos sociais, inclusive os de pesquisa, nos quais deve-se considerar como fundamental a relação entre o pesquisador e o pesquisado, e os de intervenção, nos quais a relação entre os agentes interventores e a clientela não pode deixar de ser considerada. Ênfase, portanto, o viés interpretativo e situado das histórias de vida como produto específico de um momento numa trajetória de vida.

As histórias de vida de que trato aqui são narrativas privilegiadas porque produzidas em contextos em que parte da intervenção se exerce, justamente, visando a reconstrução da experiência e da memória dos sujeitos engajados, buscando reinterpretá-las a partir de categorias de entendimento das quais, em princípio, eles não se apropriavam anteriormente à sua adesão a tais agências. Sob tal ponto de vista, permitem que sejam examinadas algumas das tensões resultantes do encontro entre referenciais simbólicos muito distintos. Este artigo, portanto, tem dois objetivos principais: o primeiro, de ordem teórico-metodológica, visa acentuar a dimensão interpretativa e situada destas narrativas, explorando a forma como algumas categorias interpretativas ordenam a produção das histórias de vida em agências gerontológicas; o segundo é contribuir para uma discussão mais ampla sobre as formas de relacionamento entre culturas diversas em sociedades complexas, com a reflexão acerca dos resultados de uma pesquisa numa instituição intermediária (ver Velho & Kuschner, 1996; Berger & Luckmann, 1997), ou seja, numa instituição que procura fazer a mediação entre indivíduos determinados (sua clientela específica) e a visão profissional institucionalmente da sociedade, operando num contexto intercultural.

Esta questão repercute um dos maiores desafios que a antropologia enfrentou, logo após a árdua elaboração de um dos seus mais caros pressupostos: a afirmação da diversidade e do relativismo cultural, ou seja, a integração das culturas e/ou sociedades em seus próprios termos. Se este pressuposto rendeu

alguns dos mais relevantes registros empíricos dessa disciplina, com importantes implicações teórico-metodológicas, rapidamente levou também à constatação de que, se muito era possível aprender com tais modelos “fechados”, seu objeto, contudo, estava mais além. Situava-se, antes de mais nada, na busca da compreensão da criação e recriação de diferenças em contextos plurais, enfocando as interfaces e inter-relações das concepções distintas imersas num evidente jogo de poder. Sob tal ponto de vista, as “diferenças”, ainda que no centro da reflexão, não são absolutizadas ou substantivadas, redimensionando-se por sua compreensão em múltiplas dimensões que incorporam, como problemática teórica, as complexas relações entre perspectivas distintas.

Na modernidade avançada este desafio se potencializa, exatamente na mesma proporção em que a comunicação entre as distintas configurações socioculturais se amplia, pela aceleração e popularização dos inúmeros meios disponíveis. A “espetacularização” do mundo,⁵ característica da contemporaneidade, envolve, simultaneamente, uma enorme divulgação das possíveis diferenças e da alteridade e uma série de efeitos relativos à parcialidade com que tais imagens planetárias são divulgadas pela mídia. Efeitos simultâneos e paradoxais de homogeneização e de recriação de diferenças são verificados,⁶ repercutindo nos processos de subjetivação, através da produção de novas identidades e de novos sujeitos,⁷ que devem ser buscados, agora mais do que nunca, nos confrontos e interstícios dos sistemas simbólicos de referência.

É neste contexto que devem ser situadas as inúmeras agências gerontológicas que se espalham por boa parte do mundo. A visibilidade adquirida pela “velhice” no mundo atual, particularmente nas duas últimas décadas do século XX, é uma destas reverberações que atravessam fronteiras. Mas, mais do que isto, o processo que os cientistas sociais têm chamado de “construção social da velhice” (ver Debert, 1999a; 1999b) pode ser compreendido como um dos desdobramentos tardios da regulação e normalização características da “sociedade disciplinar” (ver Foucault, por exemplo, 1977; 1995), operando persistentemente o deslocamento dos centros de poder,⁸ e tecendo os fios de uma extensa e densa rede que esquadrinha corpos e mentes, produzindo sujeitos, objetos e instituições que os administram. Os programas gerontológicos que proliferaram em várias partes do mundo e, no Brasil, nas duas últimas décadas, são objetivações deste processo, estabelecendo-se como espaços privilegiados para a criação e recriação de novos significados para a velhice, mas é preciso não esquecer que são, também, espaços de confronto de perspectivas. Produziu-se, nestes últimos anos, um “sentimento da velhice” comparável à produção de um “sentimento da infância” na era moderna, como nos demonstrou Philippe Ariés (Ariés, 1978).

Esta nova sensibilidade com relação à velhice objetiva-se em grande aparato institucional que incorpora uma série de técnicas, já consagradas em outros campos, para a divulgação e inculcação dos modelos produzidos sobre

esta etapa da vida. Uma das mais importantes estratégias dos programas de intervenção gerontológica analisados é, justamente, promover uma intensa revisitação da memória individual, utilizando várias técnicas oriundas da psicanálise, da psicologia, da história, da literatura, da sociologia e de diversos outros campos disciplinares. A reconstrução das histórias de vida pelos sujeitos é considerada como um dos mais eficazes instrumentos para a reconstrução de si. Esta operação, entretanto, não se exerce num vácuo de significados. Ao contrário, confronta-se com significados profundamente sedimentados,⁹ gerando uma série de reinterpretações operadas pelos idosos, clientes destas agências. Tais reinterpretações são objetivações novas da relação entre perspectivas que se baseiam em princípios simbólicos distintos.

O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PASSADO EM AGÊNCIAS GERONTOLÓGICAS

Sob tal perspectiva, é mister considerar a produção narrativa que o sujeito faz de sua trajetória de vida para um pesquisador – sua “história de vida” num dado momento – como parte de um processo social mais amplo. Requer, portanto, a utilização simultânea de outras técnicas de construção de dados que permitam situá-la e compreendê-la, inclusive nos seus impasses.¹⁰ Tal perspectiva analítica propicia uma inquirição mais produtiva destas narrativas cristalizadoras e concentradoras dos significados que referenciam a vida das pessoas, evitando considerá-las como autocontidas e autoexplicativas. As histórias de vida, desse modo, como parte de uma pesquisa mais ampla, podem ser compreendidas no que têm de mais fundamental: como loci de produção e reprodução de sentido, sempre em processo de mudança.

Embora a reconstrução das histórias de vida seja um processo bastante difuso, que ocorre no interior de uma série de instituições nas quais vivem as pessoas, há, entretanto, determinadas instituições na sociedade moderna que, tal como as que aqui estão em foco, atuam diretamente sobre a reformulação da pessoa. Operam segundo alguns modelos do sujeito, nem sempre muito explícitos, cuja realização, em geral, requer uma reinterpretação do passado individual. Desdobramentos do grande aparato da sociedade disciplinar de que nos fala Foucault (ver, por exemplo, Foucault, 1977), tais instituições esquadrinam minuciosamente a experiência e a memória do sujeito a que se destinam, lançando luz sobre alguns episódios, situações e atributos, enviando outros ao esquecimento, e, principalmente, fornecendo novas interpretações para o passado individual mais ajustadas ao modelo proposto de “reerguimento” ou “reformulação” da trajetória de vida.

Há uma série de agências deste tipo nas sociedades modernas, instituições intermediárias que atuam revisitando e reinterpretando a experiência dos sujeitos. Os grupos de ajuda mútua, no modelo dos Alcoólicos Anônimos¹¹ ou dos

Narcóticos Anônimos, são exemplos significativos deste trabalho sobre a experiência individual, utilizando a reinterpretação das histórias de vida como meio e fim de todo o processo. Do mesmo modo, as inúmeras microagências que têm sido, nas últimas décadas, criadas sob a égide da gerontologia têm, como uma de suas propostas fundamentais, a recriação do sujeito idoso, dando surgimento a uma “nova velhice” a partir de um modelo em que as ideias-valores de *participação* e *atividade*¹² são fundamentais. Contra o pano de fundo do diagnóstico de uma velhice *abandonada, dessassistida e inativa*, tais agências propõem uma completa reavaliação dos limites e possibilidades cognitivos, afetivos e sociais do sujeito idoso.¹³ Atuam, simultaneamente, na tentativa de desconstrução de significados que supõem sedimentados sobre a velhice e na construção de novos significados, utilizando uma série de técnicas, entre elas as que são privilegiadas nos grupos de ajuda mútua. A vulgarização da expressão *terceira idade*, originária do campo acadêmico e amplamente presente na mídia,¹⁴ é um dos mais significativos exemplos desta desconstrução/construção, pois sintetiza a rejeição dos valores e significados que se supõe estarem associados à ideia de velhice, buscando acentuar novos valores e possibilidades que abrem um extenso campo de *atividades* e *participação* para os idosos.

É necessário acentuar, entretanto, uma diferença importante entre as agências gerontológicas e outros grupos de ajuda mútua muito difundidos na sociedade moderna. Trata-se do fato de que, ao contrário dos grupos de ajuda mútua em que a intervenção profissional é esporádica ou menos explícita, nas agências gerontológicas é fundamental a intervenção cotidiana de diversos especialistas, que orientam, administram e gerenciam o processo. Se, nos dois tipos de instituição, é intenso o trabalho sobre a memória individual, dando continuamente surgimento a novos marcos que a recortam, a intervenção de especialistas na produção da reinterpretação coletiva de experiências individuais nas microagências gerontológicas coloca também em cena uma distinção entre seus usuários e os especialistas que administram todo o processo. A intervenção, neste caso, assume mais nitidamente um aspecto pedagógico.

Os resultados das etnografias que estão sendo realizadas no projeto que coordeno acerca da forma como os idosos vivenciam sua inserção em duas agências gerontológicas distintas criadas na Universidade Federal Fluminense (UFF)¹⁵ demonstram a importância desta dimensão pedagógica. Estas agências contam com especialistas legitimados pela mais importante associação brasileira neste campo, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), legitimando-se também como projeção do saber acadêmico através de sua inserção, inclusive em termos de espaço físico, numa universidade federal.

Situadas no eixo classificatório das categorizações etárias, tais agências pretendem disponibilizar para um público determinado um conjunto desigual de saberes acadêmicos – da medicina, da fisioterapia, da psicologia, do serviço social, da sociologia etc. –, congregando-os todos em um campo multidiscipli-

nar denominado gerontologia, que se propõe a operar a transformação das formas possíveis de atuação dos indivíduos idosos. Para isso, recriam a velhice, intervindo na produção de um marco etário significativo, este característico da modernidade tardia.¹⁶ A naturalização deste recorte encontra sua justificativa mais frequente nas alterações da estrutura demográfica das populações de alguns países, em que o prolongamento da expectativa de vida, associado a outros fenômenos demográficos, tem resultado em uma mudança sensível na estrutura etária da população, com índices crescentes de envelhecimento. Tais diagnósticos, apoiados em estatísticas consideradas incontestáveis, são a linguagem primeira através da qual é operada uma reificação da velhice, bem como sua autonomização como objeto de reflexão e intervenção (ver Debert, 1999a; 1999b), tanto em termos do discurso acadêmico quanto em termos de vulgarização. Assiste-se, em decorrência, a um intenso processo em que um marco etário, algumas vezes com uma rígida demarcação cronológica (60 ou 65 anos), é tomado como a passagem para uma etapa determinada do ciclo de vida, pensado como universalmente presente. A consideração privilegiada da acumulação de tempo cronológico na produção dos marcos etários, em detrimento de outros princípios classificatórios amplamente utilizados em outras culturas, finda por produzir, simultaneamente, a naturalização da velhice. Sob tal perspectiva, embora as diferenças sociais e culturais sejam consideradas,¹⁷ elas tendem a ser acrescentadas como variantes de um fenômeno único, da ordem do biológico, portanto objetivado como parte do ciclo vital humano que se atinge através da acumulação de tempo de vida.

A naturalização da velhice como fenômeno biológico inelutável, cria, ao mesmo tempo, um amplo conjunto de especialistas para gerenciar esta etapa da vida, necessariamente com formação acadêmica, abrigados sob as disciplinas da geriatria, especialidade exclusivamente médica, e da gerontologia, especialidade aberta a todos os profissionais graduados.¹⁸

As duas agências investigadas partilham, conforme se pode depreender de uma literatura que já se acumula, as características mais amplas dos processos de intervenção gerontológicos, destacando-se a atuação dos especialistas como construtores de uma visão de velhice *ativa e participativa* ou, como referem frequentemente, de uma *velhice bem-sucedida*. As especificidades destas agências, por outro lado, situam-se em focos e ênfases que podem, seguramente, ser relacionados às disciplinas acadêmicas hegemônicas em sua formulação.

O primeiro programa analisado desenvolve-se junto à Escola de Serviço Social, mas mantém alguma autonomia em relação à sua estrutura institucional, sem quaisquer limitações no recrutamento de sua clientela. Conta com profissionais diversos ligados à universidade, mas, neste caso, são, em sua maioria, assistentes sociais. A agência, inclusive, funciona também como campo de estágio para os alunos de serviço social da universidade. Seu foco básico

é a construção da cidadania do idoso, investindo num amplo programa pedagógico centrado no incentivo à conquista de direitos políticos e sociais.¹⁹ Embora incorporando uma série de atividades comuns a todos os programas gerontológicos que visam, por exemplo, a promoção de determinados cuidados com a saúde, é a *participação sociopolítica* dos idosos o objetivo principal. Este programa se realiza num espaço especialmente destinado a ele, num dos *campi* da UFF, espaço no qual têm lugar as diversas atividades através das quais se operacionaliza (oficina de memória, oficina de texto, terapia de grupo, dança sênior, ginástica sênior, palestras, festas etc.).

O outro programa investigado tem seus objetivos mais centrados nas questões referentes à saúde do idoso. Isto porque foi criado a partir da clínica geriátrica do Hospital Universitário Antonio Pedro, crescendo e ampliando-se nos últimos anos. Desenvolve-se através de atividades semelhantes ao primeiro, mas, por estar associado a um projeto mais amplo de um setor da Escola de Medicina que envolve, além disso, práticas ambulatoriais, cursos de extensão e especialização em geriatria e gerontologia, recruta prioritariamente sua clientela nos idosos que buscam as clínicas do Hospital Universitário, contando também com um número maior de especialistas ligados à área médica. Também funciona como campo de estágio, neste caso, principalmente para estudantes da área biomédica. Neste programa, o modelo do idoso *ativo e participativo* que orienta as agências gerontológicas realiza-se, principalmente, através de uma série de práticas que visam a promoção da saúde e os cuidados com o corpo embora, evidentemente, incorporando também outras dimensões (ver Bauer, 2000).

Há, portanto, diferenças de ênfase entre os dois programas, mas, como venho acentuando, é possível considerar tais diferenças como variantes no interior das objetivações desta nova sensibilidade em relação à velhice. De fato, os dois programas partilham a concepção da “velhice saudável”, que orienta amplamente suas atividades. Uma das vias principais para a consecução destes objetivos é um intenso trabalho que se realiza sobre a memória de cada um, socializando determinadas experiências selecionadas e produzindo reinterpretações sobre o passado individual. Ou seja, uma das técnicas com as quais ambos trabalham é o gerenciamento coletivo das interpretações sobre o passado individual. Nos dois casos, há também alguma especificidade na forma pela qual este encontro entre diferentes concepções simbólicas – as que são trazidas pelos idosos e o modelo de velhice surgido na gerontologia – produz seus efeitos nas histórias de vida que são produzidas na pesquisa. No projeto associado ao serviço social, as reinterpretações são profundamente infletidas por determinadas concepções sociopolíticas, muitas vezes sintetizadas na ideia da conquista da *cidadania* ou dos *direitos sociais e políticos*, enquanto no projeto associado à geriatria, elas são mais marcadas pela releitura dos limites e possibilidades do corpo idoso. Entretanto, o processo social que acionam é basicamente semelhante, podendo ser considerados conjuntamente.

São também bastante semelhantes os indicadores socioeconômicos acerca da clientela dos dois programas. Embora, por uma série de razões, entre elas a grande flutuação da clientela, não tenha sido possível construir dados estatísticos muito sistemáticos e precisos, alguns dados disponíveis indicam que, em ambos, a clientela constitui-se majoritariamente de mulheres (70 a 80%), devendo-se, contudo, ressaltar que a participação masculina, embora estatisticamente menor, é muito significativa, implicando uma adesão intensa aos programas. Há, igualmente, diversos indicadores, como a profissão e o rendimento, que apontam para o fato de ser a clientela destes programas, basicamente, oriunda dos segmentos mais estabilizados da classe trabalhadora.²⁰

Tais semelhanças autorizam tratar as histórias de vida obtidas como um conjunto único, sem abstrair as diferenças introduzidas por suas ênfases específicas que serão acentuadas quando pertinente. É o que será feito a seguir.

RELENDO O PASSADO COM NOVAS LENTES

O mais evidente e imediato efeito da inserção nestes programas, talvez o próprio indicador da adesão dos idosos a eles, é a criação de um novo marco em suas riquíssimas histórias de vida, relatado, em todos os casos, sob a fórmula *antes e depois* da entrada na agência gerontológica. Destaque-se que, sendo as histórias de vida aqui consideradas produzidas no contexto dos próprios programas, muitas vezes no seu espaço físico, este marco responde, também, de certa forma, à projeção que o pesquisado faz das expectativas do pesquisador, visto como identificado à universidade e, por extensão, aos objetivos do próprio programa. Mas, embora esta relativização seja necessária, a frequência e a prontidão com que aparece este corte são indícios suficientes de sua importância simbólica. Um trecho inicial de uma história de vida permitirá expor a forma mais comum pela qual aparece:²¹

Pesquisador – D. Joana, eu queria que a senhora me contasse um pouco da sua história de vida. Para a senhora, como que é a sua vida?

D. Joana – Eu tentei até resumir um pouco pra você a minha vida. Porque antes de conhecer aqui eu era uma pessoa, depois da Sala já sou outra pessoa.

Pesquisador – A senhora era como?

D. Joana – Era assim é... tristonha, depressiva, chorosa, todas essas coisas que uma depressão traz a um ser humano, então eu era assim. Acho que eu vivi a vida toda dessa maneira, por isso eu estou me redescobrando, né, como disse a doutora ainda há pouco, e descobrindo muitas coisas. A minha vida tá se tornando bem melhor. Eu já não gostava de me vestir, de me arrumar e quando eu era nova sempre fui uma mulher que gostava de me arrumar, de me pintar, de andar bonita; depois foi decaindo, foi decaindo... a idade vai chegando e se não tiver um controle, uma ajuda como a que nós estamos tendo aqui, realmente a gente cai no fundo do poço. Eu cheguei a esse fundo do poço.

A imagem frequente do *fundo do poço* cristaliza a descontinuidade necessária para a criação do marco na trajetória de vida que distingue o sujeito anterior do novo sujeito, produzido pela interação na agência gerontológica. O *fundo do poço* é o espaço simbólico liminar,²² condição imprescindível para a separação entre o estado anterior e o novo estado. Como nos ensina Victor Turner, o neófito, nos ritos de passagem, deve assumir a condição de “*tábula rasa*, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo status” (Turner, 1974: 127). Ir ao *fundo do poço*, portanto, neste caso, é a expressão mais incisiva deste estado liminar, terreno a partir do qual todo o processo posterior poderá ocorrer. Estabelece uma definitiva separação nas características do sujeito, possibilitando sua reformulação ou renovação completa. Trata-se, de fato, como propõem todos os ritos de passagem, de uma morte e um renascimento simbólicos. Neste caso, é preciso morrer como o “antigo velho”, passar pelo *fundo do poço* para renascer como o “novo velho”.

O renascimento que caracteriza, em diferentes medidas, a fase atual da vida das pessoas investigadas, tal como aparece em seus relatos, pode ser sintetizado na expressão *qualidade de vida*, muito divulgada e repetida em todas as atividades dos programas. É parte de uma linguagem comum, exposta continuamente pelos especialistas e apropriada pela clientela. Esta é a expressão mais abrangente e, certamente, a menos definida, utilizada pelos especialistas gerontólogos para designar, ampla e vagamente, os objetivos a serem atingidos. Pressupõe-se que sua condição de possibilidade mais elementar seja a passagem pelo estado liminar, ou seja, a obtenção de *qualidade de vida* é uma conquista que requer o corte com o estado anterior, estabelecido a partir de um momento zero. Tematizada de inúmeras e variadas formas, a noção de *qualidade de vida* pode transitar de um conteúdo quase vazio, portando-se como um significante que abriga quaisquer significados, designando genericamente tudo que se quer alcançar, até algumas definições muito precisas, configuradas através de índices mensuráveis de capacidades diversas (cognitivas, físicas, afetivas, sociais, psicológicas etc.). No cotidiano dos programas, conforme apontam as etnografias realizadas, a noção de *qualidade de vida* funciona como uma legitimação de todo o processo de intervenção. É para obtê-la que é necessário compreender uma espécie de vulgata da biomedicina, da psicanálise, da psicologia e de outras disciplinas acadêmicas cujos receituários, em seu conjunto, terminam por propor uma espécie de normalização biopsicossocial do ser idoso em termos de alguns parâmetros. Pode-se considerá-la, sob tal perspectiva, como a fórmula assumida pelo modelo de pessoa que se objetiva construir. Deve-se ressaltar, entretanto, que a característica principal da noção de *qualidade de vida* – e, talvez, sua riqueza maior como parte do projeto de intervenção gerontológico – permaneçam sendo esta permanente abertura e labilidade que, se dificultam sua definição precisa, possibilitam a incorporação de significados, por vezes, bastante diversos.

Como se opera, então, esta reformulação, expressa na *ajuda* para sair do *fundo do poço* e alcançar a *melhoria da qualidade de vida*? Ou melhor, sob que formas aparece nos relatos das histórias de vida dos idosos?

A obtenção de *qualidade de vida* pressupõe a vivência nos programas, nas suas diversas atividades. A adesão aos programas é, muitas vezes, entendida amplamente como *tratamento*, termo usado com mais frequência, mas não unicamente, pelos idosos inseridos no programa vinculado ao hospital universitário. Como diz a mesma dona Joana citada acima e, como ela, outros idosos, *tudo que eu faço aqui é tratamento*. Esta visão sintetiza e ordena a experiência posterior à entrada no programa e completa-se com a referência permanente à *ajuda* recebida no interior do programa. Mas sinaliza, também, a manutenção da separação entre o *nós* (clientela) e *eles* (especialistas, os *doutores*), detentores do saber acadêmico. Ademais a visão da inserção nos programas como *tratamento* e *ajuda* organiza, igualmente, a experiência anterior à entrada no programa, pois pressupõe o reconhecimento de uma situação ou condição de doença ou incapacidade preexistente.

Aí eu fiquei muito baratinada da cabeça, aí minha filha falou: mãe, vai tirar uma consulta com a Estela [psicóloga]. Então eu fui me consultar com ela e ela é que me encaminhou pra geriatria. (Dona Arminda)

Porque eu me sentia deprimida, eu não tinha vontade. Não tinha vontade de sair de casa, não tinha vontade de nada, aí me esforçava muito, sabe? Tinha muita depressão, não tinha vontade de sair de casa, não tinha vontade de conversar com ninguém, não tinha vontade de ver ninguém, nem me arrumava, nada. Mas eu consegui e venci, né? Graças a Deus, eu me sinto agora com mais disposição de vir sozinha porque depressão é muito ruim, é muito difícil você ter alegria, ter prazer, é muito, muito..., mas... felizmente eu venci. (Dona Aurora)

Esta visão resume, assim, o processo como um todo e introduz, nas histórias de vida, a possibilidade de reinterpretção das vivências anteriores. A vida pregressa e a constituição anterior da pessoa são relidas e reavaliadas em termos das ideias e valores condensados no modelo de pessoa – o “novo velho” – que se pretende fazer surgir, desdobrando-se em várias dimensões. Este modelo proposto pelas agências gerontológicas é orientado, como já assinalai, pelo pressuposto de um sujeito biológico universal, naturalizando-se a velhice como acumulação de idade cronológica, ao qual acrescentam-se as diferenças sociais, culturais e psicológicas. Apesar do primado epistemológico da dimensão biológica e universalizante, propõe-se, também, sua apreensão holística – o que justifica a definição do campo da gerontologia como multidisciplinar. A realização do projeto, além disso, demonstrará uma certa inflexão em termos de uma interpretação psicologizante da pessoa.

Uma série de novos termos e expressões, oriundos das discussões acadêmicas, são introduzidos no discurso, pontuando as histórias de vida. A inte-

ração, muitas vezes cotidiana, de gerontólogos com os idosos, em atividades pedagógicas de diversos formatos apresenta, como resultado mais visível, novas narrativas, em que as verbalizações dos idosos são entremeadas por uma série de concepções oferecidas pelos especialistas. Se a maioria, sem dúvida, provém da medicina e da psicologia, há, também, concepções provenientes de outras áreas, sendo parte da linguagem comum, por exemplo, os termos *cidadania* e *direitos*.²³ Entre estes vários termos, componentes do que poderíamos denominar uma “vulgata gerontológica”, necessária para estabelecer um campo de comunicação entre experiências e saberes distintos, destacarei, por sua recorrência e significação, dois de corte mais psicologizante, presentes em quase todas as verbalizações, dos especialistas e dos idosos: *depressão* e *autoestima*.

As histórias de vida recolhidas na pesquisa, bem como as diversas outras atividades etnografadas (dramatizações, terapias de grupo, oficinas de texto, corais, oficinas de memória e outras), são diferentes realizações desta “vulgata gerontológica”. Colocam em atuação uma série de concepções originárias do discurso acadêmico, isoladas e subtraídas do contexto teórico em que se situam. Muito da reinterpretação das experiências anteriores é obtida pela sua renomeação com os termos e expressões sugeridos pelos especialistas. A noção de *depressão* é a mais frequentemente incorporada para renomear e, portanto, dar novos significados às experiências vividas, como no exemplo seguinte, de uma idosa, auxiliar de enfermagem:

Trabalhava de manhã, de tarde e de noite, depois das cinco horas, ia atender cliente particular. Quando deparei, meus filhos estavam com aquela vida toda errada, aí pronto. Entrei numa depressão horrorosa. E o marido... depois disso tudo, quis voltar para casa. As crianças já estavam todas casadas. Casada entre aspas, mas todo mundo com família assim...

Do mesmo modo, a falta ou a presença de *autoestima* opera como eixo semântico na revisitação do passado e na avaliação do sucesso do presente, atribuído à *ajuda* recebida no programa gerontológico. Há, de certo modo, uma correlação entre o *antes*, associado à *depressão*, e o *depois*, associado à recuperação da *autoestima*, associações que atualizam, também, a dimensão *inatividade* (*antes/depressão*) e *atividade* (*depois/autoestima*), um dos eixos do modelo do “novo velho”. Todas estas associações são bastante comuns nas narrativas e podem ser resumidamente percebidas neste trecho da história de vida desta outra idosa:

[...] agora eu estou recuperando minha autoestima. Porque eu não tinha autoestima, só fazia tudo o que os outros queriam, engolia sapo, engolia sapo... E aqui nesse trabalho que eles fazem com a gente, com a psicologia, a gente vai aprendendo que a gente tem que se amar a si próprio, primeiro a gente, né, então agora eu já estou aprendendo a dizer não...

A recuperação da *autoestima* pressupõe, portanto, o direcionamento do olhar para as emoções, desejos e necessidades do próprio indivíduo, o *cuidado de si*. Uma dimensão extremamente importante decorrente desta perspectiva é o que Guita Debert denomina “reprivatização da velhice”: “Os problemas ligados à velhice passam a ser tratados como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e, por isso, se atinge a velhice no isolamento e na doença, é culpa exclusivamente dele” (Debert, 1999b: 229)

Vencer a *depressão* e recuperar a *autoestima* implica, assim, a adesão a uma perspectiva *ativa* da pessoa que, em última instância, torna-se responsável por seu próprio bem-estar. Os programas gerontológicos, entendidos como *ajuda*, apenas possibilitariam ao próprio sujeito o acesso aos instrumentos que lhe permitiriam construir uma *velhice bem-sucedida*. Sua adesão maior ou menor ao modelo de bem-estar é que determinaria o sucesso maior ou menor do seu empreendimento. Difunde-se, desta forma, junto com o modelo, uma responsabilização da pessoa pelas condições biopsicossociais em que vive.²⁴ É neste sentido que Guita Debert afirma que os geriatras teriam “radicalizado a ideia de construção social, acreditando que não há limites para o sucesso do investimento cultural/tecnológico sobre o corpo” (Debert, 1999b: 226). Segundo a mesma autora, a relativização proposta pela antropologia seria, neste sentido, “um arrombar de portas abertas” (Debert, 1999b: 226). Evidentemente, isto não significa que a concepção de velhice não seja naturalizada. De fato, o que parece ocorrer, a meu ver, é uma naturalização de segunda ordem em que, à definição primeira da velhice como fenômeno biológico e idêntico em suas coordenadas básicas para todos os seres humanos, acresce-se a perspectiva de que as diferenças sociais e culturais são exteriores ao fenômeno e, em consequência, mutáveis por uma disposição nova do indivíduo.

Sob tal perspectiva, é a disposição da pessoa para examinar-se e buscar a sua própria “cura” que fica no centro das representações sobre os “novos velhos” produzidos nos programas de intervenção gerontológica. Esta disposição pressupõe, por exemplo, a diferenciação entre os desejos dos *outros* e os desejos do *indivíduo*, essencial para operacionalizar a *autoestima*, como uma das formas principais de realização de uma concepção individualista da construção da pessoa.

Por estes e outros caminhos, a tematização dos valores ligados a uma ideologia individualista (Dumont, 1985) fica bastante evidente nas diversas atividades dos programas e consolida-se nas avaliações que compõem as histórias de vida. Talvez devido à predominância de mulheres nos programas, esta tematização, muitas vezes – e mais especialmente no programa ligado à Escola de Serviço Social – apresenta-se como reavaliação das relações de gênero e das relações pais-filhos, provocando uma série de considerações sobre a “submissão feminina”, nova chave para a leitura das experiências progressas da maioria das mulheres.

E participo de um grupo de psicologia lá... Há pouco tempo foi um assunto bem relevante, porque era geral. A maioria é mulher da minha idade. Eu estou com setenta e dois anos. O assunto era de como fomos criadas. Como era a filosofia daquela época, em que a mulher não tinha opinião. Ela tinha que ajudar o marido, trabalhar, aprender, fazer tudo. Mas não podia dar um ai. Não podia falar, nem dar opinião. O dono da casa, o dono da família eram os homens. As mulheres eram submissas. Aliás, Freud explica isso. Se você ler um livro de Freud, você vai encontrar isso.

A riqueza das histórias de vida recolhidas, que não pode ser totalmente recuperada aqui, deve-se também, em parte, à continuidade do processo de inquirição proposto pela inserção nos programas. Vidas minuciosamente dissecadas nas inúmeras atividades que trabalham com a memória e recuperam experiências passadas, fornecendo novas lentes para sua leitura, cristalizam-se em histórias de vida que também se apresentam, agora, sob a forma permanente do contraste entre as dificuldades e insucessos do passado e a “nova pessoa” mais ativa, participante e segura do presente.

Mas evidenciam-se logo os limites deste processo de reconstrução do passado através de representações coletivas originadas de outra cultura, letuada, de um *ethos* acadêmico, profundamente marcado por uma ideologia na qual o indivíduo moral é a unidade de análise (Dumont, 1985), indivíduo dotado de uma psique que necessita ser esquadrihada e reconstruída. Numa primeira leitura, são estes princípios simbólicos, oriundos do discurso acadêmico, que parecem ser incorporados como organizadores das narrativas das histórias de vida que os idosos constroem para o pesquisador, evidenciados na ampla utilização dos termos e expressões referidas bem como de ícones do discurso psicologizado (por exemplo, *Freud explica isso*). Contudo, opera-se, muito claramente, uma segunda reinterpretação: a das categorias analíticas oferecidas pelos especialistas que, então, incorporam-se às referências culturais diversas trazidas pelos idosos.

Esta segunda reinterpretação – a que os idosos fazem das categorias que recebem para reler suas vidas – denuncia, também, os limites do relacionamento entre culturas que operam com princípios simbólicos distintos. Partilhando, por sua origem social, uma configuração cultural de referência dos trabalhadores, a maioria dos idosos que adere a estes programas partilha também uma concepção da pessoa bastante distinta daquela que informa as especialidades acadêmicas que orientam a intervenção. Construídos como seres sociais plenos através das relações significativas de que partilham, particularmente as relações familiares e de parentesco (Duarte, 1986; Guedes, 1997), reinterpretem as categorias individualistas no contexto destas relações. Assim é que a *depressão* dificilmente é compreendida, nestas histórias de vida, como resultante de processos inconscientes de construção do indivíduo, mas, em quase todos os casos, como resultado de relações familiares e de parentesco problemáticas. Trata-se de um processo específico de construção da pessoa, em que a *doença*, relida

como procurei demonstrar, como *depressão*, resulta da avaliação do estado e das condições destas relações. Assim, dona Lúcia, por exemplo, não pode deixar de avaliar-se a partir da avaliação que faz do “insucesso” de seus filhos:

Mas eu, pra mim, não sou uma mulher realizada. Não vi filho nenhum formado, não vi filho nenhum casado direitinho. Quer dizer, isso me deixou muito doente, mas hoje, graças a Deus, já saiu isso tudo da minha cabeça. Hoje eu reconheço que a vida é assim mesmo, não choro mais, chorei muito, muito, muito...

E dona Aurora atribui sua *depressão* às perdas familiares:

Ah... eu fiquei deprimida, não foi, só pela aposentadoria, acho que muito problema na família que aconteceu, muitas coisas que aconteceram que eu fiquei... carregando, carregando, carregando..., foi acumulando coisas: como a morte, minha irmã mais nova..., depois de sete meses, que a minha irmã morreu, morreu meu cunhado, a minha irmã que mora em Belém adoeceu, teve uma doença muito grave, veio pra cá, pra vir pra Niterói, pra eu tomar conta dela, eu cuidava dela, trabalhava... e esse tempo todo, eu estava assim...segurando, segurando...

Além disso, outras categorias interpretativas como a do *nervoso*, com amplos e importantes significados na cultura de classe trabalhadora (ver Duarte, 1986), convivem nas histórias de vida com as concepções fornecidas pelos especialistas dos programas e disputam a capacidade de organizar o discurso. Dona Magnólia, por exemplo, nos fala de sua vida passada tendo como centro o *nervoso* de seu marido:

Um homem sempre nervoso, um homem que estava sempre de mal com a vida. Eu não tinha do meu lado um jovem alegre, como eu achei que ia ter, e eu era bem mais moça do que ele. Eu levei uma vida muito dura. Eu tinha que segurar o nervoso do meu marido e os meus filhos, que eu dava toda a atenção pra eles. Então, o meu refúgio maior foram eles e a educação que a gente recebia, que o casamento era uma coisa muito séria.

Portanto, a forma como as concepções oriundas do discurso acadêmico letrado são incorporadas nas histórias de vida dos idosos em projetos gerontológicos, sugerem que elas são destacadas dos contextos simbólicos de que provêm, sofrendo um processo de ressemantização no interior das referências culturais básicas de seus receptores. São, neste sentido, reinterpretadas. Se, por um lado, fornecem novas lentes para a leitura das experiências vividas, por outro não resistem à força de outros mecanismos interpretativos já consolidados e devem conviver com categorias plenas de significado que atuam conjuntamente na leitura deste passado. As histórias de vida recolhidas neste projeto de pesquisa apresentam, simultaneamente, as marcas de seu diálogo com outra cultura e a resistência das interpretações cristalizadas através de outras concepções, estranhas à ideologia individualista que preside tais programas, configurando-se uma espécie de embate simbólico entre concepções individualistas e relacionais da pessoa (ver, também, Ropa & Duarte, 1985). A “versão

de si” apresentada aos pesquisadores neste contexto intercultural apresenta todas as marcas das tensões destes embates nas avaliações dos eventos que apresenta e destaca.

As agências gerontológicas, como outras instituições intermediárias na sociedade moderna, buscam divulgar e disponibilizar concepções e saberes elaborados nos meios acadêmicos, dotando-se de uma evidente dimensão pedagógica. Na interação com pessoas construídas segundo outros princípios simbólicos, profundamente sedimentados, cuja identidade é elaborada no entrecruzamento de inúmeras relações familiares, de parentesco, de amizade, de vizinhança, acrescenta uma dimensão que é vivida como nova, propondo uma inquirição de emoções e sentimentos individuais, provocando uma atenção nova aos sintomas do corpo, fornecendo concepções e instrumentais que legitimam leituras distintas das inserções sociais e políticas até então disponíveis para estas pessoas.

A reconstrução etnográfica aqui empreendida e, no seu contexto, em especial as histórias de vida obtidas, indicam a criação de um terreno mais fluido e flexível, em que se a pessoa construída em termos decisivamente relacionais não se transforma no indivíduo moderno, delimitado e dotado de uma psique determinante, dissecador de si mesmo, ele se torna o ser resultante de uma nova subjetivação, construindo-se tanto quanto é construído. Este processo também nos lembra que, como diz Marshall Sahlins, as categorias estão sempre em risco na ação.²⁵ Neste caso, estão em risco as categorias provenientes do discurso letrado e as categorias provenientes da cultura de classe trabalhadora, possibilitando a emergência de um espaço simbólico novo e imprevisível. Ao ressemantizar as categorias oriundas do discurso letrado produz-se um território novo em que o indivíduo relacional redefine suas relações sem deixar de ser definido por elas. Estes idosos estão, de certa forma, reinventando uma cultura.

Recebido em 15/11/2012 | Aprovado em 08/02/2013

Simoni Lahud Guedes é Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. É professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Suas pesquisas abordam temas como trabalhadores urbanos, futebol brasileiro, categorias etárias. Coordenou a Comissão de Ensino e Ofício da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e é membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) e coordenadora de convênios CAPES-SPU (Argentina).

NOTAS

- * Este artigo desenvolve questões apresentadas inicialmente como comunicação na XX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), realizada no Rio de Janeiro, em 2000, e publicada nos Anais da XX Reunião da SBPH, Curitiba, 2001, p. 37-43, sob o título “Experiência e memória: os limites da reconstrução do passado nas histórias de vida de idosos em projetos de gerontologia”.
- 1 A imposição de coerência e sentido linear na construção de biografias foi analisada por Bourdieu (1996) e denominada como “ilusão biográfica”. Foi também apresentado e discutido no III Congresso Latinoamericano de Antropologia (ALA), realizado de 4 a 10 de novembro de 2012 em Santiago, Chile.
 - 2 A presença do indivíduo como valor, na sociedade moderna pós-Iluminismo, é extensamente elaborada na obra de Louis Dumont (ver, por exemplo, 1985).
 - 3 Na verdade, a entrevista é apenas uma das técnicas utilizadas para a construção das histórias de vida. Documentos, fotografias e diversos outros tipos de dados podem e devem ser utilizados para tal fim.
 - 4 O material empírico utilizado neste artigo foi produzido, em diferentes momentos e contextos, por mim e pelos bolsistas de Iniciação Científica Sandra de Araújo Gonçalves, Felipe Domingues dos Santos e Rosângela dos Santos Bauer, em projetos que coordeno apoiados pelo CNPq. Nos dois últimos anos venho desenvolvendo o projeto denominado “Experiência e memória: a transmissão de saberes entre trabalhadores urbanos”.
 - 5 “A espetacularização do mundo é, primeiramente, o fato da proliferação de imagens que se impõe cada vez mais aos cidadãos espectadores. O ‘conhecimento’ do Planeta, que hoje quase qualquer um de seus habitantes pode ter, passa evidentemente pelas imagens dele que a televisão, principalmente, lhe mostra. Mas a imagem não vem isolada: a história do dia-a-dia é apresentada pelo conjunto da mídia como que se desenvolvendo em um certo número de cenas”. (Augé, 1997: 104).
 - 6 Stuart Hall (1999: 92), por exemplo, anota esta recriação da diferença como uma característica da contemporaneidade:

- “[...] existem também fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o ‘fechamento’ e a Tradição, frente ao hibridismo e à diversidade.”
- 7 Para uma análise aguçada dos principais teóricos que tratam dos processos de subjetivação na pós-modernidade, ver Fridman (2000).
 - 8 “O poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”. (Foucault, 1979, p. 183).
 - 9 Para o conceito de sedimentação de significados, ver Berger & Luckman (1973).
 - 10 Venho discutindo este processo em diversas investigações, tomando como material empírico as histórias de vida de trabalhadores urbanos no Grande Rio, sustentadas e cruzadas com material proveniente de outras técnicas. Ver, entre outros artigos, Guedes (1998; 1999).
 - 11 Delma Pessanha Neves vem desenvolvendo extenso trabalho de investigação sobre o alcoolismo, num projeto integrado em que uma das pesquisas, em andamento, é a de Angela Maria Garcia sobre os Alcoólicos Anônimos. Temos nos beneficiado dos debates e comparações entre tais agências no interior do Grupo de Pesquisa *Transmissão do Patrimônio Cultural*, no qual se desenvolvem também nossos projetos.
 - 12 As palavras destacadas em *itálico* são parte das verbalizações registradas nas etnografias, quer dos especialistas gerontólogos quer dos idosos.
 - 13 Examinei, mais atentamente, este modelo da “nova velhice” professado pelas agências gerontológicas em Guedes (2000).
 - 14 Para a divulgação da perspectiva associada à noção de *terceira idade* nos jornais cariocas nos últimos anos, ver Gonçalves (2000).

- 15 Ver Bauer (2000), Gonçalves (2000) e Santos (2000) para os resultados deste trabalho.
- 16 São aqui considerados fundamentais os postulados estabelecidos pela antropologia social e pela história social (ver, por exemplo, os “clássicos” de Van Gennep, 1978, e Ariés, 1978), que demonstram a origem cultural dos marcos etários e sua consequente naturalização nas visões de mundo.
- 17 Mais adiante será discutida a forma específica pela qual tais diferenças são inseridas no modelo, sem alterar substantivamente a concepção universalizante e biologizante do fenômeno da velhice.
- 18 No artigo referido anteriormente (Guedes, 2000), procurei demonstrar algumas das dificuldades decorrentes da inserção de múltiplas tradições disciplinares na gerontologia e, ainda, a dominância dos princípios epistemológicos universalizantes da geriatria nas intervenções da gerontologia.
- 19 Ver Santos (2000), em trabalho que destaca, particularmente, um viés *feminista* observável em algumas atividades do programa referido..
- 20 Alguns dados estatísticos mais consistentes sobre o programa associado ao Hospital Universitário Antonio Pedro podem ser obtidos em Vidon (1998).
- 21 Os nomes dos entrevistados, como é usual nos trabalhos antropológicos, são fictícios, expediente que visa proteger as identidades das pessoas pesquisadas.
- 22 Ver, para a noção de liminaridade como associada aos rituais de passagem, Van Gennep (1978) e Turner (1974).
- 23 Neste caso, mais visivelmente no segundo programa, ligado à Escola de Serviço Social. Mas tais concepções não estão, de modo algum, ausentes do programa ligado ao hospital universitário.
- 24 Este processo não é, evidentemente, exclusivo da gerontologia. Trata-se, como procurarei registrar abaixo, de uma das dimensões da valorização do indivíduo na cultura moderna.
- 25 “As pessoas colocam, na ação, seus conceitos e categorias em relações ostensivas com o mundo. Esses usos referenciais põem em jogo outras determinações dos signos, além de seus significados recebidos, ou seja, o mundo real e as pessoas envolvidas.” (Sahlins, 1990: 185).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ariés, Philippe. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Augé, Marc. (1997). *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bauer, Rosangela dos Santos. (2000). *A construção do corpo num projeto gerontológico*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense.
- Behar, Ruth. (1995). *Rage and redemption: reading the life story of a Mexican marketing woman*. In: Tedlock, Dennis & Mannheim, Bruce (orgs.). *The dialogic emergence of culture*. Urbana e Chicago: The University of Illinois Press, p. 148-178.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas. (1997). *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido. La orientación del hombre moderno*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas. (1973). *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre. (1996). A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta M. & Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 183-192.
- Debert, Guita G. (1999a). A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: Neri, Anita Liberalesso & Debert, Guita Grin (orgs.). *Velhice e sociedade*. Campinas, SP: Papyrus.
- Debert, Guita G. (1999b). *A reinvenção da velhice. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Debert, Guita G. (1986). Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: Cardoso, Ruth (org.). *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 141-156.
- Duarte, Luiz Fernando. (1986). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dumont, Louis. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. São Paulo: Rocco.
- Foucault, Michel. (1995). O sujeito e o poder. In: Rabinow, Paul & Dreyfus, Hubert (orgs.) *Michel Foucault: uma trajetória*

filosófica. *Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal: 1979.

Foucault, Michel. (1977). *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

Fridman, Luis Carlos. (2000). *Vertigens pós-modernas. Configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Gonçalves, Sandra de Araújo. (2000). *Imagens da velhice e do envelhecimento em jornais cariocas*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense.

Guedes, Simoni Lahud. (2001). Experiência e memória: os limites da reconstrução do passado nas histórias de vida de idosos em projetos de gerontologia. *Anais da XX Reunião da SBPH*, Curitiba, p. 37-43.

Guedes, Simoni Lahud. (2000). A concepção sobre a família na geriatria e na gerontologia brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15/43, junho, p. 69-82.

Guedes, Simoni Lahud. (1999). História de vida e história local: a construção social da memória. *Anais da XVIII Reunião SBPH*, Curitiba, p. 99-102.

Guedes, Simoni Lahud. (1998). A pedagogia dos casos: experiência e memória na vida dos trabalhadores urbanos. In: *Oral history: challenges for the 21st century*. Xth International Oral History Conference: Proceedings. Rio de Janeiro: Ed. FGV, vol. 1, p. 52-59.

Guedes, Simoni Lahud. (1997). *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: Eduff.

Hall, Stuart. (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Ropa, Daniela & Duarte, Luiz Fernando. (1985). Considerações teóricas sobre o "atendimento psicológico" às classes trabalhadoras. In: Figueira, Sérvulo (org.), *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, p. 178-201.

Sahlins, Marshall. (1990). *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar.

Santos, Felipe Domingues. (2000). *As releituras das histórias de vida e sua transformação em experiências coletivas*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense.

Turner, Victor. (1974). *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.

Van Gennep, Arnold. (1977). *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

Velho, Gilberto & Kuschnir, Karina. (1996). Mediação e metamorfose. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 2/1, abril, p. 97-108.

Vidon, Maria Acácia. (1998). *Sala de espera e o idoso na proposta de educação e saúde*. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Geriatria e Gerontologia, Universidade Federal Fluminense.

**VIDAS REVISITADAS:
A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO DE IDOSOS
EM PROGRAMAS GERONTOLÓGICOS**

Palavras-chave

Idosos; Identidade;
Histórias de vida;
Projetos gerontológicos;
Sociedades complexas.

Resumo

Examino, neste artigo, o processo de reconstrução do passado de idosos engajados em projetos gerontológicos, utilizando material empírico produzido em pesquisas sob minha coordenação. Seguindo a orientação de Ruth Behar, considero que cada narrativa chamada de “história de vida” constitui-se na produção de um texto que é uma versão do self construída por um sujeito. Neste sentido, o artigo tem dois objetivos: o primeiro, de ordem teórico-metodológica, visa acentuar a dimensão interpretativa e situada das narrativas estudadas, verificando como algumas categorias interpretativas ordenam a produção das histórias de vida em agências gerontológicas; o segundo é contribuir para uma discussão mais ampla sobre as formas de relacionamento entre culturas diversas em sociedades complexas.

**LIVES REVISITED:
THE RECONSTRUCTION OF THE SENIORS' PAST
IN GERONTOLOGICAL PROGRAMS**

Keywords

Seniors; Identity;
Life stories;
Gerontological projects;
Complex societies.

Abstract

The article addresses the reconstruction of the past of seniors engaged in gerontological projects. It emphasizes that each of the narratives we call “life story” consists in producing a text that “is, in fact, not the person, but a version of the self constructed by a subject”, as Ruth Behar put it. That said, the article has two objectives: the first is a theoretical-methodological one, and accentuates the interpretative and situated dimension of these narratives, exploring how some interpretive categories organize the production of life histories in geriatric agencies; the second is to contribute to a broader debate about the forms of relationships between different cultures in complex societies.

REGISTROS DE PESQUISA

NATHAN WACHTEL: HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA DE UMA AMÉRICA “SUBTERRÂNEA” *

À memória de John Monteiro

Em 1992, o Collège de France recebia Nathan Wachtel como titular da “Cátedra de História e antropologia das sociedades meso e sul-americanas”. Nada mais adequado do que um título como este, que abriga plenamente o seu trabalho de etno-história, inaugurado em 1971 com *La vision des vaincus* [A visão dos vencidos]. Neste livro, tornado clássico, é o ponto de vista dos índios do Peru, confrontados aos conquistadores espanhóis, que dá inteligibilidade à sua própria história.

Foi preciso quase vinte anos de pesquisas para que Wachtel recolhesse, a seguir, na Bolívia, os traços identitários de populações que atravessaram quatro séculos de experiências violentas de conquista. Remontar do presente em que se encontram esses traços ao passado mais distante de que são resíduos é uma ambição largamente cumprida em *Le retour des ancêtres* [O Retorno dos ancestrais], de 1990.

No começo da década seguinte, essa mesma experiência intelectual se volta para o que Wachtel chamaria de “ciclo de estudos marranos”, materializado em três livros. *La foi du souvenir* [A fé na lembrança], de 2001, segue a máxima benjaminiana de que “nada do que alguma vez aconteceu está perdido para a história”, estampada em epígrafe, desde a primeira página do livro. O que parece “perdido para a história” pôde, sem dúvida, ser encontrado entre memória e esquecimento, nas trajetórias de marranos ibéricos refugiados na América. Fiéis às escondidas, suas práticas e suas “formas de pensamento” fo-

ram, assim, trazidas à tona e significadas no interior de uma “condição de vida marrana”. Em *La logique des bûchers* [A lógica das fogueiras], de 2009, Wachtel toma os dispositivos inquisitoriais dos tribunais ibéricos que perscrutam essa “condição marrana” como práticas racionais baseadas na gestão lógica da prova, cujas formas são relacionadas – no interior de uma anacronia histórica controlada – aos sistemas totalitários do século XX. A trilogia se completa, por fim, em 2011, com *Mémoires marranes* [Memórias marranas], que reúne relatos de histórias vividas no Nordeste do Brasil, neste século XXI. Um percurso de mais de dez anos de pesquisa de campo resultou, assim, na construção de uma memória marrana brasileira, sempre dilacerada entre duas vontades – de fidelidade e de apagamento – e entre duas posturas – de perseverança e de recusa –, mas que faz ecoar, em todo caso, as mesmas vontades e posturas de um passado distante e, de certo modo, recalcado.

No Rio de Janeiro, Nathan Wachtel nos falou dessa sua singular experiência de trabalho, em que o relato dos vivos se une à letra dos mortos, índios ou marranos, como história de uma América “subterrânea”, soterrada nas conquistas do passado, porém viva em vestígios de memórias no nosso presente.¹

Andrea Daher. É reconhecível na sua obra, desde *La vision des vaincus* até o último livro da sua trilogia sobre o marranismo, *Mémoires marranes*, uma tensão permanente entre passado e presente, que se desdobra numa perspectiva que é, ao mesmo tempo, histórica e antropológica. Em seu segundo livro, *Le Retour des ancêtres*, surge a seguinte explicação: “Se a parte etnológica precede aqui a parte histórica, não é, portanto, para projetar esquematicamente o presente no passado”. Esse é, aliás, um livro que parte de um trabalho etnográfico na Bolívia e, através de uma “história regressiva” feita a partir de pesquisa em arquivos, remonta até o século XVI. É uma maneira muito interessante de relacionar presente e passado, definida em seus próprios termos: “Trata-se, combinando problemáticas, técnicas, das duas disciplinas [história e etnografia], na base de um material duplamente composto, de definir o modelo ao qual se conforma a sociedade *chipaya*, de estudar a sua gênese e de seguir a sua evolução através dos tempos da história” (ver Wachtel, 1990: 9, tradução nossa). Nesse sentido, pergunto: como se poderia definir essa tensão entre passado e presente na sua obra? Como se fundamenta essa necessidade de compreender o presente, de partir dele ou, nesse caminho regressivo ao passado, de se chegar numa questão levantada no presente? E a pergunta se desdobra, talvez, no sentido de uma indagação de caráter mais ético-político: existe algum traço de dever de memória nessa relação, na sua obra, entre presente e passado?

Nathan Wachtel. Nos anos 1960, quando comecei a buscar um tema de pesquisa para a minha tese, no contexto geral da descolonização, vivíamos algo que foi mais que um episódio: foi o drama, para a França, da guerra com a Argélia e a emergência do que na época se chamava “Terceiro Mundo”. De minha par-

te, tive vontade de sair do estudo da história da França e de trabalhar sobre esse “vasto mundo”, que incluía nada menos que a África e a América Latina. A possibilidade de estudar América Latina surgiu, mais precisamente, em conversa com Ruggiero Romano, historiador ligado aos *Annales*. E por que a América Latina? Por questão de fontes. As fontes da administração espanhola ou portuguesa são, de fato, muito mais ricas que as da África, onde a documentação é não apenas mais pobre, mas também nem tão antiga. E por que o Peru, a Bolívia e os Andes, antes que o México? Porque México estava um pouco mais estudado que os Andes. Na conversa como Romano surgiu a ideia de estudar a conquista espanhola do ponto de vista dos índios, do ponto de vista dos vencidos. E nessa época eu não havia ainda lido Walter Benjamin e suas famosas teses sobre a história, em que diz, de maneira tão obscura quanto sugestiva, que não se há de continuar a fazer uma história erudita, acadêmica, como história dos vencedores, dos dominantes. Só descobri Benjamin mais tarde. Mas a ideia de estudar a visão dos vencidos, suponho, tinha algo a ver com minha experiência da Guerra, das perseguições e das vítimas. Eu não precisava ter lido Benjamin para ter interesse nas vítimas e nos vencidos.

Mas ninguém tem a obrigação de fazer como eu fiz: trabalho de pesquisa histórica nos arquivos e trabalho de pesquisa etnográfica em campo. Não há nenhuma obrigação nesse sentido, pois isso depende do tema, depende das possibilidades de fazer trabalho de campo etc. No caso do estudo que resultou no livro *Le retour des ancêtres*, havia uma vasta documentação conservada nos arquivos de Sevilla, de Lima, de Sucre – os arquivos de Sucre são uma maravilha. Escolhi os índios *Urus* porque sabia, pela literatura produzida por meus predecessores, que havia um enclave de índios que não eram *Aymaras*, dominantes na Bolívia, mas *Urus*, dominados por seus vizinhos *Aymaras*. Meu interesse se voltou, então, dessa vez, para o estudo histórico e antropológico “dos vencidos dos vencidos”. Era uma maneira de aprofundar a questão. Mas, por outro lado, a propósito da tensão passado-presente e da história regressiva, como disse, os *Annales* que eu havia conhecido na minha formação não eram uma escola, nem mesmo uma doutrina, mas um “espírito” que tratei de assumir. Foi Robert Mandrou que me recomendou a leitura e me fez descobrir Marc Bloch. Comecei pelo seu maravilhoso livro sobre a derrota da França em 1940, *L'étrange défaite* (1946) (lembramos que Marc Bloch é um historiador medievalista, mas esse é um dos melhores estudos sobre a sociedade francesa dos anos 1920 e 1930). O método regressivo é recomendado e praticado por Bloch quando, por exemplo, em seu livro sobre a história rural da França (1931) – em que pese a formação geográfica que tinham, então, os historiadores franceses –, ele estuda as paisagens e a cartografia do século XX de modo regressivo. A propósito do vínculo entre passado e presente, Marc Bloch afirma, em sua *Apologia da história. O ofício do historiador* (2002), que a história é uma ciência que consiste em unir no tempo o estudo dos mortos com o estudo dos vivos.

Minha formação é, portanto, uma formação de historiador, marcada porém pela obra e pelos ensinamentos de Claude Lévi-Strauss, de quem fui aluno. A leitura de *Tristes trópicos* (2001), em particular, me trouxe o interesse de juntar história e antropologia. No que diz respeito à minha experiência de trabalho, ao trabalho de campo, creio hoje que tenha sido algo um tanto ingênuo e romântico. Talvez fosse uma ilusão, mas havia algo comovente em fazer essa experiência de trabalho de campo com os descendentes do povo que eu encontrava, três séculos antes, na documentação conservada nos arquivos. E, reciprocamente, o trabalho nos arquivos ganhava outra dimensão a partir do momento em que comecei a conhecer os descendentes daquele povo do passado no meu próprio presente. Por que essa ideia de reunir o estudo dos vivos e o estudo dos mortos? Havia a recomendação de Marc Bloch e havia também, nessa pesquisa, à maneira que descreve Walter Benjamin, alguns momentos privilegiados em que o passado irrompia no presente. Sentimos o passado vivendo no presente. E é assim que temos experiências excepcionais.

Uma dessas experiências, que vivi de uma maneira realmente muito comovente, foi narrada no livro *Le retour des ancêtres*. Então, se me permitem, vou repetir essa história, que lhe dá o título. Por que “O retorno dos ancestrais”? O que significa isso? Refiro-me a uma passagem do livro, que narro agora, indicando, antes de tudo, o contexto: os *Urus-Chipayas* são um enclave de duas mil pessoas na Bolívia, num deserto de sal, na encosta de um lago salgado, semidesértico. Mas os *Chipayas* conseguiram um pedaço de território. Metade desse território é totalmente desértica, e a outra metade é irrigada, onde se cultiva quinua (e nada mais que quinua), junto à criação de algumas poucas cabeças de gado, de lhamas e de cordeiros. Em meados do século XVI, quando chegaram os espanhóis, os *Urus* representavam 25% da população indígena. E o que aconteceu? Hoje em dia, os *Chipayas* não representam sequer 0,1%: são dois mil índios, não mais que isso. Não são os únicos sobreviventes dos *Urus*: restam ainda alguns, ao longo do *Desaguadero* que une o Lago Titicaca com o Lago Poopó. Mas esses *Urus* continuam a ser, como sempre foram, pescadores, caçadores de aves aquáticas, e não possuem terras. Continuam dominados por seus dominantes *Aymaras*. Os *Chipayas* são os únicos que sobrevivem como comunidade, graças ao seu território, mais precisamente, embora esse território seja paupérrimo. Conservam seus costumes próprios, têm um sentimento muito agudo de identidade e conservam também o seu idioma. São, aliás, trilingües: têm o seu idioma próprio, que chamam *puquina* (há um debate entre os linguistas sobre se esse é o verdadeiro *puquina* ou não, mas, de todo modo, é dessa forma que o denominam); falam também o *aymara*; e, como há uma escola no povoado desde 1940, quase todos, salvo os mais velhos, falam espanhol. Pude fazer minha pesquisa de campo em castelhano e, embora não tenha aprendido o *puquina*, tive de aprender algumas noções de sua visão de mundo, de seus ritos etc. Se conto aqui tudo isso é porque encontrei também, no *Desa-*

guadero, outros *Urus* que são mais misturados com os *Aymaras*, que não possuem terras e que, à época, já não falavam *puquina*, e sim *aymara*. E quando contei aos meus informantes em *Chipaya* que havia outros *Urus*, eles então me disseram algo como: “Sim, já ouvimos dizer que temos irmãos”. Não sei se isso é recomendado pela deontologia científica, no sentido de que não se deve intervir no objeto estudado – mas intervimos sempre, é inevitável. Nossa simples presença já é uma intervenção, isso há de ser levado em conta. Então, continuei intervindo e propus a dois de meus informantes que me acompanhassem numa viagem de trezentos quilômetros (isso significava voltar a *Oruro*, uma viagem de três dias), para visitar os irmãos *Urus* do *Desaguadero*. Eles, com entusiasmo, fizeram a viagem. Chegamos à aldeia dos *Muratos*, que é o nome do grupo do Lago do *Desaguadero*, onde os *Chipayas* foram acolhidos com grande emoção, em verdadeira confraternização. Ficamos dois ou três dias, não mais que isso, porque não tínhamos tempo e tampouco queríamos abusar da gentileza dos *Muratos*, que são ainda mais pobres que os *Chipayas*. Uns pareciam com os outros, mas os *Chipayas*, como diziam os *Muratos* em seu espanhol, eram *ricatus*, ou seja, riquíssimos, pois possuíam terras. E, mais ainda, os *Chipayas* haviam conservado o idioma dos antepassados. Os *Muratos*, como já disse, esqueceram a sua língua, salvo uma senhora que sabia alguma coisa.

A.D. E falavam, então, castelhano?

N.W. *Aymara* e castelhano, sim. Os outros falavam *puquina*, *aymara* e castelhano, e entre eles se comunicaram em *aymara*. De que falavam, todo tempo, durante o encontro? Precisamente do idioma. Os *Muratos* passaram esses dois ou três dias perguntando: “E como se diz isso em *puquina*?” Eles haviam guardado alguns termos da língua *puquina* relacionados ao parentesco, ou termos para a fauna, para os peixes e aves, o que se explica por seguirem sendo pescadores. Eles mesmos se designam como “homens d’água”.

Mas o momento excepcional se sucedeu ao final do encontro. No momento da despedida, homens e mulheres se posicionaram formando um círculo, com os *Chipayas* ao centro, e o chefe, a autoridade dos *Muratos*, pediu que falassem em seu idioma, no idioma dos ancestrais. Os visitantes *Chipayas* falaram *puquina*, o que para eles era natural, como falam todos os dias, em sua aldeia. Nesse momento aconteceu algo realmente comovente – eu estava a ponto de chorar. Todos os *Muratos*, homens e mulheres, tiraram o chapéu, inclinaram a cabeça e ouviram a conversa entre os *Chipayas* como se fosse uma oração, de maneira religiosa. Isso era, para eles, como o retorno dos ancestrais. Era, então, o passado que voltava a viver no presente. Esse foi um momento benjaminiano. Os *Chipayas* falaram durante um momento e, quando terminaram, os *Muratos*, que haviam escutado tirando o chapéu, se posicionaram em fila, e homens e mulheres, um atrás do outro, abraçaram cada um dos *Chipayas* para agradecê-los por sua presença e por de serem, dessa maneira, como uma encarnação de seus ancestrais.

A.D. Que sentidos de história e de antropologia resultaram, então, dessa experiência etnográfica singular?

N.W. Concebo *Le retour des ancêtres* como o trabalho em que tratei de juntar, da maneira mais completa possível, o método histórico de trabalho de arquivo e o método etnográfico de trabalho de campo, porque o tema se prestava a isso. Mas, mais em detalhe, como se complementam praticamente etnografia e história? Vou tratar de explicá-lo. Concebi o livro também, modestamente, como dizíamos nessa época, como um livro de “história total”. Em que medida “total”? Na medida em que tratei de estudar como se articulavam o substrato demográfico, primeiro, e o econômico, a seguir, segundo o modelo dos *Annales*. Então, como se articulavam economia, sociedade e cultura? Comecei, para seguir a história regressiva, com o trabalho etnográfico, que tem como meta chegar a um modelo que pode ser um modelo antropológico, porque a partir do trabalho de campo se estuda como funciona a organização da vida econômica, a organização do espaço, a organização da sociedade e de seus distintos grupos, da vida política, digamos, na relação com as autoridades (os “*alcaldes*”, o “*corregidor*”, que são títulos espanhóis). E, acima disso, estavam a vida religiosa e a síntese do que chamei “sistema pagão-cristão”, porque do ponto de vista religioso esses índios têm suas festas, seus cultos das divindades (a *Pachamama*, os *Mallkus* etc.) associados intimamente com os santos e o cristianismo. Então, a partir do trabalho de campo pude reconstituir esse modelo que organiza o conjunto da sociedade *uru-chipaya* – “modelo” é uma palavra diante da qual não devemos nos assustar. Em que consiste isso? Consiste em reconstituir o sistema de pensamento, de classificação. Nisso também sigo Lévi-Strauss. Mas é o sistema dos informantes, não o meu, embora traduzido em nosso vocabulário científico. E então, de que se trata? Trata-se de uma organização que encontramos em todo o mundo andino, até o Peru, excluindo o Equador: o sistema dualista. O sistema de pensamento dualista significa o jogo de categorias tais como acima-abaixo, esquerda-direita, masculino-feminino. A partir desse jogo de categorias de oposição e de complementaridade se organiza o espaço, as duas metades da aldeia com as quatro esquinas e os quatro bairros. Esse modelo dualista e quadripartite organiza – embora agora não possa entrar em detalhes – tanto a vida econômica quanto a vida cultural religiosa, como um sistema de peças que se complementam (deuses andinos e entidades cristãs). Esse sistema, finalmente, não é tão original, na medida em que o sistema dualista que encontramos em todos os Andes bolivianos e peruanos é o mesmo sistema que os *Urus-Chipayas* adotaram dos *Aymaras*. Mas a pergunta é: como explicar esse sentimento distinto de identidade entre eles? Eles possuem uma identidade distinta dos *Aymaras*, com um sistema de organização social e de pensamento que é simplesmente o mesmo. Como explicar esse paradoxo de uma organização muito parecida com a organização *aymara*, enquanto os *Urus* não tinham esse sistema dualista?

Não posso expor aqui as 700 páginas do livro. Mas, para tratar de responder ao problema que procede do estudo etnográfico, o caminho que tratei de seguir para buscar explicações foi a pesquisa histórica. Esse modelo existia no presente etnográfico dos anos 1970, e ainda nos 1980. Como se constituiu? A partir de quando existe? Como evoluiu? E podemos dar uma explicação histórica? O problema é antropológico e minha explicação, a explicação que tratei de dar à pergunta do problema antropológico, é uma explicação histórica. Qual é essa explicação histórica? A grande maioria da população *Uru* se reduziu de 25% a 5%, já na metade do século XVII. O que aconteceu? No século XVII, não houve matança dos *Urus* mais que dos outros indígenas. Tampouco havia razão para que as doenças, as epidemias tivessem mais impacto sobre uns que sobre outros. O que aconteceu? Foi um fenômeno que começou a se produzir já no tempo dos Incas: a documentação conservada nos arquivos apresenta alguns elementos que provam que o processo de sedentarização dos *Urus*, “homens d’água”, havia começado já na época dos Incas. Não entro em detalhes agora em relação a todo o sistema de trabalho obrigatório, mas lembro que os *Urus* tinham o privilégio de serem trabalhadores de obrigação em relação aos Incas e foi dessa forma que puderam começar a ter algumas parcelas de terra. O fenômeno se acentuou durante a segunda metade do século XVI e todo o século XVII. Cabia saber as razões. Então, para essa história total tive de seguir os métodos clássicos da história, à época, sobretudo os métodos estabelecidos por Ernest Labrousse baseados, fundamentalmente, em curvas de preços e em curvas demográficas (muito bem ilustrados pelo trabalho de Pierre Goubert). Que relação tem tudo isso com essa aldeia de *Chipayas*? Como consequência das epidemias, que acabo de mencionar – sobretudo as de varíola que, como sabemos, foram desastrosas –, na segunda metade do século XVI pode-se estimar que 80% ou 90% da população indígena desapareceu. O que aconteceu então? Durante o século XVII havia pouca gente e muito espaço, e os *Urus* puderam, com isso, se sedentarizar facilmente. Não se sedentarizaram nas melhores terras, claro, mas nas terras mais inóspitas. Os *Aymaras*, que também foram diminuindo, não puderam impedir que se estabelecessem em algumas terras. E o que aconteceu? Estes *Urus* que se sedentarizaram ao mesmo tempo adotaram os costumes e os valores da cultura dominante. A cultura dominante não era a espanhola, mas, para eles, a *aymara*: eles se “aymarizaram”. E há provas disso na documentação da administração espanhola, em que se pode ler que em tal aldeia os *Urus* “se confundiram com os demais na população”. Uma vez “confundidos”, “misturados” aos demais e já não podiam ser reconhecidos enquanto *Urus*: já eram *Aymaras*. E, também, estudando em detalhe as distintas categorias de taxas, de impostos, era possível ver a distinção que então se fazia entre *Urus* e *Aymaras*. Como se pode concluir à leitura das listas de taxas, os primeiros pagavam menos taxas porque eram mais pobres. Porém, entre o século XVII e o século XVIII, muitos passaram da categoria de *Uru* à categoria de

Aymara, passando com isso a pagar mais. Num sistema paradoxal como esse, desde o século XVI, portanto, há *Urus* que pedem para ser classificados como *Aymaras*, porque isso era mais prestigioso, embora passassem a pagar mais taxas. Assim, a maioria dos *Urus* se “aymarizou”, salvo um reduto, é claro, constituído por aqueles que não conseguiram a posse de terras. E os *Chipayas* formavam, justamente, a parte dos *Urus* que continuava sendo *uru* – ou seja, gente considerada bárbara, selvagem, detentora de outro idioma, de outros costumes etc. O que aconteceu com os *Chipayas* é que eles se tornaram a exceção que confirmava os demais, visto que acabaram por conseguir seu pedaço de terra na segunda metade do século XVIII. Mas as curvas demográficas e as curvas de preços indicam que, sobretudo nessa segunda metade do século XVIII, já havia uma mudança de conjuntura, ou seja, que a população se recuperou e cresceu. Durante o século XVII e começo do XVIII, digamos, tinha-se terra abundante e população rara. Pouco mais de meio século depois, tinha-se o contrário: a terra já era mais rara e a população mais numerosa. Os *Chipayas* tiveram de combater, de lutar, de fazer guerra, física e juridicamente, contra seus vizinhos. E, não sei por que milagre, eles conquistaram alguns direitos junto aos administradores espanhóis que reconheceram os limites de suas terras desérticas. Não sei se essa é uma explicação total, mas me parece uma explicação que já permite entender como eles puderam adotar o modelo de organização *aymara*, mas conservaram sua identidade de *Urus*, porque tiveram de lutar contra seus vizinhos. Hoje em dia, eles narram essas histórias como feitos heroicos de seus ancestrais, e o conflito segue assim até hoje: esses conflitos de conquista e de defesa de terras fazem com que esse passado siga presente. Ao que me parece, isso permite entender algo da identidade *chipaya*, que é o fio condutor desse livro, e será o fio condutor da trilogia seguinte: como a memória é o componente fundamental da identidade.

A.D. Esse mesmo fio condutor o levou, sem dúvida, a adotar recorrentemente o procedimento de buscar no trabalho de campo aquilo que é passível de ser encontrado nos arquivos, e vice-versa. Em *Mémoires marranes*, mais uma vez, o trabalho consiste em buscar hoje, no Nordeste do Brasil, resíduos de representações marranas. Esse é um trabalho etnológico, por excelência.

N.W. Concordo totalmente.

A.D. Sobre esse trabalho, gostaria de indagar, primeiro, quanto à ideia de um “marranismo indígena”, que aparece vagamente em alguns de seus trabalhos. Como se sabe, é perceptível, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, uma continuidade entre a luta contra a heresia na Europa e a “conquista das almas” na América, do ponto de vista, digamos, contrarreformado. Nesse sentido, gostaria de projetar a reflexão para os objetos de seus estudos andinos e da sua trilogia marrana: há analogias observáveis entre esses marranos, cristãos novos,

judeus (categorias essas que merecem, é claro, ser nuançadas) e índios da América, como os *Urus-Chipayas*, do ponto de vista do historiador dessas culturas? N.W. A resposta mais simples e, para não entrar agora em outros matizes, é que não há relação direta, não se pode ter uma relação direta. Mas há analogia, e não somente retórica. Falo, sim, entre aspas, de um “marranismo indígena”. Durante uma época, antes que se constituísse precisamente esse sistema sincrético pagão-cristão, houve um momento em que os dois sistemas de ritos estavam justapostos, digamos, durante a segunda metade do século XVI. E quando se constitui esse modelo de sincretismo pagão-cristão? Não há uma data exata, evidentemente, mas eu diria que foi ao longo do século XVII. E repito, durante a segunda metade do século XVI e começo do XVII, há relatos de que os índios praticavam, no exterior, ritos cristãos de maneira bastante dócil, como recomendavam os padres; e que, clandestinamente, no interior, praticavam seus ritos aos *Mallkus*, à *Pachamama*. Há casos, por exemplo, de descoberta, debaixo do altar da igreja, de uma pedra que representa o espírito de tal ser ou de tal ídolo. Foi isso que considerei como um tipo de “marranismo”. Ou seja, nessa justaposição entre o exterior dissimulado e o interior voltado para a fé verdadeira, podemos estabelecer uma analogia com o marranismo.

Agora darei um matiz a mais à resposta (que não indico tampouco no livro *Memórias marranas*, em que faço rapidamente uma alusão apenas ao que direi). Antes de fazer a pesquisa no Nordeste do Brasil, eu havia trabalhado nos arquivos do México (que são riquíssimos em documentação inquisitorial). Eu havia ouvido falar, então, de uma aldeia, localizada a uns 100 quilômetros a nordeste da Cidade do México, próximo da pequena cidade mineira de *Pachuca*: chama-se *Venta Prieta* (hoje subúrbio de *Pachuca*). Foi lá que ouvi histórias e li artigos de jornalistas – e também de um ou dois historiadores – sobre os “índios judeus”. Também na documentação oficial da comunidade judia do México, fala-se dos “aborígenes judeus” de *Venta Prieta*. Então, fiquei muito interessado em encontrar essa gente. Na realidade, eles nada têm de índio: são como todos os mexicanos, ou seja, alguns deles são mais ou menos escuros, outros de cor bem branca e até loiros. Há de todo tipo, mas eles se consideram todos descendentes de cristãos-novos. Comecei a trabalhar, a pesquisar sobre eles, mas não continuei, e isso por duas razões: porque, como bons marranos, não eram muito abertos – e tinham toda a razão de não o serem –, sobretudo porque estavam ressentidos em relação aos artigos que então se publicavam sobre eles. Para explicar que a minha intenção não era a de um jornalista, levei um bom tempo. E talvez eu tenha chegado tarde demais, pois me disseram que haviam regressado ao judaísmo nos anos 1920 e 1930. Quanto às lembranças do tempo em que praticavam costumes clandestinos, sua memória já não era tão rica.

Além disso, os habitantes de *Venta Prieta* recusam totalmente serem considerados como índios ou descendentes de índios e tampouco duvidam que descendem de cristãos-novos. Observei, ainda, que a profundidade de sua me-

mória genealógica não era tão grande, pois não ia mais que ao começo do século XX, ou ao final do século XIX. E quando descobri que, aqui no Brasil, a memória genealógica daqueles cujos relatos de vida apresento em meu livro remonta facilmente, em muitos casos, ao começo do século XVIII e até finais do século XVII, fiquei impressionado. Por isso continuei a pesquisa aqui, embora os dados recolhidos paralelamente nos arquivos históricos sejam fragmentários. Ao estudarmos a memória, não podemos deixar de levar em conta o esquecimento: o que está presente na memória é o que sobrevive ao esquecimento. De todo modo, os relatos de vida e a descrição dos costumes eram um material muito mais rico, e isso fez com que eu continuasse a pesquisa no Nordeste do Brasil.

Dito isto, não há relação direta entre índios e cristãos-novos marranos. O fio condutor que relaciona as duas pesquisas é a problemática: a problemática da memória e da identidade. A memória como fundamento da identidade é o fio condutor do segundo ciclo de pesquisas que realizei.

A.D. Nesse trabalho monumental realizado tanto em seus primeiros livros sobre os ameríndios quanto na trilogia mais recente sobre os marranos são mobilizadas categorias de largo uso, tal como a de “sincretismo cultural”, a que se referiu há pouco. Noções como esta estão muito marcadas por uma concepção de aculturação, tal como aparece no artigo de sua autoria publicado, em meados dos anos 1970, no volume dirigido por Pierre Nora e Jacques Le Goff, *História: novos problemas* (1976). A seguir, essa noção assumiu uma função central na definição do movimento recíproco de aculturação que caracteriza, por exemplo, as relações entre cultura letrada e cultura popular. Ela deveria se tornar mais apta a dar conta do caráter permeável das “culturas”, no sentido de que uma cultura colonizadora ou dominante pode ser permeada pela cultura dominada, fazendo com que sejam produzidos novos objetos, novas representações e, enfim, novas práticas sociais. Qual o papel desempenhado por noções como essas, de “aculturação” ou de “sincretismo”, na perspectiva dessa dinâmica de permeabilidades culturais, no seu trabalho?

N.W. Sim. Há palavras e noções que têm sua moda. Na época em que escrevi o artigo sobre “aculturação”, na coletânea de Nora e Le Goff, a questão estava na moda, agora já menos. Mas penso que essas noções vagas de aculturação, de sincretismo ou de mestiçagem sempre têm seu valor, claro, mas com a condição de que precisemos como os componentes que vêm de culturas distintas se combinam (se é que se combinam). É difícil pensar que elementos provenientes de culturas distintas – porque é disso que se trata – se encontram: não gosto tanto da noção de “encontro de culturas”, porque esses supostos encontros normalmente são choques. Prefiro falar de “choques de culturas”, em que, geralmente, é a cultura dominante que impõe seus valores.

Volto aqui ao tema que estudei em *Le retour des ancêtres* para especificar o que entendo por sincretismo pagão-cristão ou aculturação. É um caso de

aculturação entre a cultura ocidental e a cultura andina, nesse caso. Mas o que acontece é que a cultura dominada andina integra elementos da cultura dominante, embora submetendo esses elementos à sua própria forma de pensamento que é, no caso andino – esquematizando muito –, um tipo de classificação dualista (com as categorias que citei antes, acima-abaixo, esquerda-direita etc.). Porque no sistema que chamo “pagão-cristão” dos *Urus-Chipaya* e dos *Aymaras*, significa que as entidades sagradas entram no sistema de classificação indígena. E o que acontece é que nesse sistema de classificação dualista andino, pagão-cristão, logicamente, os santos estão acima, no céu, a *Pachamama* está abaixo, a *Pachamama* feminina está do lado esquerdo, os santos do lado direito, os *Mallkus* estão abaixo, mas à direita etc. Os elementos ocidentais estão submetidos à lógica desse pensamento andino: eu diria que há uma “andinização” dos elementos ocidentais. É uma sociedade dominada que continua com seu tipo de pensamento e que integra elementos de fora. De tal maneira que, sem querer ofender a fé cristã, ao menos nos anos 1970 quando eu fazia trabalho de campo, os *Chipayas* estavam bem divididos entre os tradicionalistas (que seguiam os ritos pagãos), os que haviam se convertido ao pentecostalismo – e que haviam recusado, claro, toda idolatria e todo paganismo – e os católicos que faziam uma “contrarreforma” em relação aos pentecostais, recusando também o que haviam tolerado durante cinco séculos.

E para responder a sua pergunta a propósito da aculturação da sociedade dominada – estou pensando na época colonial, na sociedade *criolla* –, no Brasil não há como insistir mais sobre a integração de elementos indígenas ou africanos: vocês sabem melhor que eu sobre esse tipo de integração cultural. Em outro contexto, tenho de mencionar o excelente trabalho da minha colega e amiga Solange Alberro (1992), que estudou esse tipo de aculturação na sociedade *criolla* do México, no que diz respeito à culinária, à medicina, à cultura, de modo geral.

A.D. Ao ouvi-lo agora e ao pensar no que é dito de modo explícito em *A fé na lembrança*, o seu trabalho de pesquisa guarda muitas identidades com os trabalhos de micro-história. Além de uma identidade de problemática, há também uma identidade de procedimentos. Se tomarmos o diagnóstico feito hoje sobre o trabalho de Carlo Ginzburg, que partiria de uma micro-história para chegar numa macroantropologia, talvez se possa reconhecer um modelo semelhante, na sua obra, mas com pontos de saída e de chegada diversos: o seu trabalho parte de uma etnografia – num nível que se situa, para dizer como Jacques Revel, “ao rés do chão” – para chegar numa história total. Nesse sentido, sobretudo, o livro *Mémoires marranes* compõe-se com a coleta de uma série de trajetórias, de pequenas histórias, com a função de trazer à tona, através de uma etnografia muito localizada, uma história de longa duração que – na totalidade dos livros da trilogia – remonta aos tempos inquisitoriais. Qual seria, então, o

valor dessas abordagens “micro” e “macro”, nas perspectivas histórica e antropológica assumidas na sua obra?

N.W. Você mencionou a obra de Carlo Ginzburg. Lembro que o estimo muito e o leio com o maior interesse. Realmente, é um autor com quem compartilho muitas perspectivas. Talvez por falta de competência minha, não sei se estou totalmente convencido pelo imenso quadro da última parte de *Os andarilhos do bem* (1988), mas estou totalmente de acordo com um artigo de Ginzburg que se chama, exatamente, *O inquisidor como antropólogo* (1991). Compartilho do que afirma nesse texto porque, precisamente, os interrogatórios dos arquivos inquisitoriais são um trabalho de campo. O inquisidor se comporta – não com as mesmas intenções, com isso estamos todos de acordo – como o antropólogo que faz perguntas e se informa. Isso é etnografia ou micro-história. E a micro-história é interessante na medida em que tal caso vem complementar outro caso.

Para mim, história e antropologia se distinguem apenas por suas fontes: dito de modo simples, o trabalho de campo por um lado, os arquivos do outro. Concordo com sua análise: começo com algo que está efetivamente no nível do indivíduo, seja como etnógrafo ou como historiador, recolhendo relatos de vida, como fiz em *Mémoires marranes*. Não pretendi fazer uma combinação completa, equilibrada, como tratei de fazer em *Le retour des ancêtres*. Por razões pessoais, eu não tinha disponibilidade para dedicar anos ao trabalho de campo, como no trabalho com os *Urus-Chipaya*, e tampouco para fazer uma história total à maneira dos *Annales*. Em *Le retour des ancêtres*, as curvas demográficas, as curvas de preços, como disse, serviram para estabelecer que a sedentarização dos *Urus-Chipaya* ocorreu na fase conflituosa de população abundante e terra rara. No caso de *Mémoires marranes*, não havia razão para passar por curvas e outros métodos de história demográfica, mas acredito que se pode dizer que há algo totalizador no tema, que é precisamente buscar esses traços do passado no presente. Não é o mesmo tipo de totalização, mas é uma maneira de sair do indivíduo, da memória individual para chegar – como dizia Halbwachs – à memória coletiva. Mas com a memória coletiva chegamos a outra totalização. E como chegamos a essa memória coletiva? Passando pelo “micro”. Um exemplo disso está numa sugestão de estudo que faço aos estudantes que estão em busca de temas para uma pesquisa de doutorado, seguindo a inspiração de Lévi-Strauss, sobre os sistemas de matrimônio dos cristãos-novos. A memória genealógica dos judeus marranos que vivem hoje no Nordeste do Brasil não apenas é mais profunda que a dos mexicanos: o que eles mantiveram e, sobretudo, que não encontrei em *Venta Prieta*, no México, foi o sistema de matrimônio endógamo. A sobrevivência desse sistema é um fator de transmissão da memória e da identidade.

Não pretendi, como digo na introdução de *Mémoires marranes*, fazer mais que uma história oral – com toda a sua legitimidade, através da coleta de relatos de vida. Com um trabalho desse tipo, eu havia tido uma experiên-

cia análoga, ao lado da minha colega Lucette Valensi, quando publicamos *Mémoires juives* (1986). Nos anos 1970, houve uma “onda” de autobiografias de autores que eram crianças durante os anos da Guerra. Eram autobiografias particularmente de autores judeus que haviam imigrado para França, seja da Europa centro-oriental, seja dos países mediterrâneos. Então, minha colega se encarregou de coletar uma parte dessas histórias, ou seja, as dos imigrantes sefarditas, e eu me encarreguei de outra, as dos imigrantes da Europa centro-oriental, na França. O que aconteceu, ao longo da coleta e da publicação dessas “memórias”, foi que temas recorrentes apareceram. E não é extraordinário que os temas se repetissem: a nostalgia do bairro onde eles haviam vivido (na Argélia, no Marrocos ou na Polônia), a nostalgia da escola, as peripécias da migração, da adaptação nos anos de Guerra, entre tantos outros. A síntese de todas essas memórias individuais produz, assim, uma memória coletiva. Nas entrevistas que fiz no Brasil, em São Paulo, no Rio, em Recife, em Natal ou no sertão havia muitos temas recorrentes como esses. O mais recorrente deles era o fato de os entrevistados pertencerem a famílias cristãs, mas famílias com algo particular, com costumes particulares. Que costumes são esses? Proibições de alimentação, de comer porco, ou costumes funerários particulares, como o de enterrar os mortos em terra limpa com a mortalha (algo bem difundido até os anos 1980, em todo o sertão do Nordeste). E muitos cumprem o mesmo itinerário, por várias razões (de estudo, de trabalho, de saúde): migram para a cidade e se dão conta de que esses costumes familiares, que pensavam ser totalmente cristãos, não são recomendados pela Igreja. Então, tomam consciência de uma diferença e, em outro meio, começam a se perguntar, a investigar, a tratar de dar uma resposta a isso. E a resposta mais verossímil é que há algo de “judaico” nesses costumes. Em suma, um dia tomam consciência, de uma maneira por vezes repentina, de que há uma origem judaica de suas práticas. Essa revelação daquilo que já era sabido (“tomei consciência de algo que já sabia”), essa memória semiconsciente, é algo recorrente nessas histórias. E, depois, a maneira de reagir a essa tomada de consciência pode desencadear muitas escolhas, seja regressar ao judaísmo, seja continuar com os costumes familiares como eram ou, em muitos casos, até mesmo converter-se ao evangelismo. Em todo caso, esses itinerários são recorrências de uma memória coletiva. E passamos assim, para não perder o fio da meada, do “micro” ao “macro”.

A.D. Ao cabo desses diversos itinerários de marranos que exerciam sua fé de modo secreto, interno, como efeito da conversão forçada a que foram submetidos desde o século XV, na Europa e em seguida na América, onde encontraram refúgio, surgem determinadas formas de tolerância, como se pode ler em *Mémoires marranes*. Essas formas de tolerância se aproximam de formas de pensamento cético, igualmente muito antigas, como as que podem ser lidas, por

exemplo, em Michel de Montaigne. Nesse mesmo sentido, quando perguntado sobre a sua fé, a sua resposta costuma ser “eu sou spinozista”...

N.W. Sim, claro, e continuo spinozista...

A.D. Então, o que significa ser spinozista no século XXI?

N.W. Talvez signifique o que significava na época de Spinoza, que era o espírito mais subversivo do século XVII (junto com Isaac La Peyrère). Era o autor mais escandaloso do século XVII. Espero não ser tão escandaloso quanto Spinoza!

A.D. E por quê?

N.W. Por sua liberdade de espírito, por seu espírito de crítica do que era considerado como palavra sagrada, bíblica. Como fez Isaac La Peyrère, significa dizer, de maneira tranquila, que a Bíblia – com todo o respeito que devemos ter – tem de ser estudada como qualquer documento histórico, de maneira profana. Isso era subversivo no século XVII, mas tão racional que segue vivo no presente. Esse passado segue vivo no presente, esse espírito de distanciamento – que era também o de Montaigne –, de relativismo das culturas (mas não de relativismo dos valores, isso é diferente). Não sou filósofo, mas o que representa Spinoza na história intelectual é algo que me parece positivo, e é nesse sentido que posso responder que sou spinozista.

Entrevista concedida em 18/10/2011 | Aprovada em 10/05/2012

Nathan Wachtel é professor honorário do Collège de France, onde ocupou, entre 1992 e 2005, a Cátedra de História e Antropologia das sociedades meso e sul-americanas. Sua primeira obra de grande repercussão foi *A visão dos vencidos* (1972). Como diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, a partir de 1976, dedicou-se ao Centre de Recherches sur les Mondes Américains (CERMA), de que é hoje, igualmente, membro honorário. É autor de *Le retour des ancêtres* (1990), *La foi du souvenir*, *Labyrinthes marranes* (2001); *La logique des bûchers* (2009); *Mémoires marranes* (2011); e *Entre Moïse et Jésus* (2013).

Andrea Daher é professora de teoria e metodologia da História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Laboratório de Pesquisa em História das Práticas Letradas. Seus estudos estão voltados para práticas culturais das épocas moderna e contemporânea, em particular as práticas de representação letrada e as relações entre oralidade e cultura escrita. É autora dos livros *O Brasil francês* (2007) e *A oralidade perdida* (2012). É titular, de 2010 a 2014, da Cátedra de Ciências Sociais Sérgio Buarque de Holanda, junto à Maison des Sciences de l'Homme e à Universidade de Paris IV-Sorbonne, na França.

NOTAS

* Nathan Wachtel, Professor Honorário do Collège de France, esteve na Universidade Federal do Rio de Janeiro a convite do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em História Social, como titular da Cátedra Claude Bernard, em outubro de 2011, quando foi realizada a entrevista. A transcrição e a tradução foram feitas por Diego Galeano e a edição final e apresentação pela entrevistadora, Andrea Daher. Os livros citados ao longo da entrevista são os seguintes: *La vision des vaincus. Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole (1530-1570)* (1971); *Le retour des ancêtres. Les indiens Urus de Bolivie, Xxe-XXVIe siècle. Essai d'histoire régressive* (1990); *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes* (2001); *La logique des bûchers* (2009); *Mémoires marranes* (2011). O entrevistado e a entrevistadora assinam a dedicatória desta entrevista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberro, Solange. (1992). *Les Espagnols dans le Mexique colonial. Histoire d'une acculturation*. Paris: Armand Colin.
- Bloch, Marc. (2002). *Apologia da história. O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bloch, Marc. (1946). *L'étrange défaite*. Paris: Gallimard.
- Bloch, Marc. (1931). *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Les Belles Lettres.
- Ginzburg, Carlo. (1991). O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 203-214.
- Ginzburg, Carlo. (1988). *Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lévi-Strauss, Claude. (2001). *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nora, Pierre & Le Goff, Jacques (orgs.). (1976). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Valensi, Lucette & Wachtel, Nathan. *Mémoires juives*. Paris: Gallimard-Julliard, 1986.
- Wachtel, Nathan. (2011). *Mémoires marranes*. Paris: Seuil.
- Wachtel, Nathan. (2009). *La logique des bûchers*. Paris: Seuil.
- Wachtel, Nathan. (2009). *A fé na lembrança. Labirintos marranos*. São Paulo: Edusp.
- Wachtel, Nathan. (2001). *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Paris: Seuil.
- Wachtel, Nathan. (1990). *Le retour des ancêtres. Les indiens Urus de Bolivie, XXe-XXVIe siècle. Essai d'histoire régressive*. Paris: Gallimard.
- Wachtel, Nathan. (1971). *La vision des vaincus. Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard.

NATHAN WACHTEL: HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA DE UMA AMÉRICA “SUBTERRÂNEA”

Resumo

Nesta entrevista que Nathan Wachtel concedeu a Andrea Daher na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um percurso feito a partir de sua vasta obra faz vislumbrar uma experiência de trabalho única, cujo fundamento é a junção do relato dos vivos à letra dos mortos, entre antropologia e história, em que índios ou marranos são os agentes da história de uma América “subterrânea”, soterrada nas conquistas do passado, porém viva em vestígios de memórias no presente.

Palavras-chave

Antropologia;
História;
Marranismo;
Índios americanos;
Memória.

NATHAN WACHTEL: HISTORY AND ANTHROPOLOGY OF A “SUBTERRANEAN” AMERICA

Abstract

In this interview with Andrea Daher at Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Nathan Wachtel made a journey from his vast work experience that allows us to envisage a single work, whose foundation is the joint of the accounts of the living to the letter of the dead, between anthropology and history, in which Indians or Marranos are the agents of the history of “subterranean” America, buried in the achievements of the past, but live in the present traces of memories.

Keywords

Anthropology;
History;
Marranism;
American Indians;
Memory.

RESENHA

DESIGUALDADE E POLÍTICA

***The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America.* (2011). Merike Blofield (org.).**

University Park: The Pennsylvania University Press, 416 p.

A América Latina é frequentemente apontada como a região mais desigual do mundo, segundo índices como Gini e Theil (ver CEPAL, 2012). Mais do que isso, os grandes conflitos políticos e a violência que também caracterizam a região costumam ser mais atribuídos a clivagens socioeconômicas do que a choques culturais ou étnicos (López, 2013). Esse conjunto de fatores, somado à instabilidade política, fizeram com que a América Latina servisse como ilustração quase perfeita de teorias como o “argumento Lipset”, que apontava para uma forte relação entre desigualdade e desenvolvimento político. Segundo Lipset (1960), a alta desigualdade impossibilitaria o desenvolvimento de democracias plenas.

Enquanto alguns sociólogos contemporâneos voltaram a enfatizar os

riscos políticos da desigualdade (Sorj & Merttucelli, 2008), outros apontam para novas dinâmicas da desigualdade, que demandam por aperfeiçoamentos conceituais e metodológicos (ver, por exemplo, os trabalhos de Silva & Reis, 2012a, 2012b). Embora seja acertado apontar para a permanência de entraves a tempo diagnosticados, é igualmente relevante incorporar as mudanças ocorridas nos padrões de comportamento político das massas (novas demandas por distribuição), na composição das elites políticas (um notado giro para a esquerda) e na ação do Estado (o avanço de políticas de distribuição e o reavivamento do estatismo).

O livro *The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America*, organizado pela cientista política Merike Blofield atende a essas ques-

tões de modo ambicioso e, em minha avaliação, bastante acertado. *The great gap* fornece ao mesmo tempo um argumento de pesquisa inovador e uma série de achados empíricos relevantes para o estudo da relação entre política e desigualdade na América Latina. Ao longo do livro os autores apresentam alguns dos principais quebra-cabeças na relação entre desigualdade e política na região.

O livro se divide em quatro partes: o “cotexto socioeconômico”, “cultura da elite, *framing* e opinião pública”, “*agenda setting* e a política da desigualdade”, “a questão tributária e a política social”. No total são onze capítulos, apresentando estudos comparativos e estudos de caso, com metodologias diferentes, que vão do tratamento estatístico à análise de conteúdo. Mas o saldo do conjunto de estudos pode ser reduzido a duas propostas de causalidade:

- a) os efeitos da política na desigualdade (Filgueira, Hughes & Prado; Filgueira et al.; Mahon Jr.; Franzoni & Voored).
- b) os efeitos da desigualdade na política (Blofield; Reis; Blofield & Luna; Campello; Sakurai; Blofield & Haas).

Em meu entendimento, o segundo ponto é o de maior impacto para a sociologia política contemporânea. Ao encarar a desigualdade como causa de fenômenos políticos, e não só como consequência deles, o volume oferece novas perspectivas para entender os mecanismos que circunscrevem esse fenômeno social.

A primeira parte do livro reitera um diagnóstico antigo: a desigualdade latino-americana se relaciona com

o caminho percorrido pelo Estado na região. Isto é, a desigualdade é também um fenômeno político. Por outro lado, qualifica-se a desigualdade latino-americana ao apontar para a centralidade da desigualdade de oportunidades como instância que combina desigualdades econômicas (de classe) e culturais (de raça).

Filgueira aborda o estado de bem-estar latino-americano em perspectiva comparada e propõe que pensemos uma via de desenvolvimento típica da região. O autor argumenta que certos tipos de desigualdade podem ser mais funcionais do que outros. Segundo Filgueira, a América Latina está repleta de “más desigualdades”. Por exemplo, os Estados na região ainda enfrentam grandes dificuldades em lidar com a reprodução das famílias mais pobres, ao mesmo tempo em que dedicam cada vez mais recursos para uma população crescente de idosos. Crespo & Ferreira demonstram que uma parcela considerável da desigualdade socioeconômica é explicada por outras desigualdades sobre as quais os indivíduos têm pouca ou nenhuma influência: o acesso à educação, a educação dos pais, a região de nascimento e a identidade racial. Essa desigualdade de oportunidades é especialmente forte no Brasil.

A segunda parte explora o efeito da desigualdade no comportamento das elites e dos meios de comunicação, dois mundos altamente conectados. Baseada em dados de *survey* e em entrevistas qualitativas, Reis aponta que a elite brasileira parece ter admitido a possibilidade de manter um

regime democrático em um contexto de desigualdade elevada, contrariando temores característicos do período de redemocratização. Hughes & Prado abordam o modo como os meios de comunicação apresentam problemas nacionais. Os autores argumentam que o enquadramento da desigualdade tem efeitos sobre a reprodução da mesma. Ambos os trabalhos exploram a relação entre desigualdade e valores políticos entre as elites.

O capítulo que fecha essa segunda parte é assinado por Blofield & Luna e também explora a relação entre valores políticos e desigualdade, desta vez no nível da população, usando dados do World Values Survey (WVS).¹ Os autores demonstram uma relação contraintuitiva entre desigualdade e valores: países mais desiguais tendem a valorizar mais a desigualdade, apontando para a necessidade de disparidades para o incentivo individual. Esse efeito da desigualdade fortalece o conceito de distância social apresentado pela autora nesta e em outra publicação (ver Blofield, 2011). Segundo Blofield, um dos efeitos da distância social é a percepção equivocada em relação às necessidades dos pobres.

Os resultados ganham mais peso se contrastados com outros estudos (por exemplo, Scalón, 2004) que demonstram que as populações de países mais desiguais valorizam a desigualdade, embora isso pareça paradoxal. Contudo, não está claro o sentido da causalidade, podendo existir duas relações não excludentes: desigualdade causando valores e valores causando desigualdade.

A parte 3 está mais voltada para a política social e econômica. Campelo mostra os efeitos econômicos da virada para a esquerda em casos com diferentes níveis de estabilidade democrática. A autora relaciona a expectativa gerada nas campanhas vitoriosas das coalizões de esquerda com os resultados, nem sempre ideologicamente coerentes, dos governos encabeçados por essas coalizões. Já Bugarian et al. mostram uma tendência de maiores gastos nas campanhas eleitorais de democracias mais desiguais. O Brasil é apontado como caso típico para ilustrar esse “custo” da desigualdade. Filgueira et al. fazem um retrospecto do desenvolvimento da região, argumentando que em paralelo ao avanço político (a democratização) houve uma crise de incorporação ao mercado, consequência do fracasso de políticas liberalizantes. Os autores argumentam que a virada para a esquerda é uma reação a essa crise. Finalizando a seção, Blofield faz um retrospecto da desigualdade de gênero na América Latina, apontando para pontos de desigualdade política e no trabalho, usando o caso das empregadas domésticas.

A parte 4 aborda a questão fiscal. Mahon Jr. argumenta que a América Latina impõe mais impostos indiretos em comparação com outras regiões, onerando o consumo e dificultando a distribuição. Franzoni & Voorend fazem uma análise intracaso em países com os perfis estatista e liberal, mostrando os efeitos das escolhas e das coalizões políticas no padrão de distribuição. Uma vez mais a desigualdade

de latino-americana é apresentada como resultado de escolhas políticas.

Por fim, a conclusão de Blofield ressalta alguns diagnósticos apresentados pelo livro sobre as causas e os efeitos da desigualdade na América Latina. A organizadora aponta para a vantagem de políticas social-democratas (como as do Brasil, Chile e Uruguai) frente a políticas populistas baseadas em conjunturas econômicas de curta duração (como as do Equador e da Venezuela). Esse diagnóstico problematiza a ideia de uma “virada” para a esquerda, já que os casos bem-sucedidos são caracterizados por uma série de continuidades, principalmente na política econômica. Os casos malsucedidos se encaixam melhor na ideia de *circulação de elites*, implícita na noção de “virada para a esquerda”. Portanto, podemos dizer que as continuidades

têm também um papel importante na explicação da atual conjuntura.

Além disso, há uma importante ausência no livro: a recente queda da desigualdade no continente (ver Bird-sall et al., 2012). Se a desigualdade é o efeito e a causa de fenômenos políticos, qual é o efeito político esperado para a redução da desigualdade? Enquanto os economistas ainda debatem as causas dessa queda, sociólogos e cientistas políticos parecem não tê-la incluído no quebra-cabeça da desigualdade latino-americana. Para além desse ponto, em seu conjunto *The great gap* apresenta bons argumentos teóricos e fortes dados empíricos. Trata-se de uma contribuição única para os pesquisadores que estudam a relação entre desigualdade e política na América Latina.

Recebida em 07/03/2013 | Aprovada em 06/06/2013

Matias López é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e participa atualmente de um estudo que compara percepções das elites sobre desigualdade no Brasil, no Uruguai e na África do Sul, no âmbito do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED-UFRJ). Trabalhos de sua autoria podem ser vistos em edições recentes de *International Sociology*, *Sociopedia.isa* e no livro *Political inequality in the age of democracy: cross-national perspectives*, organizado por Joshua Dubrow, com lançamento previsto para 2014. Seus interesses se concentram nas áreas de sociologia política, política comparada e metodologia de pesquisa.

NOTAS

- 1 A World Values Survey é uma pesquisa de valores aplicada em mais de oitenta países e tem sido explorada para a análise da influência de padrões de cultura política no desenvolvimento político e social e vice-versa. Microdados e análises estão disponíveis em <http://www.worldvaluessurvey.org/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Blofield, Merike. (2011). Desigualdad y política en América Latina. *Journal of Democracy en Español*, 3, p. 58-74.
- Birdsall, Nancy; Lustig, Nora & McLeod, Darryl. (2012). Declining inequality in Latin America: Some economics, some politics. In: Kingstone, Peter & Yashar, Deborah (orgs.). *Routledge handbook of Latin American politics*. Nova York: Routledge, p. 158-180.
- CEPAL. (2012). *Social panorama of Latin America*. Santiago: UN-ECLAC.
- Lipset, Seymour M. (1960). *Political man: The social bases of politics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- López, Matias. (2013). The state of poverty: elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay. *International Sociology*, 28/3, p. 351-370.
- Scalon, Celi. (2004). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Silva, Graziela M. D. & Reis, Elisa. (2012a). The multiple dimensions of racial mixture in Rio de Janeiro, Brazil: From whitening to Brazilian negritude. *Ethnic and Racial Studies*, 35/3, p. 382-399.
- Silva, Graziela M. D. & Reis, Elisa. (2012b). Is Cuba becoming more Latin American? In: Dominguez, Jorge I. et al. (orgs.) *Cuban economic and social development: Policy reforms and challenges in the 21st century*. Cambridge: Harvard University Press, p. 321-326.
- Sorj, Bernardo & Martuccelli, Danilo. (2008). *The Latin American challenge: social cohesion and democracy*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso/The Edelstein Center for Social Research.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

Sociologia & Antropologia pretende contribuir para o fortalecimento de um diálogo profícuo e consistente entre as disciplinas da sociologia e da antropologia em diferentes dimensões, sem que a interdisciplinaridade dilua suas tradições de pesquisa e identidades cognitivas próprias. O diálogo entre essas disciplinas procura fomentar permanentemente um espaço de comunicação dinâmica sobre questões empíricas, históricas e analíticas cruciais entre elas e com outras ciências sociais e humanas. Entendemos, assim, que as exigências de especialização da nossa época não se realizam, necessariamente, desacompanhadas de oportunidades cognitivas de confronto e convergência entre os diferentes campos do conhecimento. É isso que o “&” entre as duas denominações tradicionais das disciplinas pretende simbolizar.

Sociologia & Antropologia aceita os seguintes tipos de contribuição:

- 1) Artigos inéditos (até 9 mil palavras incluindo referências bibliográficas e notas)
- 2) Registros de pesquisa (até 4.400 palavras). Esta seção inclui:
 - a. Apresentação de fontes e documentos de interesse para a história das ciências sociais
 - b. Entrevistas
 - c. Notas de pesquisa com fotografias
 - d. Balanço bibliográfico de temas e questões das ciências sociais
- 3) Resenhas bibliográficas (até 1.600 palavras).

A pertinência para publicação será avaliada pela Comissão Editorial no que diz respeito à adequação ao perfil e à linha editorial da revista e por pareceristas *ad hoc* no que diz respeito ao conteúdo e à qualidade das contribuições. Serão aceitos originais em língua estrangeira desde que o autor se responsabilize por sua tradução para o português, excepcionalmente será concedido auxílio financeiro.

A revista funciona sob o princípio do duplo anonimato: os artigos serão submetidos a dois pareceristas *ad hoc* e, em caso de pareceres contraditórios, uma terceira avaliação será requerida. Sendo identificado conflito de interesse da parte dos pareceristas, o texto será reencaminhado para avaliação. Os artigos serão avaliados de acordo com os critérios de qualidade e rigor dos argumentos apresentados,

validade dos dados, oportunidade e relevância para sua área de pesquisa, atualidade e adequação das referências. A revista encaminhará, em prazo estimado de aproximadamente (6) seis meses, uma carta de decisão sobre o artigo recebido, anexando, de acordo com cada caso, os devidos pareceres.

O periódico segue as diretrizes dos Códigos de Ética do Committee on Publication Ethics (COPE) (<http://www.publicationethics.org/>), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (<http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (<http://www.fapesp.br/boaspraticas/>).

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Forma e preparação de textos

O texto deverá ser preparado num mesmo arquivo na seguinte sequência: artigo de até 9 mil palavras (incluindo referências bibliográficas e notas); nota biográfica (de até 90 palavras) incluindo formação, instituição, cargo, áreas de interesse, principais publicações e e-mail; notas substantivas (de fim de texto) em algarismos arábicos; referências bibliográficas; título do artigo, resumo (entre cem e 150 palavras) acompanhado de cinco palavras-chave, em português e inglês; e, quando for o caso, os créditos das imagens utilizadas.

Desenhos, fotografias, gráficos, mapas, quadros e tabelas devem conter título e fonte, e estar numerados. Deverão, ainda, estar em condições adequadas à reprodução e impressão fidedignas e de qualidade P&B. Além de constarem no corpo do artigo, as imagens deverão ser encaminhadas em arquivo separado do texto, em formato .tiff (de preferência) ou .jpg e em alta resolução (300 dpi), medindo no mínimo 17 cm (3.000 pixels) pelo lado maior. No caso de imagens que exijam autorização para reprodução, a obtenção da mesma caberá ao autor.

Os textos deverão ser escritos em fonte Times New Roman, tamanho 12, recuo padrão de início de parágrafo, alinhamento justificado, espaçamento duplo e em páginas de tamanho A4 (210x297 cm), numa única face.

As notas devem vir ao final do texto, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

(sobrenome do autor, ano de publicação),
conforme o exemplo: (Tilly, 1996)

No caso de citações, quando a transcrição ultrapassar cinco linhas deverá ser centralizada em margens menores do que as do corpo do artigo; quando menor do que cinco linhas, deverá ser feita no próprio corpo do texto entre aspas. Em ambos os casos a referência seguirá o formato:

(sobrenome do autor, ano de publicação: páginas),
conforme os exemplos:

(Tilly, 1996: 105)

(Tilly, 1996: 105-106)

As referências bibliográficas em ordem alfabética de sobrenome devem vir após as notas, seguindo o formato que aparece nos seguintes exemplos (os demais elementos complementares são de uso facultativo):

1. Livro

Pinto, Luis de Aguiar Costa. (1949). *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

2. Livro de dois autores

Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octávio. (1960). *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

3. Livro de vários autores

Wagley, Charles et al. (1952). *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco.

4. Capítulo de livro

Fernandes, Florestan. (2008). Os movimentos sociais no “meio negro”. In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, p. 7-134 (vol. 2).

5. Coletânea

Botelho, André & Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). (2009). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Artigo em coletânea organizada pelo mesmo autor

Gonçalves, José Reginaldo Santos. (2007). Teorias antropológicas e objetos materiais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 13-42.

7. Artigo em coletânea organizada pelo autor em conjunto com outro

Villas Bôas, Glaucia. (2008). O insolidarismo revisitado em *O problema do sindicato único no Brasil*. In: Villas Bôas, Glaucia; Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte & Morel, Regina Lúcia de Moraes. *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 61-84.

8. Artigo em coletânea organizada por outro autor

Alexander, Jeffrey. (1999). A importância dos clássicos. In: Giddens, Anthony & Jonathan Turner (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 23-89.

9. Artigo em Periódico

Lévi-Strauss, Claude. (1988). Exode sur exode. *L'Homme*, XXVIII/2-3, p. 13-23.

10. Tese Acadêmica

Veiga Junior, Maurício Hoelz. (2010). *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

11. Segunda ocorrência seguida do mesmo autor

Luhmann, Niklas. (2010). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Luhmann, Niklas. (1991). *O amor como paixão*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

12. Consultas on-line

Sallum Jr., Brasília & Casarões, Guilherme. (2011). O impeachment de Collor: literatura e processo. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1374>>. Acesso em 9 jun. 2011.

ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES

Sociologia & Antropologia não assume responsabilidade por conceitos emitidos pelos autores.

Os trabalhos enviados para publicação devem ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico nacional.

Possíveis modificações de estrutura ou de conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores, e não serão admitidas após os trabalhos serem entregues para composição.

Contribuições deverão ser enviadas para o e-mail
revistappgsa@gmail.com

O envio de textos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista. Com a publicação do artigo, o autor receberá dois exemplares da revista.

Para assinaturas e mais informações, consultar os editores no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia:

Sociologia & Antropologia
Revista do PPGSA
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ
Largo de São Francisco de Paula, 1, sala 420
20051-070 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone/Fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215
revistappgsa@gmail.com
revistappgsa.ifcs.ufrj.br

The guidelines for submitting manuscripts are available in english at our website



REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

volume 29
número 84
fevereiro de 2014
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

CONFERÊNCIA

Entre o tecido físico e social das cidades: entrevista com Sharon Zukin
Heitor Frúgoli Jr. e Julio Cesar Talhari

ARTIGOS

Ensaio sobre Adoniran: um estudo antropológico sobre a "Saudosa maloca"
Rafael José de Menezes Bastos

Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão
Helena Sampaio

Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática: um estudo de caso
Susana Cesco, Roberto José Moreira e Eli de Fátima Napoleão de Lima

Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável
Carolina Galvanese e Arilson Favareto

Modernidade neoliberal
Luiz Carlos Bresser-Pereira

Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes?
Luiz Augusto Campos e João Feres Júnior

Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)
Jefferson José Queler

Sindicatos e justiça: mecanismos judiciais e exercício de direitos
Karen Artur

Classe política e regime autoritário: os advogados do Estado Novo em São Paulo
Adriano Codato

Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história
Pedro Neiva e Maurício Izumi

RESENHAS

Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism, de Ran Hirschl
Maria Rita Loureiro

Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980, de Jerry Dávila
Alexandre Hage

A última lição de Michel Foucault: sobre o neoliberalismo, a teoria e a política, de Geoffroy de Lagasnerie
Elton Corbanezi

ANPOCS

Av. Professor Luciano Gualberto, 315
Cidade Universitária
CEP 05508-010 São Paulo - SP
www.anpocs.org.br
rbc@anpocs.org.br

DADOS

ISSN 0011-5258

Revista de Ciências Sociais

Vol. 57, nº 1, 2014

Editor
Breno Bringel

A Recepção Controvertida de Max Weber no Brasil (1940-1980)

Gláucia Villas Bôas

Weber no Século XXI: Desafios e Dilemas de um Paradigma Weberiano

Carlos Eduardo Sell

O Tema da Imigração na Sociologia Clássica

Márcio de Oliveira

Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011)

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza e Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes

**Proposta de um Indicador Socioeconômico para os Alunos das Escolas
Públicas dos Municípios Brasileiros**

Thiago Alves, Maria Aparecida Gouvêa e Adriana Backx Noronha Viana

Para Além do Estado e do Mercado: A Dádiva no Fenômeno dos Sem-abrigo

João Aldeia

Sobre a Humilhação no Cotidiano do Emprego Doméstico

Jefferson Belarmino de Freitas

A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos

Naara Luna

DADOS REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DADOS

É uma publicação trimestral editada no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

REDAÇÃO E ASSINATURAS: Rua da Matriz, 82
22260-100 – Botafogo
Rio de Janeiro – Brasil
Tel.: (21) 2266-8300
Redação: dados@iesp.uerj.br
DADOS online: www.iesp.uerj.br e
www.scielo.br/dados



LUA NOVA

revista de cultura e política

LUA NOVA é uma revista quadrimestral publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e orientada para o debate dos aspectos socioculturais e políticos de questões controversas do mundo contemporâneo.

Brasil: Anual R\$ 50,00 (3 números)

Bienal R\$ 90,00 (6 números)

Exterior: Anual US\$ 59.00 (3 números)

Bienal US\$ 101.00 (6 números)

Dados do Assinante:

Pessoa Física

Pessoa Jurídica

Nome/Instituição: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cep: _____ Fone/Fax: _____

Cidade: _____ Estado: _____ País: _____

E-mail: _____ CPF/CNPJ _____

Assinatura a partir do número:

Formas de pagamento

Depósito em nome do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec

Banco do Brasil - Agência: 1199-1 – C/C 30.923-0

CNPJ: 48.608.251/0001-80

Valor: _____ (Favor enviar o comprovante do depósito junto com a ficha preenchida pelo fax 11.3871.2123 ou pelo e-mail luanova@cedec.org.br)

O recibo será emitido em seguida e as publicações, enviadas após seu lançamento por correio.

Cheque cruzado em nome do Cedec no valor da(s) assinatura(s)

Valor: _____ (Favor enviar o cheque nominal junco com a ficha preenchida para o endereço abaixo)

O recibo será enviado pelo correio após a compensação do cheque e as publicações, após seu lançamento.

Empenho

Envie seu pedido para o endereço abaixo ou acesse: www.cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea CEDEC

Rua Airosa Galvão, 64 – Água Branca

05002-070 São Paulo, SP

Fone: (0xx11) 3871-2966 e 3569-9237; Fax: (0xx11) 3871-2123

E.mail: luanova@cedec.org.br

Homepage: www.cedec.org.br



